

# Resumos aprovados

---

## **01. Planejamento de longo prazo, estratégias de desenvolvimento territorial (nacional, estadual, municipal), “Estratégia Brasil 2050” e seus principais eixos**

### **Título: 1079863 - A FAIXA DE FRONTEIRA COMO TERRITÓRIO PRIORITÁRIO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO XXX**

Autores: Bruno de Oliveira Lemos, Carlos Felipe Christmann Stoll, Paula Silva Gonçalves, Alexandre José Vitalini Paranhos

Resumo: A Faixa de Fronteira brasileira se estende por mais de 15.000 quilômetros de limites terrestres, abrangendo 27% do território nacional. A lei que atualmente a rege é a de Nº 6.634, de 2 de maio de 1979, a qual estabelece como indispensável à segurança nacional a faixa interna de 150 quilômetros, identificando atividades de interesse nacional que mereçam o acompanhamento do Estado. A lei também afirma que as empresas que se instalarem exercendo atividades ligadas à Segurança Nacional devem possuir pelo menos 51% de capital pertencente a brasileiros, pelo menos dois terços de trabalhadores brasileiros e administração com maioria de brasileiros. Historicamente, a preocupação do Governo Federal do Brasil com as regiões de fronteira foi relacionada, principalmente, à segurança nacional, sem a adoção de uma estratégia indutora de desenvolvimento. Essa característica passa por transformações a partir da década de 2000, quando começam a ser estruturadas ações federais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico dessa região. Em 2010, no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), deu-se, em nível nacional, a criação da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), ligada ao Ministério da Integração Nacional. A CDIF estimulou a criação de Núcleos Estaduais de Fronteira e a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFs). No caso do Estado XXX, a criação de seu Núcleo estadual e a elaboração de seu PDIF se deram entre os anos de 2011 e 2012. O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre a atual reativação das políticas públicas nacionais voltadas ao desenvolvimento da Faixa de Fronteira, bem como apresentar um relato sobre o processo de atualização do PDIF do Estado XXX.

### **Título: 1084185 - Vetores do Planejamento Público de Longo Prazo no Brasil: uma proposta metodológica para o fortalecimento da governança pública prospectiva.**

Autores: JERÔNIMO SANTOS LIMA, Fernando Coelho

Resumo: O Planejamento Público de Longo Prazo (PPLP) no Brasil, historicamente, enfrenta desafios de institucionalização e continuidade, sendo influenciado por ciclos político-administrativos de curto e médio prazos. A ausência de um marco normativo consolidado e a dificuldade de integração entre diferentes escalas governamentais reduzem a efetividade das iniciativas voltadas para a previsibilidade estratégica do Estado. Embora existam vários esforços para estruturar mecanismos de PPLP no país, carecemos, por ora, de um modelo analítico que permita categorizar e avaliar os diferentes tipos de planos existentes, considerando suas dimensões institucionais, abordagens temáticas e graus de integração. Essa ausência limita a reflexão dos processos de formulação e implementação do PPLP que estão reemergindo no nosso setor público. Neste contexto, o artigo propõe um framework baseado nos Vetores do Planejamento de Longo Prazo e na Régua de Equilíbrio deles decorrentes, possibilitando uma categorização sistemática dos planos públicos de longo prazo. Esse modelo visa fortalecer a governança prospectiva e a capacidade do Estado de estruturar estratégias de longo prazo de maneira mais eficaz e integrada. A pesquisa, derivada de uma dissertação de mestrado, utilizou-se da análise documental e bibliográfica de normativos, relatórios de cenários futuros, planos setoriais e notícias, empregando técnicas de análise de conteúdo, temática e narrativa. O modelo proposto foi construído a partir da revisão de experiências nacionais e internacionais, possibilitando a elaboração de um arcabouço teórico-prático aplicável ao contexto brasileiro. A análise demonstrou que a maioria dos planos de longo prazo no Brasil são segmentados, pouco integrados e possuem baixa institucionalização. O modelo desenvolvido permite classificar esses planos em oito categorias distintas, oferecendo um método de avaliação – régua e de equilíbrio – que pode subsidiar decisões sobre aprimoramento da gestão pública prospectiva. No âmbito deste evento do CONSEPLAN, tal modelo contribui com o aprimoramento das ferramentas de planejamento governamental e da governança dos planos de longo prazo, fornecendo subsídios para a formulação de iniciativas mais estruturantes, sustentáveis e resilientes.

## **Título: 1080194 - UNIFICAÇÃO METODOLÓGICA PARA REGIONALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ESTADUAL SOB O OLHAR DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Autores: Keile Costa Pereira, Ludimila Villas Bôas de Oliveira, Rafael Albertoni Mazeto, Debora Pinheiro da Silva

Resumo: Nos últimos anos, tem-se observado a crescente demanda por uma abordagem mais integrada e coordenada entre planejamento e desenvolvimento regional nos estados da federação. Este artigo propõe uma reflexão sobre a importância do aprimoramento da governança nesse processo de regionalização dos instrumentos de planejamento, visando potencializar os esforços em prol do desenvolvimento regional. Especificamente, exploramos a relevância dessas regiões frente à nova metodologia das regiões imediatas e intermediárias estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste

contexto, a regionalização proposta pelo IBGE emerge como um instrumento crucial e estratégico para promover a redução das desigualdades regionais e intrarregionais, alinhando-se com os objetivos de desenvolvimento sustentável e equitativo em todo o território nacional.

A principal vantagem da metodologia do IBGE reside na sua capacidade de oferecer análise atualizada da dinâmica socioeconômica e da rede de cidades, identificando novos centros impulsionadores do desenvolvimento regional que podem não ser evidentes no recorte regional atualmente utilizado em cada Estado. O resultado esperado é que a adoção da metodologia desenvolvida pelo IBGE possibilite a elaboração e o acompanhamento de políticas públicas com uma abordagem de governança estratégica e responsabilidade ambiental e social, culminando na promoção do desenvolvimento regional de forma mais eficaz e abrangente, ressaltando-se que Plano Plurianual – PPA e Plano de Longo Prazo – PLP - não são a mesma coisa que Plano de Desenvolvimento Regional, mas há inúmeras vantagens na aproximação dos referidos instrumentos.

A metodologia adotada neste trabalho consistiu em revisão de literatura com pesquisa essencialmente qualitativa e predomínio do método científico dedutivo.

## **Título: 1085005 - Plano de Desenvolvimento Sustentável: novo paradigma de elaboração de políticas públicas no âmbito da administração pública municipal**

Autores: Daniel Gleidson Mancebo de Araújo, Isabela Lobato da Silva, Aline Romeu Xavier, Alan Lopes Nóbrega

Resumo: Levando em conta quatro linhas mestras, a saber: i) quais as características da vida na cidade que o cidadão espera encontrar em trinta anos?; ii) quais são os passos necessários nestes primeiros dez anos?; iii) como tornar local a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?; e iv) como firmar o compromisso local para o cumprimento do Acordo de Paris buscando a neutralidade da emissão dos gases estufa e enfrentar um cenário mundial de mudanças climáticas?

O Plano foi elaborado com a participação de técnicos municipais, cidadãs, cidadãos, instituições de pesquisa, ONG's e diversos outros atores, incluindo crianças. A participação infantil contou com a colaboração de 30.0000 crianças por meio de trabalho realizado nas escolas municipais. Esta construção coletiva leva a maior perenidade da política pública e apropriação do plano pelas pessoas.

Destaca-se que o final da construção do Plano ocorreu num cenário pandêmico do SARS-CoV-2 (Covid-19), que influenciou a redação de suas ações estruturantes.

O Plano estabelece sua Visão 2050 a partir de 5 temas transversais: i) cooperação e paz; ii) igualdade e equidade; iii) longevidade e bem estar; iv) mudanças climáticas e resiliência e v) governança; que estão relacionados aos principais desafios da cidade.

Do que adiantaria um planejamento com diversas metas, ações com múltiplos órgãos envolvidos se não houvesse o respectivo monitoramento e possibilidade de replanejamento? Para tanto, o Plano tem revisões completas a cada 10 anos e atualizações a cada 5 anos.

O monitoramento das 976 ações e 134 das metas é realizado por dois escritórios distintos, um para as ações e outro para as metas. As ações são reportadas trimestralmente pelas áreas responsáveis, indicando seu progresso. O monitoramento dos indicadores das metas tem periodicidade anual de informação e avaliação.

As diferentes áreas municipais responsáveis por metas e ações no Plano constituem um Comitê intersetorial, que se reúne a cada 3 meses para avaliar o monitoramento das ações e metas previstos no Plano.

### **Título: 1085014 - Planejamento e Orçamento Público: limites e potencialidades para o Zoneamento Ecológico-Econômico**

Autores: André Luís Borges Martins, Cintia de Castro Garcia Martins, Cláudia Regina Mendes de Almeida, Márcio Glayton Araújo Grangeiro

Resumo: A implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) nos estados brasileiros gerou expectativas entre diversos agentes, incluindo governos, setores produtivos privados e populações tradicionais. Naquele momento, esperava-se que esse instrumento contribuísse significativamente para a articulação de políticas públicas e para uma ocupação territorial ordenada e ambientalmente sustentável. Entretanto, para que o ZEE pudesse cumprir seu papel de instrumento de política ambiental e planejamento estatal, sua eficácia dependeria da capacidade institucional de direcionar políticas públicas aos problemas identificados em regiões zoneadas ou, na ausência de políticas públicas, de estabelecer diretrizes para sua criação. Considerando que as principais ferramentas de planejamento governamental são as leis orçamentárias, seria essencial, para que o ZEE traduzisse suas diretrizes em ações concretas e efetivas, que os produtos gerados pelos processos de zonificação atendessem aos critérios exigidos por essas ferramentas orçamentárias. Neste contexto e por meio deste artigo, avalia-se os alcances, os limites e as potencialidades dos Zoneamentos Ecológicos-Econômico para o aumento da eficácia política ambiental e do planejamento estatal por meio do ciclo orçamentário e demais processos de planejamento governamentais. De forma específica, analisa-se comparativamente os desenhos estabelecidos na formulação do Zoneamento Ecológico Econômico nos estados por meio da análise da teoria do programa, verificando suas consistências lógicas. Nesta direção, buscou-se verificar se os modelos causais teóricos são suficientes para gerarem os resultados e os impactos previstos de integração das diretrizes dos zoneamentos, orçamento público e política ambiental. Resultados do estudo indicam potenciais capacidades institucionais de vínculo deste instrumento de gestão territorial ao ciclo orçamentário e política ambiental, possibilitando maior tecnificação e racionalização de critérios de alocação de recursos públicos. Contudo, demonstra-se que o aumento da eficácia deste instrumento de planejamento e política ambiental não pode prescindir de desenhos institucionais e marcos legais suficientes para gerar a integração das diretrizes das zonificações aos ciclos de decisões alocativas do Estado.

## **Título: 1079988 - PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO: PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Autores: Leandro Galheigo Damaceno, Marcos Thimoteo Dominguez, Luciana Ferreira de Almeida, Bianca Ottoni Lourenço Ferreira**

**Resumo:** Os desafios econômicos e sociais com que os entes subnacionais se deparam constantemente exigem respostas imediatas do setor público para mitigar seus efeitos negativos e potencializar oportunidades. Tendo que lidar com a exigência por soluções rápidas, o gestor público acaba se afastando da visão de longo prazo. Assim, se impõe um desafio: manter o atendimento às demandas de curto prazo e, ao mesmo tempo, criar estratégias que permitam ao Estado assumir seu papel indutor de longo prazo. Como apontou Celso Furtado (1983, p.64), “não há política de desenvolvimento se a ação do Estado não se orienta de forma prioritária para a solução dos problemas sociais”. Portanto, requer intencionalidade e impulso político deliberado, mas com base na técnica capaz de elevar o nível de racionalidade nos processos de decisão coletiva. Nesse sentido, cabe resgatar e consolidar o papel de coordenação do Estado, porque “a complexidade da tarefa que cabe a este realizar exige uma visão global, sincrônica e diacrônica, que só se obtém com o planejamento” (Furtado, 1990, p.185). Especificamente, é necessário pensar de forma sistêmica para se antecipar aos fatos e otimizar a utilização dos recursos escassos, começando por um planejamento adequado à realidade do ente. Planejar é criar um plano para alcançar determinado objetivo, e corresponde à primeira das funções básicas da administração, servindo de base para as demais. Nesse sentido, o desenvolvimento de um planejamento estratégico conectado aos demais instrumentos de planejamento público - do mais amplo ao mais restrito - e, respeitando o nível de detalhamento de cada um, visa preservar uma diretriz de longo prazo e o atendimento às demandas sociais imediatas. A partir da ótica do planejamento estratégico, a defesa explícita dos interesses regionais passa a ser algo decisivo, inclusive para o desenvolvimento nacional pela natureza das questões que evidencia. Aprofundar-se nesse debate é entender não só sua especificidade, mas também a radicalidade, no sentido raiz, dessa questão nacional. Os entes subnacionais tem condições de contribuir muito mais ao progresso brasileiro sem perder de vista sua dimensão territorial e regional interna, caso as restrições fiscais atuais que os impedem de performar forem superadas em prol de uma visão estratégica assertiva. Isso que deve ser o cerne da discussão atual sobre planejamento público.

## **Título: 1084501 - Planejamento de longo prazo: o caminho para um futuro sustentável**

Autores: Raphael Rodrigues de Oliveira, Álvaro Rogério Duboc Fajardo, Andressa Rodrigues Pavão, Juliani Nunes Campos Johanson

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir os principais elementos característicos da terceira iniciativa de plano de desenvolvimento de longo prazo (PDLP) de um estado da região Sudeste, destacando seu arcabouço teórico e os aspectos inovadores sob a ótica das políticas públicas de longo prazo, especialmente em relação à evolução frente aos planos anteriores. Com previsão de lançamento para maio de 2025 e horizonte de 10 anos, o plano consiste em uma atualização do seu antecessor lançado em 2013, e se distingue por quatro características fundamentais. Primeiro, adota a abordagem de políticas públicas guiadas por missões (mission-oriented), conforme o modelo proposto por Mazzucato, em sintonia com estratégias internacionais e nacionais recentes, como a Nova Indústria Brasil. Segundo, configura-se como um plano de Estado, desenvolvido em parceria com instituições da sociedade civil, garantindo maior estabilidade e continuidade. Terceiro, será institucionalizado por meio do projeto de lei nº 111/2025, com o objetivo de mitigar os impactos das transições e dos ciclos políticos, assegurando a perenidade das diretrizes estabelecidas. Por fim, adota um modelo participativo também ex post, por meio de uma governança estruturada no projeto de lei, com participação de diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, o Plano busca orientar o desenvolvimento socioeconômico do estado nos próximos 10 anos, combinando planejamento estratégico, inovação institucional e participação social para enfrentar desafios estruturais e promover um crescimento sustentável.

Além disso, o plano inovará ao buscar relacionar, no que couber, o planejamento de longo prazo à perspectiva orçamentária e financeira do estado, que concretiza o projeto desenvolvimentista. Pares e Valle (2006) destacam que estruturar a gestão de um território é relevante apenas quando as metas e os investimentos são delineados ao longo dos anos, pois se trata de transformações cujos impactos, muitas vezes, demandam décadas para se consolidar.

## **Título: 1085088 - Planejamento de Longo Prazo para um Desenvolvimento Sustentável: a convergência entre o curto e longo prazos**

Autores: Ranieri Murici

Resumo: Este artigo visa explorar o desenvolvimento da Estratégia Brasil 2050, uma iniciativa que busca romper o ciclo de instabilidade econômica e fragilidade institucional, para promover políticas públicas duradouras, que transcendem mandatos governamentais. A pesquisa investiga de que forma a coordenação entre governo, setor privado e sociedade civil pode fortalecer políticas econômicas e sociais, ampliar a competitividade do Brasil no cenário global e garantir um crescimento sustentável e inclusivo e, ao tempo reforça a compreensão entre um dilema que acompanha o país há décadas: a conciliação entre a o curto e o longo prazos.

Desde os anos 1980, a economia brasileira oscila entre tentativas de estabilização e crises recorrentes, o que frequentemente resulta na priorização de ajustes fiscais imediatos em detrimento de um planejamento de longo prazo. A ausência de diretrizes duradouras compromete a competitividade nacional e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a necessidade de uma estratégia de longo prazo para o Brasil se torna evidente, especialmente diante dos desafios estruturais como desigualdade social, racismo estrutural e concentração fundiária.

A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e reflexões desenvolvidas em grupos de estudo sobre planejamento estratégico de longo prazo. Foram analisadas experiências nacionais e internacionais de planejamento governamental para identificar desafios e boas práticas aplicáveis ao contexto brasileiro. Os achados indicam que a construção da Estratégia Brasil 2050 requer um compromisso interinstitucional que articule iniciativas em infraestrutura, inovação e sustentabilidade. A pesquisa também reforça que a conciliação entre a necessidade de respostas imediatas a crises conjunturais e o planejamento de longo prazo é essencial para evitar soluções oportunistas e garantir uma trajetória sólida de desenvolvimento.

Os resultados evidenciam que a dicotomia entre curto e longo prazo é artificial e precisa ser superada. O Brasil pode e deve alinhar medidas emergenciais com um planejamento estruturado para os próximos 25 anos. O sucesso da Estratégia Brasil 2050 dependerá do comprometimento dos governos, setor produtivo e sociedade civil para transformar essa visão em realidade e assegurar um futuro sustentável e inclusivo para o país.

## **Título: 1080942 - PARÁ 2050: Planejamento de Longo Prazo e Participação Social na Construção de um Futuro com Desenvolvimento Sustentável**

**Autores: Mariana Nascimento Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Garcia Castro**

**Resumo:** Este artigo apresenta um relato técnico sobre a elaboração do instrumento de planejamento estratégico de longo prazo estadual, formulado para enfrentar desigualdades regionais e promover o desenvolvimento sustentável. O foco central da publicação é a abordagem participativa adotada no processo, que integrou a escuta ativa e a contribuição direta da sociedade organizada na definição de uma visão de futuro e a formulação de ações estratégicas, realizadas em 12 regiões de integração. O processo de construção do plano foi marcado pela forte articulação entre o governo estadual e diversos segmentos da sociedade civil, incluindo atores ligados às universidades, conselhos municipais, servidores públicos, empresários e terceiro setor. Por meio de encontros regionalizados, foram promovidos espaços de diálogo e deliberação que permitiram identificar as demandas específicas de cada território, contribuindo para a elaboração de uma carteira de projetos regionalizada com 79 projetos estratégicos divididos em nove eixos temáticos, que impactarão os próximos seis planos plurianuais. O estudo evidencia a importância do diálogo entre governo e sociedade na formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e a transformação territorial, ressalta também o potencial

replicável deste modelo em outros contextos, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para a consolidação de uma estratégia integrada de desenvolvimento regional.

## **Título: 1080163 - O ZONEAMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO COMO ESTRATÉGIA EFICAZ DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARA ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.**

Autores: Keile Costa Pereira, Ludimila Villas Bôas de Oliveira, Fabio Henriques de Jesus

Resumo: Diante dos impactos cada vez mais severos das mudanças climáticas no Brasil, evidenciados por secas na Amazônia, chuvas extremas, enchentes e incêndios de grande escala nos anos de 2023 e 2024, torna-se essencial que a gestão pública priorize estratégias de mitigação e adaptação no planejamento e desenvolvimento territorial. Reconhecendo essa urgência, o Governo Federal apresentou, em novembro de 2024, a nova meta climática nacional para 2035, denominada NDC do Brasil, como contribuição ao Acordo de Paris, além de estar em processo de elaboração o Plano Clima, um plano nacional atualizado para enfrentamento das mudanças climáticas. Ambos os instrumentos dialogam diretamente com o ordenamento territorial, o que reforça a necessidade de reavaliar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), previsto no Decreto 4.297/02, regulamentador da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), cuja implementação, embora obrigatória para todos os Estados, ainda não se concretizou integralmente, comprometendo a efetividade das políticas de desenvolvimento sustentável.

Ante o exposto, este artigo objetiva demonstrar que o eficaz enfrentamento às mudanças climáticas requer implementação dos Zoneamentos Econômicos Ecológicos previstos na legislação pátria, uma vez que são obrigatoriamente embasados em muitos estudos técnicos multisetoriais e consultas populares que os conferem legitimação democrática, além de contemplarem visão horizontal do território e pensamento em rede, em geral compreendendo a paisagem como o conjunto de relações complexas que envolvem historicidade, valorização das tradições e preservação da natureza no caminho do desenvolvimento. Assim, todos os componentes desse importante instrumento o tornam importante aliado dos planos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, de modo que precisam ser implementados com urgência e prioridade.

A metodologia adotada neste trabalho consistiu em revisão de literatura com pesquisa essencialmente qualitativa e predomínio do método científico dedutivo.

## **Título: 1085095 - Subsídios para a elaboração da Estratégia Brasil 2025**

Autores: Thomaz Fronzaglia, Marcelo de Macedo Reis, David Meister, Fabiano Chaves da Silva



Resumo: Este artigo trata das etapas de elaboração da Estratégia Brasil 2050 (EB2050), com foco na descrição dos principais insumos gerados no processo de construção, na conceituação dos elementos utilizados no processo de planejamento e na explicitação da natureza do conteúdo gerado e suas implicações para as etapas subsequentes.

O planejamento de longo prazo pode ter forte influência na formulação de políticas públicas e planos governamentais, buscando maior coerência e integração para responder aos desafios econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros do Brasil.

A EB2050 poderá ser o principal instrumento para conciliar os planejamentos regional e setorial de médio e longo prazos, orientando os investimentos públicos e privados e as medidas institucionais necessárias para promover as transformações necessárias para enfrentar a mudança do clima, a transição demográfica, a criação das infraestruturas necessárias para os desafios presentes e futuros e a sustentabilidade macroeconômica do cenário desejado.

A Portaria GM/MPO nº 244, de 7 de agosto de 2024, estabelece procedimentos e prazos para a estratégia nacional de longo prazo denominada “Estratégia Brasil 2050”. Segundo o art. 5º, cabe à Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN) a coordenação do processo de elaboração da EB2050.

Este artigo tem o objetivo de descrever os insumos gerados nas etapas de elaboração da EB2050: inventário de propostas para o Brasil a longo prazo; análise situacional e retrospectiva; definição e fundamentação de megatendências e incertezas críticas; elaboração e análise de estudos temáticos prospectivos; elaboração e análise dos estudos estratégicos; análise de estratégias ou planos nacionais, regionais e setoriais; participação social e articulação federativa; elaboração dos cenários para 2050. Foram utilizados procedimentos de análise documental com base nos resultados gerados pela SEPLAN/MPO, visando levantar os principais produtos de cada etapa e discutir suas contribuições para a análise estratégica.

Com base nesses insumos, são discutidas ao final as implicações e recomendações para a segunda fase da elaboração da EB2050, que deverá formular os atributos: visão de futuro, valores, diretrizes, eixos, orientações estratégicas, indicadores-chave nacionais, metas e perspectivas regionais.

## **Título: 1082605 - O ciclo de políticas públicas no planejamento de longo prazo: uma análise exploratória de entes subnacionais.**

Autores: Roberto Santos Matos, STEFERSON LIMA COSTA FERREIRA, Luiza Cabel Corteletti, Andre Luiz Cutrim Gallozio

Resumo: Apesar dos avanços normativos promovidos pela Constituição de 1988, que estabeleceu a conexão entre os instrumentos de planejamento e orçamento de médio e curto prazo (PPA, LDO e LOA), persiste uma lacuna regulatória importante no que tange ao planejamento de longo prazo. Diferentemente de ser tratado como uma política pública estratégica e contínua, o planejamento de longo prazo no Brasil é abordado na literatura especializada como uma prática pontual, adotada voluntariamente por alguns

entes públicos, especialmente os subnacionais. Esse cenário compromete a efetividade das ações governamentais e limita a capacidade de enfrentar desafios estruturais, como desigualdades socioeconômicas, mudanças climáticas, transição demográfica e restrições fiscais.

Neste contexto de desafios estruturais e novas possibilidades derivadas da “Estratégia Brasil 2050”, o presente artigo se propõe a mapear atividades e processos essenciais para fomentar o planejamento de longo prazo como uma política pública essencial. A pesquisa analisa a implementação dessa abordagem nos estados do "XX", "YY" e "ZZ", com o objetivo de identificar boas práticas adotadas nas diversas etapas dos ciclos de políticas públicas e orçamentário. A análise busca promover a integração das políticas públicas de longo prazo com as realidades locais e os desafios específicos de cada ente, mapeando processos testados, consolidados e adaptáveis para outras localidades.

Ademais, a pesquisa aborda os principais desafios na implementação do planejamento de longo prazo, como incertezas econômicas, mudanças políticas, a falta de metodologias consolidadas e a fragmentação da gestão pública. Para superar esses obstáculos, propõe-se a adoção de uma governança colaborativa que envolva diferentes níveis de governo, sociedade civil e setor privado, além da implementação de uma estratégia de financiamento, tendo em vista o alto percentual de despesas obrigatórias que limitam os investimentos estruturantes. A utilização de tecnologias inovadoras, como sistemas de monitoramento e avaliação contínua, é essencial para ajustar as políticas públicas às necessidades emergentes. Conclui-se que, para alcançar um desenvolvimento sustentável, é fundamental que o planejamento de longo prazo seja tratado como uma política pública de Estado, garantindo sua continuidade e relevância além dos ciclos eleitorais.

## **Título: 1079105 - Inteligência de Estado e Planejamento Governamental: A Inserção da Atividade de Inteligência no Plano Plurianual.**

Autores: Eriton Lincoln Torres Pompeu

Resumo: O presente trabalho consiste de uma análise exploratória por meio de pesquisa bibliográfica e de análise documental, destacando a importância da Política Nacional de Inteligência (PNI) e da Estratégia Nacional de Inteligência (Enint) como orientadores estratégicos para a comunidade de Inteligência brasileira, confrontados com a agenda política estabelecida pelo Plano Plurianual 2024-2027. O estudo buscou compreender a estrutura de governança da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), enquanto o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Como resultado, a pesquisa aponta a relevância de integrar a atividade de Inteligência ao Plano Plurianual (PPA), destacando a necessidade de maior transparência, governança e colaboração interdisciplinar para enfrentar desafios complexos e contemporâneos. A pesquisa também enfatiza que o estabelecimento de um componente programático de Inteligência de Estado no PPA poderia colaborar para a melhoria da reputação institucional da Abin, aperfeiçoando a integridade e governança pública por meio da construção de uma política pública de

Inteligência de Estado eficaz e democrática, que promova a integração, inovação e transparência na atividade de Inteligência, alinhada aos princípios constitucionais e aos interesses da sociedade brasileira.

### **Título: 1085110 - Governança e Participação na elaboração da Estratégia Brasil 2050**

Autores: Raquel Braga Barreto Sampaio, Fabiano Chaves da Silva, David Meister

Resumo: Este artigo analisa a governança e a participação social na construção da Estratégia Brasil 2050 (EB2050), instrumento de planejamento de longo prazo instituído pela Portaria GM/MPO nº 244/2024 e coordenado pela Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN). A EB2050 busca integrar políticas públicas e orientar investimentos para enfrentar desafios como mudança climática, transição demográfica e sustentabilidade macroeconômica.

O objetivo é avaliar como a governança multinível e a participação cidadã moldam a EB2050, promovendo uma visão de futuro agregadora e mecanismos de atualização e indução de planos setoriais e federativos.

Os procedimentos participativos, implementados ao longo de toda a elaboração, abrangem consultas públicas, oficinas, audiências e eventos regionais, assegurando a diversidade de perspectivas e a representatividade das demandas sociais. A construção colaborativa envolve setores público e privado, academia, Parlamento e sociedade civil, harmonizando subsídios técnicos a decisões fundamentadas. A estrutura de governança organiza-se em níveis institucional, técnico e intersetorial, congregando Executivo, Legislativo, órgãos de controle e colegiados federativos, promovendo integração e alinhamento entre as esferas governamentais, com diálogo regionalizado e alinhamento entre níveis de governo.

Insumos como inventário de propostas, análise situacional e cenários para 2050 sustentam o conteúdo técnico.

Os resultados apontam avanços na inclusão de vozes regionais e setoriais, refletindo a diversidade do país, mas identificam desafios na articulação federativa e na representatividade social. Para a próxima fase, recomenda-se fortalecer a participação cidadã e definir indicadores que incorporem perspectivas regionais, consolidando uma estratégia coesa e alinhada aos valores nacionais.

### **Título: 1084549 - Governança Colaborativa para Planejar o Desenvolvimento Sustentável em Longo Prazo**

Autores: Guilherme Maia Rebouças, Guilherme Uberti

Resumo: O presente artigo apresenta uma iniciativa de planejamento de longo prazo que vem sendo implementada em estado federado, por meio da qual se busca enfrentar três principais desafios: i) identificar, a partir de uma metodologia consistente, as grandes forças do ambiente em nível regional,

nacional e internacional decisivas para moldar o futuro do estado dentro de 25 anos, ii) estabelecer um sistema de governança compartilhada que integre o setor público, o setor privado e as organizações da sociedade civil, por meio do qual seja possível pactuar e coordenar agendas de ação transformadoras, a partir de instrumentos de monitoramento e avaliação e de controle social e iii) mobilizar a sociedade para participar de uma reflexão coletiva, em um período com valores cada vez mais individualistas e com as instituições políticas enfrentando uma crise de legitimidade. Para atender ao primeiro desafio, após ampla análise de experiências similares no Brasil e no mundo, decidiu-se por implementar a metodologia de Cenários Prospectivos, a qual vem sendo coordenada por equipe de governo devidamente capacitada. Mediante mobilização de especialistas de diversas áreas do conhecimento e distintos setores (público, privado e acadêmico), foram traçados quatro cenários de futuros possíveis para o estado, com base nas incertezas-chave para seu desenvolvimento. O aprendizado do corpo técnico tem sido primordial para efetivação da iniciativa na Administração Pública e preparação das próximas etapas: definição de objetivos estratégicos para o desenvolvimento de longo prazo e identificação de particularidades dos territórios de planejamento do estado nos cenários. Para o segundo principal desafio da iniciativa, foi criado grupo de trabalho com representantes das instituições parceiras, envolvendo os setores público, privado e acadêmico, além de organizações sociais, os quais vêm auxiliando na coordenação do projeto. Os parceiros ainda terão assento em conselho deliberativo no âmbito de governo, que terá a atribuição de pactuar estratégias para o desenvolvimento de longo prazo do estado, inspirado pelas reflexões realizadas no processo de cenarização. O terceiro desafio tem sido percorrido mediante ampla participação dos parceiros e será fortalecido com a implantação de diversas ferramentas no portal da iniciativa, as quais incentivarão a participação social e o letramento de futuros.

## **Título: 1080925 - Concessão Florestal e Planejamento de longo prazo**

Autores: Armando Eduardo de Souza

Resumo: O trabalho teve como objetivo analisar a Concessão Florestal como instrumento de planejamento de longo prazo. A metodologia de pesquisa utilizou uma abordagem exploratória e descritiva, com coleta de dados bibliográficos, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais envolvidos na concessão florestal. A área de estudo foi um estado federativo com cobertura florestal preservada e presença em seu território de áreas protegidas. As concessões florestais, instituídas pela Lei Federal nº 11.284/2006, são vistas como instrumentos para promover o manejo florestal sustentável e a regularização fundiária, gerando benefícios sociais e econômicos para as comunidades locais, através da concessão de florestas públicas para uso econômico empresarial ou comunitário, no prazo de 25 a 35 anos. A criação de uma unidade de conservação ambiental de uso sustentável voltada para a concessão florestal buscou ordenar o setor madeireiro da região de estudo e fomentar atividades como ecoturismo e exploração de produtos não madeireiros. Os resultados da pesquisa apontaram que a concessão florestal contribuiu para o processo

de transferência de terras públicas da união para o estado, promoveu o ordenamento territorial e contribuiu para a implantação de atividades econômicas sustentáveis na região. A concessão florestal estimulou o manejo florestal sustentável e o desenvolvimento da cadeia produtiva da madeira, proporcionando a instalação de uma indústria de processamento de madeira e de serviços, o aumento na arrecadação de impostos, a geração de empregos locais e a melhoria na infraestrutura da comunidade local. Com a concessão da floresta pública foi possível se constituir um fundo florestal para financiamento da melhoria da infraestrutura local e em atividades econômicas sustentáveis voltadas para a conservação ambiental e inclusão social, isso contribuiu para uma melhor gestão do orçamento público tendo em vista que os recursos financeiros do fundo otimizaram os investimentos públicos na região.

## **Título: 1081678 - CIDADES INTERMEDIADORAS COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Autores: MARIA SUZANA ABREU DA SILVA

Resumo: As cidades médias desempenham um papel estratégico na compreensão das dinâmicas territoriais, atuando como pontos de conexão entre áreas urbanas e rurais. Em um cenário de urbanização acelerada e crescente integração econômica, essas cidades exercem função exercida nos fluxos econômicos, sociais e administrativos, sendo fundamentais para a organização da rede urbana. A análise da gestão dos territórios onde essas cidades estão inseridas torna-se essencial para identificar estratégias de desenvolvimento regional. A forma como a rede urbana se estrutura e a gestão desses espaços impactam diretamente o sucesso das regiões, exigindo políticas públicas que potencializem suas funções e fortaleçam sua integração com os principais centros da economia global. (Silveira, 2025)

O Programa Cidades Intermediadoras, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), em por objetivo promover a ativação na rede das cidades intermediárias, responsáveis pela distribuição de bens e serviços públicos. A estratégia consiste em identificar núcleos de municípios com potencial de desenvolvimento, promovendo o crescimento dessas localidades planejadas e reduzindo a concentração populacional e econômica nas metrópoles e capitais, especialmente no litoral. Porém, cabe destacar, que as Cidades Intermediárias não são definidas com base em sua população, mas sim pelo papel estratégico que ajuda ou pode desenvolver no desenvolvimento regional. A territorialização do programa foi baseada nas regiões geográficas imediatas do IBGE, considerando o grau de dinamismo e a riqueza dos municípios. (Brasil, 2024)

Neste sentido, o objetivo dessa pesquisa é objetivo desta pesquisa é compreender as estratégias dessa política voltada para o desenvolvimento regional. Para atingir tal propósito, utilizou-se o método qualitativo, com a finalidade exploratória e descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Essas cidades não apenas facilitam o fluxo de bens, serviços e capitais, mas também são fundamentais na distribuição de infraestrutura, inovação e oportunidades, promovendo maior equidade e coesão territorial. Além disso, ao conjunto das redes econômicas e sociais, exercem influência

significativa na gestão territorial, operando como resultados de crescimento econômico e de melhoria da qualidade de vida nas regiões sob sua polarização. (Silveira, 2025)

### **Título: 1080675 - Análise comparativa sobre as políticas industrial e de inovação da Coreia do Sul e do Brasil**

Autores: Luís Guilherme Izycki

Resumo: A Coreia do Sul se destaca no cenário internacional devido a uma substancial melhoria nos aspectos econômicos e sociais. Entre 1970 e 2021, o PIB per capita sul-coreano passou de US\$ 100, em valores corrigidos pela inflação, para aproximadamente US\$ 35 mil, enquanto o brasileiro variou entre US\$ 1.500 e US\$ 7.500. Outros indicadores, como expectativa de vida, IDH e redução da desigualdade, evidenciam uma notável melhoria na qualidade de vida da população sul-coreana.

Um fator tido como fundamental para a evolução dos padrões de qualidade de vida na Coreia do Sul são as políticas industriais e de ciência, tecnologia e inovação adotadas após a Guerra da Coreia (1950-1953). A implementação de planos quinquenais entre o início dos anos 1960 e 1991, três anos após a redemocratização, fortaleceu a indústria nacional, com altos volumes de investimento público, em grande parte financiados externamente. Após a transição para o regime democrático, o país continuou a investir em ciência e inovação, garantindo o aumento da produtividade total dos fatores e da inovação no setor produtivo.

Embora o Brasil e a Coreia do Sul apresentem contextos socioeconômicos e geográficos distintos, tornando impossível a replicação simples de seus planos, este artigo realiza uma análise comparativa entre os aspectos do planejamento de longo prazo da Coreia do Sul, especificamente no que se refere à política industrial e de inovação, e o caso brasileiro, com foco na Estratégia Brasil 2050. O objetivo é entender como o Brasil pode consolidar um planejamento de longo prazo que favoreça a constituição de ambientes propícios à inovação, aliados a estratégias de desenvolvimento territorial.

### **Título: 1085168 - A LEI DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E TERRITORIAL E AS DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO ESTADUAL A LONGO PRAZO.**

Autores: Lorena Moura Santana, EDANGELA DE SOUSA CUTRIM GOMES, Debora Virginia Ferraz de Oliveira, Thiscianne Moraes Pessoa

Resumo: A política de planejamento territorial no Brasil surgiu, em meados dos anos 1960, com o objetivo do ordenamento territorial e com o intuito de reduzir desigualdades regionais. Após décadas da criação de planos e projetos nacionais e transformações econômicas, sociais, políticas e culturais no país, a política

pouco foi efetivada e é urgente que ela seja central no campo no planejamento no Brasil, que ao apresentar dimensões e complexidades continentais, entende-se a unidade de planejamento “território” como forma de um planejamento mais assertivo, para as pessoas, considerando espaço, economia e cultura. Destaca-se aqui, a divisão de um estado da federação em Territórios de Desenvolvimento, em 2007, e sua atualização em 2017, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável, redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida da população piauiense. O Planejamento Participativo Territorial foi instituído neste Estado através da Lei Complementar Nº 87, de 22 de agosto de 2007 e desde então, representantes dos territórios, iniciativa privada e poder público deliberam sobre potencialidades, respeitando as peculiaridades culturais, vocações produtivas e relações socioeconômicas de cada região. Assim, este trabalho faz uma análise de quase 20 anos da política no estado, sua estrutura, execução e investiga se, o Planejamento Participativo Plurianual, regionaliza o orçamento e as demandas estaduais, possibilitando a atuação com base nas potencialidades e nas características específicas de cada território. Para tal, foram levantados, nos documentos do PPA dos ciclos 2004-2007 a 2024-2027 do estado em questão, a ocorrência dos termos “planejamento participativo territorial”, “planejamento territorial” e “território” como diretrizes de direcionamento da política e de informações, e as estruturas dos documentos, se de fato, utilizam a Lei do Planejamento Participativo Territorial como norteador metodológico e de direcionamento orçamentário. Acredita-se que a transformação digital vivida na administração pública e as novas ferramentas têm sido positivas para fomentar a participação social nos processos e que também, apenas nos últimos dois ciclos, a territorialização das demandas ficou mais clara para Estado e cidadãos. Conclui-se que as diretrizes de planejamento a longo prazo têm base em uma política territorial eficaz.

## **Título: 1074931 - O planejamento de políticas públicas inclusivas e sustentáveis para a Educação na Sociedade 5.0**

Autores: NATALIA REGUEIRA DE OLIVEIRA

Resumo: A Estratégia Brasil 2050, que tem como uma de suas premissas a redução das desigualdades sociais e regionais, norteará todo o ciclo de planejamento, execução e avaliação de Políticas Públicas nos próximos 25 anos, o que aponta para a Educação como um fator determinante ao alcance de resultados que impactem a população brasileira. Neste sentido, o objetivo geral deste estudo é analisar, considerando o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social de um estado da Federação, associado aos produtos do Plano Plurianual elaborado pela Secretaria de Estado de Educação do mesmo estado, o potencial de contribuição da iniciativa regional para integrar a atuação governamental nacional no tocante à erradicação da extrema pobreza. Os objetivos específicos foram traçados para analisar possíveis impactos de políticas educacionais de base na efetiva inclusão socioprodutiva e para apresentar pontos de convergência entre políticas públicas educacionais executadas em âmbito regional e a elaboração de cenários desejados até 2050. A hipótese inicial desta pesquisa eleva a Educação como

elemento fundamental à condução do país à construção de futuros inclusivos e sustentáveis que coadunam com o funcionamento da sociedade 5.0. Para tanto, colocar o indivíduo no centro de todo este processo é o pilar a partir do qual o desenvolvimento social, por meio de processos de ensino-aprendizagem ativos, criativos e inclusivos, ensejará a reconstrução da identidade brasileira. Na metodologia serão consideradas categorias do materialismo histórico-dialético para, a partir do fenômeno regional, elaborar criticamente uma proposição que encaminhe o atingimento dos objetivos fundamentais da República, constituídos para erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, na forma do art. 3º, III da Constituição Federal. Ao final do trabalho é esperada a apresentação de oportunidades para direcionar futuros sustentáveis tanto para os educandos que atravessarão os próximos 25 anos quanto às próximas gerações.

## **02. Planejamento regional e setorial, agendas transversais e marco lógico dos programas de duração continuada, especialmente os de saúde, assistência, previdência, educação, segurança, saneamento, mobilidade, infraestrutura, energia, desenvolvimento econômico e meio ambiente**

### **Título: 1080224 - NOVAS REGIONALIZAÇÕES E O PLANEJAMENTO TERRITORIAL COMO AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CENÁRIO DE AUSTERIDADE FISCAL NOS ESTADOS**

Autores: Marcos Thimoteo Dominguez, Luciana Pereira Leis, Leandro Galheigo Damaceno

Resumo: Muitos estados brasileiros têm enfrentado períodos de crise econômica, o que tem levado à adesão a regimes de recuperação fiscal e instrumentos similares. Nesse contexto, as funções de planejamento público vêm sendo progressivamente subordinadas à gestão orçamentária governamental, que buscam restabelecer o equilíbrio fiscal no país. Inclusive, a necessidade emergencial de garantir recursos para o custeio e a manutenção da máquina pública tem se tornado uma barreira que inviabiliza investimentos estruturais de longo prazo voltados ao desenvolvimento econômico e regional.

O objetivo deste artigo é demonstrar que uma resposta a essa conjuntura tem sido a retomada do planejamento territorial no âmbito das Administrações estaduais. Do ponto de vista conceitual e metodológico, essa abordagem se fundamenta em três premissas básicas: (i) reconhecer o espaço como relacional e resultado das relações de produção; (ii) incorporar a análise multiescalar na formulação de políticas regionais e na organização socioespacial de ativos logísticos e atividades produtivas; e (iii) buscar novos conceitos e ferramentas tecnológicas que possibilitem a formulação de estratégias de desenvolvimento regional integrado, mesmo diante do contexto de austeridade fiscal nos entes



subnacionais.

Entre os eixos prioritários de ação, está em curso a construção de bases territoriais de referência para o planejamento e para a implementação de planos estratégicos de desenvolvimento. Para tanto, torna-se essencial o mapeamento dos fluxos de pessoas e serviços, bem como a identificação de dinâmicas econômicas regionais sustentáveis que possam ampliar a competitividade dos estados e fortalecer a coesão socioproductiva entre municípios e regiões.

Destacam-se como resultados alcançados a construção de novas regionalizações, o uso de unidades espaciais de planejamento e a produção mapas estratégicos de forma a orientar o debate entre as esferas estadual e municipal para fins de efetividade das políticas de desenvolvimento regional.

Acredita-se, assim, que a reconfiguração socioproductiva de regiões e territórios nos estados requer, de fato, estratégias de longo prazo, mas que estejam ancoradas na materialização de métodos e instrumentos do planejamento territorial.

## **Título: 1085192 - O Financiamento Internacional da Política Socioambiental e seus impactos fiscais.**

Autores: Francisco Carneiro De Filippo

Resumo: Este artigo visa trazer luz para um debate cada vez mais urgente no âmbito das finanças públicas brasileira e mundial, que é a necessidade de criar uma estrutura fiscal específica para o enfrentamento das mudanças climáticas e a conservação e uso fruto sustentável da biodiversidade brasileira.

O ano de 2024 foi cheio em evidências de que as mudanças climáticas já são um fato no país e no mundo. E o impacto fiscal do processo de adaptação ou de enfrentamento às emergências criadas não é pequeno. A estrutura fiscal brasileira não está preparada para este desafio. Mesmo com o avanço alcançado pela Emenda Constitucional 126 de 2022, muitas das principais ações conduzidas pelo Estado brasileiro só foram possíveis a partir de exigências da Suprema Corte, tais como o processo de desintrusão dos territórios indígenas ou o aumento das brigadas de incêndio nos incêndios enfrentados no Pantanal em 2024, forçando o governo a abrir créditos extraordinários.

Em outra frente, o Brasil tem liderado os debates sobre a estrutura do financiamento ambiental internacional. Este debate, que já este no centro da 16ª Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade (COP16) em Cali e da 29ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP29) em Baku, também será pauta da COP30, que ocorrerá em novembro, em Belém. Um dos anúncios esperados para Belém é o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Frente (TFFF) em inglês, que pretende gerar estabilidade no fluxo ambiental internacional para o Brasil e demais países detentores de florestas tropicais.

Deduz-se, seja no âmbito da despesa (processos de adaptação e de enfrentamento às emergências), seja no âmbito das receitas (Novos fundos e mecanismos financeiros), que a política fiscal não pode mais tratar as mudanças climáticas como apenas mais uma política a ser incorporada no rol das ações do Estado. Tais mudanças também tem gerado impactos estruturais na dinâmica das finanças públicas e precisam ser encarados com a devida qualidade, para buscar a melhor qualidade do gasto e a eficiência nas políticas. O artigo ora apresentado, visa aprofundar este debate.

### **Título: 1084864 - O monitoramento como um instrumento de gestão pública e os impactos no Sistema Socioeducativo**

Autores: Elaine Almeida de Jesus Barroso, MARIROZE VILANOVA DE GÓIS, Cleber Pinto da Silva

Resumo: Este artigo traz reflexões sobre como o processo de monitoramento ativo produziu resultados na Política de Atendimento Socioeducativo, materializando compromissos assumidos por governos em instrumentos legais de planejamento há mais de 10 anos. As mudanças promovidas pela administração pública acerca da integração do planejamento e do monitoramento se constituíram em mecanismos que possibilitaram maior efetividade, eficácia e eficiência na gestão de programas de atendimento socioeducativo, que atende a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Os caminhos percorridos nesta investigação permitiram resgatar momentos históricos do Ciclo de Gestão da Administração Pública, bem como do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, trazendo à luz a presença e a pertinência da temática do atendimento socioeducativo, considerando a forma de inserção do órgão gestor e os compromissos assumidos nos PPA, desde 2012 e nos Planejamentos Estratégicos desde 2007 até o momento atual. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, numa abordagem exploratória, descritiva e qualitativa, nos instrumentos de planejamentos, assim como na ferramenta tecnológica utilizada para o monitoramento. O processo de monitoramento realizado a partir de reuniões periódicas, do acompanhamento de pontos de controle e de pontos de balanço de metas, viabilizou o acesso a dados e informações que subsidiaram decisões relevantes para o Fortalecimento do Sistema Socioeducativo, com impacto no padrão de serviço na área de segurança, saúde, educação e proteção social para garantir o atendimento adequado dos adolescentes, jovens e suas famílias, a exemplo da implantação do Sistema de Videomonitoramento, e da PNAISARI - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei. Nesse sentido, vale ressaltar que em decorrência do processo de planejamento e de monitoramento a Política de Atendimento Socioeducativo vem conquistando espaços que a aproxima do patamar de prioridade absoluta resguardado constitucionalmente, assim como viabiliza a tomada de decisão na definição e revisão dos compromissos na agenda transversal de políticas públicas.

## **Título: 1081160 - PERFIL SOCIOECÔNOMICO DO SEGMENTO DE AUTOESCOLAS EM MATO GROSSO**

Autores: Anderson Nunes de Carvalho Vieira, Cleberson de Souza Faria, Guilherme Rangel Santos, Isabel Nelly Bandeira de Figueiredo

Resumo: O estudo analisou o perfil socioeconômico das autoescolas em Mato Grosso entre 2023 e 2024, utilizando uma abordagem mista e aplicando questionários a 91 autoescolas ativas no estado. A maioria opera como microempresas, com as aulas práticas de direção sendo a principal fonte de receita. No entanto, o setor enfrenta desafios como inadimplência, baixa escolaridade dos candidatos, altos custos operacionais e dificuldades nos serviços do DETRAN-MT, além de pressões macroeconômicas, como inflação e preço dos combustíveis. A pesquisa destacou a importância econômica e social das autoescolas, que geram empregos, movimentam a economia local e promovem segurança viária.

A maioria das autoescolas é classificada como CFC-AB, oferecendo aulas teóricas e práticas, e está localizada no interior do estado, facilitando o acesso à formação de condutores. Entre os principais entraves estão a falta de padronização nos preços, dificuldades operacionais no DETRAN-MT, concorrência desordenada e alta rotatividade de instrutores, o que impacta a qualidade do ensino. A pesquisa também apontou a necessidade de investimentos em tecnologia, treinamento profissional e políticas públicas de incentivo para garantir maior competitividade e sustentabilidade.

Apesar dos desafios, o setor tem potencial para crescimento com a adoção de tecnologias inovadoras, como simuladores de direção e ensino à distância, além de melhorias na gestão operacional e parcerias entre setores público e privado. A capacitação e valorização dos instrutores são fundamentais para a qualidade do ensino, e a criação de um ambiente regulatório mais favorável pode contribuir para a modernização do setor, promovendo um trânsito mais seguro e uma economia mais dinâmica em Mato Grosso.

## **Título: 1076661 - Planejamento de longo prazo e monitoramento de indicadores através de um Painel de Situação de Saúde**

Autores: Bárbara Melo, Carolinne Rodrigues

Resumo: Considerando a imperiosa necessidade de estabelecer ações conjuntas de planejamento e monitoramento das políticas públicas de saúde voltadas para resultados entre a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Saúde de um determinado ente, o presente trabalho destina-se à explicitar os passos para a construção de um Painel de Situação de Saúde, contendo indicadores alinhados com os direcionadores estratégicos de governo.

O supracitado painel apresenta os seguintes indicadores: Mortalidade por causas evitáveis; Mortalidade

por doenças crônicas não transmissíveis; Mortalidade por acidente de transporte terrestre; Mortalidade materna; Mortalidade infantil e na infância; Mortes a esclarecer; Proporção de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal; Cobertura vacinal. Para o feito, são utilizadas bases oficiais do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos, do Painel de Cobertura Vacinal, além do estudo de estimativas populacionais por município, idade e sexo disponível no DATASUS.

Os indicadores refletem o cenário de mortimorbidade dos residentes da localidade, intimamente relacionado às condições de desenvolvimento socioeconômico e de infraestrutura, bem como ao acesso e à qualidade dos serviços disponíveis nas redes de atenção. Resta notório que, com o envelhecimento da população e o aumento das taxas de urbanização, novos desafios estão lançados no planejamento em saúde.

Cumpra destacar ainda que a escolha dos indicadores está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas, demonstrando a preocupação no atingimento das metas propostas até 2030. Ademais, foram consultados o Plano Nacional de Saúde 2024-2027 e o Ranking de Competitividade dos Estados, garantindo aderência a tais instrumentos de planejamento.

Em suma, a ferramenta visa oferecer uma visão global da situação epidemiológica do ente ao longo do tempo e balizar a alta gestão na tomada de decisão tempestiva baseada em evidências. A vigilância dos fatores determinantes e condicionantes de saúde possibilita o direcionamento das ações de prevenção e promoção em saúde, bem como a priorização das intervenções com maior impacto para a população, garantindo eficiência na aplicação dos recursos públicos.

## **Título: 1085215 - Planejamento e orçamento do planejamento: instâncias de participação sobre Segurança Alimentar e Nutricional no estado de São Paulo**

Autores: Tamara Correia de Andrade

Resumo: A Covid-19 intensificou os desafios à gestão pública, especialmente no que se refere à segurança alimentar e nutricional (SAN): em 2022, 6,8 milhões de cidadãos do estado de São Paulo viviam sob insegurança alimentar. As necessárias ações de enfrentamento foram recepcionadas pela desarticulação de instâncias e mecanismos de planejamento no estado. A Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan/SP), responsável por articular e integrar órgãos e entidades da administração estadual que se dedicam à promoção da SAN, elaborou o 1º Plano Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSan) para o quinquênio 2019-2023. Durante sua vigência, deveria ter sido realizada Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – a anterior ocorrera em 2015 e só se sucedeu em 2023 – para subsidiar a feitura da 2ª edição do PlanSan. Esta nova edição do Plano nunca foi apresentada. A Conferência é coordenada pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea/SP), órgão colegiado que não realizou nenhuma reunião ordinária de agosto de 2019

a junho de 2021, a despeito da periodicidade bimestral prevista em Regimento. Diferentemente do Consea nacional, que chegou a ser extinto por Medida Provisória editada pela Presidência da República, o Consea/SP sempre esteve ativo.

No Brasil, o planejamento de políticas públicas é tarefa encampada também pelo orçamento público, que viabiliza projetos e programas destinados ao atingimento de objetivos de desenvolvimento nacional e subnacional. Neste sentido, as peças orçamentárias devem ser forjadas de forma que as decisões de arrecadação e gasto público sejam direcionadas à função social da ação pública. Para assegurar efetividade, então, é preciso que as políticas contempladas nos orçamentos reflitam os objetivos econômicos e programáticos feitos pelo governo. No que se refere às políticas de SAN, há toda uma arquitetura de instâncias e órgãos de participação, discussão e deliberação, que os últimos anos mostraram ser essenciais para formular e implementar políticas públicas adequadas. Assim, o trabalho proposto pretende analisar os orçamentos anuais estaduais de São Paulo, a fim de investigar a evolução das dotações destinadas às instâncias de articulação e assessoramento, nomeadamente Caisan/SP e Consea/SP, cujo funcionamento é essencial para o planejamento das políticas de SAN.

## **Título: 1078322 - Planejamento e Orçamento por resultados: painel integrado de indicadores e metas de resultados de políticas públicas setoriais**

**Autores:** Ricardo Luiz de Albuquerque Moreira Filho, Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros, Ryan Paulo da Silveira Amorim, Júlia Nascimento Ribeiro

**Resumo:** INTRODUÇÃO. Este trabalho apresenta a produção de um painel integrado de indicadores e metas de resultados em políticas públicas setoriais na perspectiva de planejamento e orçamento por resultados. O objetivo do painel é aumentar o alinhamento e a integração entre os produtos e resultados que a política precisa gerar e a distribuição de insumos por meio de créditos orçamentários, de modo a garantir a adequação do modelo lógico da ação pública.

**MATERIAIS E MÉTODOS.** Foram coletados dados de indicadores de cobertura e resultados das políticas públicas de educação, saúde e segurança, com o estabelecimento de metas a partir de benchmarking a partir de unidades de referência na mesma região administrativa do Estado de análise. Após a construção dos indicadores e das metas, foi analisada a estrutura orçamentária, de modo a perceber quais insumos estão conectados aos indicadores de cobertura e resultado, construindo um modelo lógico que permite acompanhar a consecução dos indicadores.

**RESULTADOS.** Painel de dados integrados com dados orçamentários, indicadores de cobertura e indicadores de resultados, com as respectivas metas. O painel está em versão de mínimo produto viável (MVP), com a coleta dos dados sendo reformulada para facilitar a integração e a segmentação dos dados, sempre que possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS. Espera-se que este artigo possa contribuir com a discussão sobre a construção de modelos lógicos, e combinação de indicadores e metas de orçamento, cobertura e resultados, de modo a garantir uma melhor gestão da ação pública e transparência à população.

### **Título: 1085031 - PPA 2024-2027 e o planejamento regional**

Autores: Dorotea Blos, Flávia Pedrosa Pereira, Adriana Marques Bento Ávalos

Resumo: Uma inovação implementada no PPA 2024-2027, foi a inclusão da dimensão territorial no planejamento de médio prazo do governo federal. Comandos constitucionais colocam a oportunidade de parceria entre o PPA e os Planos Regionais de Desenvolvimento – PRDs, buscando fomentar o planejamento de objetivos e metas do governo federal de forma regionalizada e contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Por outro lado, a atuação do Governo Federal com o objetivo explícito de redução das desigualdades regionais tem como principais instrumentos os Planos Regionais de Desenvolvimento - PRDs do Nordeste - PRDNE, da Amazônia - PRDA e do Centro-Oeste - PRDCO. Segundo as leis complementares que criaram as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, da Amazônia - Sudam e do Centro-Oeste - Sudeco, os planos regionais são elaborados em articulação com os governos estaduais e distrital e com o Governo Federal, com vigência de quatro anos e tramitação conjunta com o PPA.

Estas convergências incentivaram o Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO a propor, no momento da concepção metodológica do PPA 2024-2027, uma atuação conjunta com as referidas Superintendências e com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR para buscar instrumentos e procedimentos que permitissem uma maior aproximação entre os Planos Regionais de Desenvolvimento e os Programas Finalísticos do Governo Federal em elaboração. Isto se iniciou com as Oficinas do Ciclo Regional, nas quais estes planos foram discutidos, em articulação com as demais oficinas do PPA, e, posteriormente, formalizou-se com a criação, na camada gerencial do PPA, de três Agendas Transversais Territoriais, uma para cada plano regional - PRDNE, PRDA e PRDCO.

Resultados importantes puderam ser identificados nesta experiência, com a adesão de 24 Ministérios Setoriais, permitindo que 68 Programas Finalísticos pudessem se articular com os programas dos PRDs nos temas de desenvolvimento produtivo, inovação, infraestrutura, meio ambiente, capacidades governativas e desenvolvimento social. Cerca de 46% da totalidade das Entregas do PPA, bens e serviços a serem entregues para a sociedade no período de 2024-2027, foram incluídos nas agendas territoriais, permitindo um monitoramento mais próximo da atuação do governo federal nas Regiões Nordeste, Centro-Oeste e na Amazônia.

## **Título: 1085048 - Planejamento setorial e a relevância da priorização regional e populacional para a promoção da equidade em saúde**

Autores: Rafael Bueno, Beatriz Cipriano Portella

Resumo: O Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (Dathi / Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente / Ministério da Saúde) definiu que seu planejamento estratégico e programação anual terá priorização por região e/ou por população em situação de maior vulnerabilidade.

A análise de situação elaborada pelo Dathi apontou que 30% dos casos de Hepatite B estão concentrados em 22 municípios; 50% dos casos de sífilis estão concentrados em 52 municípios; ? dos casos novos de tuberculose estão concentrados em 14 municípios; 51% dos casos de aids no Brasil foram registrados nas regiões Norte e Sul; e a prevalência de HIV em travestis e mulheres trans é de 19,9%, o que representa uma chance 66 vezes maior de infecção quando comparado com outras pessoas.

Diante disso, o trabalho teve como objetivo a construção de evidências sobre o planejamento setorial em saúde e a relevância da priorização para a equidade em saúde.

A vinculação entre o planejamento estratégico e a programação anual do Dathi foi analisada de forma quantitativa e qualitativamente, alinhada com o campo de planejamento em políticas públicas, e com o propósito de identificar lacunas e propor melhorias contínuas. O planejamento estratégico do Dathi expressa sua agenda político-estratégica através do conjunto de objetivos e metas, que devem ser alcançados até 2027. Em complemento, e de forma sinérgica, a programação anual do Departamento tem a função de operacionalizar os objetivos e metas do planejamento estratégico, a partir de um conjunto de metas e ações orientadas para o alcance de resultados anuais.

A partir dos resultados obtidos na produção de relatórios, modelos lógicos e apresentações executivas, chegou-se à conclusão que a resposta nacional ao HIV, aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) não será efetiva caso não seja orientada pela priorização por região do país e/ou por população em situação de maior vulnerabilidade.

Como próximos passos, o Dathi irá adequar seu sistema de programação anual, elaborar oficinas de priorização, e produzir um painel de informações e materiais de comunicação.

## **Título: 1084883 - Plano de Ação para Articulação Territorial**

Autores: RUY COUTO TOURINHO

Resumo: RESUMO

A Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, instituindo o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - Cedeter e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - Codeter.

O Governo da Bahia reconheceu a legitimidade da divisão territorial, adotando-a como unidade espacial de planejamento. Para tanto, foi necessário ampliar a representação da sociedade e o escopo das políticas trabalhadas nos espaços colegiados existentes nos territórios, acrescentando às demandas rurais as temáticas e as entidades urbanas. Desta forma, os territórios rurais passaram a ser reconhecidos como Territórios de Identidade.

Com o objetivo de apontar diretrizes, linhas de ação, atividades e indicadores que potencializem o desenvolvimento sustentável e solidário dos 27 Territórios de Identidade existentes no Estado da Bahia, elaborei um Plano de Ação para Articulação Territorial com a inserção de incubadoras de projetos e iniciativas locais, estimulando a capacidade empreendedora, atuando como alternativa de geração de novos negócios, empregos e renda e qualificando projetos e empreendimentos sociais nascentes ou estabelecidos.

As linhas de ação, atividades e indicadores descritos neste Plano de Ação visam acelerar os processos de articulação territorial junto aos Agentes de Desenvolvimento Territorial – ADT e Colegiados Territoriais que atuam nos Territórios de Identidade, buscando identificar ideias e iniciativas empreendedoras que podem ser transformadas em projetos a serem absorvidos por incubadoras.

Este Plano de Ação para Articulação Territorial contempla três fases:

- 1ª Fase – Mapeamento do Território de Identidade: suas potencialidades, aspectos dificultadores e articulação com representantes locais (Setaf, Cesol, Prefeituras, órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, dentre outros);
- 2ª Fase – Análise da capacidade de atendimento às demandas atuais e futuras, com inserção de incubadoras;
- 3ª Fase – Proposição de soluções tecnicamente adequadas, em conjunto com os Agentes de Desenvolvimento Territorial – ADT e diversas instâncias dos Colegiados e Consórcios Públicos.

## **Título: 1084591 - PROCESSO DE LICITAÇÕES PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP) NO BRASIL**

Autores: Viviane Silva De Paula, Alessandra Gonçalves de Oliveira

Resumo: Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil são colaborações entre governo e empresas privadas para fornecer serviços ou infraestrutura pública, como transporte e educação. As PPPs



oferecem benefícios como financiamento privado, transferência de riscos e eficiência na gestão. No entanto, também apresentam desafios como complexidade contratual, garantia do interesse público e risco de custos excessivos. O processo de licitação para PPPs é regulamentado por leis para garantir transparência e competitividade. As empresas interessadas devem atender requisitos de qualificação. Na educação, as PPPs podem contribuir para construir e modernizar escolas, além de oferecer programas inovadores. É crucial garantir o alinhamento com o interesse público e o direito à educação. O artigo examina casos como o VLT na Baixada Santista e no Rio de Janeiro, e a parceria com o Sistema "S" na educação. As PPPs exigem planejamento, regulamentação e monitoramento para o sucesso. Elas podem ser valiosas para o desenvolvimento de serviços públicos, mas exigem cuidado na implementação.

### **Título: 1085097 - Projeto de Atualização dos Limites Municipais: A atuação estratégica da SEPLAN para fortalecer a eficiência da gestão pública no planejamento territorial e desenvolvimento regional.**

Autores: Danilla Costa de Andrade, VANESSA DOS ANJOS COSTA, Maria Clara Haywanon Santos Araujo

Resumo: O Projeto de Atualização dos Limites Territoriais Municipais do Estado de\*\*\*\* analisa e atualiza as fronteiras intermunicipais para melhorar o desenvolvimento regional e o planejamento territorial. A iniciativa busca ajustar as imprecisões nos limites municipais, promovendo uma gestão pública mais eficiente e integrada. Além disso, fortalece as dinâmicas regionais, culturais e sociais, garantindo segurança jurídica e social, tornando o planejamento territorial e a implementação de políticas públicas mais eficazes.

Desde 2024, a Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Gestão Metropolitana (SDR), da SEPLAN, coordena o projeto em parceria com a Assembleia Legislativa, PGE e o IBGE. Os limites intermunicipais do Estado foram definidos por leis de 1954, com descrições imprecisas e sem georreferenciamento. As mudanças nas dinâmicas territoriais resultaram em desmembramento de fazendas, alteração de nomes de localidades e extinção de marcos referenciais, gerando conflitos entre municípios. Para evitar litígios e consolidar limites administrativos com informações precisas, o projeto foi instituído pela Lei nº 8.219/2017. O objetivo é atualizar as bases legais que definem as divisas político-administrativas do Estado. Até o momento, quatro malhas municipais foram atualizadas e seis estão em andamento, com cronograma de 2025 a 2028. O trabalho envolve a construção de um acervo técnico cartográfico, com identificação e descrição de vértices, limites naturais e artificiais georreferenciados, além da confecção de mapas.

A metodologia inclui análise das legislações vigentes, levantamentos de campo e entrevistas com comunidades das faixas fronteiriças. Os dados coletados embasam os projetos de lei enviados à Assembleia Legislativa, visando consolidar uma malha territorial homogênea e integrada, respeitando limites administrativos praticados, o direito consuetudinário e o pertencimento da população local. A

atualização dos limites intermunicipais, com base em informações georreferenciadas, permite atualizar os limites territoriais de forma consensual entre municípios, órgãos institucionais e população. Além de corrigir legislações obsoletas, essa iniciativa soluciona disputas territoriais, evita novos litígios e fortalece a eficiência na distribuição de recursos públicos.

### **Título: 1085044 - Projeto Fortalecendo a Cultura de Planejamento: elaboração dos planejamentos estratégicos das setoriais**

Autores: Regiani Cristina De Oliveira, Mayara de Souza Galdino, Erika da Silva Santos, Departamento de Planejamento Governamental

Resumo: Um dos principais desafios na gestão pública brasileira é integrar o planejamento como ferramenta estratégica para garantir a efetividade das políticas públicas e alcançar resultados concretos para a sociedade. Nesse contexto, foi concebido o Projeto Fortalecendo a Cultura de Planejamento, com o objetivo de desenvolver os planejamentos estratégicos setoriais, promovendo a institucionalização e o alinhamento dos instrumentos de planejamento governamental no Estado. O projeto visa disseminar as práticas e a cultura de planejamento nos órgãos estaduais, superando a abordagem formal.

O projeto envolve a elaboração dos Planos Estratégicos Setoriais em parceria com a Escola de Governo. A iniciativa prevê a capacitação de servidores, além de orientação e acompanhamento dos órgãos do Poder Executivo Estadual, com foco na obtenção de resultados efetivos na execução dos programas governamentais, com indicadores e entregas de curto e médio prazo.

A metodologia inclui a apresentação dos conceitos essenciais para o diagnóstico setorial, o desenvolvimento da identidade organizacional (missão, visão e valores), a elaboração do mapa estratégico – com objetivos, indicadores e metas –, e a criação do portfólio de projetos. Cada módulo do curso é finalizado com exercícios práticos de elaboração dos componentes do planejamento e a entrega do Planejamento Estratégico Setorial de cada órgão participante.

O público-alvo do curso são gestores políticos e equipes dos órgãos do Poder Executivo Estadual, com prioridade para membros da Rede de Planejamento e Orçamento Governamental – REPLAG, composta pelos responsáveis pelo planejamento e orçamento das setoriais. O curso tem carga horária de 120 horas, divididas entre aulas presenciais (teóricas e práticas), construção coletiva nos órgãos setoriais, nivelamento com as equipes e o processo de análise e elaboração dos planos completos.

A Secretaria de Planejamento coordena todo o processo de capacitação e elaboração dos planos, assegurando o alinhamento com os instrumentos de planejamento e orçamento vigentes. Essa abordagem, que inclui a formação dos servidores e a construção coletiva dos planos, promove um empoderamento significativo das equipes. Ao participarem ativamente do processo, os servidores desenvolvem um profundo entendimento das ferramentas de planejamento, aumentando sua confiança e capacidade de utilizá-las na prática.

## **Título: 1080029 - Neutralização de dióxido de carbono na administração pública: um compromisso com a ação climática do ODS 13**

Autores: Cristiano Cunha, Elaine Almeida de Jesus Barroso, André Dantas e Silva

Resumo: No Brasil, foram emitidas 2,4 bilhões de toneladas brutas de Gases de Efeito Estufa (GEE's), em 2021, representando um aumento de 12,2% em relação ao ano de 2020, sendo que o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) é responsável por 60% do efeito estufa o qual tem como consequência as mudanças climáticas e, conseqüentemente, aquecimento global e algumas catástrofes ambientais. Em caráter inovador, a SEPLAN teve objetivo de realizar ações mais sustentáveis no que se refere ao meio ambiente, através da neutralização de dióxido de carbono proveniente das ações realizadas durante o 2º Seminário de Gestão Estratégica, alinhando as ações ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) - Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, e realizando o plantio de árvores nativas pela população. Para isso, adotou o Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol) para quantificar as emissões do dióxido de carbono gerado pelo evento e a, conseqüente, conversão para o plantio de árvores nativas, permitindo uma compensação ambiental. Assim, chegou-se ao quantitativo de 54.000kg de dióxido de carbono emitidas durante o 2º Seminário de Gestão Estratégica, sendo estimada a quantidade de 135 espécies florestais do bioma Mata Atlântica, as quais foram doadas à Secretaria de Meio Ambiente. O plantio de mudas com os alunos foi realizado como parte de ações de educação ambiental, visando à conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente. A SEPLAN firma a preocupação com a gestão pública, pois estrutura a tomada de decisão e a alocação de recursos para atingir os objetivos e metas previstos no Planejamento Estratégico (2023-2026) do governo do Estado e, quanto signatário do Movimento ODS, toma medidas para combater as mudanças do clima e seus impactos, contemplando o ODS 13. Portanto, permitiu-se o envolvimento da comunidade escolar através de uma ação prática de educação ambiental, benefícios ambientais e ecológicos diretos e indiretos, e é um benchmarking que serve como uma boa prática e que pode ser replicado por outros órgãos públicos e empresas privadas que desejam compensar suas emissões de dióxido de carbono na atmosfera em seus projetos ou processos de produção aliando com a proposta dos ODS.

## **Título: 1085042 - Planejamento quadrienal de Políticas Transversais**

Autores: Ariadne Muricy Barreto, Dilma Santana de Jesus, Nícia Moreira da Silva Santos, Ranieri Murici

Resumo: O presente artigo trata da criação do Programa Especial, inovação metodológica no Plano Plurianual, que visa promover visão ampliada das políticas eminentemente transversais, possibilitando melhores condições para a gestão destas. Este componente revela áreas estratégicas, prioridades de

Governo e compromissos assumidos com a população para viabilizar o desenvolvimento ambientalmente sustentável e inclusivo do Estado. As políticas transversais tratam de problemas públicos complexos e possuem desafios multidimensionais e multisetoriais para sua implementação. Elas dependem de forte cooperação, intra e inter governamental, e de soluções inovadoras para sua gestão. A partir de uma metodologia que coloca os problemas da realidade social como foco da ação governamental, ratifica a vinculação do plano de médio prazo ao plano estratégico de longo prazo, reforçando a integração dos instrumentos de planejamento, podem ser estruturados Programas no PPA com melhores condições de contribuir para as políticas públicas de que tratam. É o caso do Programa Especial. O Programa Especial tem o seu nome e ementa definidos na Lei do PPA, aspecto que o difere da Agenda Transversal instituída pelo Governo Federal e outros Governos Estaduais. A inserção em Lei deste componente fortalece a programação plurianual e a orçamentária anual das políticas transversais e contribuem para melhor aprimoramento da gestão estratégica destas políticas. Além disso, diferente do Programa Temático do PPA, estruturado com componentes e atributos próprios, o Programa Especial é constituído pelo Mapeamento da Transversalidade, mecanismo gerencial que expressa a seleção de conteúdos de Programas Temáticos que, direta e significativamente, contribuem para o alcance do seu objetivo. Em face da criação do Programa Especial, abrem-se novos rumos para a implementação dos orçamentos sensíveis na Administração Estadual e, por consequência, melhores condições para a implementação, o monitoramento e avaliação e o aperfeiçoamento das políticas por ele abarcadas. O artigo se baseia na análise da literatura aplicável, documentos e discussões técnicas realizadas pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia.

## **Título: 1084773 - Metodologia para mapeamento e focalização do público-alvo para programa de visitação domiciliar da primeira infância a partir de microdados do Cadastro  nico para Programas Sociais**

Autores: Tomás Pinheiro Fiori

Resumo: O estudo apresenta uma metodologia de mapeamento e prioriza o do público-alvo utilizada em um programa que   referência em visita o domiciliar voltada para o desenvolvimento integral na primeira infância. A metodologia baseia-se na utiliza o dos microdados do Cadastro  nico para Programas Sociais (Cadúnico), permitindo um retrato tempestivo da popula o infantil em condi es de pobreza e extrema pobreza. O estudo substitui uma abordagem anterior, baseada nos microdados do Censo Demográfico de 2010, oferecendo um método mais dinâmico e responsivo em conjunturas de grande volatilidade social e territorial, como foi o caso da pandemia da COVID-19.

A estratégia adotada parte da contagem de indivíduos conforme múltiplas dimensões observadas nos dados do Cadúnico. Foram definidos quatro cenários para o mapeamento, variando conforme os critérios de elegibilidade utilizados. O cenário priorizado neste estudo considera crianças cujas famílias se

enquadram nas faixas de renda do principal programa de transferência de renda do país, na época de sua elaboração denominado Auxílio Brasil. Outros cenários incluíram faixas adicionais de baixa renda e estimativas de gestantes.

Além do mapeamento do público-alvo, foi proposto um Índice de Vulnerabilidade da Primeira Infância Municipal (IVPIM), que combina a proporção de crianças vulneráveis sobre a população infantil total com um escore de severidade das condições enfrentadas, calculado a partir de outras variáveis que também caracterizam a composição familiar e as condições de vida das famílias do cadastro. O índice permitiu uma comparação mais qualificada entre municípios e a focalização do programa, uma vez que o público-alvo potencial mapeado excedia em muitas vezes a disponibilidade de visitantes.

Além disso, o teste simples de correlação com a principal medida de desenvolvimento socioeconômico municipal disponível indicou associação entre melhores níveis de desenvolvimento e menor vulnerabilidade. Os resultados foram utilizados para a elaboração do edital de adesão municipal ao programa em 2023 e seguem pautando as metas de referência do programa e outras políticas gestadas a partir dele.

## **Título: 1084954 - Desafios e avanços na implementação de Orçamentos Sensíveis a Gênero e Raça nos estados e municípios brasileiros**

Autores: Beatriz Rodrigues Sanchez, CAROLINE PERISSINI BLASQUE, Pedro de Lima Marin

Resumo: A incorporação das perspectivas de gênero e raça no planejamento e execução orçamentária representa um avanço na busca por equidade nas políticas públicas uma vez que contribui para uma melhor utilização dos recursos públicos tendo em vista a redução das desigualdades sociais. No Brasil, a implementação do Orçamento Sensível a Gênero e Raça (OSGR) enfrenta desafios relacionados à institucionalização, capacidade técnica e resistência política, mas também apresenta avanços importantes em algumas unidades subnacionais. Este trabalho analisa os principais entraves e boas práticas na adoção do OSGR em estados e municípios, destacando o papel das agendas transversais na integração dessas diretrizes às políticas setoriais.

Metodologicamente, o artigo baseia-se em estudos de caso de experiências subnacionais que implementaram iniciativas de OSGR, examinando sua formulação, os mecanismos de monitoramento e os impactos na alocação de recursos públicos. A coleta dos dados foi realizada a partir de oficinas de capacitação e de eventos realizados no âmbito da Rede Orçamento Mulher, composta por gestores públicos, pesquisadores e organizações da sociedade civil. A análise considera fatores como a estrutura institucional e o engajamento de atores governamentais e da sociedade civil durante o processo de implementação do OSGR.

Os resultados preliminares indicam que a transversalidade do OSGR é um fator estratégico, mas também um desafio, devido à fragmentação entre setores e à necessidade de articulação interinstitucional. Além disso, experiências exitosas demonstram que marcos normativos, capacitação contínua e o uso de

indicadores desagregados por raça e gênero são fundamentais para consolidar o OSGR como ferramenta de planejamento governamental.

### **Título: 1084691 - Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais para o planejamento de políticas de prevenção e mitigação de desastres naturais por excesso de chuva**

Autores: Mariana Lisboa Pessoa, Bruno Paim, Tomás Pinheiro Fiori, Pedro Tonon Zuanazzi

Resumo: A recorrência de eventos climáticos extremos – potencializada pelas mudanças climáticas que vêm alterando o regime global de precipitação – tem causado desastres, muitas vezes de grandes magnitudes, que resultam em impactos econômicos, sociais e ambientais significativos. As geotecnologias vêm se destacando como um conjunto de ferramentas essenciais na elaboração e implementação de políticas públicas, tanto de prevenção e monitoramento, como de resposta e mitigação de danos causados, auxiliando na identificação das áreas atingidas ou mais suscetíveis à ocorrência desses eventos, bem como dos grupos populacionais mais vulneráveis aos seus impactos. Nesse contexto, o presente estudo apresenta uma política eficaz para delimitar, após a ocorrência do desastre, as áreas atingidas e, a posteriormente, identificar os públicos prioritários que necessitam de ações em diversas frentes, como assistência social, habitação e meio ambiente. O artigo apresenta uma experiência bem-sucedida na identificação da população, infraestrutura, equipamentos públicos e empresas impactados por eventos de precipitação extrema. A metodologia utilizada consistiu no cruzamento das áreas diretamente atingidas com bases de dados tabulares geocodificadas, permitindo a criação de um repositório de informações que serviu como subsídio às políticas públicas de resposta e mitigação dos impactos em diferentes setores. Essa experiência está servindo de referência para o desenvolvimento de um sistema estruturante voltado ao monitoramento de eventos climáticos extremos, à prevenção de desastres e à otimização das ações de resposta, tornando-as mais ágeis e eficazes.

### **Título: 1082330 - Alinhamento entre planos setoriais e instrumentos de planejamento: o caso do Plano Estadual pela Primeira Infância do XX**

Autores: Othon Veloso Schenatto, Amanda Oliveira de Souza, Antonio Paulo Cargnin

Resumo: A elaboração de planos setoriais traz grandes desafios com relação à sua integração ao planejamento ordinário do estado. Com frequência, empreende-se grandes esforços na elaboração de planos setoriais que, uma vez prontos, são deixados de lado e não são executados, por não definirem responsabilidades de execução, por apresentarem ações ambíguas e sem metas claras, por serem pouco

institucionalizados ou por não definirem os recursos necessários e suas fontes, dentre outros problemas.

No caso do Plano Estadual pela Primeira Infância do XX (PEPI-XX), plano intersetorial decenal voltado para crianças de 0 a 6 anos, suas famílias e comunidades, a sua estrutura metodológica foi construída tentando superar esses desafios. Por um lado, buscou-se fazer uma ampla revisão de planos setoriais, nacionais e estaduais, das áreas da saúde, educação, nutrição, direitos humanos, cultura, assistência social, convivência familiar e comunitária, dentre outros, além do próprio Plano Plurianual (PPA) do estado, para incorporar ao PEPI-XX as melhores propostas derivadas desses planos e que se relacionavam com a Primeira Infância, além das ações já em curso para esse público. Por outro lado, a construção das novas ações seguiu o mesmo formato e periodicidade utilizados para a construção das ações do PPA do estado, o que, aliado à estratégia de aprovação do PEPI-XX em lei, com autorização específica para inserção das ações propostas no PPA 2024-2027, buscou promover a integração completa do plano com os instrumentos de planejamento ordinários de médio e de curto prazo do estado.

Essa estratégia, aliada à criação da Agenda Transversal da Primeira Infância no PPA 2024-2027, e ao mapeamento e fortalecimento do orçamento direcionado às ações para a Primeira Infância, trouxe robustez e factibilidade para a execução do PEPI-XX. Como resultado, para além dos objetivos e metas de longo prazo, o PEPI-XX traz em seu Plano de Ações 194 produtos, distribuídos por 71 iniciativas de 16 órgãos do estado, entre ações novas e existentes, para serem executadas através e ao longo do PPA 2024-2027, orientando a elaboração das Leis Orçamentárias deste período e passando pelo monitoramento rotineiro realizado para as demais ações do estado.

## **Título: 1079479 - Amazônia: Futuro entre tendências e incertezas**

**Autores:** Renato Mendes Freitas, Mauro Thury de Vieira Sá, José Alberto da Costa Machado

**Resumo:** A proposta deste artigo é trazer elementos substanciais que possam subsidiar a indicação de algumas das principais sementes de futuro colhidas nas oficinas que discutiram o tema relacionado ao Futuro da Amazônia, sem a pretensão de esgotar as inúmeras dimensões e interações que caracterizam e se desenrolam nessa importante e complexa região do planeta. Portanto, serão apresentadas informações que contextualizam a evolução de aspectos da dimensão social, econômica e ambiental e que apontam para possibilidades de cenários futuros por meio de tendências, incertezas e rupturas do processo de desenvolvimento da região traduzidos por indicadores sintéticos como a Índice de Pobreza, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Índice de Progresso Social (IPS), Produção Interna Bruta (PIB), dentre outros. O artigo está estruturado em cinco seções, além deste resumo seguem as seções de introdução, objetivos, metodologia, análise de algumas tendências e incertezas, conclusão e referências.

## **Título: 1072619 - Análise dos Desafios e Oportunidades para a Implantação do Orçamento Sensível ao Gênero**

Autores: DENYS BANDEIRA

Resumo: A implementação do orçamento sensível ao gênero (OSG) é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficientes e igualitárias. Esse conceito permite analisar e responder às disparidades de gênero no processo orçamentário, promovendo a participação feminina na tomada de decisões e ampliando a equidade e a inclusão social.

No contexto estadual, as desigualdades de gênero se manifestam em disparidades salariais, distribuição desigual de renda e baixa representatividade política das mulheres. Esse cenário expõe maiores taxas de pobreza, privação de oportunidades, violência e discriminação social. Assim, identificar e fortalecer políticas públicas que reduzam essas desigualdades é fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural, além de ser um pilar para a consolidação do Estado democrático de direito.

Este estudo analisa como a implantação do OSG pode contribuir para a redução das desigualdades de gênero no âmbito estadual. Por meio de uma revisão da literatura científica de acesso aberto, foram exploradas as possibilidades e benefícios dessa abordagem, incluindo a alocação equitativa de recursos, o fortalecimento dos direitos das mulheres e a ampliação de sua participação política e econômica. Foram considerados desafios na implementação do OSG, como a falta de dados desagregados por gênero e a resistência institucional, além de estratégias para superá-los, como compromisso político, capacitação técnica e participação da sociedade civil. A análise de experiências internacionais permitiu identificar boas práticas e lições aplicáveis a diferentes realidades.

O OSG se mostra uma ferramenta viável para promover a justiça social e a igualdade de gênero. Seus benefícios são uma distribuição mais justa dos recursos, a redução da pobreza feminina e o fortalecimento dos direitos das mulheres, contribuindo para sociedades mais democráticas e inclusivas.

## **Título: 1073137 - As implicações da judicialização na sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência do Estado da Bahia**

Autores: Joana Costa Pinheiro, Eduardo Luiz da Conceição Pimenta

Resumo: O Estado tem a obrigação de harmonizar os indivíduos o pleno exercício dos Direitos Sociais, para que possam viver com dignidade, livres da insegurança causada pelo desemprego e miséria crescentes que assolam o sistema capitalista globalizado.

O artigo 6o da Constituição Federal aduz que o direito à previdência social é um direito social que visa garantir aos indivíduos o exercício e usufruto de direitos fundamentais em condições de igualdade, para



que tenham uma vida digna por meio da proteção e garantias dadas pelo estado de direito.

No que condiz às políticas sociais, especialmente na perspectiva da previdência, na sociedade capitalista e a forma como se passa sua desconstituição, o descumprimento dos direitos pelo poder público estatal tem acarretado, de forma progressiva, que as pessoas recorram ao Poder Judiciário, gerando assim a judicialização das políticas previdenciárias, com intuito de determinar o cumprimento do papel do Estado em relação a proteção social, previsto na Carta Magna.

Podemos afirmar que se vive a transição entre a mera formalização legal e a efetiva garantia de direitos sociais, na árdua tarefa de dar efetividade às políticas públicas, na medida em que o Poder Executivo não tem alcançado seu papel.

Paralelo a essa lacuna deixada pelos poderes públicos, há um problema de insustentabilidade dos regimes previdenciários públicos, que enseja o emprego de recursos financeiros não vinculados à previdência, demandando aporte do Tesouro para garantir a manutenção dos benefícios previdenciários. De modo geral, pesquisas em previdência social tentam explicar o déficit financeiro dos regimes previdenciários por meio de argumentos relacionados às regras de elegibilidade e às mudanças na demografia nacional. Este estudo pretende entender e verificar as causas e os efeitos do fenômeno da judicialização, no recorte da previdência pública, especialmente no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), de forma a tentar propor ações que possam mitigar seus efeitos sob a ótica da sustentabilidade.

## **Título: 1084826 - Método para a estimação e caracterização de populações atingidas por eventos climáticos extremos de excesso de precipitação com o uso do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos e os agregados por setores censitários do Censo Demográfico de 2022**

Autores: Tomás Pinheiro Fiori, Mariana Lisboa Pessoa, Danielle Santos de S. Calazans

Resumo: A intensificação de eventos climáticos extremos tem provocado desastres de grande escala, gerando impactos expressivos nas esferas econômica, social e ambiental. Nesse contexto, é essencial o aprimoramento de métodos para a formulação e execução de políticas públicas voltadas à resposta e mitigação de danos, em especial na identificação de áreas e populações mais vulneráveis aos seus efeitos.

Este artigo detalha um método utilizado para a estimação de populações impactadas a partir do cruzamento dos polígonos atingidos com as bases do Cadastro Nacional para Fins Estatísticos (CNEFE) e os agregados por setores censitários do Censo Demográfico de 2022. A ênfase deste trabalho está na imputação a partir das proporções de endereços atingidos por setor e a triangulação com os atributos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2024. Também são apresentados alguns

recortes das estimativas produzidas, ainda com os agregados preliminares, que serviram para o planejamento de algumas ações específicas de resposta ao evento que deu origem ao estudo.

Após detalhado o método de cálculo, é feita uma realocação do CNEFE à malha censitária definitiva para a produção de estimativas com mais características dos domicílios e populações atingidas. Com isso, será analisado o perfil comparado dessas populações, em diferentes regiões do estado onde ocorreu o evento estudado.

## **Título: 1084979 - COMISSÃO NACIONAL DE GEOINFORMAÇÃO (CONGEO): A NOVA GOVERNANÇA DA GEOINFORMAÇÃO**

Autores: Edilson Almeida de Souza, Flávia Pedrosa Pereira, Juliano Aragão Pestana

Resumo: O presente texto trata do processo conduzido pela Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN) para implementação da Comissão Nacional de Geoinformação (CONGEO) em substituição a Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR). O objetivo principal do novo colegiado será promover a governança da geoinformação e coordenar sua política nacional. A revitalização fortalecerá a capacidade do governo de gerenciar dados e informações geoespaciais essenciais para o planejamento de políticas públicas e gestão territorial em áreas como meio ambiente, urbanização, agricultura, e gestão de recursos naturais. Essas medidas favorecerão uma maior integração entre os setores governamentais, evitando sobreposições e promovendo a harmonização das informações geoespaciais e cartográficas no contexto das diversas políticas públicas. A CONCAR esteve inoperante entre 2019 e 2022. A partir de 2023, o colegiado passou a integrar formalmente a estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Nesse contexto, a Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN) propôs a reestruturação da CONCAR em um novo formato, denominado Comissão Nacional de Geoinformação (CONGEO), com o objetivo de estabelecer um órgão colegiado mais estratégico e alinhado à atual estrutura do Executivo Federal, que contará com as seguintes competências: estabelecer diretrizes para governança da geoinformação; elaborar e avaliar a implementação e a execução da política e da estratégia nacional de geoinformação; e promover a articulação e a cooperação entre órgãos e entidades, públicos e privados, em âmbito nacional e internacional, no campo da geoinformação. Atuará de forma coordenada com os demais órgãos integrantes do Sistema Cartográfico Nacional e outras entidades com competências relacionadas à geoinformação. Suas atividades serão alinhadas à Estratégia de Governo Digital (EGD), ao Plano Plurianual (PPA) e a outros instrumentos de planejamento da administração pública federal, bem como também observará as normas da Política Nacional de Segurança da Informação. Ademais, seguirá as boas práticas de governança da geoinformação reconhecidas internacionalmente e coordenará suas ações com a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), conforme o Decreto nº 6.666/2008, com o objetivo de integrar e harmonizar a governança da geoinformação, respeitando as competências específicas de cada órgão ou entidade.

## **Título: 1079365 - CONEXÕES REGIONAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ROTAS DE INTEGRAÇÃO**

Autores: MARIA SUZANA ABREU DA SILVA, Francimar do nascimento Cavalcante

Resumo: O estudo analisa a Rota de Integração Sul-Americana Quadrante Rondon. Ao considerar sua ligação com o território e seus desafios estruturais, ambientais e institucionais, formula-se a questão que norteará a pesquisa: As rotas de integração regionais têm potencial para reduzir custos logísticos e propagar o desenvolvimento regional? Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é compreender os desafios e oportunidades da integração Sul-Americana e o desenvolvimento regional. Para atingir tal propósito, utilizou-se o método qualitativo, com a finalidade exploratória e descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

A integração além de facilitar o comércio e a mobilidade, também fortalece as relações culturais e institucionais entre os territórios fronteiriços. A infraestrutura de transporte desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional, sendo essencial para a logística e para o escoamento de mercadorias.

De acordo com o Ministério do Planejamento e Orçamento, a agenda de integração sul-americana foi estruturada em 2002, período em que o comércio entre o Brasil e seus vizinhos apresentou volumes semelhantes ao comércio com a Ásia. Naquele ano, as importações brasileiras da América do Sul totalizaram US\$ 8,7 bilhões, enquanto as exportações da Ásia somaram US\$ 8 bilhões. No mesmo período, as exportações para os países sul-americanos atingiram US\$ 7,4 bilhões, valor próximo a US\$ 8,8 bilhões destinados ao mercado asiático.

Entretanto, ao longo das últimas décadas, as exportações para a Ásia cresceram significativamente, chegando a US\$ 152,4 bilhões em 2023, enquanto o comércio com os países sul-americanos evoluiu de maneira mais modesta, alcançando US\$ 40 bilhões. Esses dados demonstram o potencial de ampliação do comércio regional e evidenciam a necessidade de investimentos em infraestrutura logística.

Por fim, o estudo demonstra que a criação de novas rotas comerciais mais eficientes e economicamente viáveis se torna essencial para fortalecer a integração sul-americana e ampliar a competitividade do Brasil no cenário internacional. Além disso demonstra a necessidade de promover políticas e estratégias de incentivo à investimentos em infraestrutura, modernização logística e fortalecimento da governança regional.

## **Título: 1084710 - Atualização da tipologia referencial da Política Nacional de Desenvolvimento Regional: uma avaliação do desenvolvimento regional de 2009 a 2021**

Autores: Carlos Henrique Rosa, Giovani William Gianetti

Resumo: A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi criada em 2003 e formalizada pelo Decreto nº 6.047, de 2007, estabelecendo uma tipologia referencial para o quadro geográfico de desigualdades regionais, proporcionando priorização da atuação da PNDR. Com atualizações ao longo do tempo, a versão vigente, instituída pelo Decreto nº 11.962, de 2024, ampliou os objetivos da PNDR, incluindo agregação de valor, aumento da produtividade, desconcentração e interiorização do desenvolvimento. A tipologia referencial, revisada em 2006 e 2017, necessita de nova atualização considerando os dados do Censo Demográfico de 2022. Dada a diversidade territorial e socioeconômica do Brasil, esta revisão pode impactar as classificações regionais e a priorização da PNDR. Assim, o objetivo deste estudo é propor uma metodologia para atualizar a tipologia referencial da PNDR e avaliar seus impactos nas classificações inter e intrarregionais.

A pesquisa replicou seis tipologias referenciais de baixa e média renda da norma vigente, mas agregou a dimensão de dinamismo para regiões de alta renda, totalizando sete tipologias. A análise substituiu as microrregiões geográficas por regiões geográficas imediatas e desagregou 412 municípios de regiões metropolitanas de capitais, totalizando 915 unidades territoriais. A taxa de variação geométrica do PIB per capita foi calculada para os triênios de 2009-2011 e 2019-2021. Inovou-se ao realizar correção monetária do PIB por deflatores estaduais detalhados para quatro setores de atividade econômica. Ademais, utilizou-se o rendimento domiciliar médio mensal per capita do Censo Demográfico de 2010, dado que a atualização de 2022 ainda não estava disponível em fevereiro de 2025.

Os resultados indicam a persistência de desigualdades inter-regionais, com predominância de regiões de baixa renda no Norte e Nordeste. Cerca de 35,3% dos municípios permaneceriam na mesma tipologia, enquanto 41,0% apresentariam redução da renda ou do dinamismo. Ademais, 45,3% dos municípios do Norte e 61,4% do Nordeste teriam classificação inferior com a atualização. Esses resultados contribuem para a avaliação das políticas públicas de desenvolvimento regional, permitindo uma análise dos impactos da revisão da tipologia referencial sobre os instrumentos da PNDR e seus efeitos fiscais, especialmente no uso dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

## **Título: 1085029 - Corredores de sustentabilidade como ferramenta de implantação do Plano de Desenvolvimento Sustentável**

Autores: Daniel Gleidson Mancebo de Araújo, Aline Romeu Xavier, Brasiliano Vito Fico, Thaís Rennó de Andrade

Resumo: O plano de desenvolvimento sustentável para uma grande cidade brasileira adota a inovadora estratégia de Corredores de Sustentabilidade. Estes, em número de 45, são codificados por cores (verde, azul, marrom, laranja) representando prioridades como áreas verdes, água, infraestrutura urbana e equidade. A abordagem visa territorializar o plano, facilitando a compreensão pública e dando elementos concretos para sua implantação.

A abordagem dos corredores busca transformar a cidade, tornando-a mais sustentável, resiliente e equitativa, onde a comunidade é um elemento central para o sucesso dessa empreitada.

Os corredores são interconectados, gerando um efeito sinérgico onde ações em um corredor beneficiam outros. São flexíveis e servem como guias para investimentos no território. Os corredores verdes expandem espaços naturais e infraestruturas verdes diversas. Os corredores marrons focam na densificação urbana e desenvolvimento orientado ao transporte público (DOT). Os corredores azuis visam proteger e restaurar corpos d'água. Os corredores laranjas abordam ações sociais e econômicas, especialmente para os mais vulneráveis, utilizando o Índice de Progresso Social (IPS) para identificar áreas prioritárias.

A cidade dispõe de uma experiência de implementação dos Corredores com uma metodologia estruturada em quatro fases. Essa abordagem envolve um diagnóstico local participativo, a definição de Rotas de Sustentabilidade prioritárias, o uso de um Catálogo de Soluções Sustentáveis e a participação ativa da comunidade e de diversos atores em todas as etapas. A experiência enfatiza a utilização de ferramentas participativas para engajar a população e o poder público no planejamento e implementação das ações.

O artigo está estruturado em 4 seções, a saber: i) introdução e referencial teórico; ii) tipos de Corredores de Sustentabilidade e suas Ações Prioritárias; iii) Metodologia e Estratégias de Implementação dos Corredores de Sustentabilidade e iv) Conclusão: Desafios e Potencialidades dos Corredores de Sustentabilidade.

## **Título: 1080947 - Do Planejamento à Avaliação: A trajetória do alinhamento entre o Plano Plurianual e o Plano Estadual Amazônia Agora**

Autores: Mariana Nascimento Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Garcia Castro

Resumo: Este artigo tem como base a experiência da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) no alinhamento entre o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), que representou um avanço significativo na integração das políticas ambientais e climáticas ao planejamento governamental. Inicialmente, a compatibilização das diretrizes do PEAA com o PPA permitiu maior coerência estratégica e transparência na alocação de recursos. No entanto, ao longo de 2024, o processo avançou para os instrumentos orçamentários – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – consolidando critérios para priorização de investimentos e aprimorando o monitoramento dos recursos alocados em ações ambientais. Alcançando todo o ciclo do

planejamento, foi realizado um ensaio avaliativo da política ambiental à luz do PPA, permitindo uma análise sobre a efetividade das ações implementadas. O trabalho discute a importância da integração entre instrumentos de planejamento e orçamento para fortalecer políticas públicas setoriais, garantindo maior previsibilidade, transparência e capacidade de adaptação às demandas ambientais. Os resultados apontam que a institucionalização desse alinhamento, além de reforçar o compromisso com a sustentabilidade, abre caminho para uma gestão pública mais eficiente e estratégica, alinhada às metas de desenvolvimento de baixo carbono. Contudo, também evidencia desafios e oportunidades de aprimoramento no processo de integração e monitoramento dessas políticas.

### **Título: 1075148 - Garantindo a sobrevivência das micro e pequenas empresas: um estudo de caso a nível municipal**

Autores: Gabriel Sousa Nunes,Guilherme de Souza Alencar Vieira,Daniel Brito da Silva,Roberta Ramos Tena

Resumo: A ausência de patrimônio e a inexistência de um avalista, são um óbice no acesso ao crédito dos micro e pequenos empreendedores (MPEs). As instituições financeiras apresentam resistência a concederem crédito aos MPEs, por considerar enfrentarem uma situação de assimetria de informações junto ao público. Este fator, somado à falta de garantias reais e fidejussórias, elevam o risco das operações em seus motores de crédito. Como consequência, os micro e pequenos empreendedores defrontam-se com a rejeição na análise de crédito ou com a aprovação de financiamentos com condições desfavoráveis. Tendo em vista a necessidade de capital para a viabilidade de um empreendimento, e a centralidade dos micro e pequenos empreendimentos para desenvolvimento econômico de um território, torna-se ponto basilar ao poder público, planejar programas que busquem facilitar o acesso deste grupo ao sistema financeiro nacional. Este artigo objetiva analisar o desenho de uma política pública de fundo de aval, a partir dos parâmetros de escolha das instituições parceiras e credenciadas ao programa, recorte do público-alvo e suas necessidades, mobilização da burocracia, construção da legislação e regulamentação e a escolha de canais digitais para acesso ao programa e gestão de beneficiários. Serão apresentados os desafios para desenho da política pública, tendo em vista a necessidade de equilibrar os interesses dos empreendedores e instituições financeiras a partir dos critérios estabelecidos para concessão do crédito, a incipiente regulamentação e lastro sobre as políticas de fundo de aval, às medidas de segurança da informação para proteção dos dados que fortalecerão a análise do crédito e à definição dos mecanismos de controle da inadimplência e sustentabilidade do programa. A pesquisa tem um caráter qualitativo descritivo no que tange a apresentação do caso, com a análise de relatos de experiência, e bibliográfica com relação a seus aspectos técnicos e formação da agenda, contando com um marco lógico para avaliação e monitoramento de sua implementação.

## **Título: 1085203 - Incorporando a criação de Valor Público a gestão de Secretarias de atuação instrumental: análise do caso de um Planejamento Estratégico Setorial Participativo para a área de Planejamento e Orçamento**

Autores: Luiza da Silva Nakamura, Marília Valporto Fernandes, Aline Ribeiro Duailibe Barros

Resumo: A introdução do paradigma de Valor Público na Administração pública surge como uma perspectiva alternativa à “Nova Gestão Pública” na busca da compreensão das atividades de gestão governamental. O presente artigo busca contribuir para a literatura de Planejamento e Orçamento e de criação de Valor Público, uma vez que os estudos sobre a criação de Valor Público tendem a se concentrar na atuação de Secretarias Finalísticas.

O artigo tem por objetivo explorar as potencialidades da incorporação da ideia de criação de valor público na definição da Missão Institucional e na composição da Visão de Futuro do setor de Planejamento e Orçamento.

Parte-se do processo de construção conceitual do primeiro Planejamento Estratégico participativo de uma Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. As Oficinas de construção do Plano contaram com a participação de 156 servidores, envolvendo equipes técnicas e gestores de todas as áreas, correspondendo a 53,98% do total de servidores da Secretaria. As autoras atuaram como Coordenadoras do processo, acompanhando todas suas etapas e coletando dados quantitativos e qualitativos quanto a percepção dos servidores sobre o papel institucional e o valor público gerado pela SEPLAN. A metodologia adotada neste artigo é o estudo de caso exploratório, com coleta de dados primários a partir da observação participante.

De acordo com Moore (1995), o Valor Público pode ser definido como o sucesso na administração pública em iniciar e remodelar programas e políticas de forma a criar valor percebido pelos cidadãos. Nas Oficinas de capacitação e cocriação do Plano Estratégico, os servidores da SEPLAN indicaram dificuldade em perceber a atuação da Secretaria na criação de valor público, dada a visão de sua atuação como meramente instrumental. Entretanto, foram capazes de identificar o fomento à participação popular, monitoramento e avaliação de políticas públicas, promoção da transparência e subsídios para o controle social, entre outros, como valores públicos criados na atuação e nos produtos entregues pela Secretaria.

Observou-se, a partir dos dados coletados, o papel crucial da inserção do conceito de Valor Público na geração de identificação e valorização do papel desempenhado pela SEPLAN, apesar de sua atribuição meio, entre os servidores, assim como na publicização de seus resultados e estratégias de comunicação com a população.

## **Título: 1079538 - Indicadores de desenvolvimento regional e contribuições das instituições de ensino superior**

Autores: Rosana Cruz Marques da Silva, Prof Dr. Jader C Albuquerque (UNEB), Lucas Amorim Ribeiro, Agda Rocha Cruz

Resumo: Este texto apresenta um olhar sobre as contribuições das políticas públicas educacionais no desenvolvimento territorial regional, reflete sobre indicadores de desenvolvimento, e em que medida a educação superior contribui para essas políticas a partir dos planos de desenvolvimento territorial. O poder dos governantes e as ações dos seus agentes no planejamento territorial são importantes uma vez que os mesmos exercem o papel mediador na exploração dos recursos dos territórios. Mas, um espaço organizado por seus habitantes, com ação formada e implicada no crescimento, com a valorização diferencial dos territórios, pode também ser considerado planejamento territorial. A instalação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pode ser o fator de desenvolvimento regional, mas não podemos afirmar que ela sozinha foi o motor desse desenvolvimento, mesmo com o pioneirismo. De acordo com Bertolin (2011), estudos têm comprovado que altos índices de escolaridade estão fortemente relacionados com a elevação do PIB e a melhoria de índices sociais.

As externalidades positivas ou negativas como resultado da implantação de uma instituição, precisam ser levadas em consideração. De acordo com Mathis (2001), as Instituições de Ensino Superior possuem uma função humanista e transformadora, podendo assumir papel de promotoras no processo de desenvolvimento local e regional.

Encontrar indicador preciso da instituição que foi fator de desenvolvimento regional é difícil uma vez que os fatores estão interligados, um exercendo influência sobre o outro. Identificar as contribuições das IES para as regiões, auxiliará nas políticas de expansão do ensino superior sem incorrer no equívoco de tentar se estabelecer relação de causa e efeito. A avaliação das dimensões da gestão escolar, dos pilares da gestão educacional, pode ajudar na obtenção dos resultados. Segundo Albuquerque (2013) a avaliação pode modelar o comportamento, e, portanto o processo de gestão.

Os desequilíbrios regionais podem ser bem identificados e tratados com a participação da comunidade. Milton Santos (1994) propôs que é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social.

A crescente participação da tecnologia nas comunidades traz consigo um novo modelo de desenvolvimento que vem se modificando constantemente. Planejamento regional e setorial são imprescindíveis.



**Título: 1084959 - Conferência das Cidades: estratégias da SEPLAN para a mobilização dos municípios no sentido da construção de políticas públicas urbanas sustentáveis, inclusivas e democráticas.**

Autores: Raíssa Santana Quintiliano dos Santos, Danilla Costa de Andrade, Adelmo Pelágio de Andrade Filho, Mylla Hayama Kamanda Moura Santos

Resumo: A Conferência das Cidades é um instrumento de gestão democrática da política urbana e tem como objetivo geral a mobilização social por meio da interlocução entre os entes federativos e a sociedade civil, ou seja, um espaço de participação democrática e construção coletiva onde representantes da população, do poder público e de setores vinculados ao planejamento se reúnem para discutir, avaliar e planejar o desenvolvimento urbano dos municípios brasileiros. Em \*\*\*\*\*, foram realizadas 5 Conferências Estaduais e nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2025 ocorrerá a sua 6ª edição com o tema: “Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social.” que servirá como guia para o debate e a formulação das propostas e está alinhado com a Conferência Nacional.

Neste contexto, a primeira etapa acontece com a realização das conferências municipais, essenciais para que as demandas locais sejam ouvidas e reflitam nas etapas estadual e nacional. Desta forma, as etapas municipais são um pilar essencial para a efetiva participação da população na formulação de políticas públicas de médio e longo prazo. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral relatar a mobilização da Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação do Estado de \*\*\*\*\* (SEPLAN) nos 75 municípios que compõem o Estado de \*\*\*\*\* por meio do fornecimento do arcabouço teórico, metodológico e técnico necessário para a realização das suas respectivas etapas municipais. Além disso, através dessa articulação, cada município contribuirá para o fortalecimento de uma agenda de transformação urbana que promova cidades mais inclusivas, sustentáveis e preparadas para os desafios futuros já que, ao participar ativamente, os municípios sergipanos ajudam a construir políticas públicas que reflitam as especificidades e prioridades regionais, visando sempre o bem estar da população e desenvolvimento urbano e sustentável. Ademais, a realização da Conferência Estadual servirá como diagnóstico preliminar para a construção de um Plano Estadual de Desenvolvimento Regional com programas de duração continuadas, voltadas ao desenvolvimento urbano e regional do Estado de \*\*\*\*\* alinhados com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

\*ocultado em respeito ao item 4.7 do edital.

### **03. Planejamento de médio prazo, prioridades de mandato, metas de resultado, coordenação multissetorial e unidades de entrega**

#### **Título: 1080149 - Novos dilemas no gerenciamento de projetos no setor público: negociando com tempo e método diante de contextos complexos**

Autores: Hiparcio Rafael Stoffel, Fernando João Bartelle Júnior, Bianka Nieckel da Costa Roloff, Alex Sandro Machado da Rosa

Resumo: O contexto atual do setor público, marcado por complexidade, tempestividade e adaptabilidade de ação, demanda avanços em modelos consolidados de gestão de projetos. Este artigo trata de uma abordagem de gestão que considera ao mesmo tempo a abrangência de assuntos complexos, a profundidade de conteúdo na aplicação de métodos, e a pronta resposta necessária para entrega de resultados de forma ágil e consistente, o que significa expandir as fronteiras do que se espera de um escritório de projetos. Para isso, utiliza-se como conceitos-chave orientação à produção de valor, maior flexibilidade e adaptabilidade, otimização de recursos humanos e não humanos e combinação de ferramentas e abordagens na busca de mais e melhores resultados. O modelo empregado utiliza-se de seis dimensões, sendo três facilitadoras - iteratividade, colaboração e hibridez - e três estruturantes - entendimento, abordagem e planejamento. Este trabalho aplica métodos de pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação, evidenciando os principais resultados alcançados: 98,97% de projetos no prazo e 99,64% de adesão à metodologia corrente para gestão de projetos (médias do ano de 2023, conforme dados institucionais). Como principais avanços para a administração pública, caracterizam-se maior velocidade na elaboração e implementação de políticas públicas, criação de referência para estruturação de projetos estratégicos de governo e maior fluência no enfrentamento de temas de natureza complexa.

#### **Título: 1085006 - Projeto Marco de Médio Prazo: Uma Estratégia para a Gestão Fiscal Sustentável e a Qualidade do Gasto Público**

Autores: GIULIANO DA SILVEIRA MARTINS, André Conceição Costa, Luciano de Sousa Rodrigues da Fonseca, Sandro Luiz Barbosa

Resumo: O Marco de Médio Prazo (MMP) é uma estrutura institucional que integra uma perspectiva plurianual ao planejamento fiscal, servindo como base para decisões orçamentárias. Ele orienta a consecução de metas fiscais de longo prazo por meio de projeções orçamentárias de médio prazo, considerando cenários macrofiscais, normas fiscais, potenciais riscos e as prioridades governamentais. Este projeto propõe um modelo de modernização baseado em três componentes principais: o Marco Fiscal de Médio Prazo (MFMP), que alinha projeções macrofiscais (PIB, inflação, receitas e despesas agregadas) com cenários da dívida e espaço fiscal em um horizonte plurianual; o Marco Orçamentário de

Médio Prazo (MOMP), que, baseado no MFMP, prevê despesas desagregadas por unidade orçamentária e função, reconciliando necessidades de recursos com projeções de despesas; e o Marco de Gastos de Médio Prazo (MGMP), que prioriza a alocação de recursos para programas com melhor desempenho, incorporando revisões de gastos (Spending Reviews).

Essa abordagem integrada visa promover governança robusta, cultura orientada a resultados e eficiência alocativa dos recursos públicos, alinhando-se às prioridades de governo e objetivos de políticas públicas. O projeto inclui etapas como diagnóstico e mapeamento dos macroprocessos, desenvolvimento da metodologia, implantação do MMP e modernização dos sistemas, além de capacitação de equipes e implantações pontuais de tecnologias como inteligência artificial para análises preditivas e prescritivas. O objetivo é garantir maior transparência, eficiência e alinhamento com as demandas sociais, reduzindo desperdícios e direcionando recursos para políticas de maior impacto.

### **Título: 1078243 - Plataforma integrada de Monitoramento e Avaliação – aplicando ciência de dados na gestão dos resultados da segurança pública.**

Autores: Júlia Nascimento Ribeiro, Katarina Tatiana Marques Santiago, Ryan Paulo da Silveira Amorim, Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros

**Resumo: INTRODUÇÃO.** Este trabalho apresenta a aplicação de ciência de dados na gestão por resultados de políticas de segurança, através de uma plataforma integrada que combina dados de crimes, procedimentos e produtividade policiais, procedimentos judiciais e dados prisionais, em relatórios e painéis dinâmicos e interativos, permitindo o acompanhamento contínuo e tempestivo dos indicadores e metas.

**MATERIAIS E MÉTODOS.** São integrados dados do sistema de boletins de ocorrência, planilhas de procedimentos e produtividade policiais e dados de sistemas judiciários. Para integração e análise dos dados foram utilizadas técnicas de ciência de dados, especialmente de ETL, análise exploratória automática de dados e identificação de padrões de espaço-tempo, promovendo avaliações semiautomáticas de planos de ação e intervenções policiais. Por outro lado, a evolução da plataforma segue um método adaptado de scrum, com reuniões contínuas com a equipe de negócio responsável pela utilização da ferramenta.

**RESULTADOS.** O principal resultado obtido foi a criação da plataforma integrada, que consolida dados de boletins de ocorrência, análise criminal e inquéritos, e os transforma em insights e respostas para a camada de negócio, através de indicadores de produtividade, resultados e metas, permitindo o acompanhamento contínuo dos processos de negócio principais da política, com diversos filtros de segmentação espacial e temporal, além de acesso tempestivo aos microdados, e funcionalidades avançadas de análise espacial, como migração de eventos, interpolação com hexabins e mapas de calor.

Atualmente, a aplicação passa de 300 usuários que realizam mais de 100 acessos diários, além de ser usada nas reuniões de monitoramento estratégico pelo núcleo de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS. Espera-se que este artigo possa contribuir com a discussão sobre aplicação de ciência de dados para monitoramento e avaliação de resultados em políticas públicas de segurança, a partir da disponibilização de uma plataforma integrada que permite execução de tarefas de dados em tempo real, com filtros dinâmicos escolhidos pelo usuário. Além disso, entende-se que a centralização dos dados promove a ruptura de silos de dados, o diálogo e a integração dos negócios, e melhorar a transparência da ação das forças de segurança.

## **Título: 1079717 - Plano Estratégico do Governo do Estado - Uma Abordagem Inovadora e Colaborativa**

Autores: Patrícia Soares Duarte, Sandro Brandão, Welliton Aparecido de Sousa Silva, Marco Henrique Jaeger

Resumo: O Plano Estratégico do Governo do Estado se destaca por sua abordagem inovadora e colaborativa na gestão pública, refletindo uma visão integrada e orientada para resultados. Os principais aspectos inovadores incluem:

1. Planejamento como processo sistêmico: é reconhecido como um processo sistêmico para estabelecer a estratégia da administração pública, priorizando iniciativas que gerem resultados efetivos para a população através da gestão eficiente dos recursos públicos;
2. Alinhamento habilitadores externos: conecta-se com o Ranking de Competitividade dos Estados do Centro de Liderança Pública-CLP e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS da Organização das Nações Unidas-ONU, demonstrando uma visão integrada com as agendas nacional e global;
3. Modelo lógico de planejamento: garante que as camadas estratégica, tática e operacional estejam interligadas, priorizando a estratégia antes da ação, ou seja, as metas globais dos eixos do Mapa da Estratégia são desdobradas em indicadores e metas para os próximos 10 anos;
4. Ênfase em resultados: foca em práticas de governança que promovam resultados efetivos nas políticas públicas;
5. Transparência e acompanhamento: resultados apresentados em painéis de Business Intelligence para facilitar o acesso às informações e melhorar a gestão;
6. Inovação digital: investe em recursos digitais e chatbots de Inteligência Artificial-IA para melhorar o acesso dos cidadãos às informações sobre políticas públicas.
7. Revisão e atualização contínua: o plano será revisado anualmente para se adaptar às demandas sociais. Foi desenvolvido de forma colaborativa, através de agendas com as unidades setoriais e coordenação da área de planejamento, que utilizou insumos como o Plano de Governo, cenários macroeconômicos e

fiscal, análises de SWOT e habilitadores externos, resultando, num novo Mapa da Estratégia, com 6 eixos estratégicos e 10 metas globais, desdobrados em 18 objetivos estratégicos e 56 indicadores estratégicos, que norteiam os 41 programas do Plano Plurianual 2024-2027 do Governo do Estado.

Em resumo, o Plano Estratégico demonstra uma abordagem inovadora ao integrar planejamento o estratégico, o PPA, a gestão orientada a resultados, participação social e alinhamento com agendas globais, buscando aprimorar a eficiência e a transparência na gestão pública, com metas que buscam melhores resultados para a sociedade até 2033.

### **Título: 1079935 - Planejamento Estratégico na Administração Pública Estadual: estudos de caso de metodologias de elaboração aplicadas por um Departamento de Planejamento Governamental**

Autores: Sílvia Letícia Lorenzetti, Luciana Dal Forno Gianluppi, Amanda Oliveira de Souza, Othon Veloso Schenatto

Resumo: No contexto das organizações públicas brasileiras, o planejamento estratégico é fundamental para garantir a transparência e a prestação de contas à sociedade. A definição da estratégia é a base para orientar o planejamento operacional, facilitando a integração entre diferentes políticas públicas e assegurando a execução das ações planejadas. Os manuais de orientação do gestor público das contadorias e auditorias dos entes federativos destacam também que a elaboração de planejamento estratégico permite o alinhamento das ações e a otimização dos recursos para atingir os objetivos institucionais. Além disso, do ponto de vista da gestão, ele fornece uma base sólida para a tomada de decisões, reduzindo o imprevisto e direcionando os esforços para resultados de longo prazo. Diante disso, o objetivo desse artigo é apresentar exemplos de aplicação de processos de elaboração de planejamento estratégicos de cinco órgãos de uma Administração Pública Estadual que tiveram o suporte metodológico de um Departamento de Planejamento Governamental vinculado à Secretaria que tem o objetivo de atuar nas áreas de Planejamento, Governança e Gestão. Serão destacados os casos de órgãos que atuam em diversas áreas tais como Defesa Civil, Ambiental, Cultural e Inovação. A proposta é descrever de forma breve o processo de construção do planejamento estratégico dessas instituições e as peculiaridades de cada um deles, com foco na elaboração dos objetivos estratégicos.

### **Título: 1080160 - Os desafios da vinculação entre modelos de monitoramento de resultados organizacionais e o planejamento institucional**

Autores: Marco Antonio Magalhães Pacheco Filho, Diogo de Oliveira Coelho

Resumo: A construção e consolidação de modelos de monitoramento de resultados organizacionais no âmbito das administrações públicas avança por espasmos na administração dos Estados, tendo experimentado avanços e retrocessos desde a reforma gerencial de 1998, quando o tema passa a orbitar com maior vigor as discussões acerca dos instrumentos de planejamento e avaliação.

Dentre os muitos desafios enfrentados para internalização de modelos nas administrações estaduais, destaca-se o complexo correlacionamento entre a agenda de construção identificação, legitimação e monitoramento dos resultados organizacionais e as métricas, instrumentos e ferramentas do planejamento institucional formalizado.

O ponto em destaque, para o qual se pretende experimentar hipóteses e alternativas de modelos, é a desconexão entre os artefatos da sistemática de monitoramento de resultados, comumente estabelecida a partir de modelo lógico, com experimentação de relações de causa e efeito, e os artefatos formais do instrumento institucional de nível tático, o plano plurianual.

Como problema a ser enfrentado coloca-se a busca pela conexão conceitual e prática entre os elementos da agenda de monitoramento de resultados organizacionais constituída através de modelo dotado de maior dinamismo, desagregação e aderência às realidades das estruturas finalísticas da administração e o formalismo e maior agregação dos instrumentos formais, sobretudo o plano plurianual, devido à equiparação dos níveis de categorização dos instrumentos (instrumentos táticos), mas também no desdobramento destes no planejamento e execução orçamentária.

Como insumo analítico, observar-se-á a experiência desenvolvida no âmbito do Estado do Rio de Janeiro através do Programa AvançaRJ, outrora desenvolvido no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG/RJ) com o objetivo de consolidar, através das melhores práticas, um instrumento que permitisse a internalização da cultura de gestão por resultados na administração estadual.

Além dos elementos conceituais e das ferramentas desenvolvidas para implementação da agenda de resultados nos órgãos e entidades estaduais, serão observadas as virtudes, os insucessos e a busca pela conexão e absorção da proposta nos modelos institucionais de planejamento.

### **Título: 1085019 - Marco Referencial do Planejamento da Cidade.**

Autores: Daniel Gleidson Mancebo de Araújo, Isabela Lobato da Silva, Brasiliano Vito Fico, Thiago Ameal Sant´Anna

Resumo: São inúmeros desafios para o sucesso da implementação das políticas públicas que vai desde a percepção equivocada da causa do problema a ser enfrentado passando pela precariedade de estrutura física, de recursos humanos, pela ausência ou imprecisão de dados para subsidiar a tomada de decisão, a descontinuidade da execução de programas com a mudança de governo e a famigerada falta de orçamento para implementação.

No caso em tela, o Marco Referencial (MR) é o primeiro documento da cidade que mostra de forma sintética e estratégica o diagnóstico dela, portanto fase inicial do ciclo de planejamento, ou seja,

preparatório para a formulação das políticas públicas.

O propósito deste artigo é compreender o processo de construção do MR e de sua aplicabilidade, tomando-se como referencial o uso de evidências científicas para a formulação de políticas públicas, principalmente num contexto de eventos climáticos e do dever da Administração Pública de resposta a emergências.

O MR é um estudo abrangente sobre a cidade, analisando diversos indicadores socioeconômicos, ambientais e de desenvolvimento urbano. A publicação apresenta um amplo panorama da cidade, incluindo dados demográficos, indicadores de saúde, educação, transporte, meio ambiente, segurança pública, governança, dentre outros, além de analisar o impacto das mudanças climáticas, alcançando 150 indicadores.

É composto pelo macrodiagnóstico da Cidade e da apresentação dos grandes desafios estruturais em áreas-chave da administração pública, baseados nas premissas e evidências encontradas no diagnóstico e nas bases de dados disponíveis. Há uma série de desafios complexos e interligados que a cidade enfrenta em relação ao desenvolvimento sustentável.

O MR trata-se na verdade de um estudo prospectivo no fim das contas, pois auxilia o planejamento de longo prazo.

O artigo será dividido em quatro seções: i) a importância do planejamento eficaz e o uso de evidências; ii) a estrutura administrativa responsável pela sua confecção; iii) a metodologia aplicada na sua elaboração; iii) resultados obtidos deste diagnóstico; iv) percepções iniciais deste MR.

## **Título: 1080137 - Processo de Elaboração do Plano Estratégico 2025-2028 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

Autores: Diana Coelho Ribeiro Fernandes, Mariana Procópio de Castro Lima, Rafaela Cossenzo Lopes de Santana, Afonso Rodrigues Mariano Júnior

Resumo: Com o advento da reforma administrativa no ano de 2023, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão ampliou seu escopo de atuação, passando a ser responsável por novas competências, diante de uma estrutura organizacional mais complexa e com o aumento do seu quadro de servidores. A partir deste cenário, mostrou-se fundamental a estruturação de uma identidade organizacional atualizada, que retratasse a nova realidade da Secretaria, com objetivos e metas estratégicas a serem perseguidos por todas as áreas no médio prazo. O artigo tem como objetivo descrever o surgimento da necessidade e o processo de construção do Plano Estratégico 2025-2028 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Dessa maneira, são apresentadas, especificamente, as escolhas feitas pela alta gestão no tocante à coordenação para a sua elaboração, os desafios enfrentados e a forma de lidar com cada um deles, os limitadores do instrumento, a metodologia de construção escolhida e o resultado alcançado. Ademais, o instrumento estruturado em nove capítulos teve como intuito aprimorar os processos internos, buscando proporcionar serviços públicos cada dia melhores para

os cidadãos. O artigo também descreve a forma de divulgação do Plano como pilar essencial para o pleno alcance do proposto, uma vez que os servidores da Pasta são, efetivamente, os responsáveis por concretizar as diretrizes do instrumento. Além disso, foi realizada uma pesquisa qualitativa e descritiva, por meio do estudo de caso do processo de elaboração do Plano Estratégico 2025-2028 da Secretaria. Os achados evidenciam uma construção metodológica coordenada por ente externo ao Órgão, o que proporcionou uma visão neutra do contexto analisado; com a participação de todo o corpo técnico da Secretaria durante o processo, promovendo uma construção conjunta, em que todos os servidores conseguiram se enxergar no documento elaborado; e com o foco em estruturar objetivos estratégicos que fossem transversais aos diversos setores, trazendo unicidade e senso de coletividade ao Órgão. O artigo contribui teoricamente ao tratar de forma detalhada do processo de construção de um instrumento estratégico, auxiliando para a gestão do conhecimento da Pasta e servindo de orientação a outros Órgãos que decidam iniciar a construção de seus próprios Planos Estratégicos.

### **Título: 1085050 - Desafios para implementação de políticas públicas intersetoriais**

Autores: Isadora Britto Bastos, Diego Azevedo Menezes, Ana Georgia de Almeida Santos Pereira

Resumo: Políticas públicas intersetoriais pressupõem, em sentido amplo, a articulação entre setores governamental, mercantil e a sociedade civil e, em sentido estrito, a atuação compartilhada entre setores governamentais. Este estudo corresponde a uma reflexão a partir da segunda perspectiva. Diante de problemas públicos complexos, com múltiplas causas e dimensões, em regra, exige-se a adoção de soluções integradas, com a conjugação de esforços de diversos atores. No entanto, tradicionalmente, há uma dificuldade, por parte da Administração Pública, em implementar políticas públicas intersetoriais, haja vista a tendência de manutenção da organização por meio da divisão de atividades, projetos e programas por secretarias. Conseqüentemente, observa-se o comprometimento da eficácia das políticas públicas. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios encontrados na execução de políticas públicas intersetoriais, bem como apresentar mecanismos que podem ser adotados pela Administração Pública a fim de superá-los. A metodologia adotada considera estudos de caso, a partir da análise comparativa entre dois programas estratégicos atualmente em execução pelo Governo do Estado. Ambos os programas contam com a atuação integrada de diferentes pastas do Governo e têm sua execução acompanhada através de uma sistemática de monitoramento ativo, realizada pelo órgão central de planejamento do Estado. Portanto, o presente estudo busca analisar de que forma a intersectorialidade influencia a execução das políticas públicas, bem como identificar estratégias que podem ser adotadas a fim de garantir a entrega de resultados para a sociedade.



## **Título: 1084535 - Conectando o Estado ao Cidadão: Estratégias no Projeto de Ampliação e Modernização dos Canais de Atendimento Integrado**

Autores: Regiani Lopes da Silva, Sonia Saconi, Claumer Eron Hunemeier

Resumo: Este artigo analisa o Projeto de Ampliação e Modernização dos Canais de Atendimento Integrado, iniciativa que visa fortalecer a relação entre o Estado e o cidadão por meio da oferta de serviços públicos acessíveis e da redução da burocracia, promovendo inclusão social e digital. O projeto centraliza, em um único espaço, os serviços mais demandados pelos cidadãos, assegurando eficiência na gestão pública e ampliando a integração de interesses entre os entes federados. A proposta envolve a implementação de unidades fixas de atendimento, onde os serviços são oferecidos de forma presencial, digital e por autoatendimento, e distribuídas estrategicamente em cidades de influência. Conta com infraestrutura moderna, acessível e padronizada, constituídas através da convergência de esforços do Estado, municípios e setor privado. Profissionais capacitados auxiliam os cidadãos na utilização dos serviços e no letramento digital, visando garantir sua inclusão plena nos ambientes virtuais. Além disso, o projeto amplia o acesso por meio de canais digitais, serviço tridígito, totens e estações de trabalho em pontos estratégicos, com horários flexíveis para melhor aproveitamento das plataformas governamentais. Também contempla unidades móveis, que levam serviços a regiões remotas, permitindo a definição de calendários de atendimento e ações em eventos específicos, como feiras, campanhas e situações emergenciais. A padronização e modernização dos atendimentos possibilitam o monitoramento de indicadores estratégicos, permitindo identificar demandas, medir a satisfação dos cidadãos – atualmente superior a 98% – e acompanhar a sazonalidade dos atendimentos. Esses dados são essenciais para otimizar a gestão pública e aprimorar continuamente os serviços oferecidos à sociedade.

## **Título: 1081402 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: comparação entre um modelo estruturado e um empírico**

Autores: Victor Hugo Pereira da Cruz de Araújo, Celso Tavares Ferreira

Resumo: Nos últimos anos, os Planos Estratégicos Municipais (PEM) se tornaram ferramentas de organização estratégica do desenvolvimento dos municípios, considerando sua relativa autonomia dada pela Constituição, e o ambiente de concorrência entre estes. Assim, os PEM se consolidaram como acordos político-sociais, funcionando como pressão pública para o atingimento de objetivos, trazendo relevância as atividades de monitoramento e avaliação (M&A), permitindo o controle de atividades e de desempenho das administrações locais. Este estudo se configura como uma pesquisa de campo quantitativo-descritivo, com características de avaliação de programa. Seu objetivo foi comparar as avaliações de resultados entre uma metodologia

subjetiva, pautada na experiência dos avaliadores, e de uma metodologia quantificável e parametrizada. Adicionalmente, buscou-se entender a percepção dos usuários dos modelos de avaliação em diversas perspectivas.

O conjunto de informações utilizadas pertencem a projetos estratégicos de um PEM. A amostra foi de 23% da carteira de projetos. Para a avaliação experimental, participaram os servidores responsáveis pelo M&A, ocupantes de cargos de gerência intermediária de uma unidade de entrega.

O estudo se desenvolveu em duas etapas. Na primeira, foi aplicado questionário on-line, sem identificação, em Escala Likert, coletando a percepção dos participantes sobre o modelo parametrizado. Na segunda etapa, sem auxílio da metodologia parametrizada, os participantes categorizaram os projetos de modo subjetivo, como realizado anteriormente, sem identificação, o que foi comparado com o grupo controle (avaliações parametrizadas).

Com relação a percepção dos participantes, têm-se que sua maioria acredita que o novo modelo é inovador e diminui discordâncias entre os interessados, assim como reduziu a subjetividade do processo, no entanto, tornando-o mais lento.

Foi encontrada uma divergência de 32% entre os resultados dos modelos de avaliação e, destas, 75% representaram uma piora de conceito no modelo subjetivo, o que pode levar a uma subavaliação dos resultados.

Uma fragilidade/potencialidade do estudo é a investigação da subjetividade por métodos psicométricos e organizacionais, podendo revelar uma possível influência das condições socioculturais dos servidores nos resultados das avaliações (sexo, nível e área de formação acadêmica, experiência em M&A etc.).

## **Título: 1084921 - As Vertentes do Planejamento Municipal de Médio Prazo na Administração Pública**

**Autores: YASMIN TAVARES DE PAIVA, Cledilson Alves da Silva Filho, ANALUCIA DE AZEVEDO SILVA**

**Resumo:** O artigo objetiva o exame do planejamento de médio prazo desenvolvido para um município e executado nos quadriênios 2018-2021 e 2022-2025. Explora os avanços e as limitações observadas no seu processo de elaboração quanto à inclusão da participação social, bem como aqueles de cunho mais técnico, relativos à compreensão global dos servidores públicos municipais acerca dos elementos que o compõe, tais como as dimensões de caráter estratégico, tático e operacional. Fazem parte desse conjunto de requisitos técnicos e conceituais, os eixos, programas, ações com seus respectivos objetivos e justificativas, metas, indicadores etc. Para além disso, apresenta as estratégias empregadas pelos coordenadores multissetoriais do processo de elaboração, monitoramento e avaliação dos PPAs, destacados no sentido de dirimir as barreiras de assimilação dos conceitos do planejamento governamental e de promover os avanços necessários para o alcance da eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas. A metodologia de desenvolvimento deste artigo combina revisão de literatura e análise documental dos planos locais, com ênfase nos planos de governo e planos setoriais, além de

consulta à legislação nacional. Partindo da avaliação do alcance das metas previstas, o estudo analisa a capacidade das unidades de entrega com base nos resultados observados, quais sejam: modernização tecnológica nas áreas de saúde e educação com acesso à internet, e-Gov Municipal e inclusão digital para a sociedade. Em contraponto, outros resultados demonstram as dificuldades enfrentadas pela Gestão Pública Municipal para efetivar as mais diversas ações planejadas, que enfrentam barreiras ligadas a uma frágil participação social e a ausência de capacidades técnicas dos formuladores das respectivas políticas. O artigo conclui discutindo possíveis caminhos para melhores definições e estratégias durante a feitura de um PPA municipal, no sentido de promover um impacto técnico que resulte no melhoramento das ações da Administração Municipal, materializando-se em políticas públicas consonantes com os anseios da sociedade.

### **Título: 1084323 - Acordo de Resultados e Monitoramento de Projetos Estratégicos: Avanços e Desafios na Gestão por Resultados na Administração Pública**

Autores: Daniela Canepa,rafael gregianin,Paula Franciele da Silva,Elisa Eichner

Resumo: A gestão pública contemporânea tem sido marcada pela necessidade de aprimoramento dos mecanismos de planejamento estratégico e coordenação multissetorial para garantir maior eficiência na entrega de resultados à sociedade. Nesse contexto, este artigo analisa o Acordo de Resultados (AR) como instrumento estruturante de planejamento de médio prazo no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, avaliando sua concepção, operacionalização e o modelo de monitoramento dos projetos estratégicos vinculados. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na análise documental do Caderno do Acordo de Resultados 2024, complementada por revisão bibliográfica sobre gestão por resultados, governança pública e coordenação interinstitucional. O artigo se estrutura em três eixos: (i) a evolução do Acordo de Resultados como ferramenta de pactuação de compromissos estratégicos e sua inserção no modelo de gestão pública orientada para desempenho; (ii) a sistemática de monitoramento dos projetos estratégicos, destacando os mecanismos de acompanhamento, métricas de aferição de impacto e processos decisórios envolvidos; e (iii) os desafios e oportunidades para o aprimoramento da metodologia, considerando aspectos como transparência, controle social e integração multissetorial. Conclui-se que a adoção de um modelo estruturado de gestão por resultados, aliado a um sistema eficaz de monitoramento e avaliação, fortalece a capacidade estatal de promover políticas públicas mais eficazes e alinhadas às prioridades de governo, contribuindo para uma administração pública mais responsiva e orientada por evidências.

## **Título: 1081220 - Escuta popular regionalizada: fortalecendo a participação cidadã na construção e priorização do planejamento de médio prazo em governos estaduais**

Autores: Newton Rocha Cerezini, Herlane Suele Alves Martins, Rebeca Rêgo Pedrosa Costa, Flavia Talita Peixoto de Amorim Simões

Resumo: O processo de escuta popular é uma ferramenta importante no planejamento de médio prazo, permitindo a participação cidadã na formulação e implementação de políticas e programas que atendam às necessidades da sociedade de maneira regional e equânime. Ao promover a participação ativa, a escuta popular assegura que as vozes da população sejam ouvidas e consideradas nas decisões governamentais. Este artigo busca explorar como a adoção de um processo de escuta popular regionalizado, com uso de plataforma digital e eventos presenciais, pode potencializar a participação popular e ajudar na priorização das demandas da sociedade nos instrumentos de planejamento de médio prazo. A metodologia adotada consistiu em um estudo de caso de um projeto implementado por um governo estadual, que integrou a escuta virtual por meio da plataforma Decidim e seminários presenciais regionais em todas as regiões administrativas do Estado. Na plataforma, os cidadãos podiam apoiar propostas ou sugerir novas, gerando engajamento por meio de um modelo similar ao das redes sociais. Durante os eventos presenciais, os participantes foram organizados em salas temáticas, onde apresentaram propostas e debateram questões juntos aos representantes do governo. O resumo das propostas foi apresentado em uma plenária, ao final de cada evento, à liderança máxima do governo por um coordenador da sala e um representante popular. Ao final do processo, as propostas presenciais e por meio da plataforma, foram analisadas, classificadas e incorporadas ao Plano Plurianual com o auxílio de inteligência artificial. Esse processo demonstrou a relevância da escuta popular na elaboração dos instrumentos orçamentários, coordenação multissetorial e unidades de entrega, refletindo as prioridades da sociedade em geral e das regiões específicas. Os resultados indicam que o processo híbrido, com eventos presenciais e uso de plataforma digital, amplia a participação e torna o processo mais inclusivo e eficiente, tornando a priorização de demandas pelo Governo mais adequada às necessidades de sociedade.

## **Título: 1080142 - A disciplina de PMO em situações de calamidade: uma estratégia de impacto no contexto de atendimento a vítimas de emergências climáticas**

Autores: Hiparcio Rafael Stoffel, Danielle Santos de S. Calazans, Bruno Silva da Silveira, Fernando João Bartelle Júnior

Resumo: Situações de emergência e calamidade requerem ações rápidas, precisas e organizadas, especialmente em ocorrências de grande alcance. Este artigo aborda a estruturação de um Escritório de Projetos vocacionado à coordenação de estratégias e ações no atendimento a vítimas de eventos climáticos adversos, que desafia os conceitos e métodos comumente aplicados em gerenciamento de

projetos. O trabalho realizado por várias secretarias e a Defesa Civil Estadual tem como ancoragem a articulação entre diferentes entes, partes interessadas, senso de urgência, transparência e qualidade metodológica e explora cinco aspectos-chave em sua operacionalização: a) foco, b) comunicação, c) governança e gestão, d) gerenciamento de partes interessadas e e) transparência e equidade. O método aplicado neste artigo combina pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação. Destaca-se como resultado a taxa de sucesso na aprovação dos pleitos de recursos para ajuda humanitária, restabelecimento e reconstrução, especialmente de unidades habitacionais. Os principais avanços na administração pública se caracterizam como agilidade na elaboração dos planos de trabalho pelos diferentes entes, alinhamento institucional entre os órgãos envolvidos e inauguração de uma nova disciplina de enfrentamento aos efeitos de eventos climáticos adversos.

#### **04. Fundamentos econômicos do planejamento orçamentário, política fiscal, financiamento das políticas públicas, tributação e operações de crédito**

##### **Título: 1080237 - Revisão do modelo de financiamento: estratégias para superação de desequilíbrio financeiro em autarquia**

Autores: Mary Liliane Cavalheiro Mendes, Ilse Valli Tondo, Thiago Dapper Gomes, Danielle Santos de S. Calazans

Resumo: Em 2023 a autarquia apresentava situação crítica de desequilíbrio financeiro, com déficit mensal de R\$ 36 milhões e dívida acumulada de R\$ 250 milhões, referente a despesas médicas vencidas. O desequilíbrio era evidenciado pelo aumento das despesas totais, que subiram de R\$ 2,36 bilhões (2018) para R\$ 3 bilhões (2022), resultando em um déficit acumulado superior a R\$ 940 milhões.

O desequilíbrio foi impulsionado por múltiplos fatores. Mudanças legislativas reduziram a alíquota e removeram a obrigatoriedade da contribuição, diminuindo a adesão dos segurados com maiores remunerações. O envelhecimento da população segurada e o aumento da expectativa de vida elevam os custos de saúde enquanto a estrutura contributiva existente era insuficiente para cobrir os custos, especialmente porque apenas 56,8% dos segurados (titulares) contribuía efetivamente. A inflação da saúde, que supera a inflação geral, também agrava o problema, assim como o modelo “fee-for-service” de remuneração que incentiva o uso intensivo dos serviços de saúde.

Para superar o problema e sustentar no longo prazo o sistema de saúde, a autarquia estabeleceu como objetivo a revisão do modelo de financiamento do plano principal. Realizou-se pesquisa documental (levantamento de normativas), estudo de caso (benchmarking de entidades públicas de autogestão) e pesquisa quantitativa (levantamento de indicadores, perfil dos segurados e estudos técnicos atuariais de precificação, sinistralidade e análise de risco e solvência). Como resultado, constatou-se a necessidade das seguintes medidas: (i) ajuste da alíquota de contribuição; (ii) ampliação da base de contribuintes; (iii)

adoção de Tabela de Referência de Mensalidade, progressiva e por faixas etárias; (iv) ampliação do teto da coparticipação e; (v) criação de incentivos à adesão e permanência dos segurados, especialmente aqueles com maiores salários.

Após a aprovação da Lei estadual, observou-se uma redução no número de usuários, de 956.520 (2023) para 897.727 (2024), dos quais 39.696 não eram contribuintes do plano principal. A reforma também impactou as receitas, com um acréscimo médio de R\$ 53,7 milhões por mês, elevando a receita média mensal para R\$ 300 milhões. Além disso, a reforma possibilitou redução significativa do passivo, de R\$ 262 milhões para R\$ 62 milhões.

### **Título: 1079882 - PREVENDO A ARRECADAÇÃO DE ICMS PARA UM ESTADO COM MODELOS MACROECONÔMICOS MULTIVARIADOS**

Autores: liderau marques jr, cristiano aguiar de oliveira

Resumo: O objetivo do presente trabalho é propor uma metodologia de previsão para a arrecadação mensal nominal

da principal fonte de receita tributária dos Estados, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para esse fim, modelos econométricos multivariados — Vetor Autoregressivo (VAR) e Vetor de Correção de Erros (VECM) — são considerados, pois relacionam a arrecadação do tributo com as séries macroeconômicas. Os resultados indicam que as séries macroeconômicas, tais como a inflação, medida pelo Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), e a atividade econômica, medida pelo Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR), impactam positivamente e contribuem significativamente para a acurácia da previsão da arrecadação nominal do ICMS estadual. O artigo conclui que modelos macroeconômicos multivariados apresentam uma boa capacidade de previsão mesmo quando as séries estão sujeitas a choques tais como os que ocorreram ao longo da pandemia de Covid-19.

### **Título: 1081305 - Operações de Crédito para o Desenvolvimento Regional: Evidências Empíricas dos Investimentos em Infraestrutura Viária no Estado do Pará**

Autores: João Paulo Tavares Mourão Aires

Resumo: Este estudo examina a relação entre operações de crédito e desenvolvimento econômico regional, com foco nos investimentos em infraestrutura viária no estado do Pará. A análise se baseia em dados da dívida estadual e emprega métodos econométricos, incluindo modelos de séries temporais e painéis dinâmicos, para estimar os impactos do financiamento via endividamento sobre variáveis como crescimento do PIB regional, geração de emprego e fluxo comercial. Os resultados indicam que o crédito

estatal tem um papel estratégico na expansão da infraestrutura, reduzindo custos de transporte, integrando mercados e estimulando ganhos de produtividade. Evidências empíricas sugerem que investimentos em rodovias financiados por operações de crédito geram efeitos multiplicadores significativos, promovendo maior competitividade econômica e coesão territorial. O estudo contribui para o debate sobre o papel da política fiscal subnacional no fomento ao desenvolvimento econômico de longo prazo.

## **Título: 1081327 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO ESTADO DO TOCANTINS: UM ESTUDO SOBRE A RECEITA, DESPESA E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.**

Autores: VIVIAN DIAS DINIZ

Resumo: As operações de crédito são instrumentos para o financiamento de políticas públicas e investimentos principalmente em infraestrutura, em estados como o Tocantins, onde a arrecadação própria nem sempre é suficiente para atender às demandas socioeconômicas. Este estudo tem como objetivo analisar as operações de crédito realizadas pelo Estado do Tocantins, com foco nas receitas e despesas decorrentes dessas operações, bem como seus impactos socioeconômicos. Após revisão bibliográfica e coletas de dados em fontes do governo nacional e estadual, o trabalho apresenta uma análise quantitativa e qualitativa das operações de crédito internas e externas contratadas entre 2003 e 2024, destacando os principais credores, valores captados e projeções futuras. Como resultados, revela os principais agentes financiadores das operações internas e externas, e análise das receitas e despesas orçamentárias demonstra que as operações de crédito têm sido uma fonte importante de recursos para o Estado, mas também aponta para um aumento significativo das despesas com juros e amortizações, o que pode comprometer a sustentabilidade fiscal no longo prazo. O estudo aborda os impactos socioeconômicos das operações de crédito, destacando que, a falta de transparência na aplicação dos recursos e a ausência de avaliações de impacto dificultam a mensuração dos benefícios gerados. O aumento do endividamento público também limita a capacidade do Estado de realizar novos investimentos, especialmente em setores prioritários como saúde, educação e segurança. Assim, o artigo propõe alternativas ao endividamento público, como a adoção de Parcerias Público-Privadas (PPPs), a captação de recursos por meio de transferências voluntárias e emendas parlamentares, e a concessão de serviços públicos. O estudo também sugere a implementação de metodologias de avaliação de investimentos para garantir que os recursos sejam alocados de forma eficiente e transparente. Por fim, o artigo conclui que, embora as operações de crédito sejam uma ferramenta importante para o financiamento de políticas públicas, é fundamental adotar uma gestão mais estratégica e transparente, com foco na sustentabilidade fiscal e no impacto socioeconômico dos investimentos.

## **Título: 1085034 - O ORÇAMENTO CLIMÁTICO COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA MUNICIPAL.**

Autores: Daniel Gleidson Mancebo de Araújo, Carlos Augusto Freitas de Oliveira Goés

Resumo: O presente resumo justifica a necessidade de se vincular o monitoramento de políticas climáticas ao planejamento orçamentário municipal, sintetiza os princípios do Orçamento Climático (OC), e descreve a implantação deste instrumento de governança, abrangendo os ciclos orçamentários. Ações climáticas implementadas por meio de políticas públicas precisam ser tangibilizadas no orçamento, pois este é um filtro de análise da viabilidade político/econômica de execução dessas políticas. É necessário então integrar estratégias de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade ambiental ao processo orçamentário. Modelar, implantar e monitorar as ações climáticas exige, além dos aspectos técnicos, clara previsão orçamentária e articulação das prioridades de políticas governamentais.

A Cidade aderiu a um programa internacional de orçamentação climática em 2021, e instituiu seu OC em 2023 por meio de decreto municipal. O modelo adotado integra as metas do Plano de Ação Climática às iniciativas e projetos do plano de governo e aos programas e ações do Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), vinculando-os aos processos de monitoramento, reporte e verificação das ações climáticas implementadas.

O OC contempla as ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE), de adaptação do território aos riscos climáticos, e de equidade social de populações vulneráveis. Planeja-se sua aplicação por etapas, iniciando-se pelas ações de mitigação de GEE, seguidas pelas ações de adaptação e de equidade.

Foi publicado um primeiro relatório piloto como anexo do PLOA 2025 encaminhado ao Poder Legislativo, destacando as fontes de emissões identificadas nos programas orçamentários, e estabelecendo medidas de resposta visando a mitigação dessas emissões, sem aferição de quantidades de GEE. O OC 2025 engloba 25 programas e 64 ações orçamentárias; associando-os a 16 metas estratégicas de governo e a 15 metas climáticas.

O OC 2026 incluirá a identificação e categorização climática dos programas e projetos do novo governo e os associará ao PPA 2026-2029 abrangendo as 3 dimensões de enfrentamento climático: mitigação de GEE, adaptação a riscos climáticos, e equidade de populações vulneráveis.

## **Título: 1084976 - Modelos de Financiamento de Grandes Infraestruturas Científicas: o caso do CNPEM**

Autores: Giovanna Guimarães Gielfi, Elisabeth Da Costa Lima Pereira

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise do modelo de financiamento para instituições de ciência e tecnologia, considerando seu papel na promoção de impulsionamento do conhecimento e de



um sistema nacional de inovação robusto para qualquer país.

Busca-se debater a questão de um financiamento sustentável olhando para um dos parques de pesquisa científica e tecnológicos mais importantes do Brasil, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). A ideia inicial é partir de um benchmarking das práticas de financiamento de instituições internacionais, como o CERN (Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire) e o DOE (Department of Energy) e apontar caminhos que podem ser viáveis na promoção de políticas nacionais de financiamento de instituições de pesquisa.

A partir desta observação, pretende-se analisar diferenças e similaridades dos modelos de planejamento e financiamento dessas instituições. Observando tantos aspectos institucionais, normativos e regulatórios do financiamento público até instrumentos de fomento e alavancagem de recursos privados para atividades de ciência e tecnologia.

Por fim, a partir da base comparativa das instituições internacionais e de um olhar para as políticas de financiamento nacional, pretendemos identificar oportunidades concretas para fortalecer a sustentabilidade das organizações como CNPEM no Brasil. Espera-se que, ao compartilhar estas experiências e análises, possamos contribuir para um debate sobre o financiamento da ciência e tecnologia no país, destacando seu potencial catalisador para o desenvolvimento econômico e social.

## **Título: 1085077 - Mecanismos de indução ao planejamento nacional via operações de crédito**

**Autores:** Bruno Francisco Baeta Silva, João Coelho Brasil, Victor Deleon Oliveira

**Resumo:** A Constituição de 1988 estabeleceu um novo pacto federativo, promovendo uma reconfiguração da autonomia política e fiscal dos entes subnacionais. No entanto, os estados e municípios possuem mecanismos limitados para lidar com os desafios fiscais. Neste contexto, a contratação de operações de crédito se configura como um meio de promoção do investimento público frente aos diversos constrangimentos orçamentários e fiscais. Assim, os entes subnacionais como mutuários gozam de autonomia para determinar sua destinação, ainda que a capacidade de contratação e de endividamento seja regulada por normativas federais.

Este arranjo joga luz sob um impasse no normativo constitucional: a distribuição das competências tributárias é bem definida, mas o papel de cada ente na execução de políticas pode ser ambíguo e gerar intervenções públicas sobrepostas ou antagônicas. Considerando a importância das operações de crédito no orçamento de estados e municípios, como alinhar a autonomia dos entes subnacionais ao planejamento nacional?

Nessa linha, este artigo investiga o papel das operações de crédito aos estados e municípios como instrumento de incentivo ao planejamento nacional. A hipótese é de que a União induz essas operações conforme suas prioridades. Para testá-la, serão analisados diferentes mecanismos para avaliar essa lógica causal, como via oferta de crédito por bancos públicos e em relação a institucionalização de

normas voltadas a garantir sinergia entre o planejamento e as linhas de créditos contratadas no âmbito subnacional.

Este artigo adota uma abordagem de análise descritiva e documental, fundamentada em duas fontes de dados: registros do Tesouro Nacional referentes às operações de crédito contratadas por estados e municípios e normativas que regulamentam a contratação dessas operações e a concessão de garantias pela União. A amostra abrange operações de crédito realizadas entre 2002 e 2024, conforme a disponibilidade dos dados.

Os resultados apontam para uma atuação ativa da União na indução do crédito subnacional em alinhamento ao planejamento nacional. Bancos públicos ofertaram linhas compatíveis com as prioridades federais. Mais ainda, normas como exceções regulatórias e arranjos para oferta de garantias da União favoreceram a convergência entre o planejamento federal e subnacional.

## **Título: 1084462 - LIÇÕES DAS REFORMAS TRIBUTÁRIAS ABANDONADAS: CAMINHOS PARA UMA POLÍTICA FISCAL EFICIENTE**

Autores: MARLILDO LIMA LEITE, Yuri Cesar de Lima e Silva, Andrei de Lima e Silva, LUIS ABEL DA SILVA FILHO

Resumo: Os resultados indicam que as propostas Cerf e PEC 046-A/95 teriam impulsionado de forma expressiva o crescimento econômico e o acúmulo de capital, gerando ganhos no padrão de vida de 0,07% e 0,27%, respectivamente. Em contrapartida, os cenários que concentravam a tributação exclusivamente sobre o consumo apresentaram variações negativas no bem-estar de -0,43% e -0,87%. Esses achados poderiam ter fornecido insights valiosos para a tomada de decisão na elaboração da atual reforma tributária, sugerindo que uma combinação equilibrada entre tributação sobre consumo e sobre renda (capital e trabalho) teria potencializado os ganhos macroeconômicos sem sacrificar a equidade. A reforma atualmente aprovada – que foca na simplificação e unificação de tributos – pode não ser suficiente para atingir os impactos positivos identificados neste estudo, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais integrada que incorpore os resultados das simulações para aprimorar a eficiência fiscal e os efeitos redistributivos.

## **05. Análises referentes ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA) e à articulação entre os diferentes instrumentos**

### **Título: 1084928 - Projeto de integração de Orçamentos Temáticos e PPA**

Autores: Marcela Pinheiro Fontes, Leticia Braz Nascimento

Resumo: As políticas públicas transversais estão em um importante momento de discussão para evolução da Administração Pública. Uma das dimensões desta discussão aborda a transversalidade das agendas pelo orçamento público, tendo por objetivo alcançar o meio de financiamento da política pública para viabilização de sua execução, de onde surgem os orçamentos temáticos.

Aliado ao momento oportuno de entusiasmo quanto aos orçamentos temáticos, há um desafio de conexão entre orçamento e planejamento como um terreno fértil a ser explorado para que, ao final, a população seja a maior beneficiada.

Atualmente existem Orçamentos Temáticos (OTs) implantados no estado, contudo, tratados basicamente pelo órgão central de planejamento e orçamento, com a participação pontual de representantes de órgãos nos Comitês de cada OT. Para que se tenha um efetivo impacto para a sociedade, pensando em processo de desenvolvimento, os órgãos precisam participar da concepção e, ainda, a visão transversal passar a ser refletida no desenho da política pública. Propõem-se uma integração dos produtos monitorados no PPA aos orçamentos temáticos, trazendo os órgãos finalísticos para uma participação ativa.

Dado que os Orçamentos Temáticos estão implantados, deve-se buscar além do monitoramento da execução orçamentária por si. Os OTs devem levar à reflexão na formulação das políticas públicas para um modelo transversal, mais complexo e menos segmentado por áreas.

A absorção da complexidade de formulação de políticas públicas transversais e o desafio da coesão dos instrumentos de planejamento e orçamento são motivadores para o aprimoramento das atividades que envolvem os OTs. Espera-se como resultado a reflexão dos órgãos finalísticos na concepção de políticas públicas transversais, a evidenciação de políticas públicas transversais já existentes que atualmente não são identificadas, a ampliação da produção de dados e registros administrativos relativos aos temas transversais, o aumento do monitoramento das políticas públicas transversais e, em mais alto nível, o aumento da entrega de políticas públicas transversais à população.

O objetivo do presente artigo é o registro da proposta de integração de Orçamentos Temáticos e PPA no âmbito estadual, contribuindo para as discussões. Entende-se que há o potencial de trazer aprimoramento à formulação das políticas públicas como um todo no âmbito estadual.

## **Título: 1080662 - Relatório de Acompanhamento: Uma Abordagem Integrada para a Carteira de Investimentos e Políticas Governamentais**

Autores: Lidiane Jordão de Oliveira Barros, Sandra Suely do Vale Corrêa, Vinicius Milward de Azevedo reis

Resumo: Em um cenário de sucessivos déficits fiscais e busca de alternativas para amenizar o cenário desfavorável, torna-se necessária a busca de bons instrumentos que possam consolidar planejamentos que norteiam a governança e a execução das políticas de governo.

Nesse contexto, por intermédio do Plano de investimentos do Estado, nasce a carteira de projetos de investimento estadual, e posteriormente a criação de um painel para acompanhamento dessa carteira. Direcionada especificamente para gastos com projetos de investimento, a carteira busca centralizar o planejamento almejado pelas Secretarias Estaduais e suas vinculadas, de forma a serem analisados e acompanhados e, com as constantes trocas efetuadas entre o órgão central e as unidades de planejamento, qualificar cada vez mais as informações apresentadas.

O painel foi desenvolvido com o objetivo de contribuir e auxiliar a tomada de decisão da alta gestão do governo; centraliza em uma única ferramenta o planejamento setorial, associando as informações cotidianas do orçamento. Entendendo planejamento e orçamento como peças vivas, em constante evolução e busca por aprimoramento, o painel consolida e correlaciona no mesmo instrumento os dados relativos às leis constitucionais (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), exercício orçamentário, bem como a carteira de projetos de investimentos. Buscando a praticidade para o gestor, suas informações e layout foram selecionadas e disponibilizadas de forma objetiva e de fácil atualização, de modo a permitir análise e acompanhamento na perspectiva do cenário de planejamento atual.

## **Título: 1085057 - Policy Design e Direitos Humanos: O Desenho das Políticas Públicas nas Capitais Brasileiras nos Planos Plurianuais (2018-2021)**

Autores: Fernando Abreu Monteiro

Resumo: A baixa institucionalidade da política de direitos humanos no Brasil reflete-se na estrutura e implementação dos Planos Plurianuais (PPA) das capitais, com diretrizes não claras ou insuficientemente executadas. Isso resulta na fragilidade de políticas sociais e limita o impacto sobre o público-alvo. A institucionalidade em questão está relacionada à escassez de financiamento, normas ambíguas ou inexistentes e à falta de instituições focadas em direitos humanos. O estudo foca na estrutura administrativa das prefeituras, analisando como operacionalizam os instrumentos da Política Nacional de Direitos Humanos nos PPAs de 2018-2021. A pesquisa utiliza métodos qualitativos e quantitativos, incluindo análise documental, levantamento de dados nos sites das prefeituras e solicitação de informações via Lei de Acesso à Informação (LAI). A análise dos PPAs abrange programas, ações, beneficiários e orçamentos, sendo complementada por um banco de dados comparativo para identificar

padrões e discrepâncias. Adicionalmente, métodos de codificação às populações-alvo estão sendo estudados para integração à análise, enriquecendo a compreensão sobre as prioridades políticas e as dinâmicas institucionais. A pesquisa se insere em um debate teórico entre polity e politics e como influencia na formação de agenda. Examina o desenho e a implementação das políticas, considerando não somente o escopo de nível municipal, mas também as particularidades de ações dos governos estaduais e do governo federal para com as prefeituras. Compreender essas dinâmicas contribuem para a discussão sobre a policy design e a gestão das políticas de direitos humanos, destacando desafios e oportunidades na prática administrativa das capitais.

### **Título: 1085154 - Plano Plurianual do "XX" 2024-2027: Evolução do Planejamento com Base em Aprendizados Institucionais**

Autores: Roberto Santos Matos, MARIA JULIANA DE SOUZA ALVES, Vinicius César Ferro Castro, PATRICIA REIS FRANÇA

Resumo: Dentre os principais objetivos da Constituição Federal de 1988 ao introduzir o Plano Plurianual (PPA) no sistema orçamentário brasileiro, destaca-se a promoção de uma alocação racional e planejada dos recursos públicos, fundamentada em diretrizes, objetivos e metas de médio prazo. No "XX", dando continuidade às melhorias introduzidas no PPA 2020-2023, a formulação do PPA 2024-2027 ampliou o processo de inovações, a partir do aperfeiçoamento metodológico, do aprimoramento da governança e do fortalecimento da cultura do planejamento baseado em evidências, alinhando-se ao desenvolvimento de longo prazo.

Este artigo analisa as transformações metodológicas e estruturais implementadas no PPA 2024-2027 do "XX". O novo ciclo do PPA inaugura um modelo de planejamento mais estruturado, garantindo que as ações governamentais sejam articuladas com uma visão de longo prazo e respeitem os compromissos governamentais registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A formulação do PPA foi ancorada em diretrizes setoriais conectadas às estratégias de desenvolvimento do "XX" 2050, assegurando que a ação governamental responda a desafios estruturais e setoriais de maneira integrada.

A metodologia do PPA 2024-2027 trouxe avanços substanciais, com a introdução de ferramentas de monitoramento e avaliação mais eficazes e do Acordo de Resultados, cujo objetivo é garantir a execução eficiente das metas pactuadas entre as secretarias e o governo estadual.

Outro diferencial do PPA 2024-2027 foi a participação ativa de especialistas no processo de formulação, proporcionando maior qualificação técnica na definição das diretrizes e programas governamentais. A construção do plano contou com uma ferramenta que serviu de insumo técnico para ancorar as propostas dos programas na utilização de dados e evidências, possibilitando comparar os problemas enfrentados pelo "XX" com a média do Nordeste e do Brasil, facilitando a priorização de políticas e ações mais eficazes. Ademais, trouxe, juntamente com a avaliação do PPA 2020-2023, um conjunto de boas práticas setoriais desenvolvidas por outros estados e consideradas exitosas, com o objetivo de subsidiar

o redesenho dos programas e ações. Além disso, o sistema incentiva a intersetorialidade ao promover a conexão entre diferentes áreas do governo, reduzindo sobreposições e estimulando uma atuação coordenada entre os órgãos.

### **Título: 1079702 - Planejamento e Gestão Municipal: uma análise acerca da evolução dos PPA's em um município brasileiro no período recente (2014 a 2025)**

Autores: GABRIELLA MARTINS FERNANDES, Laisa Alexandre de Lima, Isabelly Ferreira da Gama, Leonardo Medeiros Germano Leite

Resumo: A Constituição Federal de 1988 alçou os municípios ao papel de formuladores e implementadores de políticas públicas, o que coloca, impreterivelmente, a necessidade de se planejar. Nesse contexto, o Plano Plurianual (PPA), instituído no Art. 165 da referida norma, acaba cumprindo função central no planejamento governamental. Isto posto, o presente artigo traça um panorama da evolução dos PPA's em um município do Brasil a partir da análise do conteúdo (programa, objetivo e ações) relativo ao órgão responsável pelo planejamento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e quanto aos objetivos ela é considerada exploratória. Adotou-se como técnica as pesquisas bibliográfica e documental, e o estudo de caso. Os resultados da análise dos últimos três PPA's (2014-2017, 2018-2021 e 2022-2025) indicam o predomínio de programas que se organizam em torno de três eixos centrais: (a) Planejamento e Gestão Governamental, Social e Financeira-orçamentária, incluindo ações de fortalecimento institucional; (b) Desenvolvimento e Gestão Urbana e Ambiental; (c) Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural. De certa forma, pode-se considerar que, apesar da quebra do ciclo político e da "pluralidade" de programas e ações relacionados ao órgão de planejamento, a trajetória evolutiva dos Planos Plurianuais indicam a existência de relativa densidade e de estabilidade, critérios relevantes quando se pensa no planejamento de médio e longo prazo como condição essencial para o desenvolvimento na escala municipal. Com relação à estabilidade, consta-se a resiliência temporal de vários programas, o que tende a estruturar e manter uma identidade no planejamento, e na sua relação com o orçamento. Além disso, a densidade vai evidenciar que a capacidade de planejamento sofre alterações qualitativas na medida em que há a combinação e o estreito alinhamento dos programas, objetivos e ações às competências e atribuições do órgão municipal de planejamento.

### **Título: 1082025 - Participação Popular e Transparência no Processo Orçamentário: Relato das Audiências Públicas para o PLOA 2025 estadual.**

Autores: Felipe Augusto Santana de Oliveira, Isadora Britto Bastos, Mayara Andreza Dantas Silva

Resumo: O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) representa uma etapa fundamental no ciclo orçamentário, articulando-se com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para além do mandamento legal, presente nos mais diversos dispositivos - tais como a Constituição Federal, as Constituições Estaduais, a Lei 4.320/1964, e a Lei Complementar 101/2000 - a realização de audiências públicas no curso do processo orçamentário promove a efetividade das políticas públicas, visto que permite melhor alinhamento entre as ações governamentais e os anseios da população. Essa forma de participação popular é, ao mesmo tempo, um instrumento de legitimidade democrática e construção da cidadania ativa e um desafio à burocracia do estado, tradicionalmente refratária a mudanças na cultura organizacional. O presente trabalho pode ser classificado como um estudo descritivo, pois seu objetivo primordial é a descrição das características de determinado objeto e o estabelecimento de relações entre variáveis estudadas, indo além da simples identificação da existência de relação entre variáveis e buscou ainda identificar e analisar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Quanto ao procedimento técnico, entende-se que a presente pesquisa é ex-post facto, pois foi produzida após a aprovação do PLOA 2025. Buscou-se descrever as atividades desempenhadas pelas equipes do órgão central de Orçamento do estado durante a realização das audiências públicas do PLOA 2025, cujo objetivo central foi a coleta de sugestões da população nos diferentes territórios geográficos. Além disso, esta pesquisa apresenta os procedimentos, dificuldades, aprendizados e impressões das equipes técnicas quando da coleta e tabulação dos dados gerados pelas audiências, a interlocução com os órgãos finalísticos para incorporação das proposições populares no planejamento de ações para o exercício subsequente e os desafios de comunicação efetiva com a sociedade.

### **Título: 1080957 - Análise e diagnóstico participativo de orçamentos municipais integrados (PPA, LOA, LDO e Planos Diretores) com foco nas rendas petrolíferas.**

Autores: Débora Cubateli Redivo, Kamila Louzada Rangel, Luiz Patricio Cintra do Prado Filho, RODOLFO V C GUIDO

Resumo: O trabalho analisa os dados do orçamento de nove municípios na área de produção e escoamento de petróleo e gás natural do Polo Pré-Sal. A metodologia envolveu diretrizes e tarefas executadas por grupos de trabalhos formados por populares e técnicos de um projeto de educação ambiental, que analisaram os documentos orçamentários (PPA, LDO e LOA) e os Planos Diretores. Cada grupo seguiu um documento orientador específico para a análise aplicada em cerca de 40 documentos orçamentários, acessados principalmente pelos Portais de Transparência municipais.

As análises revelaram fragilidades nos PPAs, que deveriam orientar o planejamento estratégico de médio prazo. Os objetivos e indicadores foram frequentemente identificados como genéricos, comprometendo o monitoramento e a avaliação efetiva. A ausência de regionalização das ações, com a classificação "todo o município", dificultou a identificação de áreas prioritárias, a transparência e o controle social. As LDOs,

embora estabelecessem metas fiscais e prioridades anuais, enfrentaram críticas quanto à clareza e acessibilidade. O uso excessivo de linguagem técnica e a ausência de notas explicativas em linguagem cidadã dificultaram a compreensão, especialmente pelos cidadãos sem formação em ciências contábeis ou finanças públicas. Em alguns casos, verificou-se apenas a descrição das metas físicas, sem especificar valores financeiros, restringindo a análise da alocação de recursos. As LOAs foram criticadas pela falta de regionalização das ações e pela falta de clareza nas informações, devido ao uso de valores agregados por secretarias ou órgãos executores. A ausência de listas de códigos explicativas dificultou a interpretação dos documentos, restringindo o controle social.

A análise integrada dos documentos evidenciou baixa coesão em alguns municípios, com discrepâncias entre metas e recursos previstos no PPA, LDO e LOA, além da falta de atualização dos planos diretores. Outro destaque é o uso das rendas petrolíferas em ações de curto prazo, em vez de aplicá-las em políticas públicas para o desenvolvimento municipal. Isso resulta no uso dessas rendas em despesas correntes, em detrimento de investimentos de médio e longo prazo, na infraestrutura, na qualidade dos serviços públicos e no fortalecimento econômico local. Por fim, os grupos de trabalho sugerem soluções para enfrentar esses problemas.

## **Título: 1075453 - Evolução e Desafios dos Fundos Públicos no Orçamento Fiscal: Uma Análise do Desenvolvimento e da Gestão dos Recursos**

Autores: Paulo Henrique Bueno Godoy Rodrigues

Resumo: Os fundos públicos desempenham um papel fundamental na estruturação do Orçamento Fiscal, sendo utilizados como instrumentos de alocação estratégica de recursos para setores prioritários. Criados visando assegurar o financiamento contínuo de políticas públicas, esses fundos possibilitam maior previsibilidade e eficiência na gestão orçamentária. No entanto, sua utilização e manutenção enfrentam desafios recorrentes, especialmente no que tange à compatibilização com as normas fiscais vigentes, à definição clara das fontes de financiamento e à necessidade de observância dos princípios constitucionais, como o da não afetação de receitas.

O estudo da evolução desses fundos revela um cenário de crescente complexidade, no qual se tornam essenciais medidas que promovam maior transparência, eficiência e governança em sua gestão. A ausência de uma abordagem integrada sobre os fundos públicos na literatura acadêmica também se destaca como um fator que dificulta a formulação de diretrizes uniformes. O debate sobre o tema é marcado por diferentes perspectivas — orçamentária, jurídica e contábil — que, embora interligadas, são frequentemente tratadas de maneira segmentada.

Este artigo busca não apenas analisar a evolução e os desafios dos fundos públicos no Orçamento Fiscal, mas também lançar luz sobre a relação de forças que permeia sua criação, manutenção e destinação. A



alocação de recursos orçamentários não ocorre em um vácuo técnico ou neutro, mas sim em um espaço de disputas políticas onde diferentes stakeholders buscam garantir a priorização de seus interesses. Nesse cenário, os fundos públicos tornam-se instrumentos operacionais, mas também de exercício de poder, refletindo os embates entre setores que disputam recursos limitados.

#### BIBLIOGRAFIA

ARENDR, Hannah. O que é política? Editora Bertrand Brasil, 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade de gestão fiscal.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2009.

SANCHES, Oswaldo Maldonado. Fundos federais: origens, evolução e situação atual na administração federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002

### **Título: 1085076 - ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS**

Autores: Davi Leal dos Santos Barbosa, Alice Amélia Araújo Teixeira e Silva, Lara Castelo Branco Moura, Bruna Iwata

Resumo: O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de gestão pública e orçamentária disposto aos Estados que visa nortear a alocação de recursos em diferentes eixos no espaço de quatro anos. A mais recente legislação que institui o PPA 2024-2027 para os estados do Brasil aponta, dentre outras disposições, a necessidade de contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse sentido, quais estados Brasileiros contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no PPA 2024-2027? Quais apontam metodologias, indicadores ou sistematizam os ODS em políticas públicas? Para tanto, objetivamos avaliar a integração dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Plano Plurianual 2024-2027 dos Estados do Brasil. Foram levantados todos os PPA dos 26 estados e do Distrito Federal e avaliados sistematicamente oito critérios de análise: abordagem dos ODS, nível de descrição, apontamento metodológico, descrição metodológica, aplicação metodológica, uso de indicadores e sistematização de indicadores. Como resultado, dentre os 26 Estados e o Distrito Federal, aproximadamente 4 (15%) não fazem menção de forma direta aos ODS no seu PPA, por conseguinte, não apresentaram metodologia, sistematização dos ODS, seus indicadores e metas associados. Limitações no agrupamento e integração metodológica dos indicadores alcançam menos de 10% dos estados, contudo, representam uma área territorial e densidade populacional relevante ao cumprimento nacional dos compromissos internacionais. Obsta destacar que, dentre os Estados que abordam os ODS, há prevalência dos ODS 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 11, contudo, grande parte não descreve ou sistematiza satisfatoriamente os indicadores, fator limitante quando se pensa no alcance dos objetivos

de forma holística ou no estabelecimento de medidas transversais de planejamento, tal prevalência reitera a “visão ambiental” dos ODS, ainda que os objetivos definam metas não restritas a pauta. Sublinha-se, portanto, a necessidade de sistematização dos ODS em políticas de planejamento de forma transversal, trazendo objetividade e clareza no cumprimento de metas alinhadas ao alcance dos ODS e readequando indicadores ineficientes de modo a garantir o alcance não fragmentado dos objetivos e o aporte de políticas de planejamento que não se restringem aos ODS associados às pautas ambientais.

### **Título: 1084208 - Construção do PPA 2024-2027 à luz de uma nova metodologia: panorama e resultados**

Autores: Suellem Henriques Da Silva, Vitor Vilar Drumond, Gisela da Silva Machado

Resumo: Os ciclos anteriores ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 foram marcados por mudanças incrementais na metodologia, com inclusão e redesenho de regras e itens de planejamento, porém sem alterações substantivas no seu marco lógico. Em 2021, reunindo insumos e análises sobre os processos e desenho do PPA vigente, percebeu-se que a lógica construída pouco respondia à eficiência do instrumento para o planejamento e orçamento governamental. O PPA neste período apresentava elementos demasiadamente repetitivos, pouco acessíveis e evidentes para uma avaliação do desempenho da ação pública.

No processo de avaliação empreendido internamente e iniciado no ano citado, identificou-se a necessidade de uma mudança metodológica mais profunda para o ciclo posterior, com a visão de que o instrumento deveria espelhar as iniciativas governamentais finalísticas de cada órgão administrativo, tornando-o o que internamente foi chamado de vitrine de resultados. Desta forma, o próximo PPA deveria ser um espelho evidente e legível das iniciativas governamentais, bem como suas entregas finalísticas, resultados promovendo uma interlocução para um planejamento orçamentário.

Pode-se afirmar que o novo Plano Plurianual nasce com diretrizes bem definidas e metas delimitadas pela ação governamental. E, passados mais de dois anos após a elaboração, foi possível realizar um panorama das estratégias gerenciais tomadas para a construção de um novo PPA em uma nova metodologia e em conjunto com mais de 80 unidades setoriais. Ademais, também permitiu verificar que o plano cumpriu sua visão supracitada, produzindo maior destaque às entregas e resultados governamentais.

## **Título: 1079289 - Avaliação Estratégica do PPA 2020-2023: Construção Metodológica e Impactos na Governança Pública**

Autores: Wilton Leal Marinho dos Santos, Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, Telma Monteiro Lima Rassi, Umbelino Carneiro Neves

Resumo: O presente artigo busca refletir sobre o processo de construção e implementação da primeira Avaliação Estratégica, realizada, em 2024, no estado, do ciclo completo de 4 anos de um Plano Plurianual: o PPA 2020-2023. Desde 2004, os programas implementados são avaliados, anualmente, em um instrumento próprio, hoje consolidado, interna e externamente, no poder executivo, sendo os resultados apreciados pelos órgãos de controle e sociedade. Ao longo do tempo, houve tentativas técnicas em viabilizar uma avaliação estratégica do PPA, porém rejeitadas pelos gestores políticos. Somente, em 2021, que o cenário se abriu, favoravelmente, concretizado pela força da Emenda Constitucional nº 109/2021, que obriga todos os entes federativos a realizar avaliação de políticas públicas, e pela recomendação do Tribunal de Contas do Estado - TCE, ao poder executivo para que entregasse um relatório conclusivo do PPA. Para o cumprimento de tais normativas, uma metodologia avaliativa foi desenvolvida pelos servidores do órgão de planejamento a fim de suprir a ausência de indicadores no Mapa da Estratégia do PPA, então vigente, desta forma o processo foi conduzido sem necessidade de alterações legislativas ou de contratação de consultorias. A metodologia avalia o Mapa da Estratégia do PPA, a partir das análises dos desempenhos dos indicadores dos programas, relacionados aos objetivos e eixos estratégicos, permitindo o uso de um gradiente de pontuação que verifica o alcance dos resultados planejados. A partir do modelo aplicado, foi possível entregar os seguintes produtos: em 2022, Relatório Parcial da Avaliação do PPA: anos 2020-2021; e, em 2024, o Relatório Conclusivo e o Painel Avaliativo, ambos do PPA 2020-2023. Assim, pela primeira vez no estado, em 20 anos, realiza-se uma avaliação da implementação de um PPA, fortalecendo também o instrumento avaliativo dos programas. A Avaliação Estratégica do PPA 2020-2023 consolida-se como um marco avaliativo no Estado, inovando com sua metodologia pedagógica que pode ser replicável, em qualquer cenário. Tais iniciativas valorizam a função planejamento, fortalecem a instituição da governança pública, no estado, e contribuem para a implantação de uma cultura de avaliação no setor público.

## **Título: 1080012 - A evolução do alinhamento do PPA aos ODS no XX: resultados e perspectivas**

Autores: Amanda Oliveira de Souza, Othon Veloso Schenatto, Juliana Feliciati Hoffmann, Carina Ribas Furstenau

Resumo: Seguindo o esforço de integrar a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aos instrumentos de planejamento no XX - iniciado com a publicação do documento “A agenda de desenvolvimento do Futuro XX em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”

(2018) -, no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 foi criado o Selo ODS, atribuído às Iniciativas (INs) que contribuíssem direta ou indiretamente para a consecução de um ou mais ODS. Somada às outras inovações propostas pela metodologia de elaboração inaugurada nesse PPA, a integração com os ODS buscou colocar na agenda do Estado os objetivos acordados internacionalmente. Essa vinculação trouxe ganhos no sentido de fortalecer a transversalidade e a intersetorialidade nas políticas públicas, permitindo visualizar como diferentes órgãos e ações de Governo puderam contribuir para o atingimento de um mesmo objetivo.

Para o PPA 2024-2027, a metodologia proposta trouxe um aprimoramento da integração promovida no Plano anterior, com a incorporação das metas ODS como subsídio para elaboração das ações de governo e dos indicadores ODS para o acompanhamento simultâneo dos resultados do PPA e do progresso da Agenda 2030 no estado. À vista disso, os Objetivos passaram a ser vinculados às Ações Programáticas (APs) - que passaram a receber o Selo ODS - e as metas às INs, indicando-se, assim, para quais metas cada Iniciativa contribui. Além disso, quando da definição dos Indicadores de Resultado para as APs, sugeriu-se também a utilização dos indicadores ODS no que se aplicasse. Como principais resultados, teve-se: do total de 69 APs, 61 estão vinculadas a pelo menos um ODS; e 521 das 606 INs às metas, abrangendo 119 metas de todos os 17 ODS. Por meio dos ODS cujas metas tiveram mais INs vinculadas (ODS 4, 8, 10 e 16) é possível identificar prioridades do Governo, bem como a forte intersetorialidade das ações planejadas para o atingimento dos ODS - como no caso do ODS 4, cujas metas foram vinculadas a INs de 19 órgãos. Como potencial a ser aproveitado, destaca-se a possibilidade de identificação dos chamados “aceleradores para o progresso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, que são políticas com potencial de mobilizar diversas metas e Objetivos ao mesmo tempo, promovendo, assim, maior efetividade das políticas públicas.

## **Título: 1085175 - Padronização dos PPAs no Brasil: Desafios e Benefícios para a Gestão Pública**

Autores: Juliani Nunes Campos Johanson, Janaina do Nascimento Valois, João Carlos Mello de Souza, Álvaro Rogério Duboc Fajardo

Resumo: O Plano Plurianual - PPA, conforme definição de Andrade (2008) é o instrumento que conduz os gastos públicos de maneira racional e assegura a manutenção do patrimônio público e a realização de novos investimentos, sendo que qualquer ação do governo somente poderá ser executada se o programa estiver inserido no PPA. Para Giacomoni (2017), ele representa a síntese dos esforços de planejamento da administração pública, servindo como referência para a formulação de planos e programas governamentais, bem como para a definição do orçamento anual.

O artigo 165 da Constituição Federal de 1988 dispõe que os instrumentos de planejamento da administração pública seguem uma hierarquia composta pelo Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), configurando-se como pilares do Sistema Orçamentário Nacional (Brasil, 1988). Paulo (2010) afirma que a Constituição Federal atribui ao PPA um papel fundamental na organização do Estado, uma vez que os demais instrumentos de planejamento e orçamento devem estar alinhados às suas diretrizes.

Nesse contexto, dada a relevância do Plano Plurianual para a administração pública, este artigo objetiva analisar a estrutura dos planos plurianuais dos estados brasileiros sob a perspectiva dos principais desafios e benefícios da padronização, destacando a importância para a governança pública.

O estudo utilizará pesquisa bibliográfica e documental com base nos planos plurianuais dos estados. Os dados se referem aos 26 estados da federação brasileira mais o Distrito Federal, abrangendo o período de 2024 a 2027 (último PPA elaborado pelos estados). Pretende-se com os resultados concluir que a padronização dos PPAs pode contribuir significativamente para a modernização da gestão pública, além de facilitar a harmonização das diretrizes estaduais com o planejamento federal, promovendo sinergia entre os entes da federação.

## **06. Modernização do planejamento e do orçamento, orçamento de médio prazo, classificadores e atributos da programação orçamentária, regras do processo orçamentário e a nova Lei de Finanças Públicas**

### **Título: 1079391 - Ranking de Execução Orçamentária: Um Novo Olhar para a Revisão de Gastos e Avaliação do Desempenho Orçamentário.**

Autores: Paulo Henrique Bueno Godoy Rodrigues, Mario Mendes Barbosa Junior

Resumo: Em um mundo dotado pela lógica utilitarista, é essencial destacar que a Administração Pública tem passado um contínuo processo de aprimoramento, visando a obtenção de resultados mensuráveis, estabelecimento de indicadores e entrega concreta de produtos. Sob uma perspectiva histórica, as reformas mais recentes impactaram diretamente a relação entre planejamento e orçamento, promovendo transformações no modelo orçamentário, desde do chamado orçamento funcional, até os modelos baseados em desempenho, programas, produtos e resultados.

É sob tal ótica que o Orçamento Público se apresenta muito mais do que um instrumento de planejamento, já que a discussão da alocação das despesas estaduais recai especialmente em uma arena de poder, em que cada agente público busca atender seus grupos de interesse, secundarizando a discussão sobre a qualidade do gasto público. Logo, o processo orçamentário se transforma em um espaço de tensões mediados pela força política, transformando tais instrumentos como formas de exercício de Poder.

Portanto, mais do que simplesmente planejar de forma consistente, torna-se essencial garantir ferramentas eficazes para o monitoramento da execução desse planejamento. Isso possibilita a identificação de falhas, a implementação de melhorias e a realização de ajustes na alocação de recursos, assegurando uma gestão mais eficiente e estratégica, ou seja, “Medir o desempenho do governo requer especificar e quantificar um conjunto complexo de relações envolvendo insumos ... produtos ... e resultados” (Hilton; Joyce, 2010).

Nessa perspectiva, este estudo pretende analisar, sob uma abordagem quantitativa e qualitativa, a instituição do Ranking de Execução Orçamentária, buscando compreender as transformações no processo de orçamentação, execução, monitoramento e avaliação orçamentária e financeira. Além disso, investiga o ranking como um instrumento de aprendizado e melhoria contínua, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública nas áreas finalísticas de governo.

## **Título: 1081002 - Previsão de Receitas Estaduais: análise dos métodos de suavização exponencial e SARIMA para projeção do ICMS e IPVA**

Autores: Cayo Luca Gomes Santana, Vinícius de Oliveira Cunha Ventura, Messias Junior Caffeu Ritir, Keuler Hissa Teixeira

Resumo: A estrutura para o funcionamento adequado das ações dos entes federativos, em prol da sociedade, tem como base as metas e objetivos fixados no Plano Plurianual (PPA) atrelado ao que está estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Dessa maneira, é na Lei Orçamentária Anual (LOA) que se equalizam as receitas dispostas e as despesas a serem realizadas no período orçamentário correspondente. A partir disso, para além de sua obrigatoriedade legal, mostra-se como essencial a realização da previsão orçamentária, na qual se estima as receitas e permite a fixação de despesas para o período.

Desse modo, o presente artigo propõe realizar um estudo voltado à previsão de receitas para o ano de 2023, objetivando a realização desta com base em metodologias econométricas de previsão de séries temporais, as quais possibilitam previsões robustas. Desse modo, serão utilizados os modelos de Suavização Exponencial (SE) e o modelo de Box-Jenkins sazonal, ou SARIMA.

Assim, ao utilizar a SE, foram testadas 8 combinações, cogitando tendências e sazonalidades aditivas (A) e/ou multiplicativas (M), com ou sem tendência amortecida (damped trend). Enquanto, para modelo SARIMA, o melhor modelo foi obtido através dos critérios de escolha para otimização por intermédio da utilização dos parâmetros de AIC, que prevê a qualidade do modelo, e MAPE, que correlaciona-se à precisão do modelo.

Ademais, a metodologia foi aplicada utilizando-se dos dados de receita tributária do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual,

Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), estes que contemplam 85% da receita tributária total.

Por fim, o estudo aponta o modelo que melhor se adequa à trajetória das séries temporais de cada um dos impostos, com acurácia maior do que os valores previstos na Lei Orçamentária Anual do ano de estudo. O modelo de Suavização Exponencial apresentou o melhor desempenho na previsão do IPVA, com erro percentual negativo de 5,57% quando comparado com as previsões contidas na LOA 2023; o modelo SARIMA demonstrou-se melhor ao prever o ICMS, com erro percentual de 9,22% em relação ao valor em LOA.

## **Título: 1079827 - Plano de Trabalho Anual Gerencial – PTA Gerencial: Conceitos e aplicações**

**Autores:** Welliton Aparecido de Sousa Silva, Anacleia Soares Pereira Dias, Kesler Diego Frantz de Lima, MARCELLE RENATA DO ESPIRITO SANTO PEDROSO

**Resumo:** O Estado tem em seu arcabouço de instrumentos de Planejamento (além daqueles legais e constitucionais, com os quais estamos familiarizados), o Plano de Trabalho Anual – PTA. O PTA é um instrumento de planejamento de curto prazo, que tem por objetivo, detalhar, considerando os programas e ações do Plano Plurianual (PPA), o que será executado em um ano específico.

Mas, elaborado esse Plano (o PTA), como podemos reorganizar o PTA para que não aconteça um descolamento entre o que foi planejado e o que é de fato realizado no decorrer do exercício?

Aqui entra o PTA Gerencial, um conjunto de conceitos, rotinas e um módulo específico no sistema informatizado oficial do Estado, que permite que a peça de planejamento, em sua camada operacional, possa se manter dinâmica e ativa ao longo de todo o período. Isso confere aos gestores e executores das atividades (em sentido amplo) capacidade de adaptação para que as entregas e os serviços propostos possam ser de fato refletidos na programação.

Durante o exercício, as informações da programação elaborada são carregadas no módulo do sistema informatizado, com a possibilidade, respeitando as regras do processo, de serem ajustadas de acordo com a necessidade ou conveniência/oportunidade da administração. Esses ajustes são divididos em ciclos, que correspondem aos meses do ano, indo do ciclo 1 (janeiro) ao 12 (dezembro) durante o ano civil de referência.

O PTA Gerencial também permite atribuir responsabilidades, na medida em que todos os itens programáveis (Programa de governo, ações, subações e etapas) tem um responsável específico (nome e CPF). É possível determinar prazos, criar novos produtos e expressar as rotinas executadas, entre outras possibilidades. Dentro da estrutura programática adotada, a camada operacional pode ser gerida administrativamente, sem a necessidade de ações de cunho normativo ou que exijam uma apreciação mais rigorosa e morosa para a sua aprovação.

Na prática, os gestores podem fazer um replanejamento das atividades e entregas. Inclusive, tais ajustes

são imprescindíveis tanto para um monitoramento mais eficiente quanto para o fechamento do ciclo, no momento de avaliar as entregas realizadas.

Em suma, o PTA Gerencial é uma plataforma que agrega ferramentas, metodologias e conceitos dinâmicos, capazes de ajustar e reorientar o planejamento operacional de acordo com as demandas negociais imediatas.

### **Título: 1079709 - Planeja Gov**

**Autores:** Patrícia Soares Duarte, Welliton Aparecido de Sousa Silva, Marco Aurélio Carvalho Côrtes, Luiz Henrique Martins Fanti

**Resumo:** O Planeja Gov tem como objetivo apresentar de maneira clara e acessível as políticas públicas do Estado para os próximos quatro anos, baseando-se no Plano Plurianual (PPA) publicado em lei. Utilizando a tecnologia Power BI, informações complexas de mais de 1.400 páginas e 37 milhões de células são organizadas em painéis interativos que oferecem sete visões iniciais:

1. Visão Geral do PPA;
2. Visão Tática (Programação);
3. Transversalidade do PPA;
4. ODS e PPA;
5. Metas e Prioridades 2024;
6. Valores Orçamentários;
7. Regiões de Planejamento.

Esses painéis permitem que os usuários explorem dados conforme seu interesse, facilitando a gestão, controle e análise das informações do PPA. A metodologia incluiu captação de dados por meio de entrevistas e relatórios financeiros, resultando em protótipos validados que possibilitam uma apresentação dinâmica dos dados.

Antes da implementação dos painéis, as apresentações eram estáticas e técnicas. Agora, os dados são apresentados graficamente, permitindo comparações com anos anteriores e cruzamento de informações diversas. Os resultados são úteis para gestores estaduais, órgãos setoriais, Judiciário, Legislativo e demais interessados em políticas públicas.

Antes da implementação dos painéis, as apresentações eram estáticas e técnicas. Agora, os dados são apresentados graficamente, permitindo comparações com anos anteriores e cruzamento de informações diversas. Os resultados são úteis para gestores estaduais, órgãos setoriais, Judiciário, Legislativo e demais interessados em políticas públicas.

Com isso, o Planeja Gov oferece uma visão interativa e clara dos dados, apoiando a tomada de decisões, elaboração e revisão do plano, monitoramento e avaliação das políticas públicas, além de contribuir para a transparência e controle social dos resultados obtidos.



## **Título: 1079883 - Orçamento da Criança: Metodologia e Inovação na Gestão de Recursos para a Primeira Infância**

Autores: Bernardo Chaves da Silva, Marcelo Araújo Dantas, Ana Luiza Siqueira Carneiro de Albuquerque, Adolfo Nascimento de Andrade Neto, Newton Rocha Cerezini

Resumo: A Primeira Infância, compreendida do nascimento aos seis anos de idade, é uma fase essencial para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo. Para assegurar um olhar diferenciado do poder público para essa população, foi criado o Orçamento da Criança, um recorte orçamentário que destaca investimentos voltados para essa faixa etária na Lei Orçamentária Anual (LOA). A metodologia utilizada foi desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e, em 2021, foi adaptada para focar especificamente na faixa etária de 0 a 6 anos.

O presente trabalho apresenta a primeira adaptação dessa metodologia em nível estadual, estruturando o Gasto Social para a Primeira Infância (GSPI) por meio da análise de Programas, Ações e Subações Orçamentárias da LOA. As subações foram classificadas em Específicas, quando integralmente destinadas à Primeira Infância, e Ampliadas, quando incluem esse público, mas atendem também outras faixas etárias. Para essas últimas, foram aplicados ponderadores, permitindo estimar os recursos direcionados às crianças. Atualmente, o Orçamento da Criança conta com treze ponderadores, revisados anualmente para garantir precisão e alinhamento com as políticas públicas.

O GSPI foi estruturado em temáticas estratégicas, como Saúde Materno-Infantil, Educação, Assistência Social, Direito à Cidade, Segurança Alimentar, entre outras. Durante a execução orçamentária, os valores previstos são ajustados conforme movimentações registradas no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), garantindo transparência e atualização contínua dos dados. Para fortalecer a análise e o monitoramento dos investimentos, está em desenvolvimento um sistema de Business Intelligence (BI) baseado no Power BI, que permitirá visualizar a execução e gerar relatórios estratégicos. A implementação do Orçamento da Criança representa um avanço na modernização da gestão orçamentária, promovendo maior controle, transparência e eficiência na alocação de recursos para a Primeira Infância. Essa iniciativa pioneira em um governo estadual reforça o papel de metodologias inovadoras na otimização das políticas públicas e na garantia dos direitos das crianças.

## **Título: 1075036 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS MARCOS DE MÉDIO PRAZO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL**

Autores: Conceição de Maria de Santos Moura, SÉRGIO RICARDO RODRIGUES SILVA

Resumo: Os estados nordestinos em geral, apresentam uma ampla diversidade de atividades econômicas, com a participação do comércio, da indústria, da agropecuária, do turismo, do extrativismo, do setor de serviços e do comércio no Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, em muitos estados, as principais fontes de receitas ainda derivam da tributação estadual e dos repasses constitucionais, bem como de operações de crédito e outras receitas vinculadas, como as destinadas à saúde, educação e previdência. Essa realidade é agravada pelo aumento das despesas obrigatórias, incluindo gastos com pessoal, serviço da dívida e previdência, que reduzem a margem para despesas discricionárias, como investimentos e custeio, dificultando o alcance dos objetivos dos programas de governo.

Nesse contexto, a implantação de um modelo de Marcos de Médio Prazo (MMP) em âmbito estadual visa aprimorar a eficiência, a transparência e a sustentabilidade das finanças públicas, promovendo maior confiança entre investidores e a sociedade. Esses instrumentos, integrados aos mecanismos de planejamento orçamentário – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) –, permitem um planejamento fiscal mais eficiente e a alocação estratégica de recursos de forma plurianual e preferencialmente rolante.

O MFMP estabelece diretrizes e metas fiscais para receitas, despesas e resultado primário, além de definir limites, como o teto de gastos e projeções de arrecadação tributária. O MOMP, por sua vez, prioriza a distribuição eficiente dos recursos entre os órgãos e entidades governamentais, garantindo a execução dos programas prioritários. Já o MDMP tem a função de monitorar as políticas públicas por meio de indicadores e metas.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar a implementação dos Marcos de Médio Prazo em âmbito estadual no ano de 2025. A metodologia adotada será descritiva e exploratória, abordando três dimensões principais: estrutura normativa, gestão de processos e eficiência alocativa do orçamento. Assim, espera-se que a análise revele os desafios e perspectivas para a gestão estadual, possibilitando o aperfeiçoamento da disciplina fiscal, da alocação estratégica de recursos e da eficiência da gestão, contribuindo ainda para a estabilidade macroeconômica e a criação de um ambiente favorável ao crescimento sustentável.

## **Título: 1080294 - O Uso de Ferramentas para Otimização da Execução Orçamentária**

Autores: Felliphy Rammon Queiroz Ferreira, Lucas Matheus Falcão da Silva, Vinícius de Oliveira Cunha Ventura, Fillipe Fernando Gomes de Oliveira

Resumo: A execução orçamentária eficiente nos estados depende de ferramentas que promovam maior controle, transparência e agilidade na gestão dos recursos públicos. Sistemas integrados, como SIAFE e outras plataformas estaduais, possibilitam o acompanhamento em tempo real da execução financeira, facilitando ajustes na programação orçamentária conforme a disponibilidade de recursos.

O uso de ferramentas de Business Intelligence (BI) aprimora a análise de dados históricos, permitindo

projeções mais assertivas e embasando a tomada de decisões estratégicas. Além disso, plataformas de gestão de créditos adicionais, emendas parlamentares e descentralização orçamentária garantem maior previsibilidade na alocação dos recursos, minimizando riscos de contingenciamentos e atrasos na execução.

A automação de processos, incluindo assinatura digital, tramitação eletrônica e inteligência artificial aplicada à análise de despesas, reduz burocracias, evita erros operacionais e acelera o fluxo de execução. Dessa forma, a modernização tecnológica não apenas otimiza a gestão orçamentária, mas também fortalece a governança e a transparência na administração pública.

Este estudo pretende analisar a utilização das ferramentas tecnológicas na otimização da execução orçamentária. A pesquisa buscará identificar quais sistemas são mais utilizados, seus benefícios e desafios na implementação. A metodologia envolverá levantamento bibliográfico. Como resultado, espera-se propor diretrizes para a modernização da execução orçamentária, destacando boas práticas e inovações tecnológicas que possam aprimorar a gestão fiscal e a alocação eficiente dos recursos públicos.

## **Título: 1079696 - Inovações metodológicas e a modernização do Modelo de Gestão Estratégica do Estado**

**Autores:** Patrícia Soares Duarte, Sandro Brandão, Welliton Aparecido de Sousa Silva, Anacleia Soares Pereira Dias

**Resumo:** O processo de construção das políticas públicas para o quadriênio 2024-2027 gerou um conjunto de inovações metodológicas, cujo principal objetivo foi a modernização do Modelo de Gestão Estratégica. O arcabouço metodológico foi desenvolvido coletivamente, após estudos diversos, levantamento de cenários, fundamentação legal, benchmarking realizados com outros estados e União, engajamento do nível estratégico e oficinas realizadas com todos os participantes do processo de planejamento para o quadriênio.

Entre as principais inovações que impactaram no Modelo de Gestão Estratégica estão:

- Alinhamento das Políticas Públicas do Estado aos ODS e Agenda 2030:

Os 17 objetivos e 169 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS foram utilizados como impulsionadores da Agenda 2030 na orientação das políticas públicas do Estado, desde a definição do Plano Estratégico, até o desdobramento dos seus resultados esperados para o quadriênio 2024-2027, durante a construção e qualificação das ações governamentais, que compõem os programas de governo do Plano Plurianual-PPA, promovendo a aderência aos compromissos globais.

- Identificação do público alvo transversal nos produtos das ações:

Necessidades específicas que precisam ser atendidos por diversas políticas públicas setoriais, independente da estrutura organizacional da Administração Pública, gerou a demanda desta inovação, ou seja, a identificação do público alvo transversal, que são indivíduos e/ou grupos da sociedade com necessidades específicas e que precisam ser atendidos por estas diversas políticas públicas setoriais, neste contexto de transversalidade.

Os públicos transversais utilizados no PPA 2024-2027 foram: Adolescentes; Comunidades tradicionais e quilombolas; Crianças; Juventude; Mulheres; Negros; Pessoa com deficiência; Pessoa idosa; População em situação de rua; População LGBTQIAPN+; Povos indígenas.

Os resultados gerados pela integração destas duas inovações, direcionadas a promover os direitos humanos de forma universal e integrada, podem ser visualizados na estrutura final da programação do Estado, com ações governamentais impulsionadoras dos ODS e direcionadas ao atendimento do público-alvo transversal, ou seja, políticas públicas transversais desenvolvidas pelo Governo do Estado e destinadas a reforçar e promover o lema central da Agenda 2030: “NINGUÉM DEIXADO PARA TRÁS”.

### **Título: 1079828 - Identificador de uso como classificador orçamentário para ações relacionadas à prevenção e reparação de efeitos decorrentes de eventos climáticos extremos**

Autores: Rômulo Messias Kipper, Carolina Gyenes, Murilo Maximo Santana Borges

Resumo: As mudanças climáticas são uma realidade e o tema tem impactado cada vez mais as políticas públicas. Desta forma, os orçamentos públicos têm sido desafiados a incorporar despesas e demonstrar ações relacionadas à prevenção e reparação de efeitos decorrentes de eventos climáticos extremos. Inovações na área de orçamento público estão contribuindo para atender essa demanda. O presente estudo de caso apresenta e analisa o processo de emprego de um classificador orçamentário, denominado Identificador de Uso (IU), em um contexto de elaboração de uma Lei Orçamentária de um ente subnacional em estado de calamidade. O artigo apresenta de forma detalhada o processo de implementação do Identificador de Uso, perscrutando seus resultados, limites e possibilidades. Nesse cenário de calamidade pública, a identificação das respostas orçamentárias, elaboradas de forma célere, revelou-se como a principal utilidade do Identificador de Uso implementado e a conexão com a execução orçamentária um limite e uma oportunidade.

## **Título: 1080281 - Avaliação, monitoramento e resultados da implantação Orçamento da Criança e do Adolescente no governo estadual**

Autores: Messias Junior Caffeu Ritir, Cayo Luca Gomes Santana, Marcos Costa, Arthur Ferreira da Silva Pitanga

Resumo: O Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) é um mecanismo de demarcação orçamentária essencial para monitoramento e avaliação dos investimentos voltados à infância e adolescência. Sua estrutura assegura a priorização orçamentária e a efetividade das políticas públicas, garantindo previsibilidade e continuidade dos recursos.

O estudo investigará a correlação entre os investimentos do OCA e os avanços nos indicadores educacionais, considerando o crescimento de 42,68% no orçamento de 2024 e a consequente redução da taxa de analfabetismo e o aumento da escolarização para o estado, desde sua primeira implantação, em 2019. A análise buscará identificar se a destinação vinculada dos recursos, que impede o remanejamento orçamentário para outras áreas, impacta positivamente na estabilidade das políticas ou se somente impõe limitações à gestão financeira.

A implementação deste marcador ocorre de maneira heterogênea entre os estados brasileiros, com metodologias distintas e desafios na execução. Diante desse cenário, este estudo realiza um levantamento sistemático para mapear a adoção do OCA nos estados brasileiros, identificando modelos, metodologias e impactos. A pesquisa realizará, utilizando-se de análise comparativa e benchmarking para examinar a eficiência do OCA em diferentes contextos e a análise documental para compreender sua governança orçamentária.

Os resultados serão organizados em um diagnóstico detalhado sobre a expansão e efetividade do OCA, apontando boas práticas e desafios estruturais, comparando sua influência sob o todo. O artigo completo apresentará recomendações para aprimorar sua governança e eficiência, contribuindo para um planejamento orçamentário mais eficaz e equitativo voltado à infância e adolescência, além de apresentar ferramentas em utilização para o acompanhamento.

## **Título: 1085226 - Administração Pública Orgânica**

Autores: Antonio Cleber Garcia Castanho de Almeida Junior

Resumo: Buscou-se analisar a concepção de um sistema integrado de gestão para uma Administração Pública Municipal. O método de análise foi qualitativo tomando como referencial o modelo COSO na execução das funções de planejar, organizar, gerir e controlar, do processo administrativo. Buscou-se compreender o propósito da função de controle em uma organização pública, e como o controle auxilia a instituição a realizar sua missão institucional. A metodologia apresenta o período, os materiais e as informações utilizadas na pesquisa, a visão prática do processo administrativo, a identificação do sistema integrado de controle interno COSO e a construção de referencial para análise empírica da

implementação do modelo em uma Prefeitura. Traz conceitos de controle, controle interno, sistema de controle interno, modelo de gestão administrativa e o modelo de sistema de controle interno COSO, e quais destes conceitos foram adotados. Pelo modelo referencial estabelecido, apresenta as análises e conclusões relacionadas aos cinco componentes de Controle Interno, as três categorias de Objetivos Organizacionais e aos quatro elementos da Estrutura Organizacional. Apresenta a definição de um sistema de controle interno eficaz pelo modelo COSO. Conclui com um balanço do aprendizado, apresenta o Centro de Responsabilidade como uma dimensão adequada para o monitoramento do processo administrativo no ciclo de gestão e propõe, em complemento aos demonstrativos econômico-contábeis existentes, a criação de demonstrativos administrativos estratégicos quadrienais, demonstrativos administrativos táticos anuais e demonstrativos administrativos operacionais mensais.

## **Título: 1084999 - A adoção do Orçamento Base Zero (OBZ) como estratégia de aprimoramento do planejamento orçamentário no Estado: o caso da Seplag**

Autores: Isabella Virgínia Freire Biondini, Raphael Sant'Ana Neves Andrade Brito, Guilherme de Melo Ferreira

Resumo: A implementação do OBZ no Estado teve início na Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e em órgãos da Segurança Pública em 2019, sendo expandida para 12 órgãos da Administração Direta em 2020 e para 19 órgãos da Administração Indireta em 2021, totalizando 38 órgãos estaduais, em 2022. A metodologia tem sido utilizada para otimizar a alocação de recursos, promovendo uma gestão mais eficiente e alinhada às prioridades governamentais.

O objetivo da iniciativa é romper com a inércia do orçamento incremental e enfrentar o cenário de crise fiscal que assola o estado. O OBZ propõe uma revisão detalhada e criteriosa de todas as despesas, exigindo que cada gasto seja justificado a partir do zero, ao invés de se basear em orçamentos anteriores. Dessa forma, a metodologia busca garantir maior transparência, eficiência e efetividade na alocação dos recursos públicos, alinhando os gastos com as prioridades estratégicas do Estado.

O presente artigo analisa a implementação da metodologia do Orçamento Base Zero (OBZ) na SEPLAG como estratégia para aprimorar a elaboração orçamentária e a alocação de recursos públicos. Este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva e qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico, pesquisa documental, e para a obtenção de dados empíricos, realizar-se-á entrevistas semiestruturadas com técnicos envolvidos no processo, além de uma análise de conteúdo dos documentos oficiais relativos ao processo. O objetivo é compreender como ocorreu a aplicação dessa metodologia na elaboração do orçamento da SEPLAG para os exercícios de 2024 e 2025, identificando os desafios, impactos e benefícios decorrentes da mudança.

Os resultados esperados incluem a identificação das melhores práticas adotadas durante o processo, os principais obstáculos enfrentados pelos gestores e as oportunidades de aperfeiçoamento da metodologia no contexto da Seplag. Conclui-se que, a partir da experiência da Seplag, a utilização do OBZ pode

contribuir significativamente para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, promovendo uma alocação mais racional, transparente e alinhada às necessidades da sociedade. O estudo também busca oferecer subsídios para futuras iniciativas de aprimoramento da gestão orçamentária no setor público, servindo como referência para outras entidades que desejam implementar essa abordagem.

## **Título: 1078949 - Modernização Orçamentária nos Estados: O Papel dos Marcos de Médio Prazo na Gestão Fiscal e Orçamentária.**

Autores: Ricardo Roberto de Almeida Capistrano, Rogério de Oliveir e Sá, DeJane arruda De Carli Zambrim, Rogério Luiz Gallo

Resumo: O modelo orçamentário brasileiro, estruturado pelo Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, enfrenta desafios na previsibilidade e eficiência da alocação de recursos devido ao seu horizonte temporal reduzido e desconexo. A adoção de Marcos Orçamentários de Médio Prazo (MOMP) nos estados brasileiros propõe um novo paradigma para aprimorar o planejamento e a gestão fiscal, introduzindo um ciclo especial de programação orçamentária mais dinâmico e adaptável às oscilações econômicas.

O MOMP vincula os tetos orçamentários plurianuais às metas fiscais e setoriais, articulando o Orçamento por Resultado e possibilitando melhor previsibilidade das receitas e despesas, reduzindo impactos de flutuações econômicas e garantindo estabilidade fiscal. Sua governança combina abordagens top-down (órgão central define limites) e bottom-up (unidades setoriais priorizam recursos e metas), favorecendo um alinhamento estratégico entre planejamento e execução.

Um diferencial do MOMP está na adoção de classificadores orçamentários estruturados, fundamentais para a programação e execução do gasto público. Organizada em três categorias principais: i. Orçamento Base de Gasto: prioriza despesas obrigatórias e essenciais ao funcionamento das unidades, além de políticas públicas finalísticas prioritárias; ii. Orçamento de Novas Iniciativas: destinado a projetos de investimento, condicionado à existência de espaço fiscal; e iii. Orçamento Discricionário: abrange demais despesas não essenciais.

A tipificação das despesas dentro dessas categorias permite uma escala de priorização mais eficiente, conciliando sustentabilidade fiscal com objetivos estratégicos. Além disso, a introdução do ciclo especial dentro do MOMP possibilita reavaliações periódicas das projeções orçamentárias, ajustando metas às mudanças no cenário econômico, sem comprometer a disciplina fiscal.

Este estudo propõe a implementação do MOMP em um estado como ferramenta essencial para modernizar a gestão orçamentária, promovendo previsibilidade, equilíbrio fiscal e otimização do gasto público. Ao integrar classificadores e atributos da programação orçamentária, o modelo busca garantir coerência na distribuição dos recursos, alinhando planejamento estratégico e sustentabilidade fiscal.

## **07. Avaliação de despesas, revisão de gastos e análise do desempenho orçamentário**

### **Título: 1080245 - Transparência e legalidade: novo modelo de remuneração de prestadores para equilíbrio das finanças**

Autores: Mary Liliane Cavalheiro Mendes, Ilse Valli Tondo, Thiago Dapper Gomes, Danielle Santos de S. Calazans

Resumo: Em 2023 a autarquia apresentava situação crítica de desequilíbrio financeiro, com déficit mensal de R\$ 36 milhões e dívida acumulada de R\$ 250 milhões, referente a despesas médicas vencidas, evidenciado também no aumento das despesas totais, que subiram de R\$ 2,36 bilhões (2018) para R\$ 3 bilhões (2022), resultando em um déficit acumulado superior a R\$ 940 milhões.

O desequilíbrio foi impulsionado por múltiplos fatores, dentre os quais a prática de financiamento cruzado, na forma de reembolsos excessivos aos prestadores por insumos empregados no tratamento de usuários. Estudo do Tesouro do Estado (2020) estimou sobrecusto de R\$ 228 milhões em medicamentos e R\$ 116 milhões em dietas. O déficit comprometia a capacidade da autarquia de reajustar diárias de internação, taxas e procedimentos pagos a hospitais e médicos, afetando a assistência aos segurados. O Ministério Público estadual instaurou inquérito civil pressionando por mudanças. A elaboração do novo modelo de remuneração de prestadores, objetiva conferir transparência e conformidade legal na relação com prestadores, compatibilizando o aumento da remuneração pelos serviços com a eliminação do sobrepreço nos reembolsos.

O novo modelo foi elaborado com o apoio de consultoria especializada tomando por base pesquisa documental (levantamento de normativas), estudo de caso (benchmarking de operadoras de planos privados) e pesquisa quantitativa (estudo técnico de precificação). A proposta resultou na edição de normativas que: (i) categorizam a rede de prestadores para fins de remuneração, (ii) instituem tabelas próprias de valores de diárias, taxas e serviços (itens remuneratórios) e de medicamentos, dietas e materiais indenizáveis (itens reembolsáveis); (iii) definem uma política de atualização de preços que assegura que os valores reembolsáveis estejam acima dos preços médios de aquisição e; (iv) estabelecem o princípio ativo (e não a marca) para identificação de medicamentos e o fracionamento no faturamento de insumos, em conformidade com a efetiva dispensação em hospitais e clínicas.

Estima-se que a implementação do novo modelo resulte em um aumento de 59,9% (R\$ 401 milhões) nas despesas anuais pelo reajuste dos valores dos itens remuneráveis e na redução de 35,3% (R\$ 331 milhões) nas despesas anuais com itens reembolsáveis.



## **Título: 1077002 - Plataforma integrada de Planejamento e Orçamento – aplicando ciência de dados na gestão das despesas públicas.**

Autores: André Leite Wanderley, Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros, Diogo de Carvalho Bezerra, Hortensia Nunes Braz de Oliveira

**Resumo: INTRODUÇÃO.** Este trabalho apresenta a aplicação de ciência de dados na gestão de despesas públicas através de uma plataforma integrada que combina dados de contratos, de orçamento e de finanças relatórios e painéis dinâmicos e interativos, permitindo melhorar a alocação de créditos e recursos. Com a plataforma, é possível ainda promover a maturidade analítica, com a disponibilização interativa de funcionalidades de descrição, diagnóstico, previsão e prescrição, de modo que o usuário consiga executar diferentes atividades no mesmo espaço.

**MATERIAIS E MÉTODOS.** Foram utilizados dados do sistema fiscal estadual, nos recortes de orçamento, finanças e contratos. Desse modo, tem-se dados de alocação de créditos, de execução orçamentária e financeira, além de dados plurianuais, oriundos dos contratos. Para integração e análise dos dados foram utilizadas técnicas de ciência de dados, especialmente de ETL, Análise exploratória automática de dados, previsão de séries temporais e prescrição de alocação orçamentária e financeira a partir de otimização não linear.

**RESULTADOS.** O principal resultado obtido foi a criação da plataforma integrada, com a disponibilização de todos os contratos do Estado, com possibilidade de filtros orçamentários, como ação e fonte, promovendo a interação do anual (orçamento) para o plurianual (contratos), possibilitando ainda a análise dos microdados de empenho, liquidação (por caixa e por competência) e pagamento. Além disso, a previsão das despesas usando séries temporais permite cruzar o planejamento de execução dos contratos com a sazonalidade e a tendência da despesa, obtendo uma análise mais precisa. Finalmente, a construção de um modelo de prescrição a partir de otimização não linear permitiu aplicar as diferentes regras de alocação de créditos de maneira dinâmica e tempestiva, transformando a busca por fontes de anulação para crédito adicional em uma atividade de segundos.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.** Espera-se que este artigo possa contribuir com a discussão sobre aplicação de ciência de dados para despesas públicas, a partir da disponibilização de uma plataforma integrada que permite execução de tarefas de dados em tempo real, com filtros dinâmicos escolhidos pelo usuário.

## **Título: 1080298 - O Termo de Execução Descentralizada como Instrumento de Descentralização de Créditos**

Autores: Fillipe Fernando Gomes de Oliveira, Isadora Mendes Costa, Felliphy Rammon Queiroz Ferreira, Simone Costa da Silva

Resumo: O Termo de Execução Descentralizada (TED) é um dos principais instrumentos para a descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Regulamentado na União pelo Decreto nº 10.426/2020, o TED permite que a unidade descentralizadora transfira recursos para a unidade executora sem a necessidade de convênios ou contratos, simplificando a gestão dos créditos públicos e garantindo maior eficiência na alocação dos recursos.

A descentralização de créditos orçamentários é essencial para conferir flexibilidade e agilidade à execução do orçamento, permitindo que órgãos e entidades realizem despesas sem a necessidade de constantes readequações formais. No entanto, sua implementação enfrenta desafios, como dificuldades operacionais, resistência administrativa e complexidade normativa, que podem gerar atrasos e comprometer a eficiência do gasto público.

A falta de padronização nos procedimentos entre os órgãos, somada à integração limitada dos sistemas, dificulta a tramitação dos créditos descentralizados. Além disso, o monitoramento rigoroso para garantir conformidade com normas fiscais e legais exige capacitação contínua dos gestores e aprimoramento dos mecanismos de controle.

Apesar dos desafios, os resultados positivos da descentralização são evidentes. O uso do TED permite maior celeridade na execução das despesas, aprimorando o atendimento das demandas institucionais, especialmente em áreas estratégicas como educação e segurança pública. Além disso, reduz gargalos burocráticos, fortalece a governança e amplia a eficiência da gestão orçamentária.

Este estudo busca analisar o impacto do TED na descentralização de créditos orçamentários, apresentando seus benefícios, enfatizando os desafios enfrentados na sua implantação e possíveis melhorias que podem ser feitas. Avaliando a efetividade do TED na execução do orçamento estadual, propondo diretrizes que possam aprimorar seu uso como ferramenta estratégica na administração pública.

## **Título: 1084727 - MIGRAÇÃO VENEZUELANA E IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS EM RORAIMA: ANÁLISE DA REALOCAÇÃO DE RECURSOS NO PERÍODO PÓS-2015**

Autores: Yuri Cesar de Lima e Silva, Fábio Rodrigues Martinez, Jádila Andressa Gomes da Silva, Luiz André de Andrade Júnior

Resumo: Este artigo analisa o impacto da crise migratória venezuelana na estrutura orçamentária do estado de Roraima, decorrente do aprofundamento do bolivarianismo e da deterioração socioeconômica na Venezuela sob o governo de Nicolás Maduro. Roraima, principal porta de entrada do Brasil para os migrantes, experimentou um aumento populacional expressivo, o que gerou desafios para a manutenção e ampliação dos serviços públicos essenciais, sobretudo nas áreas de educação, saúde, segurança pública e sistema prisional. O objetivo deste estudo é avaliar como a pressão migratória influenciou a realocação de recursos e a reestruturação das despesas públicas, tomando o ano de 2015 como referência para comparação com os períodos posteriores. Para tanto, realizou-se uma análise descritiva dos dados oficiais provenientes do SisMigra e do FIPLAN/RR, complementada por interpolação linear em períodos com informações incipientes para identificar relações entre o incremento do contingente migrante e os ajustes orçamentários. A revisão da literatura evidencia que, embora diversos estudos tenham abordado os efeitos dos fluxos migratórios em diversos países no mundo (IOM, 2020; UNHCR, 2022), poucos se aprofundaram na análise do caso da migração venezuelana em Roraima (Figueiredo, 2022; Cattaneo e Telles, 2025) e ainda menos se debruçaram sobre finanças públicas em situação fronteiriça (Shamsuddin et al., 2021), apontando uma lacuna que este artigo busca preencher. Os resultados preliminares indicam um aumento expressivo das despesas com pessoal e investimentos nos setores afetados, com realocações orçamentárias que, em alguns momentos, atingiram até 70% dos recursos próprios do estado, demonstrando o esforço de Roraima em ajustar suas políticas públicas frente à crise. Assim, a contribuição deste estudo reside na geração de informações para subsidiar a formulação de políticas públicas e aprimorar a qualidade dos serviços, enriquecendo a compreensão dos desafios enfrentados por estados que acolhem fluxos migratórios intensos.

## **Título: 1080999 - Metodologias de Análise de Eficiência de Gasto**

Autores: Cayo Luca Gomes Santana, Adélia Cristina Silva de Lima, Lucas Matheus Falcão da Silva, Priscila Luciane Leite do Nascimento

Resumo: Este estudo compara duas metodologias de planejamento orçamentário: o Orçamento Incremental e o Orçamento Base Zero (OBZ), com foco na eficiência do gasto público. O Orçamento Incremental, baseia-se nos gastos do exercício anterior, ajustados por um índice de preços. Embora ágil e de fácil implementação, essa metodologia tende a perpetuar ineficiências, pois não questiona a necessidade ou a prioridade das despesas existentes, levando a um aumento contínuo dos gastos sem garantia de melhorias na alocação de recursos.

Em contraste, o OBZ propõe uma revisão detalhada de todas as despesas, partindo de uma base zero. As despesas são classificadas em limiares (essenciais) e incrementais (não essenciais) e priorizadas em três níveis: alta, moderada e baixa prioridade. Essa abordagem permite identificar oportunidades de redução de custos, realocação de recursos para áreas estratégicas e maior transparência no processo decisório. A implementação do OBZ em uma secretaria estadual, inspirada em experiências bem-sucedidas em outros estados, demonstrou ganhos significativos em eficiência.

Foram observados como indicadores de avaliação de execução orçamentária, como percentual de empenho da dotação atualizada, crédito disponível, pagamento dos valores empenhados, liquidação do empenho e dotação atualizada paga. Em 2024, a média dos indicadores foi de 85%, considerada "aceitável", com potencial de melhoria até o final do exercício. Apesar de desafios, como a falta de capacitação dos servidores, a metodologia foi aplicada com sucesso, contribuindo para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025.

Conclui-se que, embora o OBZ exija maior esforço inicial e capacitação dos servidores, seus benefícios em termos de eficiência e priorização dos gastos superam os do Orçamento Incremental. A metodologia promove a sustentabilidade fiscal, a otimização dos recursos e a melhoria dos serviços públicos, sendo uma ferramenta essencial para a modernização da gestão orçamentária.

Para estudos futuros, é proposta a metodologia de Análise Envoltória de Dados (DEA) com intuito de vislumbrar a relação entre a alocação dos recursos e os retornos que a referida alocação permite, possibilitando o exercício de análise da relevância da permanência das despesas realizadas por meio dessa alocação.

## **Título: 1084390 - INVESTIMENTO PÚBLICO E QUALIDADE EDUCACIONAL: MENSURANDO A EFICIÊNCIA MUNICIPAL NO BRASIL**

Autores: KELLY ARRUDA GOMES, Yuri Cesar de Lima e Silva

Resumo: Este estudo objetiva avaliar a eficiência das despesas públicas educacionais municipais no Brasil, considerando a despesa média por aluno matriculado no 5º ano do ensino fundamental e sua relação com os resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A análise abrange todos os municípios brasileiros, estratificados pelas cinco regiões do país, permitindo identificar padrões regionais e contextos específicos que influenciam o desempenho educacional. Com dados do período de 2019 a 2023, é possível realizar comparações temporais e geográficas, aprofundando o entendimento sobre como o nível das despesas públicas impactam os resultados educacionais. Dada a heterogeneidade dos municípios em termos de dimensões e condições socioeconômicas, adotou-se a metodologia de Análise Envoltória de Dados (DEA) com Retornos Variáveis de Escala (VRS). Essa abordagem permite distinguir entre eficiência técnica e econômica, identificando benchmarks regionais para orientar melhorias na gestão dos recursos educacionais. Posteriormente, os índices de eficiência gerados pelo DEA foram combinados com variáveis socioeconômicas, como o PIB per capita e o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) municipal, em uma regressão que usa um modelo Tobit. Esse procedimento visou investigar se fatores socioeconômicos explicam as diferenças observadas na eficiência dos investimentos educacionais. O estudo conclui destacando a importância de considerar desigualdades regionais e indicadores socioeconômicos na avaliação dos investimentos em educação, oferecendo subsídios para o planejamento público. Além de aumentar os recursos financeiros, o estudo reforça a necessidade de melhorar a eficácia da aplicação desses recursos para promover avanços contínuos na qualidade educacional.

### **Título: 1079907 - ÍNDICE DA QUALIDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (IQGO): 10 ANOS DE EXPERIÊNCIAS, APRENDIZADOS E AVANÇOS.**

Autores: Riane Espinheira, Alessandra Brandão dos Santos, Marcos Felipe de Almeida Gomes, Felipe Augusto Santana de Oliveira

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a experiência da administração pública estadual na implementação do Índice de Qualidade na Gestão Orçamentária (IQGO) ao longo de uma década (2014-2024). Desenvolvido na própria estrutura burocrática estadual, o IQGO é um índice misto, composto por seis indicadores que mensuram a capacidade de gestão, planejamento e execução do orçamento público de modo a auxiliar no aperfeiçoamento desses processos. Seu objetivo principal é proporcionar a melhoria contínua do desempenho orçamentário dos órgãos, promovendo maior eficiência e transparência na alocação de recursos públicos. A pesquisa, de natureza descritiva, baseou-se na análise dos relatórios anuais do IQGO, produzidos entre 2014 e 2024, que detalham a metodologia de coleta e avaliação dos dados. Os resultados evidenciam que o IQGO tem se consolidado como um instrumento essencial para a tomada de decisões, fornecendo parâmetros claros e objetivos que orientam o aprimoramento da gestão orçamentária. A adoção do índice tem incentivado os órgãos a priorizarem práticas de planejamento mais robustas e alinhadas às metas governamentais, resultando em uma execução orçamentária mais eficaz e alinhada ao planejado. Além disso, o IQGO tem servido como estímulo à competitividade saudável entre os órgãos, promovendo a adoção de boas práticas e a busca por melhores resultados. A análise dos dados demonstra avanços significativos na qualidade da gestão orçamentária: 5 dos seis indicadores que compõem o Índice tiveram melhora nos valores médios computados, com destaque para a dimensão do cumprimento das metas físicas (avanço de 171%) no período analisado; a eficácia na execução financeira também melhorou sensivelmente (avanço de 42%). A pesquisa também evidenciou a necessidade de melhorias na gestão orçamentária, evidenciada pela redução – 22% – no indicador que captura o acerto do planejamento orçamentário (sintomático de reiteradas alterações orçamentárias durante o exercício). Em síntese, o IQGO representa uma contribuição relevante para o fortalecimento da gestão orçamentária, destacando-se como um modelo passível de replicação em outras esferas da administração pública. Seu papel como indutor de qualidade

reforça a importância de indicadores de desempenho como ferramentas estratégicas para o alcance de resultados mais efetivos e transparentes na gestão pública.

### **Título: 1080025 - Planejamento orçamentário: racionalização das despesas públicas**

Autores: Juliana D'Escoffier Di Stasio, Michelle Bittencourt Guimarães

Resumo: A Lei Orçamentária Anual deve observar princípios orçamentários que visam contribuir com o melhor gerenciamento dos recursos públicos. Eles refletem uma necessidade de priorizar o equilíbrio econômico-financeiro que resulte na qualificação do gasto público. Contudo, um planejamento governamental está sujeito às modificações, sendo imperioso permitir uma flexibilidade que garanta os recursos para suprir eventuais mudanças estratégicas. Pelo viés da despesa pública, essa adequação aos novos planos pode ocorrer através de remanejamentos da dotação orçamentária. Todavia, um quantitativo expressivo dessas realocações pode indicar uma necessidade de replanejamento que não reflita uma mudança inesperada, mas uma imprecisão na formulação dos gastos. O presente trabalho tem como objetivo expor uma metodologia desenvolvida para reduzir o quantitativo de remanejamentos das dotações orçamentárias através da prevenção de reprogramações da despesa dispensáveis se o planejamento orçamentário for realizado de forma mais eficiente. As etapas passaram pela elaboração de diagnóstico; realização de oficinas de capacitação; monitoramento das despesas; aplicação de boas práticas. Inicialmente, houve um levantamento das solicitações de movimentação orçamentária registradas em sistema próprio durante os anos de 2021 e 2023. Foi produzido, para cada órgão, um relatório contendo o histórico e projeções de suas principais ações, fontes de recursos e grupos de gasto. Posteriormente debateu-se o estudo em 77 oficinas individuais registrando os principais entraves, permitindo mapear os principais pontos de acompanhamento da despesa de forma detalhada. Através de dashboards e planilhas, foram produzidos dados técnicos com a finalidade de questionar as solicitações de remanejamento efetuadas pelo órgão ao longo do exercício. Esse ciclo metodológico completou-se com a destinação de equipe técnica para atender um grupo selecionado de órgãos, tornando a comunicação mais estreita. O registro de boas práticas permitiu consolidar um plano de atuação para reduzir o quantitativo de remanejamento requeridos e formulação de um planejamento orçamentário mais adequado à realidade de cada órgão para os próximos exercícios. Conclui-se que a redução no quantitativo de movimentações orçamentárias refletiu um planejamento orçamentário mais eficiente, permitindo a racionalização do gasto público.

## **Título: 1082034 - Gestão Orçamentária em Tempos de Crise: Análise dos Impactos da Pandemia da COVID-19 em um Estado do Nordeste**

Autores: Felipe Augusto Santana de Oliveira, Marcos Felipe de Almeida Gomes, Alessandra Brandão dos Santos, Riane Espinheira

Resumo: A Emenda Constitucional nº 19/1998, trouxe à Carta Magna o princípio da eficiência na Administração Pública. Essa inovação é reflexo de uma evolução nos estudos de Finanças Públicas, fortemente influenciados pela Escola Gerencialista da Administração, mas também por um clamor político e social que demandava maior qualidade na prestação dos serviços públicos. Nesse contexto, a equipe técnica da Secretaria de Planejamento (Seplag) desenvolveu uma metodologia de avaliação da qualidade da gestão orçamentária, materializada sob o Índice da Qualidade da Gestão Orçamentária (IQGO). Este consiste em um indicador composto por seis métricas diferentes, que permitem uma avaliação robusta da qualidade do planejamento e execução do orçamento dos órgãos da estrutura burocrática do estado. A partir de 2020, com a decretação da pandemia de Covid-19, os impactos sanitários, sociais e econômicos foram sentidos por toda a sociedade, a Administração Estadual inclusive. Sob a perspectiva da gestão orçamentária, o cenário naquela data foi particularmente desafiador: as equipes técnicas do Estado foram enviadas para o trabalho remoto, ainda sem a estrutura gerencial adequada; a arrecadação do estado foi fortemente impactada; a necessidade de frequentes alterações no orçamento então vigente. Por óbvio, a pasta da Saúde foi uma das que mais foram afetadas, reverberando no orçamento da Secretaria. Com a finalidade de investigar a questão descrita, foi realizado um estudo descritivo, pois seu objetivo primordial é a descrição das características de determinado objeto e o estabelecimento de relações entre variáveis estudadas, indo além da simples identificação da existência de relação entre variáveis e buscou ainda identificar e analisar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Os resultados encontrados indicam: uma grande quantidade de alterações orçamentárias; a pronta resposta da equipe técnica em realocar os recursos disponíveis; a garantia da publicidade dos atos administrativos através das portarias publicadas no Diário Oficial do Estado; a concentração dos gastos da Saúde em ações finalísticas; a melhora, na média, da qualidade da gestão orçamentária; aumento da discrepância de performance entre os órgãos na qualidade da gestão orçamentária.

## **Título: 1081073 - Gestão Matricial de Despesas: Estratégia para Eficiência e Qualidade do Gasto Público**

Autores: Rogério de Oliveir e Sá, Vagner de Bitencourt Serra, DeJane arruda De Carli Zambrim

Resumo: A eficiência na gestão do gasto público é um princípio constitucional que visa maximizar resultados e minimizar custos. Estados brasileiros destinam grande parte de seus orçamentos a despesas obrigatórias, limitando recursos para custeio e investimentos. Diante disso, o Gerenciamento Matricial de

Despesas (GMD) surge como um instrumento estratégico para planejamento e controle orçamentário, permitindo maior previsibilidade e eficiência na alocação de recursos.

O GMD define metas para diferentes tipos de despesas, por meio da avaliação de indicadores e cluster, utilizando princípios como controle cruzado, desdobramento detalhado dos gastos e acompanhamento sistemático. Sua implementação possibilita identificar oportunidades de otimização do orçamento, promovendo a sustentabilidade fiscal e melhoria contínua dos serviços públicos.

Além disso, a metodologia pode ser complementada pelo uso da Curva de Preferência do Gasto ABC, baseada no princípio de Pareto, que possibilita a classificação e priorização das despesas conforme sua relevância. A definição dessa relevância considera aspectos quantitativos, como a frequência de execução dos subelementos de despesa, garantindo, em geral, a continuidade das despesas contratuais e sua qualificação. Além disso, inclui aspectos qualitativos, como a priorização de ações estratégicas e de maior impacto para a gestão pública.

Essa abordagem favorece a definição de tetos orçamentários e auxilia no processo de Revisão Periódica de Gastos (Spending Review), contribuindo para o redirecionamento eficiente dos recursos.

A aplicação dessas metodologias fortalece a gestão orçamentária, aprimorando a transparência e eficiência na alocação dos recursos públicos. A adoção do GMD e da Revisão de Gastos pelos entes federativos pode criar espaço fiscal para novas prioridades, mitigando impactos da reforma tributária e garantindo uma administração mais racional e responsável.

## **Título: 1082442 - Gestão Fiscal e o comportamento do desempenho orçamentário estadual: análise de série histórica de 2019 a 2023**

Autores: Priscila Albues, Karina Tibau

Resumo: Um princípio fundamental para que a gestão pública alcance seus objetivos é a utilização eficaz dos recursos públicos. Nesse contexto, este artigo analisa os efeitos da gestão fiscal e da eficiência da gestão pública no desenvolvimento socioeconômico estadual. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no ano 2000, que tem o objetivo de limitar gastos indevidos da gestão pública, os indicadores sociais e econômicos passaram a ser utilizados para medir o grau de desenvolvimento. O presente estudo tem como objetivo analisar a influência da gestão fiscal e os gastos públicos no investimento social do estado. O referencial teórico teve como base o sistema tributário nacional, além de conceitos de orçamento público e gestão fiscal. A metodologia adotada consiste na análise dos impactos das políticas públicas de um programa específico, utilizando dados extraídos dos relatórios do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças e do Relatório Anual de Ação Governamental.

A pesquisa abrange a receita pública, a alocação e a execução orçamentária no período de 2019 a 2023, investigando possíveis correlações com a variação do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.



## **Título: 1080250 - Gestão de imóveis públicos estaduais: avaliação de despesas e otimização no âmbito da desestatização de ativos imobiliários**

Autores: Guilherme Machado Guimarães, Vinícius Oliveira Braz Deprá, Grazieli Testa, Cidonea Machado Deponti

Resumo: A presente pesquisa tem como tema a gestão de imóveis públicos estaduais, a partir da análise das despesas e da otimização no âmbito da desestatização de ativos imobiliários por meio de alienação. Para essa finalidade, busca-se responder ao seguinte problema: qual o impacto da alienação dos imóveis públicos estaduais, no âmbito da Política e do Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário, sobre as despesas incidentes e suportadas pelos órgãos públicos? Apresenta-se como hipótese a implementação de uma gestão que reduza a ociosidade e subutilização dos imóveis públicos, especialmente por meio da transparência e da correta destinação das receitas. A justificativa do estudo decorre da premissa de que a gestão eficiente dos imóveis públicos é essencial para evitar desperdícios e garantir que os recursos sejam utilizados de forma benéfica à sociedade. A metodologia empregada envolve revisão bibliográfica, estudo de caso e análise de dados. Como base para o desenvolvimento, o estudo se fundamenta na compreensão das diretrizes estabelecidas pela Lei 15.764/2021, que regula a política e o sistema de gestão do patrimônio imobiliário estadual, com foco na otimização do uso dos imóveis públicos. Essa legislação busca evitar a ociosidade, a subutilização e o desvio de finalidade dos imóveis, promovendo uma administração mais eficiente e transparente. Nesse contexto, torna-se essencial o monitoramento contínuo dos programas de gestão imobiliária estadual, assegurando a implementação de sistemas robustos e a divulgação clara dos dados – fatores indispensáveis ao sucesso dessa política. Os impactos positivos de uma gestão eficiente dos imóveis públicos estaduais podem ser demonstrados pelos resultados de leilões realizados em 2025, que geraram desmobilização de capital de R\$ 10 milhões e um ganho de capital de aproximadamente 30% ao comparar o valor arrecadado nas alienações com a avaliação dos imóveis. Além disso, o Valor Presente Líquido da opção pela alienação, considerando um horizonte de oito anos e as despesas dos imóveis, gerou um ganho 36,2% superior em relação à sua manutenção no patrimônio público. Conclui-se que a gestão dos ativos imobiliários estatais pode contribuir não apenas para o cumprimento da função social dos imóveis, mas também para o aumento da eficiência orçamentária, ao reduzir despesas e incrementar as receitas provenientes das alienações.

## **Título: 1082009 - Eficiência do gasto público: um estudo de caso de um Hospital Universitário**

Autores: Felipe Augusto Santana de Oliveira

Resumo: A incorporação do gerencialismo no Brasil se torna cristalino com a instituição da Câmara de Reforma do Estado e a posterior publicação do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE), em 1995. Sua importância é tamanha que, em 1998, foi incorporado ao texto constitucional, através da Emenda 19/1998, o princípio da eficiência da administração pública. Em linha com este princípio e observando as proposições gerencialista na Administração Pública, a modalidade pregão eletrônico de licitação foi instituída. Nesse contexto, este trabalho objetiva avaliar os aspectos críticos das fases dos pregões eletrônicos, os itens licitados e as variáveis que influenciam a efetividade das licitações. Para tanto, foi realizado um estudo descritivo, pois seu objetivo primordial é a descrição das características de determinado objeto e o estabelecimento de relações entre variáveis estudadas, indo além da simples identificação da existência de relação entre variáveis e buscou ainda identificar e analisar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Em verdade, o presente artigo constitui-se um estudo de caso num Hospital. Foram considerados os processos de compras iniciados no exercício, totalizando 180 processos. Como resultados, observou-se um nível próximo de 80% de adjudicação dos itens licitados, mas com tempo médio de duração dos pregões dilatados: superior a 200 dias. Além disso, buscou-se analisar os motivos para o fracasso de pouco mais de 15% dos itens licitados, identificando-se 9 grupos de motivos, dentre os quais destaca-se o descumprimento de prazos pelos licitantes, apresentação de propostas acima dos valores estimados e inadequações das propostas aos editais. A partir dessa identificação e classificação a tomada de decisão pelos gestores pode se tornar mais eficiente e eficaz, com vistas a mitigar o insucesso das compras e otimizar a despesa pública.

**Título: 1074861 - Análise da evolução orçamentária e financeira na infraestrutura rodoviária federal: avaliação de desempenho e eficiência dos gastos públicos no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT (2010-2024)**

Autores: lucas graziano paniago

Resumo: A infraestrutura rodoviária constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de um país, desempenhando papel essencial na mobilidade, integração territorial e competitividade econômica. No Brasil, a gestão dos investimentos rodoviários sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) exige um planejamento orçamentário criterioso, dada a complexidade dos projetos e a dinamicidade das demandas e do cenário político. À luz dessa perspectiva, este estudo realiza uma análise acerca da evolução orçamentária e financeira da infraestrutura rodoviária no período 2010-2024, considerando os valores iniciais de dotação, alterações orçamentárias anuais, inscrição e liquidação de restos a pagar (RAP), além da execução financeira consolidada em cada exercício.

A pesquisa fundamenta-se em dados extraídos dos sistemas oficiais de execução orçamentária do

Governo Federal. A metodologia empregada combina análise quantitativa e qualitativa, utilizando técnicas estatísticas e econométricas para identificar padrões, inconsistências e tendências na alocação e execução dos recursos. Além disso, são exploradas as relações entre dotações iniciais e ajustadas, execução financeira de LOA e de RAP, com vistas a compreender os impactos das restrições orçamentárias e da dinâmica política sobre a gestão da infraestrutura rodoviária.

Os resultados apontam significativa volatilidade nos recursos destinados à infraestrutura rodoviária ao longo dos anos, refletindo os efeitos de contingenciamentos, alterações de prioridades governamentais e crises econômicas. Evidencia-se um padrão cíclico de subalocação inicial seguido de ampliação via créditos adicionais, acompanhado por expressivos volumes de RAP acumulados, indicando dificuldades na execução tempestiva dos projetos. A correlação entre a liquidação da LOA e a execução de RAP reforça a hipótese de que a infraestrutura rodoviária depende demasiadamente de restos a pagar, o que pode comprometer a eficiência e previsibilidade da política pública no setor. Ademais, resta demonstrado o impacto e a rigidez da alocação dos recursos oriundos de emendas do poder legislativo.

O estudo recomenda o aprimoramento das regras de vinculação orçamentária, a maior transparência na priorização das entregas e o fortalecimento da articulação entre planejamento plurianual, LOA e execução financeira.

## **Título: 1081439 - Impactos Orçamentários da Incorporação da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão: Análise Quantitativa**

**Autores:** Lara Fernandes Soares, Daniel Henrique da Cunha Campos

**Resumo:** A partir de 2023, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão passou a integrar, em sua estrutura organizacional, a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET), assumindo, assim, todas as competências relacionadas aos serviços estaduais de trânsito. A justificativa para a realização deste estudo baseia-se na relevância das mudanças organizacionais ocorridas na Secretaria, com o objetivo de analisar os impactos orçamentários gerados por essa alteração estrutural. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, que envolve a análise de dados orçamentários para observar a evolução dos gastos, além de identificar quais itens de despesa se destacam em termos de volume financeiro. Complementarmente, utiliza-se a análise normativa para evidenciar as mudanças na estrutura organizacional da Secretaria. Os resultados revelam um aumento considerável nos recursos orçamentários, duplicando o crédito inicial e, passando então, a representar uma fatia significativa do total programado para a secretaria. Tal alteração resultou em impacto no planejamento e acompanhamento orçamentário. Além disso, em termos de despesas, houve o aumento das fontes de recursos utilizadas e a diferenciação dos tipos de gastos, como os pátios de apreensão de veículos e outros contratos relacionados à gestão do trânsito que possuem tanto uma representatividade relevante quanto um tratamento diferenciado.

## **08. Monitoramento e avaliação de programas, gestão da informação, transparência, participação e controle social em processos de planejamento e orçamento**

### **Título: 1076209 - O Monitoramento de programas de governo como vetor para o aperfeiçoamento da gestão pública estadual: relatos de uma experiência em inovação metodológica**

Autores: Maria Aparecida Fortes de Almeida Presidio, Jamille Santos dos Santos Lima, Fabiane Louise Bitencourt Pinto, Patrícia Oliveira Borges da Silva Almeida

Resumo: Diante das peculiaridades do setor público faz-se indispensável problematizar de maneira perene as práticas e desafios na gestão de processos vinculados ao Monitoramento e Avaliação, em virtude inclusive da instabilidade orçamentária e das possibilidades de des(uso) dos Planos Plurianuais (Paulo, 2021; Couto, 2021); portanto, ampliar o debate acerca das fragilidades e possibilidades de contribuição efetiva dos PPA e refletir sobre o fortalecimento do acompanhamento e monitoramento da ação governamental é bastante válido e significativo.

Desse modo, este relato de experiência permite-nos conjugar a relação entre institucionalidades, processos e resultados, refletindo sobre possibilidades de fortalecimento da função planejamento, mediante lacunas e oportunidades que emergem de sua implementação na realidade de um ente estadual.

Assim, apresentaremos a experiência do acompanhamento das ações governamentais em nosso Estado, evidenciando aspectos do seu processo de gestão, da metodologia adotada, da atuação de diversos atores e da governança de dados; e a partir de uma discussão teórico-prática, o relato destaca não somente a importância do acompanhamento, mas o seu papel relevante ao necessário monitoramento dos programas de governo. E de forma consequente, no segundo momento o texto apresentará o percurso de ampliação do monitoramento em sua perspectiva estratégica-analítica, ainda em implementação. As experiências aqui partilhadas são indispensáveis à reflexão quanto à inovação das estruturas metodológicas dos processos de acompanhamento e monitoramento no setor público brasileiro, sobretudo no que se refere aos entes subnacionais.

#### Referencias

COUTO, Leandro Freitas. Faces e Funções: o (des)uso do PPA a partir de suas funcionalidades e a instabilidade orçamentária. In: BARBOSA, Sheila Cristina T.; COUTO, Leandro F. (orgs.). Planejamento Governamental: Planos Plurianuais em crise. n.1, Brasília: Ipea, 2021, p. 19-28.

PAULO, Luiz Fernando Arantes. A Encruzilhada do Plano Plurianual: entre a extinção e o fortalecimento. In:

BARBOSA, Sheila Cristina T.; COUTO, Leandro F. (Orgs.). Planejamento Governamental: Planos Plurianuais em crise. n.1, Brasília: Ipea. 2021, p. 11-18.

### **Título: 1085128 - ORÇAMENTO MULHER: DA LEI AO RESULTADO**

Autores: Graciely Ribeiro Correa, Ricardo Roberto de Almeida Capistrano, Vínia Paula Rodrigues Stocco, Angelica Auler Galvyo de Barros

Resumo: O relatório Mulher aborda as políticas públicas das ações governamentais de caráter exclusivo e outros de impactos relevantes à promoção da igualdade de gênero na gestão orçamentária pública, em determinado período. As Leis e os Planos orçamentários são mais conhecidos pelos seus atributos financeiros e contábil, mas pouco transparente no que diz respeito aos seus aspectos de priorização de políticas públicas de uma agenda de Governo. Assim torna-se necessário conciliar o ciclo das políticas públicas com o ciclo do sistema orçamentário, de modo a apresentar as sequências de atividades e processos das receitas e despesas públicas, pautada na transparência, participação e controle social, para dispor bens e serviços públicos aceitáveis ao valor que a sociedade esteja disposta a financiar. Demonstrar que o orçamento temático é um mecanismo viável de aprimoramento da Governança Orçamentária para Resultado, onde é possível realizar “um recorte” do projeto de Lei Orçamentária Anual e suas fases de execução, demonstrando dos resultados financeiros e contábeis até os impactos das políticas públicas.

As instituições internacionais como a OCDE e a ONU divulgam métricas e metodologias adotadas em países membros que tiveram êxitos nos resultados financeiros e patrimonial com o crescimento do seu PIB oriundo de bons investimentos com participação da sociedade de forma sustentável social, econômico e ambiental. A metodologia para elaboração do relatório temático, em que se coleta os dados e informações na Lei Orçamentária Anual e nas suas fases de execução, por mecanismo de busca de palavras e/ou codificações contábeis de padrões internacionais, contextualizados com dados estatísticos e econômicos de abrangência macro e micro territorial nacional viabilizando as classificações qualitativas e quantitativa. Durante o período de análise de dados e informações orçamentária é possível identificar aspectos de eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais, o que orienta o gestor público em tempo hábil a refazer as rotas para cumprimento de metas e prioridades sob sua responsabilidade, além de permitir o monitoramento e avaliação de políticas públicas criadas para enfrentamento de cenários complexos, caóticos, colapsados e de ameaças significativas, em que se exige priorização, deliberação e planejamento estratégico com participação e atuação de toda sociedade.

## **Título: 1085155 - Orçamento Participativo e os Desafios da Inclusão Cidadã na Gestão Orçamentária**

Autores: Josiara Barbosa Diniz Leite

Resumo: O orçamento participativo (OP) emergiu como um instrumento inovador de governança democrática, permitindo que cidadãos influenciem diretamente a alocação de recursos públicos. Implementado inicialmente em Porto Alegre no final dos anos 1980, o OP tornou-se um modelo replicado em diversas cidades do Brasil e do mundo, demonstrando o potencial da participação popular na gestão orçamentária. No entanto, sua implementação enfrenta desafios significativos, desde a baixa adesão da população até a resistência institucional e limitações orçamentárias.

Este artigo busca analisar o orçamento participativo como uma ferramenta de democratização da gestão pública e os desafios inerentes à participação social no orçamento. Por meio de uma revisão da literatura e da análise de casos, discute-se a efetividade do OP na promoção da transparência, equidade e controle social, bem como os fatores que dificultam a participação cidadã. Busca-se também trazer a luz os aspectos de diversidade e transversalidade nesses processos e como envolver a cidadania sem deixar de fora da participação grupos minorizados.

A pesquisa aponta que, apesar dos avanços proporcionados pelo OP, sua implementação eficaz requer um compromisso contínuo com a educação política, o fortalecimento dos mecanismos institucionais e a garantia de recursos financeiros suficientes para que as decisões tomadas pela população sejam efetivamente incorporadas ao orçamento municipal.

## **Título: 1085202 - Orçamento Participativo Sensível ao Gênero: Estratégias para a Equidade na Tomada de Decisão dos gastos públicos**

Autores: Brena Chaves, Julia Silva Rensi, Maria Lúcia Pessoa Sampaio

Resumo: A democratização brasileira, consolidada com a Constituição de 1988, fortaleceu a exigência de planejamento estatal e a criação de mecanismos de participação cidadã na gestão pública. Nesse contexto, a cidadania fiscal emerge como uma estratégia essencial para ampliar o envolvimento da sociedade na definição de prioridades orçamentárias, garantindo maior transparência e corresponsabilidade na alocação de recursos. O Orçamento Participativo (OP) se insere nesse cenário como um instrumento de democracia direta, permitindo que a população contribua ativamente para a formulação do orçamento público e a implementação de políticas mais alinhadas às demandas sociais. Apesar de sua relevância, a participação popular no OP não ocorre de forma equitativa entre diferentes grupos sociais, especialmente no que diz respeito à desigualdade de gênero. O patriarcado, enquanto estrutura de poder, influencia o acesso e a permanência de mulheres nos espaços de deliberação,

limitando sua atuação e influência política. Diante desse cenário, a pesquisa busca responder: como elaborar estratégias para um OP sensível ao gênero?

A fundamentação teórica se baseia em autoras que discutem orçamento, gênero e participação política, como Biroli, Saffioti e Paradis. A desigualdade de gênero é analisada como um fenômeno estrutural, impactando diretamente a ocupação de espaços públicos de decisão e na própria estrutura do Estado. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica e análise documental, além de um estudo de caso sobre a experiência do OP/RN. A pesquisa identifica obstáculos à participação feminina e a necessidade de estratégias para superá-los, a partir de ações afirmativas, como capacitações de agentes públicos, criação de normativas inclusivas e a promoção de espaços auto organizados.

Os resultados obtidos reforçam a importância da implementação de políticas que assegurem a equidade de gênero nos processos participativos, bem como contribuem para um modelo de governança mais democrático e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial a meta 5.5, que visa garantir a participação plena e igualitária das mulheres na vida política e econômica. Dessa forma, a pesquisa busca subsidiar novas diretrizes para um modelo inovador de OP, pautado na despatriarcalização do Estado e na construção de uma gestão pública mais inclusiva e representativa.

### **Título: 1085073 - Plano Estadual de Bioeconomia como instrumento estratégico orientado para promoção da transição econômica estadual**

Autores: Beatriz Teixeira Barbosa, Rafael Martins da Silva Cruz, Marcel Assis Batista do Nascimento

Resumo: O artigo tem a finalidade analisar a eficácia do Plano Estadual de Bioeconomia – PlanBio, considerando a sua integração com o Plano Estadual Amazônia Agora – PEAA e Plano Plurianual – PPA e como isso pode contribuir para o fortalecimento da política pública. O PlanBio é uma iniciativa estratégica para transformar a matriz econômica estadual, promovendo desenvolvimento sustentável, inovação e valorização dos ativos socioambientais da Amazônia. Lançado no final de 2022, o plano é coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS. O PlanBio está ancorado ao PEAA, elemento central nas políticas de desenvolvimento sustentável do governo paraense. Desse modo, o modelo de bioeconomia proposto se baseia na utilização soluções baseadas na natureza para gerar valor agregado, promovendo inovação tecnológica e fortalecendo a inclusão socioeconômica de povos e comunidades locais. Entre os elementos que compõem o PlanBio, está o Plano de Ações, composto por iniciativas governamentais que estão incorporadas ao PPA. O trabalho expõe uma discussão acerca da eficácia do Plano Estadual de Bioeconomia, ao longo dos dois primeiros anos de sua implementação. A análise foi pautada na análise de informações disponíveis em sistemas oficiais do governo estadual. Os resultados apontam, que embora ainda existam obstáculos para o cumprimento das iniciativas propostas, há assertividade no alinhamento entre as políticas e instrumentos de planejamento, pois garante a sustentabilidade das ações e uma gestão pública mais eficiente e estratégica.

## **Título: 1085013 - Promovendo a cultura da Participação Social no Planejamento da cidade.**

Autores: Daniel Gleidson Mancebo de Araújo, Aline Romeu Xavier, Thaís Rennó de Andrade, Egon Magno Azevedo da Silva Bemfica

Resumo: A plataforma digital foi criada pela prefeitura como uma ferramenta para promover e facilitar a participação da população na elaboração de planos, projetos e políticas públicas; prover informações e aproximar a sociedade em geral aos processos de planejamento da cidade. A ferramenta centraliza campanhas dos diferentes órgãos municipais, a partir de enquetes acessíveis para coleta de dados para a construção de políticas mais eficazes, a partir da escuta dos cidadãos e análise das demandas efetivas de cada território da cidade. Além disso, sempre disponibilizamos na página os resultados referentes a cada ação, garantindo assim maior transparência do processo.

Até o momento, foram criadas 49 enquetes alcançando mais de 85 mil participações.

Notavelmente, campanhas ligadas aos principais planos municipais receberam um grande número de participações, mas outras, mesmo com menores alcances, também se mostraram bastante úteis para a melhoria de políticas setoriais. Estratégias e formatos específicos para a atração da participação do público infanto-juvenil se destacaram atingindo grandes números de contribuições, contribuindo para disseminar informação e ainda promoveram dinâmicas temáticas interessantes nas escolas do município.

A plataforma foi objeto de menção especial do Observatório Internacional da Democracia Participativa em 2021, nos concedendo a oportunidade de sediar a Conferência do OIDP em 2023 para discutir a democracia participativa no mundo. E recebeu, também, menção honrosa no 27º Concurso de Inovação no Setor Público de 2023 da ENAP.

No mundo digital democrático, essa iniciativa tem se comprovado essencial para fortalecer a cultura de participação e o conceito de cidadania, potencializando o acesso à informação e a comunicação multidirecional.

## **Título: 1081959 - Protegendo Dados e Respeitando Direitos: Os desafios da adequação à LGPD em sistemas de Atendimento ao Cidadão**

Autores: Davi Severiano Juvi de Almeida, Rafaella Louyse Sant'ana dos Santos

Resumo: O desenvolvimento de sistemas públicos com base na General Data Protection Regulation (GDPR) e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tornou-se uma prioridade para as instituições governamentais em todo o mundo. As normas visam regulamentar como deve ser realizado o tratamento



de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, seja pelo direito público ou privado, se tornando mais desafiador para o âmbito público, em virtude da coexistência de diversos princípios de origem constitucional. O objetivo é destacar as principais estratégias para modelagem e avaliação da conformidade com a legislação e levando em consideração, também, a orientação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD. Dentre os Sistemas de Atendimento ao Cidadão Público, o sistema emergiu como o pioneiro na adequação à LGPD, dado seu papel na coleta de dados pessoais, como nome completo, CPF, e-mail pessoal, nome da mãe, endereço e informações sobre deficiência, com um volume significativo de acessos mensais, alcançando 4 (quatro) milhões no ano de 2023. Em resposta a essa exigência legal, iniciamos identificando e mapeando todos os dados coletados, armazenados, processados e compartilhados pelo sistema. Em seguida, realizamos a análise para garantir que todos os dados sejam tratados de acordo com os princípios de finalidade, adequação, necessidade, consentimento, transparência e segurança. Após a conclusão das etapas anteriores, foi desenvolvida uma política de privacidade e termos de uso, que estão disponibilizadas para os usuários, explicando como os dados são tratados. Por fim, o sistema é atualizado e monitorado continuamente, respondendo a quaisquer incidentes de segurança de dados que possam ocorrer. Em conclusão, todo o procedimento foi planejado com o intuito de simplificar sua replicação em outros sistemas. Como resultado garantimos a transparência e a comunicação clara com os usuários finais sobre os seus dados coletados, armazenados e utilizados, além da confiança na instituição governamental. Assim, é notável e evidente a importância da atualização contínua dos sistemas, incorporando desde o início os princípios de privacidade e segurança de dados, acompanhando as evoluções da legislação e das melhores práticas em proteção de dados.

## **Título: 1080978 - Transparência e Controle Social: Desafios para a Gestão das Rendas Petrolíferas no âmbito dos orçamentos públicos municipais.**

Autores: Kamila Louzada Rangel, Helio J Teixeira, Paula Affonso de Araújo Silva, Alexandre Rycheta Arten

Resumo: O presente trabalho analisa a experiência de um diagnóstico socioambiental, participativo e comunitário acerca do orçamento público, em especial das rendas petrolíferas em alguns municípios na área de abrangência da atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural que compõem o Polo Pré-Sal. Os resultados evidenciaram a importância da transparência pública e do controle social na gestão das rendas petrolíferas, com ênfase nas práticas de dados abertos e outras medidas que estimulam a participação ativa da sociedade, assegurando o acesso à informação. A análise revelou que muitos Portais de Transparência apresentam baixa acessibilidade e linguagem técnica excessiva, dificultando o acesso das pessoas, especialmente aquelas com conhecimento técnico limitado. A educação política é identificada como um elemento crucial para capacitar cidadãos a exercerem seus direitos e deveres, promovendo a autonomia e o fortalecimento do diálogo com o governo, através da incidência política qualificada. Os desafios identificados incluem a falta de integração entre ferramentas

digitais e mecanismos de controle social. Embora algumas cidades, tenham avançado na criação de Conselhos de Transparência, muitas ainda não atendem às demandas de fiscalização da aplicação das rendas petrolíferas, e o baixo número de equipes técnicas qualificadas na gestão pública municipal agravam a situação. Por outro lado, são destacados avanços pontuais, como a atuação da sociedade civil organizada, que demonstra o potencial para pressionar por melhorias na prestação de contas. A reformulação dos portais para torná-los mais acessíveis e a ativação de conselhos municipais focados nas rendas petrolíferas são medidas recomendadas. Além disso, o planejamento estratégico para o uso sustentável das rendas petrolíferas é uma necessidade. Os municípios devem priorizar investimentos estruturantes e a criação de fundos de reserva para lidar com a volatilidade das receitas. A integração entre transparência e controle social é essencial para maximizar os benefícios das rendas petrolíferas, exigindo esforços colaborativos entre o poder público, a sociedade civil e entidades fiscalizadoras. A capacitação cidadã e a implementação de práticas de transparência ativa são passos fundamentais para transformar essas rendas em um motor de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

### **Título: 1079701 - Sistema Monitora**

Autores: Maria Tereza Wichocki Monteiro, Sandro Brandão, Patrícia Soares Duarte, Kesler Diego Frantz de Lima

Resumo: O monitoramento e a avaliação são essenciais para a gestão eficiente das políticas públicas. Em nosso Estado, a ausência de um sistema integrado dificultava o acompanhamento das ações governamentais, que eram geridas por meio de planilhas, e-mails e processos manuais. Esse cenário comprometia a transparência, a tomada de decisões estratégicas e a prestação de contas.

O Sistema Monitora, desenvolvido pelo Governo, digitalizou e modernizou esse processo, proporcionando um ambiente web integrado e interativo para monitoramento e avaliação das políticas públicas estaduais. A plataforma se conecta a outros sistemas, permitindo a coleta e análise de dados de forma facilitada. Com módulos específicos para monitoramento e avaliação, o sistema possibilita que gestores acompanhem a execução das ações, prestem conta de forma simplificada e tomem decisões baseadas em evidências.

A implementação seguiu um processo metodológico estruturado, envolvendo o redesenho dos fluxos de trabalho, a definição de parâmetros de integração com outros sistemas corporativos e a capacitação dos servidores. Em menos de um ano, o sistema foi desenvolvido internamente, sem a necessidade de contratação externa, garantindo autonomia tecnológica e redução de custos.

Os impactos são expressivos: mais de 800 servidores utilizam a plataforma para gerenciar 48 programas, 450 ações e 650 produtos e mais de 200 indicadores. O tempo de resposta na consolidação dos dados foi reduzido drasticamente, permitindo a geração automatizada do Relatório final contendo detalhes das políticas avaliadas, documento essencial na prestação de contas anual do governo. Além disso, a transparência foi ampliada, com painéis interativos que facilitam o acesso da sociedade às informações

sobre o desempenho das políticas públicas.

O Sistema Monitora representa um avanço estratégico na gestão pública, fortalecendo a governança orientada a resultados e servindo de referência para outros estados. Seu modelo inovador demonstra que a transformação digital é um caminho viável para aprimorar o planejamento, a eficiência operacional e a transparência governamental.

### **Título: 1084265 - Uso de indicadores no Plano Plurianual: um passo na avaliação da efetividade das iniciativas governamentais.**

Autores: Suellem Henriques Da Silva, Vatusi de Paula Silva

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar, por meio de um estudo de caso, o processo de consolidação da inclusão de medidas de resultado para o monitoramento e os esforços para a construção de metodologias de avaliação das iniciativas governamentais no âmbito do Plano Plurianual (PPA), com foco na metodologia implementada para o ciclo 2024-2027.

Embora a mensuração periódica de metas de resultado, como parte do monitoramento, não seja uma novidade nas áreas de planejamento da gestão pública contemporânea, o PPA pode adotar uma abordagem incremental no uso de indicadores e na integração da medição de resultados como um dos seus elementos estruturantes.

Dessa forma, a orientação escolhida tem se mostrado eficaz na geração de evidências sobre a implementação de programas e políticas públicas e uma perspectiva de desenvolvimento de um sistema de M&A que subsidie a tomada de decisão com base em evidências, além de ser compatível com um desempenho mais eficiente da gestão pública.

Do ponto de vista desta Secretaria responsável pela metodologia e condução dos processos de planejamento, destaca-se a percepção dos gestores públicos como uma variável importante para a mudança na cultura de planejamento das demais unidades administrativas.

Essa mudança se dá, seja pela integração de elementos que influenciam diretamente as entregas e resultados das políticas nos processos vinculados ao PPA, quanto pelo aprimoramento da precisão do planejamento setorial na definição das metas a serem monitoradas no PPA.

Vale ressaltar que a definição do marco lógico do PPA se concretiza à medida que é adotada uma metodologia coerente, que dialoga com os insumos, processos, produtos e resultados gerados pela ação do Estado e orientados pela realidade da população.

Por fim, destacamos que há ganhos concretos na inclusão e no aprimoramento da mensuração dos resultados das iniciativas governamentais, embora a implementação de metodologias que vão além do simples monitoramento, como a construção de um sistema de monitoramento e avaliação abrangente para o PPA, seja um dos desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

## **Título: 1079959 - Uso de Infraestrutura de Dados Espaciais Como Ferramenta para Divulgação de Informações Sobre a Gestão do Território**

Autores: Maria do Socorro Ramos Barbosa, Isabel Cristiane Rekowsky, Tatiana Beatris Parizotto, Dionísio Saccol Sangoi

Resumo: A gestão do território visa o planejamento do espaço geográfico para fomentar o desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental e a equidade social, integrando ordenamento territorial e gestão urbana. Tal dinâmica é um processo complexo e multifacetado, que exige planejamento, organização e administração do espaço geográfico. Atualmente, as Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE) desempenham um papel crucial como ferramenta de gestão do espaço. Ao combinar políticas e tecnologias que facilitam o acesso a dados geográficos, promovem decisões transparentes e participativas. No Brasil, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e suas correlatas estaduais, as IEDEs, possibilitam o intercâmbio de informações entre diversas instituições, com uma gama de aplicações que incluem o monitoramento ambiental, o planejamento de infraestrutura e a gestão de crises.

Nos últimos anos, observa-se um crescimento expressivo na ocorrência de desastres naturais no Brasil, sendo grande parte desse fenômeno atribuída ao aquecimento global. Estima-se que, entre 2013 e 2024, esses eventos tenham gerado prejuízos em torno de R\$ 729,3 bilhões. Diante disso, é essencial que os estados aprofundem seus conhecimentos acerca dessas ocorrências. Nesse sentido, as IDE se destacam como uma das ferramentas mais eficazes para a compreensão e monitoramento desses desastres. O presente estudo apresenta os produtos e os resultados oriundos da aplicação de uma IEDE, com o objetivo de organizar, sistematizar, disponibilizar e difundir as informações referentes a gestão do território com foco principal na Gestão de Riscos e Desastres. Foram utilizados diversos conjuntos de dados sobre os eventos de desastres naturais, obtidos de inúmeras fontes como: defesa civil, cadastros sociais e imagens de satélite.

Como resultado, foram publicados mais de 10 produtos temáticos, em áreas que vão do controle de arboviroses até o acompanhamento de programas e projetos ambientais e estruturantes. Tais produtos destacam-se não apenas pelo elevado número de acessos, mas também pela qualidade técnica, abrangência e atualização dos dados, consolidando-se como fontes para órgãos estaduais. Sua relevância é evidenciada pelo uso contínuo na formulação de diversos planos estratégicos e criação de políticas públicas voltadas à redução de riscos e à resposta a desastres.

## **Título: 1076561 - Uso do Relatório dos Estudantes com Tendência à Reprovação (RETRE) no desenho, monitoramento e avaliação de políticas educacionais**

Autores: José Roberto Gomes de Oliveira, Hugo Medeiros, DIEGO DA SILVA RODRIGUES, Carlos Eduardo Cavalcanti do Nascimento

Resumo: Antes da inovação, a rede estadual enfrentava altos índices de distorção idade-ano (TDI), reprovação e abandono, tanto no Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF) quanto no Ensino Médio (EM). Esses problemas impactavam negativamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), refletindo dificuldades na frequência escolar e no aprendizado. Em 2009, as taxas de distorção eram alarmantes: 41,2% no EFAF e 53,5% no EM. As de abandono eram de 9,5% no EFAF e 15,7% no EM, e a aprovação estava em 72% e 78%, respectivamente. O IDEB era de apenas 3,0 para ambas as etapas de ensino, evidenciando a baixa qualidade da educação.

A inovação implementada foi o Relatório dos Estudantes com Tendência à Reprovação (RETRE), uma ferramenta gratuita e online desenvolvida para identificar estudantes com risco de reprovação e abandono. O instrumento permite aos profissionais de educação calibrar ações de busca ativa e monitoramento, inclusive de estudantes com distorção idade-ano, proporcionando dados cruciais para a implementação de políticas públicas educacionais.

O principal resultado foi a significativa redução da taxa de abandono escolar. Em 2015, ano de implantação do RETRE, a taxa de abandono no EFAF caiu para 1,5% e a do EM para 2,5%, sendo a menor do Brasil na ocasião. No mesmo ano, o IDEB do Ensino Médio atingiu a primeira posição no país com 3,9. Durante o período pandêmico o RETRE foi essencial ao apoio de políticas de melhoria de aprendizagem e combate à evasão, através de busca ativa realizadas por alunos monitores. Desse modo, o RETRE manteve a rede estadual com a menor taxa de abandono no EM e uma posição constante entre os três melhores do IDEB.

Por fim, o RETRE continua sendo uma ferramenta estratégica para a educação estadual, com melhorias contínuas baseadas nas sugestões dos usuários, especialmente os profissionais de educação. Entre suas futuras melhorias, está a expansão para os municípios e o uso de inteligência artificial para análises mais preditivas.

## **Título: 1074391 - Variações educacionais nos estados com base nos dados dos eleitores brasileiros**

Autores: Guilherme de Souza Alencar Vieira, Dayara Cardoso Moreira, Guilherme Hervilha Ligerio, Gabriel Hervilha Ligerio

Resumo: A educação desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. O objetivo deste trabalho foi avaliar o nível geral de variação educacional das unidades federativas brasileiras durante o período de implementação do Plano Nacional de Educação, de 2014 a 2024, a partir

das variações nos níveis de escolaridade com base em dados do perfil dos eleitores. O estudo utilizou técnicas de clusterização hierárquica para identificar grupos de estados com variações semelhantes nos níveis de escolaridade, buscando compreender padrões regionais de desempenho educacional. Essa abordagem permitiu analisar como os estados evoluíram em diferentes níveis de escolaridade, como analfabetismo, ensino fundamental, médio e superior. Os resultados revelaram disparidades significativas entre os clusters, com estados da região sul e sudeste apresentando progressos notáveis, enquanto outros da região norte e nordeste enfrentaram desafios, como altas taxas de evasão escolar. A conclusão aponta para o aprofundamento das desigualdades regionais na educação básica e no ensino superior, para o desafio nacional de combate à evasão escolar e a necessidade planejamento de ações para o próximo decênio.

## **Título: 1079609 - MONITORAMENTO INTEGRADO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DA SES/CEGO COMO MODELO DE TRANSPARENCIA NA GESTÃO PÚBLICA**

**Autores:** ELIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, Giselda Melo Fontes Silva, DAVI ROGERIO FRAGA DE SOUSA, Gêssica Uruga Oliveira

**Resumo:** Este estudo descreve a experiência da Secretaria de Estado da Saúde de CEGO (SES/CEGO) na implementação de um modelo de monitoramento integrado da Programação Anual de Saúde (PAS), destacando seu impacto na gestão, transparência e controle social das políticas de saúde. O objetivo é demonstrar como a combinação de ferramentas simples, processos participativos e mecanismos de transparência pode transformar a gestão das políticas de saúde e promover o engajamento dos atores sociais. A metodologia envolve a descrição detalhada do processo de monitoramento, desde a elaboração do PAS até a divulgação dos resultados nos relatórios para os órgãos de controle e boletins internos. O processo de planejamento da SES, liderado pela Diretoria de Planejamento, inicia com oficinas participativas abrangendo todas as áreas. O monitoramento quadrimestral é feito via planilhas eletrônicas, onde as diretorias registram o progresso das ações e o resultado dos indicadores. Oficinas de monitoramento qualificam resultados e justificativas de desempenhos insatisfatórios, planejando ações corretivas. O objetivo é aprimorar informações para o relatório quadrimestral, apresentado ao Conselho Estadual de Saúde e à Assembleia Legislativa. Adicionalmente, os resultados das oficinas subsidiam a elaboração de boletins internos por área, divulgados quadrimestralmente na SES. Os resultados indicam que o uso de planilhas com indicadores semafóricos facilita a identificação de áreas críticas e o acompanhamento do progresso das ações e das metas. As oficinas de monitoramento, ao promoverem a discussão e a qualificação das informações, contribuem para a melhoria da qualidade dos relatórios quadrimestrais apresentados aos órgãos de controle, fortalecendo a transparência das ações de saúde. A divulgação dos boletins internos facilita a disseminação de informações relevantes para as áreas

técnicas, auxiliando na tomada de decisões e no aprimoramento das práticas. Conclui-se que o modelo de monitoramento integrado da SES/CEGO, ao combinar ferramentas simples, processos participativos e mecanismos de transparência, fortalece a gestão do PAS, promove o engajamento dos atores, contribui para a alocação eficiente dos recursos e impacta positivamente a efetividade das políticas de saúde, representando um avanço no monitoramento de políticas públicas com potencial de replicabilidade em outros contextos.

### **Título: 1084946 - Revisão de literatura sobre a participação social na elaboração de Planos Plurianuais de Governos estaduais e Federal publicada nos últimos cinco anos**

Autores: Riane Ribeiro Carvalho

Resumo: Revisão de literatura sobre participação social no Plano Plurianual do Governo Federal e/ou estadual publicada nos últimos cinco anos. Desde 2009, a Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - traz de modo expresse em seu texto o incentivo à participação popular no processo de elaboração e discussão nos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamento. A medida visa garantir a transparência e o controle social na elaboração e execução de documentos que norteiam os investimentos, programas e políticas públicas do país ao longo dos anos. Desde então, nota-se o esforço governamental em encontrar meios que viabilizem a participação da sociedade civil em seus instrumentos de Governo, especialmente no Plano Plurianual (PPA), objeto de estudo do presente artigo.

A partir do material levantado, observa-se a movimentação dos governos em viabilizar a participação social no processo de elaboração de seus planos plurianuais desde 2003. Nota-se uma escalada no processo participativo, especialmente com a ampliação de participantes e ferramentas/formatos que viabilizem a participação da sociedade.

Dentre os artigos selecionados, observa-se que sua maioria consiste em relatos de como a participação social ocorreu ao longo do processo de elaboração de planos participativos nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, Tocantins, Espírito Santo e Ceará, como também no Governo Federal. Conclui-se que não há uma definição clara, na literatura, quanto ao conceito de participação social e nem um consenso sobre as etapas necessárias para garantir que um planejamento fora efetivamente participativo.

O tema é de fundamental importância e precisa ser explorado em óticas além do mero detalhamento das etapas de processo participativo na elaboração de um plano plurianual. É necessário desenvolver agendas de pesquisa que permitam definir o que é o processo de participação social, investigar experiências de participação da sociedade no monitoramento dos planos, realizar estudo sobre a análise do discurso de um governo que define que o plano plurianual por ele elaborado é participativo comparado

à opinião do cidadão sobre o mesmo processo, e o que de fato ele compreende desta suposta inclusão participativa.

## **Título: 1084790 - Monitoramento de Processos de Femicídio**

**Autores:** Elisabeth Pontes dos Santos, Fellipe Gustavo Lima, Emille de Sousa Vasconcelos Soares

**Resumo:** Em agosto de 2024, foi criado o Programa de Monitoramento de Processos de Femicídio, abrangendo os crimes cometidos entre janeiro de 2023 e junho de 2024. O programa é oriundo de um acordo de cooperação já existente entre Tribunal de Justiça Estadual, Ministério Público, Defensoria Pública e Governo do Estado, tendo como objetivo estabelecer ações conjuntas na investigação, no processo e no julgamento dos crimes dolosos contra a vida, com autoria identificada, ocorridos o estado, com vistas ao cumprimento dos prazos previstos no Código Processual Penal (CPP).

O monitoramento desses processos permite não só uma análise de como os sistemas de justiça e segurança pública estão reagindo aos casos de femicídio, mas também contribui para a avaliação da efetividade das políticas públicas voltadas para a proteção das mulheres.

Um Comitê de Governança é responsável por definir critérios, prazos e metas para acompanhar a investigação, processo e julgamento dos crimes de femicídio e cada instituição fornece dados atualizados e recursos necessários para a execução do projeto e alimentação de um Painel. Nas reuniões quinzenais do Comitê, os femicídios são acompanhados e monitorados caso a caso, possibilitando que os pontos de gargalo sejam identificados e ações sejam definidas e monitoradas, desde a ocorrência do fato até a realização do júri. São realizadas reuniões temáticas com cada comarca, trazendo a fatia dos femicídios por região e seus respectivos andamentos processuais. Além disso, os resultados do programa são monitorados mensalmente pelo chefe do executivo estadual.

O Programa de Monitoramento de Processos de Femicídio, na busca de acelerar o andamento dos processos judiciais desse crime, realizando os júris no prazo legalmente estabelecido no CPP, possibilita que réus presos não sejam soltos antes do término do seu julgamento e, igualmente, acelera o julgamento daqueles acusados que porventura estejam em liberdade. Em seis meses de Monitoramento dos Processos de Femicídio, a conclusão dos processos passou de 11,2% para 26,3%.

Ao garantir que os processos sejam resolvidos mais rapidamente, o programa contribui para a prevenção da violência contra a mulher, uma vez que a agilidade nas decisões judiciais pode atuar como um fator dissuasório para agressores em potencial, além de reduzir a sensação de impunidade.



## **Título: 1084973 - A regulamentação do Programa de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (PM&APP) para o fortalecimento das ações do SiMAPP na gestão pública**

Autores: Michele Sampaio da Silva, Katia Cesconeto de Paula, Pablo Silva Lira, Amanda Lovatti Coelho Koffer

Resumo: Diante do desafio de estabelecer uma estrutura sólida para implementar políticas públicas eficazes e promover o uso eficiente dos recursos públicos, o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SIMAPP) se destaca por sua abordagem inovadora ao integrar o Monitoramento e Avaliação (M&A) das políticas públicas com o ciclo orçamentário e a gestão governamental. O SIMAPP foi criado com o objetivo de fundamentar as políticas públicas em evidências, para impulsionar o desenvolvimento sustentável do estado, com base na transparência e no diálogo ativo com a sociedade. Todos os anos, são emitidos decretos estaduais relacionados aos Planos de M&A, acompanhados de relatórios que ressaltam os principais resultados alcançados em cada ciclo. No entanto, é imprescindível adotar critérios técnicos para selecionar as políticas que serão avaliadas e/ou monitoradas em alinhamento ao planejamento estratégico do governo, visto que a geração de evidências demanda tempo, recursos e dedicação dos envolvidos para fornecer respostas fundamentadas cientificamente sobre as questões pertinentes à política analisada. Nesse sentido, este artigo tem como finalidade esclarecer a sistemática de funcionamento do M&A, apoiado pelo Programa de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (PM&APP). Desde a sua regulamentação e implementação, o Programa tem sido um suporte na escolha das políticas públicas para cada ciclo. Para tanto, realiza-se uma análise minuciosa de normativas relacionadas ao M&A a fim de ilustrar sua dinâmica operacional a partir dos processos envolvidos na seleção das políticas, pactuação dos projetos de pesquisa, até a entrega dos resultados para os órgãos demandantes e a sociedade.

## **Título: 1085187 - IQTE: Uma Ferramenta para Avaliação da Qualidade Informacional e do Planejamento das Transferências Especiais**

Autores: Paulo Corrêa

Resumo: O trabalho propõe o estabelecimento de um índice de qualidade da informação com o objetivo de aprofundar o debate sobre a eficiência das alocações da modalidade de emenda sem finalidade definida.

A iniciativa busca criar um marco lógico que sirva de estímulo para aproximar o ideal do planejamento ao orçamento público, indicando se as deliberações dos Agentes (eleitos) estão atreladas ao interesse do Principal (eleitores). A impossibilidade de mensuração dessas decisões sugere a existência de assimetria informacional, enquanto sua viabilidade representa um avanço na qualidade democrática.

A finalidade do índice é possibilitar sua replicação em diversos entes da federação, permitindo medir se um dos objetivos fundamentais da República — a redução das desigualdades regionais — tem sido considerado na execução do orçamento federal.

Esta proposta se situa à margem do debate travado de agosto de 2024 até o primeiro trimestre de 2036 entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional acerca das novas regras de execução das transferências especiais.

## **Título: 1081930 - Licitômetro: monitoramento, planejamento e transparência das compras públicas na palma da mão**

Autores: Felipe Moreira Cruzeiro, Paulo Roberto Sbaraini Lunardi, Renato Coelho Caierão

Resumo: O Licitômetro é uma ferramenta inovadora que promove a transparência e a inteligência na gestão das compras públicas. Disponível online, esse dashboard interativo permite que cidadãos, gestores e interessados acompanhem, em tempo real, os principais indicadores das licitações realizadas pelo ente federado.

Com uma interface amigável e intuitiva, a plataforma oferece acesso a diversas métricas essenciais, como valores licitados, economia gerada, quantidade de processos em andamento e concluídos, tipos de licitação mais utilizados e perfil dos fornecedores. Sua navegação responsiva proporciona uma experiência dinâmica, permitindo que os usuários explorem os dados de maneira interativa e acessível. O acesso ao Licitômetro é facilitado pelo uso de tecnologias digitais, garantindo que qualquer pessoa com conexão à internet possa consultar as informações de maneira rápida e conveniente. Isso reforça a participação social, estimulando o controle externo e a fiscalização cidadã das compras governamentais. Além de ser um instrumento de monitoramento e transparência, o Licitômetro também desempenha um papel estratégico no planejamento das contratações públicas. Ao consolidar informações sobre os processos licitatórios, a ferramenta permite que gestores analisem padrões de consumo, identifiquem oportunidades de melhoria e tomem decisões mais assertivas para otimizar os recursos públicos. Dessa forma, contribui para o aprimoramento das estratégias de aquisição, reduzindo desperdícios e aumentando a eficiência da administração, e permite um planejamento mais estruturado das contratações futuras, garantindo maior previsibilidade e alinhamento com as necessidades da gestão pública.

Ao integrar transparência, monitoramento e planejamento estratégico, o Licitômetro se consolida como uma ferramenta indispensável para a gestão pública eficiente. Além de fortalecer o controle social e garantir o acesso a dados abertos, a plataforma permite que os gestores antecipem demandas, otimizem recursos e aprimorem as contratações futuras. Desse modo, o Licitômetro não apenas assegura processos mais íntegros e alinhados às diretrizes legais, mas também impulsiona uma administração pública mais eficiente, econômica e comprometida com o interesse coletivo.

## **Título: 1082163 - Aplicação e Análise dos Resultados de um Novo Modelo de Distribuição do ICMS Municipal com Base em Critérios Educacionais**

Autores: Pedro Tonon Zuanazzi, Ricardo César Gadelha de Oliveira

Resumo: Este estudo apresenta o novo modelo de distribuição dos recursos do ICMS municipal, que incorpora critérios educacionais como forma de incentivar a melhoria da qualidade do ensino fundamental. Inspirado na experiência bem-sucedida do Ceará, onde a vinculação dos repasses à qualidade educacional resultou em avanços expressivos nos indicadores de aprendizagem, o modelo foi adaptado às particularidades locais para garantir maior equidade na distribuição dos recursos.

A metodologia, inédita no Brasil, se baseia em dois indicadores principais: o primeiro avalia a qualidade da educação municipal, considerando variáveis como proficiência dos alunos, taxas de aprovação e evolução do desempenho. O segundo determina a alocação dos recursos financeiros entre os municípios, levando em conta tanto a qualidade educacional quanto o porte populacional. Desde a implementação do modelo, a prova estadual de proficiência já foi aplicada por três anos, com resultados disponíveis para dois ciclos. Os dados indicam uma evolução positiva, com crescimento relevante na média geral dos municípios no indicador de qualidade. Todos os resultados estão disponibilizados em um dashboard, que facilita a consulta tanto para os gestores públicos quanto para a sociedade em geral.

## **Título: 1080168 - Avaliação de desempenho dos programas do Plano Plurianual (PPA): como a ciência de dados potencializa a identificação dos avanços e oportunidades de melhoria na implementação de políticas públicas**

Autores: Antonio Marcos Barreto Silva, Lenaldo Azevedo dos Santos, Guillermo Javier Pedreira Etkin

Resumo: O artigo apresenta uma avaliação de desempenho dos programas do Plano Plurianual (PPA). Essa avaliação foi desenvolvida com suporte do software R e utiliza uma metodologia que considera tanto o esforço despendido quanto os resultados alcançados pelos programas com base nos dados do monitoramento dos programas. Na dimensão do esforço, o foco é no desempenho dos indicadores operacionais financeiros e na execução física das ações orçamentárias que estão previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Por outro lado, na dimensão dos resultados, a metodologia foca em analisar a eficácia das metas definidas nos indicadores táticos, além da efetividade observada por meio dos indicadores estratégicos do PPA. Assim, esta metodologia promove uma integração entre os instrumentos de planejamento representados pelo PPA e pela LOA. Deste modo, foi estabelecido o Indicador Sintético de Desempenho dos Programas (ISDP), composto pelo conjunto de indicadores específicos

correspondentes às dimensões de análise a ele associadas. No cálculo do ISDP, os indicadores são ponderados da seguinte forma: atribui-se um peso de 0,4 aos indicadores estratégicos, 0,3 aos indicadores táticos, 0,2 aos indicadores de execução física e 0,1 aos indicadores financeiros. Utilizando o software R como ferramenta da ciência de dados, as informações são processadas para classificar o desempenho dos programas segundo o ISDP. Cada programa foi avaliado atribuindo-se um conceito e seus componentes foram estratificados de acordo com esse desempenho, identificando avanços, se o desempenho for maior que 70%, ou oportunidade de melhoria, caso o desempenho seja menor ou igual a esse patamar. O artigo evidencia que dos 47 programas do PPA avaliado, dois alcançaram desempenho ótimo, 14 tiveram um bom desempenho, 16 apresentaram desempenho regular, 13 tiveram desempenho baixo e dois registraram desempenho muito baixo. As oportunidades de melhoria foram identificadas em 75 indicadores estratégicos, 397 indicadores táticos e 1.039 indicadores operacionais relacionados aos programas avaliados. O entendimento desse desempenho tem o objetivo de contribuir para o aprimoramento do planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas e fornecer subsídios para o processo de tomada de decisão.

### **Título: 1084244 - Comitê do Sistema Prisional: práticas e resultados para o fortalecimento da segurança pública em Pernambuco**

Autores: CÍNTIA VIANA DA ROCHA NOTARO, Vandrê Cechinel, LINDOVAL GOMES DE SOUZA SILVA, FELIPE MONTEIRO COSTA

Resumo: O art. 50, inciso VII da Lei de Execução Penal, define como falta grave praticada pelo condenado à pena privativa de liberdade “utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.” Pessoas presas que mantêm contato telefônico com o mundo externo representam um grande risco à segurança pública, especialmente, quando se tratam de lideranças capazes de continuar organizando a atuação de suas quadrilhas, ordenar a prática de crimes, planejar ações de resgate e ameaçar vítimas e testemunhas.

O Juntos pela Segurança é plano estadual de promoção da segurança pública e prevenção à violência de Pernambuco. Lançado em 2023 sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional (SEPLAG), o Plano conta com diversos Comitês como espaços de governança para acompanhamento de indicadores, identificação de desafios e planejamento de ações institucionais, sejam elas repressivas ou preventivas.

Este artigo apresenta os esforços no âmbito do Comitê do Sistema Prisional para garantir um número cada vez maior de lideranças criminosas presas sem comunicação com o mundo externo. Além da SEPLAG, participam deste fórum lideranças da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), da Secretaria de Defesa Social (SDS) e do Centro Integrado de Inteligência de

Defesa Social (CIIDS). Para viabilizar a resolução e a tomada de decisão, nas reuniões são apresentados casos sensíveis e situações de riscos para deliberações discutidas em conjunto. A cada reunião, são monitorados os encaminhamentos registrados e são definidas ações em conjunto de modo a alcançar os objetivos pretendidos.

O relato das experiências servirá não apenas para registrar os avanços alcançados no enfrentamento ao crime organizado em Pernambuco, mas também para ressaltar a importância da Seplag como agente de articulação entre especialistas e tomadores de decisão, contribuindo para replicação do modelo em outros entes subnacionais.

Conforme relato de uma autoridade do CIIDS, principal instância de inteligência policial do estado, “após o empreendimento da dinâmica de monitoramento de lideranças criminosas, não foi identificado nenhum contado ilegal com o ambiente externo”, asseverando a efetividade da atuação do Comitê do Sistema Prisional.

## **Título: 1078196 - Da gestão da informação à governança de dados, o protagonismo do Acompanhamento das ações e programas de governo: relato de uma experiência subnacional**

**Autores:** Maria Aparecida Fortes de Almeida Presidio, Alexandre Vasconcelos Junqueira, Fabiane Louise Bitencourt Pinto, Patrícia Oliveira Borges da Silva Almeida

**Resumo:** O planejamento governamental é um instrumento técnico-político essencial para a formulação sistemática de estratégias que considerem as incertezas e dinâmicas da realidade. Nesse contexto, acompanhar a execução das Ações Orçamentárias é fundamental para avaliar o cumprimento parcial das metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), corrigir desvios e retroalimentar as Iniciativas e demais componentes do PPA, promovendo a gestão por resultados.

Jannuzzi (2011) destaca que a insuficiência na gestão de fluxos informacionais para Monitoramento e Avaliação (M&A) é um desafio recorrente para os entes federativos, revelando um paradoxo da escassez em meio à abundância de dados. Para superar essa limitação, portanto, é necessário aprimorar a gestão da informação por meio de processos integrados de tratamento, validação e armazenamento de dados. Dada a complexidade do setor público, torna-se essencial refletir continuamente sobre as práticas e os desafios relacionados à gestão de M&A. Assim, este relato de experiência analisa a relação entre institucionalidades, processos e resultados, destacando as lacunas e oportunidades observadas na implementação desses processos no contexto da administração pública subnacional.

A partir da gestão do acompanhamento das ações e programas de governo, o texto apresenta uma análise sistemática dos desafios metodológicos e operacionais, com ênfase na governança de dados. A

perspectiva da equipe técnica, diretamente envolvida no monitoramento das ações orçamentárias, oferece um relato prático das dificuldades enfrentadas e das soluções adotadas. O estudo contribuirá para ampliação do debate sobre o acompanhamento no setor público, aprofundando discussões iniciadas por Pinto et al. (2022) quanto à importância, validade e centralidade do acompanhamento diante dos processos de M&A.

#### Referências

JANNUZZI, Paulo de M. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, v. 1, jan-jun 2011, p. 36-65.

PINTO, Fabiane Louise B.; JUNQUEIRA, Alexandre Vasconcelos; PRESÍDIO, Maria Aparecida F. de Almeida; ALMEIDA, Patrícia O. Borges da Silva. Acompanhamento da Gestão dos Serviços Públicos e Políticas Públicas, relato de uma experiência Subnacional. In: IX ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ANPAD, EnAPG 2022. São Paulo. Anais eletrônicos, 2022.

### **Título: 1084960 - Desafios para a incorporação das ações de M&A nos ciclos de planejamento e orçamento: experiência do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP)**

Autores: Amanda Lovatti Coelho Koffer, Katia Cesconeto de Paula, Juliani Nunes Campos Johanson, Pablo Silva Lira

Resumo: Monitoramento e Avaliação (M&A) são ferramentas indispensáveis para a operação de políticas públicas, ao medir e avaliar seu desempenho, subsidiando decisões a partir de informações fundamentadas cientificamente. Para que sejam efetivas, devem ser organizadas permitindo o acompanhamento, a validação e a fiscalização de seus processos, a fim de pactuar o aprimoramento das políticas públicas e o uso responsável dos recursos públicos. Nesse sentido, institucionalizado por Lei Estadual, o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP) objetiva subsidiar os entes responsáveis pelo planejamento estratégico do estado, com recomendações que tornem mais eficiente a alocação de recursos, de modo transparente aos atores interessados. Como previsto na legislação, o Sistema busca institucionalizar o M&A de forma coordenada e articulada ao ciclo orçamentário, aprimorar as políticas públicas do Poder Executivo Estadual, e melhorar a qualidade do gasto público. As políticas a serem avaliadas são definidas anualmente, vinculadas às áreas prioritizadas pelo Plano Plurianual estadual (PPA). A incorporação dos resultados das pesquisas no ciclo das políticas públicas, no entanto, é uma tarefa complexa. Desse modo, este artigo objetiva compreender como o SiMAPP contribui para cumprir as previsões de inserção do M&A no planejamento do Estado através do PPA e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para tanto, recorre à revisão bibliográfica e documental referente ao SiMAPP e aos conceitos, predisposições e estratégias vinculadas às ferramentas de planejamento, a fim de detalhar os processos necessários para a efetiva integração entre a cultura de

M&A e o cotidiano da gestão pública. O estudo contribui por evidenciar os desafios enfrentados para definição das áreas e políticas estratégicas consideradas nos planos de M&A, e, principalmente, à incorporação dos resultados do Sistema nos processos decisórios, com vistas ao seu aprimoramento. Além disso, reforça a estabilidade da estrutura de governança do Sistema, que garante o amparo das secretarias estratégicas do governo entorno das pesquisas em todas as suas etapas executivas. Desse modo, o artigo indica como indispensável o uso de evidências nos ciclos das políticas públicas, garantindo que sejam bem planejadas e implementadas, em benefício à sociedade.

### **Título: 1085222 - Avaliação de Políticas Públicas: Uma análise da institucionalização a partir das legislações do Ceará, Espírito Santo, Maranhão e Minas Gerais.**

Autores: Vitória Beatriz Lima Santos

Resumo: Avaliação de Políticas Públicas: Uma análise da institucionalização a partir das legislações do Ceará, Espírito Santo, Maranhão e Minas Gerais.

Resumo: A avaliação de políticas públicas é uma ferramenta essencial para verificar o desempenho das políticas executadas pelo estado e promover o seu aprimoramento. Contudo, ao investigar sua aplicação nos estados brasileiros, observa-se que a maioria deles não possui legislações específicas que regulamentem a avaliação de políticas públicas. Este trabalho tem como objetivo analisar a legislação de quatro estados (Maranhão, Ceará, Espírito Santo e Minas Gerais), que estabeleceram normativas claras para a avaliação de políticas públicas, definindo objetivos, estrutura de funcionamento, atribuições de pessoal (interno e externo ao estado), concepções sobre os conceitos orientadores da avaliação, participação social, períodos de avaliação e transparência dos resultados.

#### Objetivo:

Este estudo busca examinar como os estados selecionados estruturaram suas avaliações de políticas públicas, comparando as legislações de cada um. A pesquisa pretende identificar as semelhanças e diferenças nas abordagens adotadas, além de analisar a forma como os resultados das avaliações são utilizados e divulgados.

#### Metodologia:

A metodologia adotada para este trabalho será a análise de conteúdo das legislações pertinentes. Serão analisadas a Portaria Nº 13/2018 e o Decreto Nº 33.320/2019 (Ceará), a Lei Nº 10.744/2017 (Espírito Santo), a Lei Nº 11.630/2021 (Maranhão) e a Lei Nº 48.298/2021 (Minas Gerais).

#### Resultados:

Os resultados esperados incluem uma comparação detalhada das legislações dos quatro estados,

destacando as semelhanças e diferenças nas estruturas de avaliação de políticas públicas. O trabalho também visa examinar como os estados publicam, utilizam e divulgam os dados gerados pelos processos avaliativos.

## **Título: 1080615 - Difusão da cultura do M&A pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP): transparência e controle social**

Autores: Amanda Lovatti Coelho Koffer, Katia Cesconeto de Paula, Pablo Silva Lira, Michele Sampaio da Silva

Resumo: As ações de monitoramento e avaliação (M&A) são ferramentas essenciais para o planejamento e a gestão de políticas públicas, pois fornecem subsídio à tomada de decisões, com base em informações geradas por rigor científico. A sistematização dessas ações deve se determinar por uma estrutura organizada para medir e avaliar o desempenho das ações governamentais, mas, sobretudo, para que os resultados das pesquisas cheguem até os executores e beneficiários das políticas públicas. Um sistema que integra as práticas de M&A dentro da administração pública apresenta-se como vetor para embasar processos decisórios com informações confiáveis, para melhorar a transparência das ações do Estado e a prestação de contas à sociedade. O Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP) constitui o primeiro sistema de M&A institucionalizado por lei no Brasil, integrando processos com a participação de diversos agentes, que buscam garantir os benefícios gerados pela cultura de M&A. Por ele, busca-se estudar e compartilhar dados referentes às políticas públicas estratégicas do estado, a fim de promover eficiência e publicidade do gasto público, por ampla divulgação dos resultados alcançados. Considerando a importância do Sistema, este artigo objetiva explicitar os resultados gerados pelo SiMAPP e analisar suas estratégias de compartilhamento. Para tanto, procede-se à revisão bibliográfica e documental referente à participação social no aprimoramento de políticas públicas e ao SiMAPP, considerando os resultados alcançados e a comunicação desses dentro de sua estrutura de governança, para os gestores das políticas avaliadas e para a sociedade como um todo. Como contribuição do estudo, propõe compreender o compartilhamento dos dados, dos resultados e do andamento das pesquisas, relacionando produtos e ações estratégicas desenvolvidas dentro do Sistema. A partir dos resultados, pode-se concluir que o Sistema possui comprometimento com os objetivos aos quais se propõe, com constante apresentação de soluções e recursos para a melhoria da publicização dos resultados alcançados. Assim, constantemente incorpora processos internos e externos que fortalecem a governança institucional e a participação da sociedade na gestão pública por intermédio da fiscalização das políticas avaliadas, difundindo a cultura de M&A para além das instituições e laboratórios de pesquisa.



## **Título: 1085080 - DO PLANO DE GESTÃO AO PLANO PLURIANUAL EM UM ESTADO DO BRASIL: O PAPEL DO MONITORAMENTO NA TOMADA DE DECISÃO**

Autores: Alice Amélia Araújo Teixeira e Silva, Lara Castelo Branco Moura, Davi Leal dos Santos Barbosa, Bruna Iwata

Resumo: O estudo analisa a integração entre o monitoramento do Plano de Gestão e do Plano Plurianual (PPA) em um Estado do Brasil, destacando sua influência na tomada de decisão dos gestores públicos. A pesquisa parte do pioneirismo da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) na implementação de um Modelo de Gestão Estadual Avançada (MGE), estruturado em quatro fases: Mapa de Compromissos, Plano de Ação e Capacitação, Ferramentas de Acompanhamento e Reuniões de Monitoramento. O PPA 2024-2027 é abordado como principal instrumento de planejamento governamental, em conexão com a metodologia federal e estadual. O MGE adota princípios como adaptabilidade, transparência, eficiência e uso de tecnologia, promovendo uma gestão mais estratégica e orientada por resultados. O estudo evidencia como ferramentas como dashboards e softwares de suporte à decisão qualificam as informações para a escolha de políticas públicas mais eficazes, garantindo maior assertividade e controle na aplicação dos recursos. A pesquisa reforça a importância do monitoramento contínuo e da governança estruturada para aprimorar a gestão pública, consolidando o Estado como referência na modernização do planejamento estadual.

## **Título: 1079850 - Estudo de caso: os efeitos do monitoramento na implementação das políticas públicas eleitas em consulta popular.**

Autores: Herbert Klarmann, Ricardo Ott Junior, Leticia Lopes Santana, Cleuzimar Pereira Flores Berthes da Silva

Resumo: A consulta popular é um mecanismo que permite aos cidadãos participar diretamente das decisões sobre parte dos investimentos do orçamento estadual. Essa iniciativa promove a participação da população na definição e implementação de políticas públicas para atender as necessidades eleitas de cada região.

Por sua característica descentralizada, as políticas públicas eleitas em consulta popular são executadas preferencialmente por meio de convênios com Municípios ou Consórcios Públicos, o que facilita a concretização das propostas, pois permite a atuação em conjunto de diferentes esferas governamentais na realização de objetivos de interesse da sociedade.

Neste contexto, o monitoramento da fase de contratação dos convênios tem o objetivo de acompanhar o progresso dos projetos, medir prazos e desempenhos, e garantir a transparência e a eficácia na execução das iniciativas.

A aplicação do monitoramento está alicerçada em sistemas de informações, que facilitam o acompanhamento e permitem ajustes em tempo real, e reuniões de acompanhamento com os órgãos

executores, que são importantes para a troca de informações, a resolução de problemas e a coordenação das atividades.

A disponibilização de informações visa dar transparência e permitir o controle social, possibilitando que a população acompanhe o andamento dos projetos, fiscalize e cobre sua execução e a utilização dos recursos públicos de forma adequada e eficiente.

Como resultado do primeiro ano de implantação do monitoramento sobre a fase de contratação de convênios da consulta popular, observou-se uma melhora significativa no desempenho do processo, que em 2024 teve 191 convênios contratados e pagos no exercício orçamentário, representando um incremento de 54% frente aos 124 convênios firmados no ano anterior.

Também os recursos aplicados nas políticas públicas eleitas em consulta popular cresceram 52% em 2024 e alcançaram R\$ 21,0 milhões, sendo R\$ 7,2 milhões superiores aos R\$ 13,8 milhões executados em 2023.

Em resumo, o monitoramento na fase de contratação dos convênios da consulta popular é um processo contínuo que visa garantir a transparência, a eficiência e a participação cidadã na gestão dos recursos públicos buscando assegurar que as prioridades eleitas pela população sejam efetivamente realizadas, contribuindo para o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

## **Título: 1084865 - Gênero & Orçamento: Uma Proposta de Controle Social do Orçamento Geral da União pela Sociedade Civil**

Autores: WAGNER RICARDO DOS SANTOS, Enrico Moreira Martignoni

Resumo: O Brasil avançou muito na proposição de indicadores de monitoramento das despesas sob a perspectiva do controle fiscal. No entanto, o mesmo avanço não se verifica para as áreas de planejamento e implementação das políticas públicas em que a entrega de recursos orçamentários, adequados e suficientes e de forma tempestiva dentro do exercício fiscal, é de fundamental importância para políticas públicas eficientes e eficazes.

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de controle social da implementação das políticas de gênero a partir do monitoramento diário da execução das despesas fixadas na Lei Orçamentária de 2025. Para tanto, serão apresentados sete indicadores de monitoramento da execução da LOA: 1) esforço do Congresso em aprimorar a política pública; 2) acompanhamento dos créditos adicionais; 3) eficiência do planejamento das despesas; 4) eficácia na execução das despesas; 5) desembolso financeiro; 6) inscrição em restos a pagar não-processados; e 7) contingenciamento de recursos orçamentários.

Os dados da execução orçamentária são oriundos do portal Siga Br – Portal do Orçamento, mantido pelo Senado Federal, com atualizações diárias com dados do SIAFI. Os indicadores propostos são monitorados através de painéis de indicadores embarcados no software “PowerBI”, cujos valores

correspondem ao status da execução orçamentária até o dia anterior (D-1). Constituem uma proxy do andamento das políticas públicas de gênero, previamente selecionadas e constantes na LOA do exercício em curso, cabendo à sociedade civil cobrar das autoridades públicas esclarecimentos acerca dos gargalos na implementação dos programas e ações orçamentários.

O controle social é um pilar essencial para a consolidação das políticas públicas no Brasil, permitindo que a sociedade civil participe ativamente da fiscalização, avaliação e proposição de melhorias para as ações governamentais. Esse mecanismo fortalece a democracia participativa, especialmente em áreas sensíveis como os direitos humanos e as políticas de gênero. E está previsto tanto na Constituição Federal de 1988 como na LRF e na Lei de Acesso à Informação. Constituem importantes mecanismos de accountability e promoção da transparência.

### **Título: 1085033 - IEPSTGov: Índice de Eficácia dos Programas Sociais Governamentais, instrumento de monitoramento e avaliação, e de controle social**

Autores: Jéssica Gomes Lima, Jean Samuel Rosier

Resumo: O processo de planejamento exige análise das ações governamentais, para o alcance de metas e objetivos, assim a utilização de instrumentos de monitoramento e avaliação tornam-se essenciais para a transparência e controle social. Desse modo, este trabalho tem como objetivo verificar a eficácia na gestão de programas sociais governamentais, por meio de um índice que identifique a transparência e a equidade.

A partir da aplicação da fórmula do Índice de Eficácia dos Programas Sociais Governamentais (IEPSTGov) obteve-se 0,24 como resultado para Santa Catarina sendo o segundo colocado entre os três estados da região Sul. Isso significa que a eficácia dos programas sociais governamentais na redução da desigualdade tem sido muito baixa com os valores do pilar equidade praticamente nulas.

Os índices são chamados de indicadores sintéticos, pois derivam de operações realizadas com indicadores e retratam o comportamento médio das dimensões consideradas (Andrade et al, 2010). A metodologia utilizada para desenvolver o IEPSTGov é baseada no trabalho realizado pelos pesquisadores Oliveira e Pisa (2015). É possível testar a metodologia apresentada pelos autores em diferentes situações e contextos. A fórmula simplificada do IEPSTGov utilizada neste trabalho é o seguinte:

Equações para cálculo do IEPSTGov:

$$\text{Equação 1: IEPSTGov} = iT * P_i + iE * P_i$$

$$\text{Equação 2: } iT = (\% \text{ Famílias acompanhadas} * P_1) + (\% \text{ Famílias c/CadÚnico atualizado} * P_2) \quad (P_1 = 0,7; P_2 = 0,3)$$

$$\text{Equação 3: } iE = (\% \text{ Índice Gini} * P_3) + (\% \text{ PIB per Capita} * P_4) \quad (P_3 = 0,6; P_4 = 0,4)$$

Onde:

IEPSTGov = Valor Índice de Eficácia dos Programas Sociais Governamentais

iT = Valor do Indicador da Transparência.

iE = Valor do Indicador da Equidade

Pi = Peso atribuído a cada indicador no Índice (0,50)

A escala de avaliação do IEPGov varia entre 0 e 1 com 4 níveis entre excelente e muito baixa.

Referências

ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges De; VAITSMAN, Jeni; FARIAS, Luis Otávio. Metodologia de elaboração do Índice de Responsividade do Serviço (IRS). Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2010.

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; PISA, Beatriz Jackiu. IGovP: índice de Avaliação da Governança Pública — Instrumento de Planejamento do Estado e de Controle Social pelo Cidadão. Rio de Janeiro: Rev. Adm. Pública, 2015.

MICHENER, Greg; BERSCH, Katherine. Identifying transparency. Information Polity, v. 18, n. 3, p. 233-242, 2013.

## **Título: 1085063 - Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Pública: a implementação do ISM como Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável**

Autores: André Luís Borges Martins, Cintia de Castro Garcia Martins, Márcio Glayton Araújo Grangeiro, André d'Arce Cerri

Resumo: O ordenamento jurídico brasileiro define desenvolvimento sustentável a relação ótima entre meio ambiente, produção de bens e serviços e qualidade de vida humana para as atuais e futuras gerações. Nesta direção, indicadores de sustentabilidade são instrumentos para identificar e medir aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, os quais traduzem de forma mensurável aspectos deste conceito, tornando-o operacional para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Este estudo detalha o processo de implementação do Indicador de Sustentabilidade dos Municípios (ISM), conforme estabelecido pela legislação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, como instrumento de controle e edição de políticas públicas de investimentos para o desenvolvimento sustentável. No artigo são descritos os processos de aferição dos índices temáticos que compõem o índice de sustentabilidade, bem como técnicas de agregação dos indicadores por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA), utilizada para medir a eficiência de unidades tomadoras de decisão, como Estados e Municípios. Ainda, são descritos os desafios para inserção do indicador ao ciclo de políticas públicas estaduais, abrangendo suas etapas de formulação, monitoramento e avaliação. Os resultados indicam contexto institucional favorável à implementação do ISM e sua integração ao ciclo de políticas do Estado. A aferição dos índices demonstra desenvolvimento sustentável de médio padrão em comparação aos demais estados da federação, destacando vantagens relativas ao nível de pressão antrópica, contudo, ainda enfrentando desafios socioeconômicos e de capacidade política institucional.

## **Título: 1080058 - DETERMINANTES DA ADOÇÃO DA LINGUAGEM SIMPLES NO SETOR PÚBLICO**

Autores: Maria dos Santos Marques, Keuler Hissa Teixeira, Thaís Letícia Silva dos Santos, Pedro Henrique de Souza

Resumo: A adoção da Linguagem Simples na administração pública tem se consolidado como uma estratégia essencial para aprimorar a transparência, o monitoramento e a avaliação de programas governamentais, além de fortalecer a participação e o controle social em processos de planejamento e orçamento. Este estudo investiga os fatores determinantes para a motivação dos servidores públicos na adoção dessa prática, com foco em características individuais, nível de conhecimento e capacitação. Utilizando um modelo econométrico Logit, foram analisados dados coletados junto a servidores de um órgão público entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. Os resultados indicam que a motivação dos servidores está diretamente associada ao nível de conhecimento sobre a Linguagem Simples, sendo essa relação mais significativa entre aqueles com conhecimento elevado. Além disso, servidores na faixa etária de 50 a 59 anos apresentaram maior probabilidade de adoção da prática, sugerindo que a experiência profissional pode influenciar positivamente essa motivação. Em contrapartida, a capacitação formal nos últimos quatro anos não se mostrou um fator estatisticamente significativo, indicando a necessidade de reavaliação das metodologias de formação utilizadas. A pesquisa reforça a importância da disseminação de boas práticas e de programas de capacitação contínuos para fomentar a aplicação efetiva da Linguagem Simples no setor público. Ao garantir a clareza das informações divulgadas, essa abordagem contribui diretamente para o aprimoramento da gestão da informação e para o acesso qualificado da sociedade a dados sobre planejamento e orçamento público, fortalecendo a governança democrática e a eficiência na tomada de decisões governamentais.

## **09. Governança, federalismo, liderança, comunicação e articulação entre poderes, atores e entes na condução dos processos de planejamento e orçamento**

### **Título: 1084441 - Governança orçamentária e financiamento de políticas públicas: desigualdades alocativas estaduais na educação**

Autores: Yasmin de Sousa Pinheiro

Resumo: O orçamento público reflete os conflitos distributivos inerentes à elaboração e implementação de políticas públicas, especialmente em um contexto federativo como o brasileiro, marcado por desigualdades arrecadatórias entre os entes federativos. Essas disparidades tornam a governança

orçamentária — as regras formais e informais, a multiplicidade de atores relevantes e os níveis decisórios envolvidos nas escolhas alocativas — um elemento central para a redução de desigualdades no financiamento de políticas sociais, como a educação. Este estudo tem como objetivo analisar como a governança orçamentária estadual influencia a redução ou ampliação das desigualdades alocativas no financiamento da educação. A metodologia combina a análise quantitativa e qualitativa de instrumentos orçamentários estaduais, entre 2016 e 2023. Os dados orçamentários, provenientes do Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação) e Lei de Acesso à Informação (LAI), evidenciam a desigualdade orçamentária-financeira na educação, a partir da observação do comportamento das receitas e despesas ao longo dos anos analisados. A análise qualitativa baseia-se na revisão de legislações orçamentárias pertinentes à educação e documentos oficiais dos entes. Os resultados indicam que, embora alguns estados tenham aumentado sua arrecadação no pós-pandemia, a conversão dessas receitas em investimentos educacionais permanece desigual. Há diferenças significativas nos percentuais de comprometimento orçamentário, nos níveis de execução financeira e no gasto médio por aluno. Essas disparidades evidenciam desafios para a equidade na educação e sugerem a necessidade de ajustes no modelo de governança orçamentária para evitar que mudanças recentes no federalismo fiscal aprofundem desigualdades preexistentes, mas sim, combatam disparidades no financiamento de políticas sociais.

## **Título: 1079688 - Transparência e monitoramento digital das metas prioritárias do Governo**

Autores: Maria Tereza Wichocki Monteiro, Sandro Brandão, Patrícia Soares Duarte, Luiz Henrique Martins Fanti

Resumo: O monitoramento eficiente das políticas públicas é essencial para a gestão estratégica do governo. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado determina a realização de audiências públicas semestrais, onde os resultados das ações prioritárias finalísticas devem ser apresentados.

Em nosso Estado, a execução do Plano de Trabalho Anual (PTA), que detalha as políticas públicas do Plano Plurianual a cada ano, era acompanhada por processos manuais, dificultando a consolidação e a transparência das informações. Cada órgão era responsável por elaborar suas apresentações para prestação de contas em audiência pública, o que gerava inconsistências nos dados, falta de padronização e alto tempo de preparação e de apresentação dos resultados.

Para modernizar essa prática, foi instituído um processo digital de monitoramento, permitindo que o desempenho das ações e metas físicas fossem registrados e acompanhados de forma digital. O sistema centraliza informações e fornece painéis interativos de Business Intelligence (BI), eliminando a necessidade de apresentações individuais e garantindo mais precisão e transparência na gestão das políticas públicas.

A implementação seguiu um modelo metodológico estruturado, envolvendo a integração de sistemas, o redesenho dos processos de monitoramento e a capacitação dos gestores responsáveis pelo preenchimento e análise dos dados.

Os impactos da iniciativa são significativos, como: a) redução de burocracia, com automatização da coleta e apresentação dos dados; b) maior transparência, permitindo que gestores e cidadãos acessem as informações diretamente nos painéis interativos; c) otimização do tempo, eliminando a necessidade de apresentações manuais e consolidando dados em um ambiente digital unificado; d) fortalecimento da governança, com dados padronizados e alinhados às exigências da Assembleia Legislativa e órgãos de controle.

Essa inovação transformou o monitoramento do PTA em nosso Estado, consolidando um modelo digital eficiente e replicável, alinhado às melhores práticas de planejamento e gestão pública baseada em dados.

### **Título: 1084243 - Sistema de Monitoramento de Convênios (SMC): implementação de ferramenta estratégica para a governança e articulação entre entes federativos na gestão de convênios com os municípios**

Autores: Daniela Canepa,rafael gregianin,Carolina Mór Scarparo

Resumo: O Sistema de Monitoramento de Convênios (SMC) representa um avanço estratégico na governança e gestão dos convênios firmados entre o Estado do Rio Grande do Sul e os municípios, promovendo maior transparência, eficiência e controle sobre a execução de recursos públicos. O decreto que institui o SMC foi assinado pelo governador do estado do Rio Grande do Sul em 14 de março de 2023, durante a Assembleia de Verão da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), marcando um passo significativo na modernização da administração pública estadual. A ferramenta foi concebida para centralizar o acompanhamento dos convênios na plataforma Portal de Convênios e Parcerias, desenvolvida a partir da colaboração entre a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), o Gabinete do Governador e o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A (Procergs). Com essa unificação, o SMC permite um monitoramento aprimorado, oferecendo dashboards modernos que consolidam informações sobre a execução física e financeira dos convênios, status das obras e registros fotográficos. A nova plataforma oferece previsibilidade quanto à conclusão das obras e permite uma resposta mais ágil e coordenada entre os entes federativos na resolução de desafios administrativos. Outro diferencial do SMC é a simplificação do processo de prestação de contas, que passa a ser realizado de maneira unificada e digitalizada, reduzindo a burocracia e aumentando a confiabilidade das informações. A cada mês, os municípios devem atualizar o sistema com dados sobre seus convênios, permitindo um acompanhamento em tempo real pelo governo estadual. Essa sistematização facilita a

transição de gestões municipais, garantindo continuidade e transparência na execução de políticas públicas. O desenvolvimento e implementação do SMC envolveram capacitação técnica para fiscais de convênios e servidores municipais, promovendo uma atuação preventiva e mitigadora de riscos na execução dos projetos. Dessa forma, o SMC se configura como um instrumento inovador para a governança interinstitucional, fortalecendo a relação entre Estado e municípios, melhorando a transparência e contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento regional.

### **Título: 1079513 - Reconstruindo o Planejamento no Estado: a recriação da Seplan**

Autores: PEDRO HENRIQUE MARAFELLI DA COSTA, Isadora Britto Bastos

Resumo: Desde 2018 o Governo do Estado não contava com uma Secretaria de Planejamento. Em um contexto de crise fiscal do estado, o processo orçamentário foi concentrado na Secretaria de Estado da Fazenda e o planejamento governamental ficou sob responsabilidade de uma superintendência vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil. A ausência de uma entidade central de planejamento comprometeu a capacidade do governo de formular e coordenar políticas públicas de maneira integrada e alinhada aos objetivos estratégicos e de longo prazo. Esse contexto de desarticulação do planejamento pode ser visto também como o ápice de um processo mais longo de desvalorização dessa função no estado. Processo que se refletiu, ao longo do tempo, na baixa valorização e qualificação dos técnicos que atuam na área e pôde ser observada também pela própria condução em relação aos instrumentos de planejamento e aos processos de elaboração, monitoramento e avaliação dos mesmos. Além disso, a ausência de ferramentas tecnológicas adequadas para o gerenciamento dos planos, programas e projetos do governo contribuía para agravar tal desvalorização. Essa situação começou a mudar a partir de 2023. Uma das primeiras iniciativas do governo empossado foi implementar um Modelo de Governança Estratégica Integrada. Paralelo a isso, foi preciso reconstruir a função estratégica do planejamento no estado, a partir de um órgão central. De início, o processo foi coordenado pela Secretaria de Estado da Casa Civil, através da Assessoria de Gestão Estratégica – AGE e da Superintendência de Planejamento e Gestão de Resultados – Superplan. Diante da relevância concedida ao planejamento governamental pela nova gestão, foi criada, através da publicação da Lei Estadual nº 9.373, de 15 de janeiro de 2024, a Secretaria Especial de Planejamento Orçamento, e Inovação (Seplan), que passa a figurar como órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo. A recriação da Seplan teve impactos ainda em outras áreas da atuação governamental, mais especificamente no ecossistema de inovação e no desenvolvimento regional. No entanto, nosso objetivo aqui é relatar o processo de reconstrução da função do planejamento no estado, a partir da recriação de um órgão central atuando de forma sistêmica.



## **Título: 1079284 - Plano Plurianual 2016-2019: gestão orientada a resultados em ambiente de ajuste fiscal**

Autores: Marcio Bastos Medeiros

Resumo: O Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 foi elaborado com foco na gestão orientada a resultados em um contexto de ajuste fiscal. Sua formulação baseou-se no planejamento estratégico de longo prazo do estado, que foi construído com ampla participação da sociedade civil e do setor privado e influenciou fortemente sucessivos PPAs, garantindo continuidade e coerência nas políticas públicas, independente da alternância de governos.

O modelo de planejamento organizou estratégias para o mandato governamental, alinhadas aos desafios e promessas de campanha e às diretrizes de desenvolvimento de longo prazo.

A gestão do PPA foi aprimorada com a adoção de um Escritório de Projetos (PMO), responsável pelo monitoramento de projetos estratégicos e padronização de processos de governança. Esse modelo facilitou a articulação entre órgãos governamentais e garantiu execução mais eficiente das ações planejadas.

Diante das restrições fiscais iniciais, o governo adotou medidas rigorosas de controle orçamentário, incluindo revisão das projeções de receita e contenção de gastos. Também foi estabelecido acordo com outros poderes e órgãos autônomos para garantir previsibilidade na distribuição de recursos, reduzindo conflitos na alocação orçamentária.

A programação do PPA definiu prioridades com base na arrecadação projetada, garantindo planejamento mais realista e eficiente. Para fortalecer a transparência e participação social, houve audiências públicas presenciais e virtuais, ampliando o envolvimento popular na definição de prioridades governamentais.

O uso do Plano Orçamentário (PO) nos orçamentos permitiu maior flexibilidade na programação orçamentária e integração com a estratégia de governo e a gestão do PPA, garantindo melhor rastreabilidade dos recursos públicos.

A implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP) consolidou uma abordagem estruturada para avaliação das políticas implementadas, promovendo decisões baseadas em evidências.

Assim, o PPA 2016-2019 se destacou pelo alinhamento estratégico, rigor fiscal e aprimoramento dos mecanismos de planejamento e monitoramento, fortalecendo a comprovada capacidade de entrega de resultados à sociedade.

## **Título: 1079594 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL: Uma proposição para o fundamento ético do planejamento Matusiano**

Autores: Matheus Roberto Cunha de Castro

Resumo: O planejamento público é um elemento fundamental na busca de soluções para problemas de alta complexidade, como, por exemplo, a desigualdade social, os eventos climáticos severos ou o déficit habitacional. Na Administração Pública brasileira, o endereçamento destes problemas está ligado aos planos e programas de governo, os quais são estabelecidos por meio de leis de iniciativa do poder executivo, com destaque para a lei que institui o Plano Plurianual (PPA) da união, dos estados e dos municípios a cada quadriênio. O componente ético que emerge deste processo tem origem na forma de planejamento adotado pelos gestores públicos, que sob o manto da discricionariedade e dos limites legais se permitem a escolha de abordagens tradicionais, cujas características demonstram falta de alteridade e compreensões controversas sobre o sujeito planejamento. Diante deste cenário, o objetivo deste ensaio foi desenvolver um argumento original que inaugure a discussão sobre o fundamento ético do Planejamento Estratégico Situacional de Carlos Matus. O texto parte do questionamento sobre viabilidade da ideia de um planejador ideal, que opera de forma isolada a partir de um diagnóstico inicial e da compreensão absoluta e perfeita da realidade, esquadrinhando o contexto social a fim de projetar soluções calculadas e precisas para um futuro altamente determinado. Diante do exposto, a tese defendida foi a de que o planejamento público pode ser capaz de incorporar a alteridade em seu processo de elaboração, reconhecendo em sua forma a existência do Outro, a partir do entendimento sobre atores sociais encontrado em Carlos Matus. O que se pretendeu foi tensionar os alicerces teóricos do planejamento Matusiano e gerar uma proposição inicial não definitiva para o seu fundamento ético, partindo de uma compreensão do planejamento além do que já se discutiu sobre o seu pragmatismo dado por métodos tradicionais e do que se tem como verdade sobre o planejar no setor público.

## **Título: 1080172 - Liderança na Administração Pública: Um Caminho para a Eficiência e a Inovação no Setor Público.**

Autores: MARIA RAQUEL DE VASCONCELOS GOMES SOARES, Christiane Ferreira de Carvalho

Resumo: No setor público moderno, a gestão tem adotado uma abordagem orientada para resultados, buscando aprimorar o desempenho, aumentar a eficiência no uso dos recursos e fortalecer a responsabilização governamental. Para qualificar o processo decisório e ampliar sua efetividade, a Governança Pública — entendida como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle — visa maximizar a entrega de resultados à sociedade, tanto em serviços quanto em políticas públicas. Nesse contexto, a liderança é um dos pilares fundamentais da boa governança, estando ambas interdependentes: a eficácia da governança depende da qualidade da liderança. Assim, uma governança pública eficiente exige uma cultura organizacional estimulante e lideranças engajadas. A liderança desempenha um papel central na mobilização de pessoas, no alinhamento de objetivos estratégicos e no fortalecimento do comprometimento organizacional para a implementação de políticas de governança mais eficazes. No entanto, persistem desafios como a resistência à mudança, a necessidade de revisão de processos e a predominância de modelos de liderança rígidos e burocráticos,

que dificultam a construção de uma governança pública inovadora e sustentável.

Este estudo adota o protocolo Methodi Ordinatio para a seleção e análise de artigos, utilizando as bases Google Acadêmico e SciSpace, com palavras-chave estratégicas e operadores booleanos para refinar os resultados. Os artigos foram ranqueados considerando o fator de impacto, número de citações e ano de publicação. Além disso, foi realizada uma análise qualitativa dos estudos mais relevantes, identificando padrões, lacunas e contribuições para o campo da liderança na governança pública.

Conclui-se que aprofundar o debate sobre o papel da liderança na modernização da gestão pública e na melhoria da governança é essencial para consolidar essa abordagem e fortalecer a eficiência na prestação de serviços à sociedade.

## **Título: 1082012 - Governança pública: Modelagem de Processos para Mitigação dos Riscos Corporativos - Experiências e Desafios da Comissão de Controle Interno e Risco Corporativo de um Hospital Universitário**

Autores: Felipe Augusto Santana de Oliveira

Resumo: A probabilidade de ocorrência de fatos e situações adversas que comprometem o atingimento de objetivos institucionais determina o grau do risco corporativo em uma organização. A Governança Corporativa trata desses riscos através de atividades e ferramentas sob a denominação de compliance, ou política de conformidade. Nos órgãos públicos, a gestão do risco corporativo é um campo incipiente, mais ainda nos hospitais públicos. O Hospital Universitário, objeto de análise do presente trabalho, conta com uma Comissão de Controle Interno e Risco Corporativo (CCI), instituída com a finalidade de gerir o risco corporativo da instituição. A CCI, durante o regular cumprimento de suas atividades, identificou um grave gargalo na comunicação organizacional, dificultando os processos de gestão e fiscalização de contratos e investigação de fatos irregulares. Para tanto, foi realizado um estudo descritivo, pois seu objetivo primordial é a descrição das características de determinado objeto e o estabelecimento de relações entre variáveis estudadas, indo além da simples identificação da existência de relação entre variáveis e buscou ainda identificar e analisar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. A fim de mitigar o risco consequente das falhas de comunicação, o presente relato técnico sugeriu alterações: i) na arquitetura do processos de nomeação de gestores e fiscais de contratos; ii) na arquitetura do processo de nomeação de comissões de investigação preliminar; iii) na arquitetura do juízo de admissibilidade de fato potencialmente irregular; iv) na arquitetura da investigação preliminar de fatos potencialmente irregulares; v) sugestões de ajustes na política de conformidade do Hospital; vi) mapeamento de todos os processos com nova arquitetura. Além disso, reforçou-se a necessidade de maior enforcement pela gestão do Hospital, de maneira a garantir a observância dos normativos vigentes e efetividade das mudanças sugeridas pela Comissão de Controle Interno e Risco Corporativo.

## **Título: 1080116 - Governança de riscos e de desastres no Brasil: uma experiência multinível**

Autores: Daiane Boelhouver Menezes, Gabriel Ribeiro Fajardo, Fernando Preusser de Mattos

Resumo: Os desastres climáticos têm se tornado cada vez mais recorrentes no Brasil, com impactos significativos sobre populações vulneráveis, infraestrutura e economia. Esse fenômeno está em consonância com as tendências globais apontadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que destaca a intensificação de eventos extremos devido às alterações climáticas. Após a ocorrência de desastre climático de grande magnitude, novas estruturas executivas e de governança foram implementadas para viabilizar ações de resposta, recuperação e resiliência na região. Este artigo tem como objetivo descrever o processo de criação dessas estruturas, analisando suas bases institucionais, formas de deliberação, instâncias de participação social e mecanismos de financiamento de projetos. A abordagem metodológica baseia-se em uma análise documental e estudo de caso, com ênfase nas estratégias de governança multinível e no engajamento de múltiplas partes interessadas na formulação de políticas públicas voltadas à gestão de riscos e desastres.

Em relação à participação social, a estrutura de governança instituída possui tanto um fórum com representação da sociedade civil, permitindo maior controle social e transparência na tomada de decisões, quanto um fórum científico, responsável por subsidiar a formulação de políticas baseadas em evidências, alinhando-se às boas práticas de gestão pública orientada pelo conhecimento técnico e acadêmico. A literatura sobre governança adaptativa destaca a importância dessa complementaridade entre conhecimento técnico e participação social para garantir soluções sustentáveis e legitimidade na implementação das ações.

A estrutura analisada envolve a articulação entre os governos federal, estadual e municipal, configurando um modelo de governança colaborativa que pode servir de referência para outras regiões. A experiência estadual estudada demonstra a importância da coordenação interinstitucional e da continuidade das ações, evitando respostas sobrepostas, fragmentadas e de curto prazo.

Assim, contribui-se para o debate sobre governança de riscos e desastres no Brasil, destacando elementos estruturantes que podem ser incorporados a modelos permanentes de gestão, fortalecendo a resiliência socioambiental e a construção de políticas públicas mais eficazes diante da crescente ameaça representada pelos desastres climáticos.

## **Título: 1079611 - FORTALECENDO A GOVERNANÇA EM SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DA SES/CEGO NA CAPACITAÇÃO DE EQUIPES MUNICIPAIS PARA QUALIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO SUS**

Autores: Giselda Melo Fontes Silva, ELIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, DAVI ROGERIO FRAGA DE SOUSA, Gêssica Uruga Oliveira

Resumo: Este estudo apresenta a experiência da Secretaria de Estado da Saúde de CEGO (SES/CEGO) na qualificação de equipes municipais de saúde para a elaboração, o monitoramento e avaliação de seus instrumentos de planejamento, visando fortalecer a governança e a gestão descentralizada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é demonstrar como a Diretoria de Planejamento da SES/CEGO, por meio de uma estratégia abrangente de capacitação, monitoramento e articulação interinstitucional, tem promovido a qualificação de gestores e técnicos municipais e o engajamento dos conselhos de saúde. A iniciativa consiste na realização anual de duas oficinas presenciais, direcionadas às necessidades dos municípios: no primeiro semestre, as atividades são voltadas para o planejamento, com ênfase no uso do sistema DigiSUS Gestor Módulo Planejamento (DGMP) e na elaboração dos planos municipais de saúde, programação anual de saúde e relatórios quadrimestrais e anual de gestão; no segundo semestre, o foco recai no monitoramento da elaboração dos instrumentos de planejamento, sua disponibilização no DGMP, e na superação de lacunas identificadas na primeira capacitação. Um diferencial da estratégia é a premiação dos municípios que apresentam desempenho satisfatório no cadastramento e na atualização dos instrumentos no DGMP, além da valorização dos conselhos municipais engajados no processo. Durante as oficinas de monitoramento, a SES/CEGO apresenta boletins de desempenho detalhados por município, promovendo transparência e fomentando a troca de boas práticas. A articulação com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS/CEGO) e a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde (SEMS) tem sido essencial para o êxito das ações. Conclui-se que, ao combinar capacitação técnica, monitoramento contínuo, estímulos à participação e articulação interinstitucional, a experiência da SES/CEGO contribui com avanços significativos na gestão descentralizada, na efetividade das políticas públicas de saúde e na cultura de monitorar e avaliar sistematicamente para qualificar os processos de trabalho.

## **Título: 1085122 - Gestão do Turismo no Estado do Pará: Planejamento e Orçamento das Ações da SETUR-PA no Plano Plurianual do Estado.**

Autores: Marcel Assis Batista do Nascimento, Beatriz Teixeira Barbosa

Resumo: Este artigo analisa as ações da Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR-PA) no Plano Plurianual (PPA) 2024/2027, com o objetivo de discutir a relação entre planejamento e orçamento público para o desenvolvimento do turismo no estado. O turismo é um setor chave para o desenvolvimento

econômico e territorial, e sua gestão eficaz requer a integração de elementos que promovam um avanço social e sustentável. Nesse contexto, o artigo destaca a importância do planejamento estratégico, com foco no orçamento, para garantir que as ações de turismo atendam às necessidades locais e contribuam para o desenvolvimento sustentável das regiões com potencial turístico. A análise do PPA revela que, embora o estado do Pará esteja alinhado com a diretriz nacional de promover o turismo sustentável, as ações estão majoritariamente voltadas para o turismo de massa, como o turismo de Sol e Praia e a chegada de cruzeiros, com menor apoio ao Turismo de Base Comunitária (TBC). A pesquisa também examina a distribuição do orçamento destinado ao turismo nas diversas regiões de integração do estado, evidenciando disparidades significativas. O estudo mostra que o planejamento orçamentário no Pará precisa ser mais equilibrado, priorizando a inclusão das comunidades locais e o desenvolvimento de práticas turísticas sustentáveis, alinhadas com o conceito de desenvolvimento endógeno. A partir dessa análise, é possível perceber que o planejamento e o orçamento público são elementos cruciais para a efetividade das políticas de turismo, sendo necessário um ajuste nas ações de forma a garantir o desenvolvimento territorial e a participação das comunidades locais nas decisões estratégicas, no estado do Pará.

### **Título: 1075892 - Frases comumente ditas por servidores públicos reflexões à luz de teorias em políticas públicas.**

Autores: Clarice Marinho, Thaís Rocha

Resumo: No meio burocrático brasileiro atual, é comum escutar de servidores públicos algumas frases que expressam angústia em relação à evolução das iniciativas em seus órgãos, tais como “esse assunto não é prioridade, então não vai andar” ou “depende da decisão do (a) chefe, não se pode fazer nada”.

Neste artigo reflete-se sobre a adequabilidade dessas expressões a partir da apresentação de referencial teórico em políticas públicas, com foco nos tópicos sobre a formação da agenda governamental. A fundamentação baseia-se nos autores: Chiavenato (1997); Saraiva e Ferrarezi (2006); Kingdom (1995); Cohen, March e Olsen (1972); Choo (2003); e Rua (1998). Tais teorias são utilizadas para explicar os principais conceitos da argumentação desse artigo, como: tomador de decisão, agenda do tomador de decisão, distinção entre participantes visíveis e invisíveis; teoria dos múltiplos fluxos; policy entrepreneurs; anarquia organizada; mecanismo decisório. Desse modo, com base nesses referenciais, evidencia-se que determinadas críticas do servidor ao funcionamento da Administração Pública muitas vezes é resultante da incompreensão de dinâmicas próprias das políticas públicas.

Acredita-se que a propagação desse conhecimento possa auxiliar servidores públicos na compreensão de processos vivenciados cotidianamente, minimizando os sentimentos de frustração e proporcionando melhor desempenho e insights inovadores no trabalho a ser realizado, com potencial para impactar

positivamente a atuação dos órgãos públicos no atendimento às demandas da população.

Foi adotada abordagem teórico e reflexiva, na qual se analisou de forma qualitativa e crítica recortes da linguagem repetidamente verbalizada no ambiente burocráticos, com base nas teorias dos autores mencionados. Os principais resultados são a desconstrução de frases comuns no ambiente de trabalho no serviço público, a importância do conhecimento técnico e o reconhecimento da complexidade do ambiente no qual se processam políticas públicas.

### **Título: 1084254 - Estratégias de fortalecimento da cultura de planejamento**

Autores: José Alberto Araújo Barreto, Elaine Almeida de Jesus Barroso

Resumo: O fortalecimento da cultura de planejamento na administração pública é essencial para transformar políticas públicas em ações concretas que melhorem a qualidade de vida da população. No âmbito do Poder Executivo estadual, essa cultura deve envolver não apenas a elaboração do plano estratégico no início da gestão, mas também um monitoramento contínuo e a implementação de mecanismos eficazes de governança.

Para garantir esse fortalecimento, é fundamental o envolvimento ativo de todos os atores que compõem a estrutura administrativa do Estado. No Executivo estadual, com mais de 50 unidades setoriais entre administração direta e indireta, o monitoramento acontece de forma sistemática, por meio de reuniões quinzenais nesses órgãos, acompanhando o andamento de mais de 750 metas estratégicas. Entre os Objetivos Estratégicos do Estado, destaca-se a implementação de um modelo de governança para resultados, dentro do qual uma importante iniciativa já realizada foi a criação da Rede Estadual de Planejamento e Orçamento.

A Rede é composta por todos os Diretores de Planejamento das unidades e seus suplentes. Em encontros bimestrais, são discutidos temas relacionados ao planejamento e monitoramento, além da realização de painéis voltados à capacitação das equipes. Essa rotina fortalece o acompanhamento contínuo das ações estratégicas e mantém o planejamento como prioridade nas unidades setoriais. Como resultado, a cultura de planejamento se consolida no Estado, garantindo maior eficiência na implementação das políticas públicas e, conseqüentemente, impactos positivos na vida da população.

### **Título: 1080440 - Efeitos dos Fundos da Infância e Adolescência (FIA) e dos Fundos da Pessoa Idosa (FPI) sobre as capacidades federativas de financiamento de programas e projetos: equalização ou concentração de recursos?**

Autores: Wanderson Felício de Souza

Resumo: Os Fundos da Infância e Adolescência (FIA) e os Fundos da Pessoa Idosa (FPI), geridos por seus respectivos conselhos de políticas públicas, favorecem a equalização de capacidades federativas – estaduais e municipais – para o financiamento de políticas, programas e projetos direcionados aos seus públicos? Argumentamos que, no âmbito dos estudos sobre os efeitos das instituições participativas (IPs) nas políticas públicas, os fundos são uma variável importante tanto para entender o processo de descentralização fiscal, visto que condicionam fluxos intergovernamentais de recursos financeiros, quanto de descentralização de políticas, pois podem ser objeto de incidência deliberativa dos conselhos, a depender do setor examinado. Diagnósticos empíricos como o proposto podem revelar importantes efeitos fiscais-administrativos das IPs sobre o planejamento e orçamento governamental, pois diferentes performances na arrecadação de recursos exigem distintas interlocuções entre os conselhos/fundos e o processo orçamentário.

Trata-se de um estudo quantitativo complementado por análise documental, desenvolvido em três fases: i) levantamento e tratamento de dados relativos à atividade econômica dos estados brasileiros, suas capacidades fiscais (receitas totais e próprias), transferências constitucionais obrigatórias – Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – e o montante de recursos mobilizados pelos FIAs e FPIs por estado; ii) análise exploratória, buscando por correlações entre os dados e variáveis; e iii) apresentação dos resultados por meio de estatística descritiva. É considerado o período de 2013 a 2021, de forma a abranger a mesma disponibilidade de dados de todas as fontes para todo do período.

Os resultados mostram que os FIAs e FPIs, geridos pelos seus respectivos conselhos, não favorecem a equalização federativa de capacidades de financiamento das políticas direcionadas aos seus públicos. Pelo contrário, observa-se um padrão de concentração de recursos financeiros nas regiões e estados mais ricos do país. São discutidos alguns caminhos para o desdobramento da análise, entre eles: a regularidade institucional de conselhos e fundos junto à receita federal; a densidade associativa nos entes federativos; e as fontes de recursos (benefício fiscal disponível e número de doadores) por unidade federativa.

## **Título: 1079505 - Diagnóstico, análise e aperfeiçoamento do Poder Legislativo de Pequenos Municípios - uma proposta de agenda reformista**

Autores: Rodrigo Zara

Resumo: Ao levantar o tema, “reconstrução do planejamento nacional”, é importante trazer à tela, linhas de raciocínio que evidenciam a necessidade do aperfeiçoamento institucional do Estado Brasileiro, na reforma e estabelecimento dos dispositivos que garantam um planejamento e execução impessoal, imparcial e técnica. “As instituições não existem, o que há, na verdade, são pessoas”, foi a provocação que a professora Lucia Helena Galvão, fez em 2023 no Senado Federal. Necessário, então, estabelecer melhores dispositivos institucionais e bons incentivos que fortaleçam o funcionamento dos freios e



contrapesos, com efetiva elaboração, aprovação e execução do orçamento público, com constante aferição de qualidade e eficiência.

Objetiva-se neste trabalho, afunilar este olhar e chamar a atenção para as câmaras municipais, instituições fundamentais na aprovação e fiscalização de orçamentos municipais, e na composição do federalismo brasileiro e que muito interfere na governança pública, porém, em geral, com baixa capacidade técnica - sobretudo, as de pequenos municípios.

As câmaras no Brasil, em 2023, consumiram R\$ 23,7 bilhões do orçamento, resultando em um gasto médio por habitante de R\$ 116,78. Em pequenos municípios, tem-se algumas provocações como a do TCE-SP que apontou um gasto médio de R\$ 83,32; enquanto na menor cidade do estado, Borá, com 839 habitantes, o gasto chegou a R\$ 925,53. Considerando que 87,8% das cidades brasileiras possuem menos de 50 mil habitantes, tem-se que 4.890 cidades possuem câmaras municipais com 9 a 13 vereadores. Joffre Neto fala sobre o processo de aprovação do orçamento municipal nos poderes legislativos municipais de pequenas cidades, que tramita em tempo recorde e sem discussão ou emendas na maioria das vezes, por causa da baixa escolaridade dos vereadores e da quase inexistência de assessoria nas Câmaras. Neste cenário ainda, a análise mostra que as Câmaras Municipais são pouco profissionalizadas e parcamente estruturadas.

Assume-se que reconstruir o planejamento nacional passa por uma reforma da estrutura político-administrativa destas câmaras municipais, através de uma metodologia que analisa e estabelece um padrão de incentivos corretos e dispositivos institucionais como apresentados acima, tendo como método, evidências e dados de pesquisas, artigos e cases no Brasil e ao redor do mundo.

## **Título: 1080222 - Consórcios Públicos Municipais: os arranjos institucionais que podem atuar como disseminadores das políticas públicas**

**Autores:** Silvana Granemann, Camila Camillozzi, João Carlos Nogueira, Patricia de Moraes Lima

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar os dados sistematizados a partir de um Projeto de Pesquisa-Extensão sobre Consórcios Públicos Municipais (CPM) de direito público, no Brasil. A metodologia utilizada foi a análise dos dados disponibilizados no Observatório de Consórcios Públicos Intermunicipais da Confederação Nacional de Municípios (CNM), por meio de uma pesquisa exploratória e descritiva para mapear os entes federativos que constituem os CPM e estruturar as experiências em diversas áreas da gestão pública. Adotamos como referencial os seguintes dispositivos legais: a CF de 1988 (Art. 241); a Lei nº 11.107, de 6/04/2005 e os Decretos nº 6.017, de 17/01/2007 e nº 10.243, de 13/02/2020. Em seguida, apresentamos as etapas para a constituição dos CPM e, dentre elas, destacamos a elaboração do Protocolo de Intenções. Quando da realização deste estudo, no ano de 2024, foram mapeados 723 CPM que abrangiam 4.783 municípios, ou seja, mais de 85% dos municípios brasileiros. Após, analisamos os dados de cada uma das Regiões Brasileiras, considerando o número de municípios de cada uma delas e o número de municípios consorciados. A Região Norte é a que tem o

menor número de municípios consorciados. As Regiões Sudeste e Sul têm mais de 98% do total dos seus municípios vinculados a um ou mais CPM e são as que concentram o maior número de consórcios. As Regiões Centro-Oeste e Nordeste, têm 86,08% e 76,13%, respectivamente, do total de seus municípios vinculados a algum tipo de CPM. Também analisamos as áreas de atuação que são definidas no protocolo de intenções de cada consórcio - e que caracterizam se um CPM é finalitário (quando atua somente em uma área) ou multifinalitário (quando atuam em mais do que uma área). Identificamos 313 CPM finalitários e 347 CPM multifinalitários que atuam em 26 áreas, dentre elas saúde, educação, assistência social, políticas para mulheres, agricultura, meio ambiente, planejamento urbano, saneamento, segurança pública, etc. Os resultados apontam que os CPM são instrumentos com potencial para facilitar a abrangência e profundidade das políticas públicas, na medida que possibilitam o acesso à recursos e permitem atenuar os obstáculos políticos-administrativos próprios do federalismo, contribuindo de forma acentuada na redução das desigualdades do país.

## **Título: 1080226 - A estruturação de uma Gestão Integrada de Investimentos Públicos em um Estado subnacional: construindo um modelo para aprimorar o planejamento e integrar a gestão de projetos de investimentos públicos e suas carteiras**

Autores: Carolina Mór Scarparo, Carmen Juçara da Silva Nunes, Lauren Lewis Xerxenevsky, Thaíse Alba Videira

Resumo: A Gestão dos Investimentos Públicos tem sido muito discutida em importantes instâncias, como o Conselho Nacional dos Secretários de Planejamento - CONSEPLAN e os Organismos Multilaterais (BID, BIRD e FMI). Na mesma direção, o Estado vem construindo o seu modelo, intitulado Gestão Integrada de Investimentos Públicos (GIIP). Por definição, a GIIP consiste em um sistema para coordenar processos com objetivo de aperfeiçoar a tomada de decisão governamental na alocação de recursos, para a qualificação do gasto e a otimização do planejamento e da execução de projetos de investimento público e suas carteiras. Tem-se como unidade de projeto qualquer alocação de recursos em projetos com despesas de capital (GND 4 e 5) e com despesas correntes (GND 3) necessárias para dar funcionalidade ao investimento a ser implementado, sendo que, adicionalmente, podem ser enquadrados projetos que tenham alto potencial transformador da realidade econômica e social e sejam classificados como prioritários conforme a Política de GIIP, mesmo sendo majoritariamente compostos de despesas correntes (GND3). O artigo se propõe a debater a trajetória, com seus marcos temporais, para a construção da Gestão de Investimento no Estado e apresentar um diagnóstico recente sobre os principais problemas relacionados à Gestão de Investimentos do Estado sob a perspectiva da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, bem como discutir detalhadamente o modelo de GIIP, que foi regulamentado (Lei Complementar e Decreto) incluindo os 4 componentes basilares (Política de Investimentos Públicos, Banco de Projetos, Processos da Gestão Integrada de Investimentos Públicos e

Metodologia de Gestão Integrada de Investimentos Públicos), o seu arranjo institucional e seu processo de implementação até o presente momento.

## **Título: 1079756 - A constituição da Governança da crise habitacional decorrente de eventos climáticos e os programas governamentais emergentes**

Autores: Gabriele dos Anjos

Resumo: O texto apresenta análise de impactos de desastre decorrente de eventos climáticos extremos nas condições de habitação da população atingida como desabrigada, principalmente aquela em vulnerabilidade social. Em segundo lugar, apresenta uma análise preliminar da estrutura governamental que emerge para administrar as ações e programas habitacionais destinados a mitigar os efeitos do desastre. Considera-se a existência e as formas de articulações intra-governamentais em nível estadual e com a esfera federal para a consecussão de ações e programas.

Na análise foram utilizadas informações georreferenciadas da população disponibilizadas pelo IBGE e pelo Cadastro Único, em municípios selecionados segundo proporção e número absoluto da população atingida. Para a análise da estrutura governamental, foram consideradas informações sobre os escopos das ações e sobre os recursos aportados para as mesmas em nível estadual e federal, disponibilizadas por fontes oficiais.

Em que pese o caráter inicial destas ações, cujos resultados e efeitos se dão em um prazo mais longo, é possível considerar, em primeiro lugar, que as ações governamentais em nível estadual possuem escopos bastante diversificados, buscando atender a uma população desabrigada cuja vulnerabilidade social é anterior aos eventos climáticos extremos. Em segundo lugar, as ações governamentais em nível estadual emanam da articulação entre diferentes secretarias de estado na implementação das ações. Em terceiro lugar, as ações e programas que visam fazer frente aos impactos do desastre nas condições de habitação das populações são também parte de política mais ampla de provimento de habitação de interesse social. A diversificação de formas de provimento é possibilitada pela articulação de ações governamentais estaduais ao programa federal “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), com desenho de ação e aporte de recursos em parte complementares a esse. Por fim, o MCMV está sendo implementado a partir de uma concertação, em termos de atribuições, entre entes municipais, estaduais e federais. Assim, procura-se demonstrar que o provimento habitacional pelos entes estadual e federal se dá a partir de um conjunto de ações complementares e não concorrentes, o que introduz grande complexidade na implementação das ações.

## **Título: 1085199 - Governança Climática: a relação entre marcos regulatórios e a elaboração do Orçamento Climático**

Autores: Juliani Nunes Campos Johanson, Janaina do Nascimento Valois, Katia Cesconeto de Paula, Álvaro Rogério Duboc Fajardo

Resumo: A governança climática tem se tornado uma área fundamental para a redução de impactos e adaptação às alterações climáticas, promovendo a interação entre governos, organizações internacionais, iniciativa privada e sociedade civil na concepção e aplicação de diretrizes ambientais. Essa afirmação é corroborada por Ostrom (2010), que destaca a importância da governança colaborativa no enfrentamento de desafios ambientais globais, e Held & Roger (2018), que abordam a necessidade de coordenação multidisciplinar para a eficácia das políticas climáticas. Além disso, acordos internacionais como o Acordo de Paris (2015) e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (1992), e legislações nacionais, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima no Brasil (Lei nº 12.187/2009) são fundamentais para conduzir a construção da Política Estadual de Mudanças Climáticas. Nesse contexto, dada a relevância da temática para a administração pública, este artigo objetiva analisar os instrumentos normativos que compõem a governança em um estado da região sudeste, discriminando conjunto de normas, políticas e práticas que regulam as ações do governo local, setor privado e sociedade civil para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas e como este processo é importante para elaboração do Orçamento Climático. O estudo utilizará pesquisa bibliográfica e documental com base na política estadual sobre mudanças climáticas e legislações referentes ao tema. Pretende-se com os resultados apresentar a evolução dos marcos regulatórios do referido estado e relacionar com elaboração do Orçamento Climático e lançar luz à troca de experiências e boas práticas para maior engajamento sinérgico entre os entes da federação. É ainda concluir que a harmonização dos instrumentos normativos e o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e incentivos econômicos são fundamentais para tornar a governança climática eficaz e o orçamento climático executável.

## **10. Construção de capacidades estatais, gestão de equipes e produção de dados e informações para fortalecimento dos processos de planejamento e orçamento**

### **Título: 1079519 - Implementação da Sistemática de Monitoramento Ativo: lições e aprendizados**

Autores: PEDRO HENRIQUE MARAFELLI DA COSTA, Isadora Britto Bastos, Nilson Braga de Almeida

Resumo: Uma das primeiras medidas do governo eleito em 2022 foi a implementação do Modelo de Governança Estratégica Integrada. O processo foi composto de três fases. A 1ª fase teve como marco a elaboração do Plano Estratégico 2023-2026; a 2ª fase, a elaboração dos Termos de Abertura de cada projeto e a definição do Quadro de Metas para o biênio 2023 a 2024 e a 3ª fase, de implantação da sistemática de monitoramento ativo. No presente texto, nos focamos na experiência de implementação desta sistemática, que utiliza as seguintes premissas: 1. Programação Estratégica: Identificação das entregas e do foco do trabalho a cada período; 2. Pontos Críticos: Identificação dos problemas ou riscos e articulação intersetorial; 3. Desempenho: Acompanhamento do desempenho da execução do projeto por pontos de controle e relatórios de monitoramento periódicos; 4. Foco no Resultado: Construção e acompanhamento de uma matriz de indicadores estratégicos, táticos e operacionais; 5. Ciclos de gestão: Operacionalização do PDCA. Para isso, foram estabelecidas células de monitoramento estratégico, que possuem a atribuição de estabelecer uma rotina de relacionamento com os órgãos líderes e parceiros de projeto. Essa rotina consiste em reuniões quinzenais entre as células de monitoramento estratégico, as lideranças e parcerias de cada projeto. Em cada reunião, é verificado o andamento das ações previstas na Estrutura Analítica de Projeto (EAP) e definidos os pontos de controle, que consistem em compromissos de andamento das etapas, ações e tarefas dos projetos assumidos entre a liderança de projeto e a equipe de monitoramento. O processo de monitoramento é suportado por uma plataforma de gestão integrada, utilizada para monitorar a execução dos projetos, avaliar o cumprimento das metas e acompanhar o desempenho através de indicadores previamente estabelecidos. Periodicamente, as equipes de Planejamento e Monitoramento ativo elaboram relatórios, definem e avaliam pontos de balanço de metas com o objetivo de apoiar a tomada de decisão estratégica por parte da alta gestão, fornecendo evidências e análises qualificadas sobre os Projetos Estratégicos do Governo e a efetiva implementação de políticas públicas. Como resultado do monitoramento constante, as equipes atuam sobre as lições aprendidas, tomam ações corretivas, padronizam processos e fornecem subsídios para retroalimentar o ciclo PDCA.

## **Título: 1080177 - Índice de Condição e Qualidade de Vida: Uma Nova Abordagem para a Redução das Desigualdades Municipais e Regionais**

Autores: Rafael Albertoni Mazeto, Nayara Paes, Keile Costa Pereira, Debora Pinheiro da Silva

Resumo: O Índice de Condição e Qualidade de Vida – ICQV foi desenvolvido para suprir a ausência de um indicador atualizado e abrangente que medisse o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Anteriormente, o principal indicador disponível era o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), atualizado apenas com os Censos Demográficos, o que dificultava a adaptação das políticas públicas e a resposta às desigualdades regionais. O ICQV utiliza 26 indicadores distribuídos em quatro dimensões (Econômica, Educação, Saúde e Segurança). A metodologia envolve a coleta de dados de fontes públicas oficiais, seguida da conversão de valores absolutos em taxas relativas, para garantir comparabilidade entre municípios. Em seguida, aplica-se um método estatístico para normalização dos dados e, a Análise

de Componentes Principais (PCA) para definir o peso de cada indicador. Os municípios são então agrupados por nível de desempenho em cada dimensão setorial, utilizando análise de clusterização. Por fim, elabora-se uma tipologia denominada Grupos de Desenvolvimento, classificando os municípios em seis tipos: Dinâmico, com desempenho econômico alto e social satisfatório; Em ascensão, com desempenho econômico alto e social intermediário; Desigual, com desempenho econômico alto e social insatisfatório; Equitativo, com desempenho econômico baixo e social satisfatório; Em transição, com desempenho econômico baixo e social intermediário; e Vulnerável, com desempenho econômico baixo e social insatisfatório. Na última atualização (2022), 13 municípios foram classificados como dinâmicos, 27 em ascensão, 23 desiguais, 26 equitativos, 28 em transição e 24 vulneráveis. Além de identificar o status de desenvolvimento socioeconômico dos municípios, o ICQV possibilitou a análise detalhada de cada dimensão setorial, permitindo uma visão clara das vulnerabilidades locais. No contexto do planejamento e orçamento público, o ICQV tornou-se um instrumento essencial para a gestão, subsidiando a alocação estratégica de recursos, o direcionamento de políticas para áreas mais críticas e a avaliação do impacto das ações implementadas, promovendo maior eficiência na gestão pública e melhorias na qualidade de vida da população.

## **Título: 1084229 - Inovação na Gestão Orçamentária: Ferramenta para Monitoramento e Tomada de Decisão Estratégica**

Autores: Newton Rocha Cerezini, Marcelo Araújo Dantas, Bernardo Chaves da Silva, Sandeson George da Silva

Resumo: A governança orçamentária é um pilar fundamental para a eficiência da administração pública, abrangendo desde a fixação das despesas na Lei Orçamentária Anual (LOA) até a execução financeira e contratual. No entanto, a fragmentação das informações e o uso de controles paralelos dificultam a tomada de decisão estratégica e operacional. Para enfrentar esse desafio, desenvolvemos uma ferramenta baseada em Power BI voltada para o apoio às unidades gestoras no acompanhamento da execução orçamentária, programação financeira, pactuação orçamentária e gestão das movimentações de recursos.

A solução permite alinhar planejamento orçamentário e financeiro, proporcionando uma visão integrada que abrange planejamento de provisão orçamentária, execução financeira e repasses entre unidades gestoras. Dessa forma, a ferramenta cobre todo o ciclo da governança orçamentária, desde a fixação de despesas, processos licitatórios e contratuais, até as etapas de empenho, liquidação e pagamento. Além disso, sua estrutura é altamente versátil, oferecendo desde visões estratégicas e macro, utilizadas por secretários e gestores centrais, até análises detalhadas por contrato, subação e ficha financeira, permitindo uma gestão granular e precisa.

Outro diferencial da ferramenta é a descentralização da tomada de decisão. Tradicionalmente, ferramentas dessa complexidade são utilizadas apenas por órgãos centrais, limitando a autonomia das

secretarias. Com essa inovação, cada secretaria pode visualizar e gerenciar seus próprios dados, garantindo maior integridade, segurança e eficiência no monitoramento orçamentário. A ferramenta incorpora também mecanismos de ciência de dados, incluindo logs de acompanhamento e perfis de acesso personalizados, permitindo transparência e rastreabilidade das decisões.

Essa iniciativa representa um avanço na modernização da gestão pública, promovendo maior controle, transparência e eficiência na alocação de recursos. Ao integrar diferentes níveis de gestão orçamentária e financeira, a ferramenta fortalece a governança, permitindo que os gestores atuem de forma mais estratégica e proativa na execução das políticas públicas

## **Título: 1081306 - Valor adicionado das atividades turísticas do Estado e de seus municípios: conceitos, metodologia e resultados**

Autores: Tomás Amaral Torezani

Resumo: Nos últimos anos, de acordo com a ONU Turismo, o turismo se tornou uma das maiores e mais importantes cadeias produtivas do mundo, bem como uma das que mais crescem, se apresentando como uma fonte relevante de receitas externas e de geração de emprego, renda e riqueza para diversas economias. Com toda essa importância, cresce a necessidade de estatísticas sobre o turismo para fornecer indicadores úteis para mensurar e analisar o segmento, avaliar a eficiência e eficácia de decisões de gestão, elaborar políticas públicas etc. Contudo, o turismo é um fenômeno para o qual a representação estatística tem seus desafios particulares devido à sua natureza especial, ainda mais quando se trata de níveis subnacionais.

O presente trabalho tem como objetivo mensurar o valor adicionado das atividades turísticas do Estado e de cada um de seus municípios baseado nas boas práticas, nas recomendações da ONU Turismo e no manual internacional do Sistema de Contas Nacionais. O valor adicionado mensura a contribuição econômica de cada atividade para o Produto Interno Bruto (PIB). Os cálculos são realizados a partir de informações do Sistema de Contas Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SCR/IBGE) em convênio com a Secretaria de Estado, além de outras fontes de dados. Inicialmente, os conceitos e óticas relevantes para a análise do turismo são apresentados e discutidos. Posteriormente, relata-se a metodologia de cálculo, tanto no nível estadual quanto no nível municipal, e exibem-se os principais resultados do período 2010-22 (pela disponibilidade de dados).

A partir do fornecimento de indicadores para mensurar e analisar o segmento, este trabalho contribui para as estatísticas estaduais brasileiras, mais especificamente para o fortalecimento do sistema estatístico do Estado, bem como se apresenta como importante subsídio para os seus processos de planejamento e para a elaboração de políticas públicas baseadas em evidências nos vários níveis regionais. Ademais, possibilita que outros Estados empreguem a metodologia aqui proposta. De forma complementar, ainda foi desenvolvida uma ferramenta de BI (Business Intelligence) com os indicadores calculados, no qual é

possível visualizá-los, analisá-los e compará-los de forma rápida e intuitiva, inclusive em formato de mapas e em diferentes regionalizações.

## **Título: 1078251 - Times de ciência de dados em governo: uma revisão sistemática da literatura sobre papéis e métodos.**

**Autores:** Diogo de Carvalho Bezerra, André Leite Wanderley, Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros, Felipe Gustavo de Moraes Ferreira

**Resumo:** INTRODUÇÃO. Este trabalho apresenta a revisão sistemática da literatura sobre papéis e métodos de times de ciência de dados em governo a partir do levantamento e da sistematização de estudos científicos relevantes na área, com o objetivo de oferecer alternativas para a construção de times de ciências de dados em governo como unidades de entregas consistentes e tempestivas de produtos de dados como estudos, aplicações e apresentações.

**MATERIAIS E MÉTODOS.** Foram coletados dados de artigos científicos em diferentes bases a partir da utilização da ferramenta Harzard Publish and Perish, e dos pacotes aRxiv, easyPubMed, rcrossref, disponíveis para o R, usando termos de busca como “data science role”, “data science team”, “data science worker” e “teams in data Science”. Após a identificação dos arquivos de interesse, os respectivos pdfs foram baixados e resumidos com ajuda de mineração de texto, de modo a identificar os principais papéis e métodos de trabalho de times de ciência de dados.

**RESULTADOS.** Identificamos que a literatura sobre times de ciência de dados ainda é pouco abundante e recente, especialmente para governo. Quanto aos métodos, existe uma divisão entre métodos extremamente focados em atividades de dados, com destaque para o CRISP-DM; e métodos de gerenciamento de projetos, como Scrum. No tocante aos papéis, embora existam elementos comuns, as atividades e a descrição de responsabilidades ainda são muito amplas e diversas. Nesse sentido, existe a necessidade de criar propor métodos específicos que deem conta tanto das particularidades do governo, quanto de outras atividades de ciência de dados, como a pesquisa.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.** Espera-se que este artigo possa contribuir com a discussão sobre a criação de times de ciência de dados para governo com foco em realizar entregas consistentes e tempestivas de produtos de dados como estudos, aplicações e apresentações, reduzindo os silos de dados e de negócio, bem como garantindo a geração contínua de valor, sendo necessário, para tanto, definir melhor os papéis e criar um método de tamanho mais ajustado, que nem esteja tão focado em atividades de dados, nem seja tão genérico quanto a utilização de métodos ágeis de forma não contextualizada.



## **Título: 1085062 - O controle interno como ferramenta de gestão e planejamento governamental**

Autores: Regiani Lopes da Silva, Sonia Saconi, Eduardo Serpa Junior, Emmanuel Henrich Reichert

Resumo: Este artigo busca ressaltar a construção dos controles internos dos órgãos e seu desempenho fundamental para os governos, garantindo a integridade institucional, mitigando riscos e aprimorando a gestão pública. Sua atuação pode ser dividida em dois eixos: responsivo e preventivo, ambos voltados para a salvaguarda do gestor e o fortalecimento das capacidades estatais. O eixo responsivo engloba o acompanhamento de demandas junto aos órgãos externos e internos de controle, Contadoria e Auditoria. Com a implantação de normativas e fluxos internos, assegura a capacidade qualitativa das informações, evita retrabalhos e garante o cumprimento de prazos. Dessa forma, atua na mediação entre as demandas externas e os setores técnicos, consolidando um fluxo eficiente de informações e respostas. O eixo preventivo tem como foco a antecipação de riscos, estruturando mecanismos internos para evitar inconsistências ou irregularidades. A implementação de procedimentos alinhados à legislação vigente permite que o Controle Interno funcione como um aliado estratégico do gestor, contribuindo para a transparência e legalidade dos atos administrativos. Entre as atividades preventivas, destacam-se o monitoramento de demandas, avaliação de riscos e participação em processos críticos. No campo da integridade institucional, sua atuação reduz apontamentos de órgãos fiscalizadores, minimiza concessões liminares contrárias à gestão e fortalece a segurança jurídica do gestor. Além disso, proporciona a qualificação contínua dos servidores, estabelece fluxos organizacionais e promove a memória institucional ao manter registros e históricos dos processos administrativos. Ademais, a produção de relatórios organizacionais quadrimestrais e anuais contribui para um planejamento mais eficaz, permitindo um acompanhamento detalhado das metas institucionais. Essa geração de dados e informações de qualidade fortalece os processos de planejamento e orçamento, com maior eficiência e racionalização dos recursos, garantindo clareza nas prestações de contas e prevenindo inconsistências. Em suma, o fortalecimento do Controle Interno é essencial para aprimorar a gestão pública. A combinação de estratégias responsivas e preventivas resulta em maior transparência, segurança jurídica e eficiência administrativa, consolidando um ambiente institucional robusto e alinhado aos princípios da boa governança.

## **Título: 1084862 - Planejamento estratégico na administração pública: ferramenta de gestão para políticas eficientes**

Autores: Cristiano Cunha, Diego Azevedo Menezes, Jéssica Naiara Santos Pereira

Resumo: O planejamento estratégico é uma ferramenta fundamental para a administração pública, pois ajuda a atingir os objetivos e metas da instituição como, também, contribui para a eficiência e eficácia dos serviços públicos. Este trabalho teve como objetivo a elaboração do planejamento estratégico como ferramenta de sustentação do processo de gestão e orientação dos esforços da Administração Estadual na condução da governança estadual, com a finalidade de entregar políticas públicas para a população. Para isso, foi realizado o diagnóstico organizacional, a elaboração da identidade organizacional e definição da estratégia e o desdobramento da estratégia a partir da realização de Seminários de Alinhamento Estratégico e oficinas participativas envolvendo a participação da alta gestão governamental e assessores de planejamento para realização da análise ambiental, com a construção de uma matriz SWOT, e para a construção da missão, visão de futuro, valores, eixos e objetivos que compõem o Mapa Estratégico da gestão. As equipes de planejamento do Governo, em conjunto com as lideranças de cada órgão e entidade pública, trabalharam na definição das metas de cada um dos projetos constantes do Portfólio, com a identificação das principais entregas que serão realizadas no primeiro biênio de Governo. Foi possível elaborar o planejamento estratégico com 19 objetivos estratégicos e 106 projetos estruturados em 04 eixos de execução para o quadriênio 2023-2026. Através do planejamento estratégico, a administração pública monitorou o andamento das ações previstas na Estrutura Analítica de Projeto (EAP), sendo possível definir pontos de controle e pontos de balanço de metas, permitindo avaliação do quadro de metas do Plano Estratégico para o biênio 2023-2024 e elaborar relatórios de monitoramento para apoiar a tomada de decisão, como, também, permitirá avaliação e definição das ações do Plano Estratégico a ser executado no biênio 2025-2026, favorecendo a gestão de políticas eficientes e, conseqüentemente, a oferta de serviços públicos de qualidade para os cidadãos em todo o estado.

## **Título: 1080213 - Gestão de Crises e Resiliência Institucional: A Construção de Protocolos de Emergência**

Autores: Daiane Boelhouwer Menezes, Lídia Nicole dos Santos Ten Cate, Henrique Souza da Silva, Felipe Ghidini Stangherlin

Resumo: A intensificação dos eventos climáticos extremos impõe desafios crescentes à gestão pública, exigindo a implementação de protocolos estruturados para resposta e recuperação. Há formas alternativas de construir protocolos, seja com base em diagnósticos detalhados, seja na experiência dos atores em situações extremas.

Diante desse contexto, este estudo analisa o processo de elaboração de protocolos de emergência voltados ao fortalecimento da resiliência institucional nas áreas de assistência social, logística humanitária, comunicação de risco e saúde. Esse documento visa assegurar a coordenação e a eficácia das ações e definir diretrizes operacionais para gestão de abrigos temporários, distribuição de suprimentos, organização de redes de comunicação em crise e continuidade dos serviços de saúde durante emergências, contribuindo, assim, para a mitigação dos impactos de desastres.

Partindo de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, e valendo-se do uso de dados relativos aos desastres, à capacidade institucional e à infraestrutura, a elaboração dos protocolos é fundamentada na análise de documentos e na realização de mais de 80 entrevistas com gestores públicos, técnicos especializados e representantes da sociedade civil.

A etapa inicial possibilitou o mapeamento dos principais desafios operacionais, lacunas institucionais e boas práticas na resposta a emergências, fornecendo subsídios para a formulação de protocolos que detalham não apenas as ações a serem tomadas e os responsáveis por sua execução, mas também os procedimentos para sua implementação.

Os próximos passos envolvem a aplicação de questionários a um público ampliado para validar os achados iniciais e priorizar os requisitos essenciais dos protocolos finais, garantindo concisão e usabilidade. A sistematização desse conhecimento busca aprimorar a governança de riscos e fornecer um modelo para regiões vulneráveis, diante da limitada produção científica sobre o tema no país.

O estudo reforça, dessa forma, a importância de uma abordagem estruturada e participativa na formulação de políticas públicas para gestão de crises, promovendo respostas mais rápidas, eficazes e integradas.

## **Título: 1081320 - Medidas Econômicas Governamentais na Pandemia da Covid-19 e a Redução da Inadimplência da Carteira de Crédito Imobiliário de Pessoas Físicas no Brasil**

Autores: Nayara Jorge dos Santos

Resumo: A pandemia Covid-19 deu início a grave crise econômica e sanitária mundial, gerando pronunciada instabilidade financeira, aumento da inadimplência e endividamento de famílias. A pesquisa teve objetivo de analisar o efeito das medidas governamentais para enfrentamento da Covid-19 sobre a inadimplência da carteira de crédito imobiliário do Sistema Financeiro Nacional (SFN), na perspectiva da governança pública e da gestão de riscos, compreendendo o processo econômico e a inadimplência do crédito imobiliário no Brasil. O Governo Federal (GF) anunciou uma série de medidas econômicas, sociais e negociais, com o objetivo de diminuir os efeitos da pandemia na economia e na vida dos brasileiros, com foco na inadimplência, um dos efeitos econômicos que se agravou durante o período pandêmico (Fernandes & Fermentão, 2020). Desta maneira, a inadimplência durante o supracitado período tem sido objeto de estudo, e dentre os estudos analisados, nenhum demonstrou os efeitos das medidas governamentais e suas relações com a inadimplência, na perspectiva da governança pública e gestão de riscos. Foram coletadas informações sobre o estoque de inadimplência do crédito imobiliário de pessoa física do Brasil do SFN, no período entre 2019 e 2023. Os resultados demonstraram aumento do índice de inadimplência quando do início do surto da Covid-19, e redução deste mesmo índice quando da implementação de medidas governamentais. Esta pesquisa analisou implicações das medidas

governamentais sobre a inadimplência, reforçando práticas para a promoção da sustentabilidade financeira, gerando informações de governança para que o GF, SFN e Instituições Financeiras (IF's) possam identificar oportunidades de aplicação de políticas públicas, e serem mais resilientes frente à volatilidade do mercado e eventuais crises, desenvolvendo atuação cada vez mais preditiva e mitigadora frente ao risco de crédito. Conjectura-se, ajustar diretrizes do GF, de órgãos reguladores e IF's, proporcionando o devido suporte aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, auxiliando em todo o processo de restabelecimento da saúde financeira. Entende-se necessária a implementação de políticas adicionais, que observem inclusive as restrições fiscais do país neste período, com vistas a reequilibrar o setor econômico, reduzir desigualdades e construir uma sociedade mais resiliente e preparada para futuras crises.

## **Título: 1081962 - Gestão à vista como ferramenta estratégica para a tomada de decisão em políticas públicas**

Autores: Roberta Dias Oliveira, Priscila Souza Fortuna, Flávio Sousa Gama

Resumo: A modernização da gestão pública no Brasil tem sido impulsionada pela busca por maior eficiência, transparência e participação social na administração governamental. O avanço das tecnologias de análise de dados possibilita uma gestão mais eficaz e orientada por evidências. Nesse contexto, a gestão à vista tem se destacado como uma ferramenta estratégica para otimizar a tomada de decisão, especialmente na formulação e implementação de políticas públicas. Este estudo tem como objetivo analisar o impacto da gestão à vista na eficiência da administração pública, destacando sua contribuição para a transparência, a comunicação entre equipes e a agilidade na tomada de decisão por meio de dashboards. A pesquisa fundamenta-se em teorias da gestão pública, ciência de dados e business intelligence para demonstrar como a visualização estruturada de informações impulsiona a gestão baseada em evidências, fortalecendo a capacidade de resposta governamental. A metodologia adotada inclui a análise da plataforma de monitoramento dos projetos estratégicos do governo do estado no biênio 2023-2024, além da elaboração de dashboards para apoiar a gestão de metas governamentais. A visualização de informações em tempo real influencia diretamente a tomada de decisão e os resultados das políticas públicas. Os resultados indicam que a gestão à vista contribui significativamente para o monitoramento de metas e indicadores, facilitando ajustes estratégicos e aprimorando a coordenação entre diferentes setores governamentais. Além disso, a exposição clara dos dados fortalece a transparência, promovendo maior participação social e controle sobre as ações governamentais. Conclui-se que a gestão à vista é um instrumento eficaz para aprimorar a governança pública, proporcionando maior eficiência administrativa, otimização na alocação de recursos e transparência na tomada de decisões. Recomenda-se sua ampliação e aprimoramento, considerando as especificidades institucionais, para garantir serviços públicos de maior qualidade à sociedade.

## **Título: 1084868 - Integrando Mapas de Processos e Resultados ao PPA: Uma Proposta Metodológica Aplicada**

**Autores:** WAGNER RICARDO DOS SANTOS, Enrico Moreira Martignoni

**Resumo:** A operacionalização do Plano Plurianual enfrenta desafios estruturais significativos, destacando-se a dissociação entre as etapas de planejamento e os processos de monitoramento e avaliação das políticas públicas. Esta desarticulação manifesta-se através de múltiplos aspectos: indefinição dos marcos lógicos, fragilidade na construção de indicadores e insuficiente incorporação das evidências avaliativas no processo decisório.

O objetivo deste artigo é propor uma abordagem metodológica inovadora que visa estabelecer a integração sistemática entre o Mapa de Processos e Resultados (MaPR) e o Plano Plurianual, com o propósito de robustecer os mecanismos de monitoramento e avaliação das intervenções governamentais. Trata-se de um instrumento analítico que busca evidenciar os encadeamentos causais subjacentes aos programas contemplados no PPA, proporcionando maior consistência ao acompanhamento da implementação e mensuração dos efeitos programáticos.

A estruturação metodológica apresentada detalha os procedimentos operacionais necessários para incorporar o MaPR nas diferentes etapas do ciclo do PPA - desde sua concepção até os processos avaliativos. Para demonstrar a aplicabilidade desta proposta, desenvolve-se um exercício simulado de programação no âmbito do PPA, utilizando o arcabouço conceitual do MaPR e seu conjunto de indicadores, ilustrando assim sua operacionalização no contexto da gestão pública. Esta integração metodológica visa superar a atual segmentação entre as dimensões do planejamento e monitoramento, contribuindo para o aprimoramento da eficiência e efetividade na gestão das políticas públicas.

O monitoramento estratégico assume papel decisivo na alta gestão pública, objetivando identificar vulnerabilidades e aprimorar a capacidade implementativa das políticas. Entretanto, sua efetivação encontra resistências, incluindo restrições no acesso informacional, obstáculos burocráticos à sistematização do conhecimento e limitado interesse institucional por dados avaliativos. Este quadro evidencia a necessidade de desenvolvimento de instrumentos metodológicos que promovam maior integração entre as dimensões do planejamento, monitoramento e avaliação governamental.

## **Título: 1085136 - Desenvolvimento de capacidades em foresight na administração pública**

Autores: Thomaz Fronzaglia, Ariel Cecílio Garces Pares

Resumo: O planejamento governamental de longo prazo enfrenta desafios significativos devido à complexidade e incerteza do ambiente caótico em função das interações dos diversos aspectos políticos, econômicos, institucionais, ambientais, legais, tecnológicos e sociais com potencial de colocar em xeque nossa civilização. Os estudos de futuro, na abordagem do foresight, oferecem ferramentas e métodos que permitem aos gestores públicos lidarem com esse contexto, anteciparem mudanças e desenvolverem estratégias robustas para o futuro.

Nesse sentido, esse artigo traz a discussão sobre a importância da criação de capacidades para aplicação do foresight no planejamento governamental, principalmente de longo prazo. O objetivo é discutir como os governos se organizam para estabelecer e usar esta capacidade, tendo em vista a governança e as ferramentas para se analisar a maturidade do uso do foresight nas organizações.

No contexto da administração pública, o uso do foresight tem implicações significativas para a elaboração de políticas. Mas, a depender do contexto dos órgãos da administração pública há diferentes níveis de demanda para o uso do foresight. O desempenho entre políticas públicas elaboradas com diferentes níveis de maturidade em foresight tem sido analisado por meio da criação e aplicação de modelos de maturidade em foresight que traduzem diversas dimensões do processo, para mostrar a relação entre a necessidade imposta pelo contexto, a maturidade das capacidades em foresight e o impacto no sucesso das estratégias organizacionais.

Os desafios futuros para o fortalecimento das capacidades de foresight na administração pública envolvem o uso desses modelos para direcionar a criação de capacidades, com a institucionalização de governança sistêmica, por meio do embebedimento no tecido da arena de formulação de política, desde o letramento em futuros até a coordenação de processos de foresight, com arranjos organizacionais apoiados continuamente pelo alto nível hierárquico. Um processo completamente desenvolvido de foresight envolve o desenvolvimento de capacidades e arranjos institucionais com conexões em rede, com um programa contínuo e sistemático voltado à decisão e ação.

## **Título: 1080217 - Desenvolvimento de novas lideranças: um compromisso com o futuro**

Autores: Ana Carolina Alencastro dal Ben, Paula Caffarate, Anelize D'Avila Ferreira, Paula Prux

Resumo: Com foco na ampliação e fortalecimento de suas capacidades estatais, a Administração Pública do Estado X tem feito profundas transformações na forma de valorizar seus talentos. Assim, esse artigo descreve o planejamento e a implementação do Lidera XX, voltado ao desenvolvimento de novas lideranças na gestão pública estadual.

Para atrair bons líderes no setor público, é preciso criar incentivos para que os profissionais de maior destaque queiram assumir essas posições e os desafios que elas apresentam. Dessa forma, o Lidera XX foi criado com o objetivo de preparar servidores com potencial de liderança para assumirem cargos estratégicos na administração pública estadual. O programa inclui formação executiva, mentoria individual e coletiva, e um processo seletivo inclusivo e desafiador.

A primeira edição, realizada em 2023/2024, contou com a participação de 50 servidores públicos de diferentes áreas e secretarias. Os participantes foram selecionados por meio de um processo com três etapas, que avaliou suas trajetórias acadêmica e profissional, potencial de liderança e competências profissionais.

A formação executiva de 132 horas abordou temas como gestão pública, política, liderança e métodos de diagnóstico de problemas complexos. A mentoria foi realizada por líderes da alta gestão do governo estadual, e teve como objetivo auxiliar no desenvolvimento profissional dos participantes.

O Lidera XX possui Secretários, Secretários Adjuntos e Subsecretários entre seus mentores, o que é extremamente positivo para sua permanência e perenidade ao longo das gestões. Ademais, sua inserção no Plano Plurianual 2024-2027 demonstra ação planejada e contribui para sua continuidade.

Outros fatores decisivos para o sucesso foram o planejamento prévio, com o uso de metodologias de gestão de projetos, incluindo a divisão das atividades em cinco frentes de atuação: processo seletivo, formação executiva, mentoria, normativa e estratégia de comunicação. Assim, foram realizadas reuniões semanais para acompanhamento do andamento das atividades.

Os resultados mapeados a partir da primeira edição contemplam a participação de egressos em projetos e programas estratégicos nas diversas secretarias, incluindo a publicação de novas leis estaduais, e, ainda, a promoção de integrantes da primeira turma a cargos de liderança.

## **Título: 1078389 - A CONTRIBUIÇÃO DO DESIGN DA INFORMAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE ARTEFATOS VISUAIS COMO FERRAMENTAS GERENCIAIS DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO: o caso do Escritório de Gerenciamento de Projetos de Infraestrutura da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco**

Autores: ana alcantara

Resumo: A atual profusão de informações, numa crescente exponencial de dados sem precedentes, faz com que gerenciar um projeto seja algo complexo. Para além das tecnologias gerativas, a abordagem comunicacional na produção de artefatos requer técnica, planejamento e organização. Este trabalho propõe abordar como o design da informação pode ser terra profícua nesse processo informacional, e sua técnica somar substancialmente numa comunicação efetiva, com eficácia e efetividade. O problema de pesquisa a ser superado é o de investigar a contribuição do design da informação para a produção de artefatos visuais como ferramentas de apoio gerencial à tomada de decisão, por meio de um estudo de

caso no Escritório de Gerenciamento de Projetos de Infraestrutura (EGP) da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco (Seplag). Tais artefatos, apresentações digitais de slides (ADS), são produzidas e utilizadas pelos gestores governamentais atuantes no EGP. Nesse aspecto, a maneira como dados e informações são apresentados possui um importante papel em processos decisórios. Na busca da resposta ao problema proposto, o desenvolvimento da pesquisa divide-se em duas partes: a primeira, conceituando-se gerenciamento de projeto e contextualizando-o na esfera pública, incluindo valor público e tomada de decisão, e a segunda abordando os conceitos do design da informação nas apresentações visuais do EGP. Por meio dos resultados e análises da pesquisa, a partir da aplicação de um formulário semiestruturado, identificou-se que há reconhecimento por parte dos respondentes acerca dos benefícios da utilização de métodos visuais enquanto ferramenta de apoio gerencial, e que a maneira como dados e informações são comunicados influencia no processo decisório. Da mesma forma, verificou-se que competências do design da informação, quanto ao planejamento e organização da informação, proporcionam melhor eficiência comunicacional. Por fim, este estudo também abarcou a percepção dos gestores do EGP em relação ao material – materiais, equipamentos e tecnologias – oferecidos pela Secretaria para a execução de suas atividades laborais, o qual, de maneira geral, possui uma avaliação positiva por parte dos respondentes.

### **Título: 1078314 - Aurora, um modelo para gestão e visualização de dados de investimento público em mobilidade e rodovias.**

**Autores:** Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros, André Leite Wanderley, Diogo de Carvalho Bezerra, Felipe Gustavo de Moraes Ferreira

**Resumo:** INTRODUÇÃO. Este trabalho apresenta a produção do modelo Aurora de gestão de dados de investimento público em mobilidade e rodovias. O objetivo do modelo é garantir a apropriação mais correta possível do valor do investimento, mantendo suas características de granularidade, geolocalização e alinhamento com a estrutura de planejamento, orçamento e gestão.

**MATERIAIS E MÉTODOS.** Foram coletados dados de artigos científicos em diferentes bases a partir da utilização da ferramenta Harzard Publish and Perish, e dos pacotes aRxiv, easyPubMed, rcrossref, disponíveis para o R, usando termos de busca como “Gestão do Investimento Público” e “Análise de Custo Benefício” (CBA) e “Inversões Públicas”, em espanhol, português e inglês. Em adição, foram pesquisados modelos de organismos internacionais, como Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e União Europeia (EU). Após a identificação dos arquivos de interesse, os respectivos pdfs foram baixados e resumidos com ajuda de mineração de texto, de modo a identificar os principais elementos da modelagem e visualização de dados de investimento público.

**RESULTADOS.** Identificamos que a literatura e os modelos disponíveis para modelagem e visualização de



dados apresentam dificuldades para lidar com situações de alinhamento complexo, em que há, por exemplo, a ambiguidade na localização do investimento, nos seus indicadores de resultados, e/ou na estrutura orçamentária. Além disso, os modelos disponíveis normalmente estão focados em obras que geram despesas públicas, subestimando o investimento público quando há inversões, subsídios etc. Nesse sentido, o modelo de CBA da EU mostrou-se eficaz para apropriação do valor, inclusive, pormenorizado; enquanto o modelo “Mapa de Investimentos” do BID mostrou-se eficaz para apresentar e visualizar os dados. Finalmente, foi construído um diagrama próprio de gestão e integração dos dados, de modo a ser visualizado por meio de um aplicativo específico, que, no momento, está em versão de mínimo produto viável (MVP).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.** Espera-se que este artigo possa contribuir com a discussão sobre gestão do investimento público, notadamente promovendo a integração dos dados, a apropriação do valor investido, a localização dos investimentos, e o alinhamento com instrumentos de planejamento, orçamento e gestão por resultados.

## **Título: 1074014 - Capacidades Estatais para a Gestão de Crises**

Autores: Rodrigo Luppi

**Resumo:** A gestão eficaz de crises exige um Estado com capacidade de resposta rápida, coordenação interinstitucional eficiente e planejamento estratégico baseado em dados. Este artigo de revisão analisa como a literatura especializada aborda as capacidades estatais para enfrentar crises, com foco em três dimensões essenciais: capacidade administrativa, coordenativa e adaptativa. Para cada dimensão, propõe-se uma rubrica avaliativa com níveis de qualidade que permitam mensurar o grau de preparação dos governos.

A capacidade administrativa envolve a disponibilidade de recursos humanos, tecnológicos e financeiros para implementar políticas emergenciais. A literatura indica que Estados com burocracias profissionais e bem estruturadas demonstram maior resiliência ao lidar com crises sanitárias, econômicas e ambientais. Estudos comparativos apontam a importância de equipes técnicas permanentes e qualificadas, aliada a sistemas de informação integrados, como elementos fundamentais para respostas efetivas.

A capacidade coordenativa refere-se à articulação entre níveis de governo e setores da sociedade. Pesquisas recentes demonstram que estruturas federativas que incentivam cooperação apresentam respostas mais ágeis e efetivas em situações de crise. A literatura destaca que a existência de fóruns permanentes de discussão e decisão entre entes federativos, bem como mecanismos institucionalizados de coordenação, são fatores críticos para o sucesso da gestão de crises.

Por fim, a capacidade adaptativa reflete a habilidade dos governos de aprender e inovar diante de desafios inéditos. A revisão sistemática da literatura revela que investimentos em capacitação contínua, monitoramento de resultados e o estabelecimento de protocolos flexíveis de ação são elementos fundamentais para construir resiliência institucional.

O artigo conclui propondo uma rubrica avaliativa para cada dimensão das capacidades estatais, oferecendo métricas objetivas para classificar os diferentes níveis de preparação governamental para crises. Esta ferramenta visa contribuir tanto para a análise acadêmica quanto para o aprimoramento prático da gestão de crises no setor público.

### **Título: 1079886 - A contribuição de um Núcleo de Coordenação Setorial de Planejamento e da atuação descentralizada de uma Carreira de Planejamento para aprimoramento dos processos de planejamento governamental em um Estado subnacional**

Autores: Roberta Hansel de Moraes, Lauren Lewis Xerxenevsky, Irma Carina Brum Macolmes, Neilton Feliciano Costa

Resumo: Na busca do aprimoramento dos processos de planejamento e orçamento, procurou-se fortalecer as competências de uma Secretaria de Planejamento estadual, relacionadas à coordenação das atividades de planejamento, orçamento e gestão dos órgãos e entidades estaduais, tais como a elaboração e o acompanhamento do Plano Plurianual - PPA e da Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como o planejamento e o monitoramento dos projetos definidos como estratégicos pelo Governo do Estado. Nesse contexto, identificou-se uma oportunidade de aprimoramento desses processos, por meio da atuação descentralizada de servidores da carreira de planejamento governamental nos órgãos setoriais, com o objetivo de facilitar essa interlocução e auxiliá-los na execução de atividades de planejamento, orçamento e gestão. No exercício de 2021, foi então implementado um núcleo, que busca fornecer apoio técnico, consultivo e metodológico nessas áreas aos órgãos e às entidades da Administração Pública estadual. O artigo se propõe a descrever detalhadamente o funcionamento desse núcleo e a forma como se dá a atuação descentralizada da carreira de planejamento, bem como a apresentar as principais lições aprendidas no período e os pontos de melhoria identificados.

### **Título: 1084902 - Cooperação Técnica Internacional subnacional: institucionalização do processo na Administração Pública Estadual**

Autores: Bruno Mariotto Jubran, Daiane Dos Santos Allegretti, Haziél Pereira Pinheiro

Resumo: A cooperação técnica internacional (CTI) tem sido um instrumento cada vez mais utilizado pelos governos subnacionais para desenvolvimento de suas capacidades institucionais. No entanto, o processo tem sido executado de forma relativamente autônoma pelos proponentes, gerando empecilhos para a consolidação da prática e do conhecimento necessário para a sua realização, bem como dificuldades na tramitação e na execução dos projetos. A partir dessa realidade, o Poder Executivo estadual deu início à institucionalização do processo, e o trabalho desenvolvido até o momento é apresentado neste artigo. O objetivo do trabalho é propor uma organização dos fluxos e dos procedimentos do processo de CTI aplicáveis no nível subnacional. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e legal sobre o tema, a realização de um diagnóstico dos processos de CTI acompanhados pela área responsável e a formação de um grupo de trabalho com os órgãos-meio envolvidos na tramitação e na aprovação dos projetos. Como resultado, foram identificados problemas e oportunidades de melhorias, com mapeamento e redesenho do processo. Dentre as recomendações está a publicação de um manual de CTI e de um guia do processo, além da capacitação dos órgãos estaduais.

### **Título: 1080246 - Da oficina para lideranças ao Flow: fortalecendo capacidades estatais por meio do Mapa de Desenvolvimento de Equipes no Executivo do Estado X**

Autores: Ana Carolina Alencastro dal Ben, Paula Caffarate, Anelize D'Avila Ferreira, Jessica Tamiris Gertz

Resumo: Este artigo descreve o planejamento e a implantação de metodologia para definição da oferta de ações de capacitação pela Escola de Governo (EGOV) da Administração Pública Direta do Executivo do Estado X, com vistas à construção e ao fortalecimento de capacidades estatais para o seu corpo técnico-administrativo.

O projeto contemplou um estudo com cinco órgãos públicos brasileiros, além de grandes empresas privadas, e não identificou uma solução estruturada que amparasse a definição das ofertas educacionais. Dessa forma, optou-se por inovar com a criação do Mapa de Desenvolvimento de Equipes, que substituiu o Levantamento de Necessidade de Capacitação (LNC) e mostrou-se mais eficaz ao engajar as lideranças e focar nas entregas institucionais. Assim, a abordagem quali-quantitativa combina oficina prática com o preenchimento de dados em um formulário.

A oficina para lideranças incentiva os gestores a refletirem sobre as entregas institucionais de suas áreas e, amparados por facilitadores, preenchem a matriz baseada na metodologia Flow, identificando o conhecimento que a equipe precisa para realizar suas entregas, mas ainda não tem em nível suficiente para fazê-lo. Posteriormente, as respostas são preenchidas em um formulário curto e objetivo, cuja consolidação gera o Mapa de Desenvolvimento de Equipes, utilizado pela EGOV para definir as soluções que serão ofertadas aos servidores.

Importante destacar as ações de comunicação realizadas a partir dessa nova abordagem: o líder que solicitou vagas para determinada temática recebe, em primeira mão, a divulgação das turmas, sendo incentivado a inscrever os servidores do seu time; também foi redesenhado o EGOV Comunica,

informativo digital enviado mensalmente a 70 mil servidores com as ofertas de capacitação. Os resultados iniciais são promissores: participação de 50% das secretarias elegíveis e 47% das lideranças, além de significativa redução da evasão nos cursos, caindo de 30% para 5,5%. O sucesso da iniciativa reside na sua capacidade de identificar com precisão as necessidades de desenvolvimento, promover a participação das lideranças e otimizar a oferta de capacitação, contribuindo para o aprimoramento do serviço público.

### **Título: 1085153 - Desafios da análise de viabilidade de grandes obras: o caso de Angra 3**

Autores: Guilherme dos Santos Floriani, Flávia Pedrosa Pereira, Luciana Duarte Bhering de Carvalho, Ricardo Dislich

Resumo: A trajetória da Usina Termoeletrica de Angra 3 poderia ilustrar o livro *How Big Things Get Done*, de Bent Flyvbjerg e Dan Gardner, que revela uma alarmante ineficiência mundial em realizar grandes projetos, entregues em grande maioria, sem os benefícios prometidos, fora do prazo e do orçamento previsto, pois do sucesso de projetos como residir nossa oportunidade de efetivar a transição energética e enfrentar as mudanças climáticas.

A decisão sobre a viabilidade de Angra 3 é conduzida no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), com assento do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). As equipes técnicas da Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN) e da Secretaria Executiva (SE), do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), organizam e analisam informações, que posicionam os dados em dois campos opostos: a favor da retomada das obras ou em apoio ao abandono do projeto. Este artigo oferece uma visão sobre a geração de subsídios à decisão da Ministra do MPO.

Há diversos pontos a favor de Angra 3, mas, como qualquer fonte energética, o projeto apresenta aspectos negativos. O principal impasse é de ordem econômico-financeira, especialmente em relação ao alto custo do financiamento, o que impacta diretamente o preço da tarifa energética. Foi possível identificar núcleos de controvérsia, como o formado na interseção de custos máximos e mínimos de continuar ou abandonar a obra, e no risco de arrependimento maior por concluir ou abandonar. Bem como áreas mais pacificadas, tais como, a crescente demanda de energia firme, e a redefinição do papel do Estado no domínio e uso da tecnologia nuclear.

Apesar de ser tratado com urgência dentro do CNPE, devido ao risco de insolvência da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), a discussão ainda não avançou para uma decisão final, o que exige a atenção de toda a sociedade e a continuidade no levantamento de subsídios técnicos auxiliares aos gestores. Frente a isto, o artigo aponta os instrumentos de gestão da informação e

do planejamento acionados pelo arranjo institucional mobilizado para encontrar um modelo econômico que viabilizasse o empreendimento, bem como, as perspectivas de aprimoramento gerencial considerando as limitações e potenciais dos instrumentos de gestão governamental disponíveis.

## **Título: 1085125 - Centro de Governo como Ferramenta Estratégica para Gestão Subnacional**

Autores: Ranieri Murici, Ariadne Muricy Barreto, Isabella Paim

Resumo: O presente artigo analisa, a partir de boas práticas nacionais e internacionais, a importância da constituição de um Centro de Governo (CdG) por entes subnacionais, para otimizar a tomada de decisões da alta direção do Poder Executivo e melhorar a eficiência da gestão estratégica destes entes com impactos positivos na implementação de políticas públicas, atendimento dos compromissos políticos assumidos e das responsabilidades inerentes à cooperação federativa. O contexto da proposta evidencia, entre outros, os desafios econômicos globais e a necessidade de melhor organização dos Estados e Municípios para enfrentá-los. As funções centrais do CdG incluem coordenação interinstitucional, planejamento estratégico, articulação política e fortalecimento da comunicação e da transparência governamental. A literatura sobre o tema converge para apontar como uma das principais vantagens do funcionamento do CdG, a possibilidade de estabelecer um modelo inovador de governança estratégica, alinhada a uma visão de futuro e ao planejamento estratégico do desenvolvimento com aperfeiçoamento das capacidades de integração de ações e de efetividade de políticas públicas. O CdG pode, também, viabilizar maior complementariedade e eficiência na atuação dos órgãos e entidades da Administração, por, entre outros, mitigar riscos de fragmentação e sobreposição de ações. E, ao possibilitar maior coordenação e integração na gestão pública, se constitui, ainda, em um instrumento de governança democrática, promotor e de maior participação social na gestão. Críticas a alguns dos modelos de CdG existentes apontam possíveis riscos de centralização e aumento da burocracia, em detrimento da função planejamento e dos compromissos políticos assumidos com a população. Entretanto, as diferentes possibilidades da sua estruturação podem, em especial para os entes subnacionais, gerar um ambiente institucional mais favorável que otimize a tomada de decisão, contribuindo para melhor alinhamento entre ações do Governo às prioridades estratégicas planejadas e a gestão e qualificar os impactos das ações sob sua responsabilidade. Em face destas análises, este artigo aponta, ainda, propostas e alternativas adaptáveis para estruturação e funcionamento de um CdG, almejando contribuir para melhor atuação de gestores públicos estaduais e municipais diante dos seus desafios.

## **11. Inteligência artificial, tecnologias de comunicação e informação, tecnologias sociais, processos colaborativos e compartilhados e métodos inovadores para aumentar a eficiência e o impacto das políticas públicas, nas áreas de planejamento e orçamento público**

### **Título: 1079846 - Onde abrir creches? Um exemplo de política pública baseada em evidências.**

Autores: JOÃO PAULO WAYAND DE ANDRADE, Bernardo Chaves da Silva, Ícaro Bernardes dos Santos Coutinho, Newton Rocha Cerezini

Resumo: O presente trabalho apresenta um processo de priorização para a instalação de creches, propondo uma metodologia que identifica as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) prioritárias a partir do cruzamento de dados do Censo Escolar 2022 e do Atlas de Vulnerabilidade Social. Além disso, a análise resultou na produção de um artefato digital para auxiliar o processo decisório.

A metodologia foi desenvolvida com base nos princípios do Design Science Research, visando criar um sistema de apoio à tomada de decisão para a expansão dos serviços de creches no Estado. Os principais resultados desse esforço incluem uma metodologia exclusiva para determinar locais prioritários para a ampliação de vagas e uma ferramenta de apoio à decisão de fácil acesso para o público-alvo deste estudo.

O diferencial dessa metodologia, em relação a estudos anteriores, está na incorporação dos conceitos de Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) e Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), além da aplicação de um método de análise espacial de sobreposição às bases de dados educacionais e sociais. Essa abordagem permite identificar a necessidade de novas creches, recomendar a priorização de áreas que demandam urgentemente a expansão desses serviços e indicar possíveis unidades territoriais para a construção de novos equipamentos educacionais.

### **Título: 1085045 - Inovação e Eficiência Estratégica em Pagamentos de Benefícios em Situações de Desastres Naturais**

Autores: Matheus Oliveira de Alencar, Ciro Menezes Barreiros, Sonia Saconi, Danielle Santos de S. Calazans

Resumo: Este estudo objetiva explorar a eficiência estratégica no pagamento de benefícios de dois programas emergenciais de governo que, por meio da distribuição de recursos financeiros e com o estabelecimento de parcerias institucionais, visavam atender famílias e microempreendedores individuais (MEIs) afetados por desastres naturais. Utilizando recursos de doações financeiras, os

pagamentos aos beneficiários foram realizados por transferências bancárias diretas, envolvendo a colaboração com uma grande instituição financeira nacional. Os programas atenderam milhares de famílias e MEIs. Para garantir que apenas os elegíveis sob os critérios estabelecidos recebessem os benefícios, além de um tratamento rigoroso de dados, foi desenvolvido um dashboard interativo. Este painel permitiu o monitoramento dos pagamentos e a distribuição de recursos por município e por público atendido à medida que os programas avançavam, servindo também como ferramenta essencial para a prestação de contas e transparência das operações. O estudo destaca como a integração de tecnologias de comunicação e informação pode apoiar a administração de políticas públicas e facilitar a resposta governamental em momentos de crise. Concluiu-se que a mobilização ágil de recursos, aliada à colaboração estratégica entre diversas entidades do setor público contribui para uma resposta mais rápida e eficiente do governo, fortalecendo a governança dos recursos e a eficiência dos gastos públicos, especialmente em situações complexas como desastres naturais.

### **Título: 1079818 - Lexzilla - Monitor Alepe**

Autores: JOÃO PAULO WAYAND DE ANDRADE, Leonardo Nascimento, Ícaro Bernardes dos Santos Coutinho, Carlos Augusto Ferreira da Silva

Resumo: A relação entre os chefes do Executivo e as assembleias legislativas vem desempenhando um papel cada vez mais central na formulação e implementação de políticas públicas. A capacidade de articular interesses e alinhar prioridades entre o poder Executivo e os parlamentares pode ser o definidor do sucesso ou insucesso de projetos estratégicos. No atual contexto, onde grandes volumes de dados legislativos são gerados continuamente, torna-se essencial adotar ferramentas tecnológicas que permitam a análise eficiente dessas informações. O presente estudo propõe uma solução inovadora que utiliza inteligência artificial para otimizar o monitoramento legislativo, proporcionando maior transparência e eficiência na gestão pública.

A metodologia desenvolvida envolve três etapas principais. Primeiramente, a extração automatizada das proposições legislativas, permitindo a captura e o armazenamento contínuo de dados de maneira sistemática. Em seguida, a classificação dessas proposições por meio de um modelo de inteligência artificial generativa, que as categoriza conforme os eixos estratégicos governamentais. Essa abordagem visa facilitar a identificação de temas prioritários e a antecipação de debates legislativos que possam impactar diretamente a formulação de políticas públicas. Por fim, os resultados são apresentados em uma plataforma interativa desenvolvida em R/Shiny, proporcionando uma visualização intuitiva e dinâmica dos dados analisados.

A incorporação de soluções baseadas em inteligência artificial na gestão pública representa um avanço significativo na modernização dos processos decisórios. No entanto, essa adoção deve ser acompanhada de um desenho criterioso que assegure transparência, confiabilidade e controle por parte dos gestores públicos. A implementação de tecnologias inovadoras no planejamento e orçamento governamental não

apenas otimiza a tomada de decisões, mas também fortalece a governança e a participação social. Dessa forma, este estudo contribui para o debate sobre o uso responsável e estratégico da inteligência artificial no setor público, destacando seu potencial para ampliar a eficiência e o impacto das políticas governamentais.

**Título: 1075150 - Modelagem Preditiva da Inadimplência em Programas Públicos de Crédito: Uma Abordagem com Machine Learning**

Autores: Guilherme de Souza Alencar Vieira, Gabriel Sousa Nunes, Daniel Brito da Silva, Roberta Ramos Tena

Resumo: **Problemática:** O governo, em suas diversas esferas, adota políticas públicas de fomento ao crédito como instrumento estratégico para a promoção do desenvolvimento econômico e a inclusão produtiva, beneficiando desde grandes empresas até micro e pequenos empreendedores. No entanto, a inadimplência representa um desafio recorrente que pode comprometer tanto a sustentabilidade dessas políticas quanto a ampliação do acesso ao crédito para novos beneficiários. A compreensão dos fatores que explicam a inadimplência e a aplicação de soluções preditivas tornam-se fundamentais para qualificar a concessão de crédito e mitigar riscos. Nesse contexto, o desafio central deste estudo é utilizar ferramentas de ciência de dados para identificar padrões associados à inadimplência e aprimorar a gestão do risco nas operações de crédito voltadas a empreendedores. **Objetivo:** O presente artigo tem como objetivo analisar dados de uma política pública de crédito destinada a empreendedores, identificando o perfil dos beneficiários inadimplentes e desenvolvendo um modelo preditivo baseado em machine learning, capaz de antecipar o risco de inadimplência, contribuindo para a melhoria dos processos de concessão de crédito. **Resultados:** Serão apresentados os principais achados sobre o perfil dos inadimplentes, destacando variáveis socioeconômicas e características dos contratos que influenciam a inadimplência. Além disso, o estudo mostrará a aplicação de algoritmos de aprendizado de máquina e a acurácia do modelo gerado, indicando os potenciais ganhos na gestão do crédito público. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem quantitativa, baseada na análise de dados administrativos de operações de crédito voltadas a micro e pequenos empreendedores. Foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e aprendizado de máquina (machine learning), contemplando a construção e validação de um modelo preditivo de inadimplência.

**Título: 1081469 - O Design como vetor de inovação no contexto de laboratórios de inovação no setor público: estudo de caso em um laboratório de inovação estadual.**

Autores: Neilton Feliciano Costa



Resumo: Especialmente nas últimas duas décadas, o Design tem se aproximado do setor público, oferecendo ferramentas e práticas que estimulam a inovação governamental, a criatividade e a colaboração na resolução de problemas públicos. Essa aproximação resulta da capacidade do Design de enfrentar a complexidade das questões e desafios que caracterizam as instituições governamentais na contemporaneidade. A disciplina é, deste ponto de vista, compreendida como integradora, apta a navegar pela complexidade de forma participativa e sistêmica, ao mesmo tempo em que incorpora princípios estratégicos, como a empatia e a criatividade, ao planejamento de políticas públicas. Laboratórios de inovação, criados para promover processos de mudança e fomentar uma cultura de inovação, se destacam como espaços privilegiados para a adoção de abordagens emergentes, especialmente as oriundas do Design. Objetiva-se, com o presente trabalho, analisar e descrever como o Design se insere em um laboratório de inovação estadual como catalisador de mudanças, utilizando-se como método o estudo de caso e como ferramentas de coletas de dados a entrevista e a análise de documentos. Verificou-se que o Design tem, a princípio, atuado como motor de inovação por meio das três dimensões propostas por Bason e Austin (2022): explorando o espaço do problema, gerando cenários alternativos e implementando novas práticas. Entretanto, nota-se também a necessidade de análises mais aprofundadas do impacto da sua inserção metodológica, bem como uma aplicação mais consistente em iniciativas e processos.

### **Título: 1081863 - O Sistema SIPLAG como Ferramenta para Aperfeiçoamento da Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.**

Autores: Vanderlei Afonso de Carvalho Junior, Ariane Dias de Almeida, Jacson Miler Vidal de Souza, Uelerson Oliveira

Resumo: Este artigo examina a otimização do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPLAG), desenvolvido pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de aprimorar a gestão de dados orçamentários estaduais. O SIPLAG constitui uma ferramenta fundamental para a eficiência na elaboração das leis orçamentárias, especialmente diante do crescente volume de informações que precisam ser processadas.

O sistema foi desenvolvido utilizando a linguagem de programação C# e o banco de dados SQL Server. Ao longo dos anos, passou por constantes aprimoramentos para proporcionar uma melhor experiência ao usuário e atender às demandas dinâmicas do processo orçamentário. No âmbito do Estado, diversas unidades orçamentárias devem fornecer informações à SEPOG, com o objetivo de viabilizar a elaboração dos orçamentos estaduais. Tal processo encontra-se disciplinado por normas legais que estruturam as peças orçamentárias, a saber: o PPA, a LDO e a LOA.

Dentre as melhorias proporcionadas pelo Sistema SIPLAG, destacam-se a padronização dos processos de inserção e recebimento de informações, a significativa redução do tempo necessário para o preenchimento dos dados, a minimização do retrabalho e a criação de uma base de dados consolidada e

mais confiável. Esses avanços possibilitam a elaboração de projeções orçamentárias mais precisas e alinhadas à realidade, contribuindo para um planejamento orçamentário mais eficiente e fundamentado. Com as implementações realizadas, o Sistema SIPLAG se consolida como uma ferramenta mais eficiente, transparente e sustentável, promovendo a melhoria contínua da gestão orçamentária no Estado de Rondônia. Esses aprimoramentos estabelecem um legado significativo para as equipes futuras responsáveis pela manutenção e evolução do sistema, assegurando a continuidade da excelência no processo de planejamento e execução orçamentária.

## **Título: 1084989 - Oficinas de Desafios Públicos de Multiplicação de Abordagens de Inovação**

Autores: Luciana Hahn Menezes, Jamile de Souza Martins Alves

Resumo: Muitas soluções vem sendo desenvolvidas por técnicos com processos e métodos de trabalho guiados diretamente para a solução, sem uma cultura voltada para resolver problemas de forma criativa, colaborativa, com usuários, clientes, cidadãos e outros atores cruciais no processo. Em 2016, alguns projetos passaram a utilizar a abordagem de Design Thinking e os resultados começaram a ficar mais visíveis trazendo alta percepção de valor pelos clientes, órgãos do governo, o que aumentou ao longo dos anos, a demanda por oficinas, tanto para buscar soluções inovadoras para os desafios públicos como para se aprender na prática as abordagens, métodos e ferramentas de inovação adotados nas imersões. Junto, veio a necessidade de incluir novos métodos para os diversos contextos e desafios e de haver mais pessoas facilitadoras para conduzi-los. Este artigo irá abordar sobre as oficinas de desafios públicos, que são imersões, em grupos multidisciplinares, com atividades voltadas para buscar soluções inovadoras para desafios públicos. São realizadas entre 1 a 6 turnos, nos modos presencial, virtual ou híbrido, com a participação de atores e entidades do Governo e atores externos, conforme o contexto: cidadão, empresas privadas, ecossistema de inovação, entre outros. Nelas são adotadas abordagens metodológicas de Design, Lean e Ágeis, como o Design Thinking, o Design Sprint e o Design de serviços, conduzidas por facilitadores, que utilizam ferramentas colaborativas e outros recursos de facilitação e materiais, assim como modelos e templates criados e adaptados conforme o cenário que se apresenta, dispostos para funcionários e participantes das oficinas em um Toolbox, um Kit com as ferramentas mais utilizadas. São produzidos entregáveis digitais, com as atividades e como foram feitas com os objetivos de tangibilizar o entregável, input para o desenvolvimento das soluções, e multiplicar o método. Aprendizes de facilitadores participam e gradualmente conduzem as oficinas com os facilitadores. Mais de 80 oficinas já foram realizadas. Os resultados mais significativos se dão na concepção de produtos. Temos hoje produtos de software - alguns premiados internacionalmente -, concebidos através dessas oficinas. Mais de 70 ferramentas e variações destas já foram utilizadas e multiplicadas. A grande maioria dos órgãos e entidades públicas estaduais já demandou ou participou de oficinas.

**Título: 1085023 - Otimização de esforços administrativos através da integração informacional: o caso do INTERPLAN.**

Autores: Daniel Gleidson Mancebo de Araújo, Isabela Lobato da Silva, Brasiliano Vito Fico

Resumo: Uma das causas pelo fracasso da implementação das políticas públicas, uma delas é o desconhecimento do que é planejado na própria Administração Pública, seja internamente, seja em outros níveis federativos. Ocasionalmente repetição de ações já planejadas ou deixando de captar recursos disponíveis. Ao incentivar a integração de ações, almeja-se que as instituições ganhem eficiência e permitam a alocação estratégica de recursos humanos e financeiros.

O Interplan cumpre preceitos constitucionais e da própria legislação municipal como o princípio da publicidade que efetiva a transparência Administração Pública, bem como permite a participação do cidadão na elaboração e decisão dos rumos do planejamento e gestão pública, conforme art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Bem como cumpre o disposto no Plano Diretor local que determina que os órgãos responsáveis pelas políticas públicas setoriais, complementares à Política Urbana, deverão promover a integração entre planos, programas e projetos com o objetivo de criar uma estrutura de planejamento integrado em articulação com as demais áreas setoriais e esferas de planejamento, e alinhado à visão de longo prazo do município.

O Interplan utiliza um sofisticado processo de conjugação de algoritmos operados por Inteligência Artificial para coordenar os planos de Estado, de governo, setoriais, orçamentários e institucionais. Esta coordenação permite identificar lacunas processo de elaboração de planos temáticos. Desta forma, o sistema otimiza o processo de elaboração e análise de planos, ter uma visão integrada de suas metas e ações.

O sistema abarcou 55 planos municipais inserindo-os num banco de dados com 27 mil elementos que são padronizados, sistematizados dando-lhes a transparência necessária com vistas a facilitação do processo de planejamento municipal.

**Título: 1084348 - Projeto de Implantação de Ferramenta Digital para Políticas Públicas, com vistas a utilização e aplicação de recursos por meio do crédito de ICMS.**

Autores: Caroline Montagnier Eskenazi, Sonia Saconi, Romualdo Romualdo Antonio Gottardi, Jose Francisco Rodrigues Furtado

Resumo: Os programas estaduais que permitem às empresas destinarem recursos diretamente na execução de políticas públicas e serem ressarcidas por meio do crédito de ICMS tem se mostrado relevante na aplicação de recursos nas áreas da cultura, esporte, assistência social, segurança pública, desenvolvimento econômico e acesso asfáltico. Contudo, a complexidade, excesso de documentos e falta de padronização e transparência impedem que esses programas alcancem todo o seu potencial e recursos importantes deixam de ser aplicado nessas políticas públicas. Nesse sentido, o Estado está investindo na transformação digital para superar esses desafios.

O objetivo do artigo é relatar a estratégia do Estado que foi realizada através de um estudo para identificar as semelhanças e diferenças dos processos e procedimentos dessas políticas públicas, o qual resultou no desenvolvimento do Sistema Único de Fomento (SUF) uma ferramenta digital, capaz de criar um fácil acesso e compreensão por parte dos cidadãos aos programas estaduais acima referidos.

O SUF irá substituir os diversos sistemas de cada Secretaria, otimizando os processos. Será um sistema especializado transversal de gerenciamento completo, que acompanha desde o cadastramento de um proponente, parametrização da forma de recebimento de projetos, o cadastramento e envio destes, a sua análise e aprovação, o financiamento, o acompanhamento da execução e a prestação de contas até a análise final, integrado às demais ferramentas do estado, de forma a acompanhar todo o fluxo de trabalho. Poderá emitir relatórios comparando aplicação do recurso público em diferentes áreas e regiões do estado, auxiliando o gestor no planejamento e na destinação do orçamento e do recurso indireto - crédito ICMS.

Essa transformação digital irá possibilitar um aumento na captação e aplicação de recursos em políticas públicas, maior integração entre as diversas Secretarias envolvidas, revisão da legislação e dos processos de trabalho além de democratizar o acesso ao recurso público, dando maior transparência e agilidade, qualificação da gestão pública por meio da geração dos indicadores de eficiência. Dessa forma, espera-se ampliar o número de projetos contemplados e de beneficiados diretos por essas políticas públicas.

### **Título: 1084325 - Produção de informações a partir do mapeamento e identificação de arquivos e equipamentos culturais no âmbito das enchentes**

Autores: Juliano Silva Balbon, Mariane Wagner Albino, Celso Fernando Louzada Pasquali Fernandes, Jaqueline Mercedes

Resumo: O mapeamento dos arquivos e dos equipamentos culturais que custodiam documentos arquivísticos é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficientes de gestão de riscos e recuperação em situações de desastres, como incêndios e inundações. Esse levantamento possibilita a identificação precisa dos locais que abrigam coleções valiosas e históricas, permitindo a elaboração de

planos de contingência e ações preventivas, como a implementação de sistemas de proteção contra incêndios, controle de temperatura e umidade, além de treinamentos especializados. A ausência desse mapeamento no âmbito da gestão documental pode resultar em uma resposta desorganizada e tardia. A experiência recente evidenciou a relevância dessa identificação prévia para um planejamento eficaz. Durante um sinistro, seja ambiental ou estrutural, a falta de um mapeamento consolidado dificulta a atuação do Arquivo Público, que necessita de suporte imediato para assegurar a preservação dos documentos. Assim, após as enchentes em 2024, iniciou-se um mapeamento que resultou em uma identificação abrangente de arquivos, acervos e equipamentos detentores de documentos públicos, garantindo uma base de informações constantemente atualizada, com dados mais completos e integrados. O estado conta com 27 secretarias, distribuídas na capital e em diversas unidades espalhadas por quase todos os municípios. Além disso, há aproximadamente 60 entidades da administração indireta, sendo que a maioria dessas instituições possui arquivos próprios. Esse levantamento mais assertivo fortalece o planejamento de políticas públicas e ações de resgate e recuperação dos arquivos em situações de calamidade, garantindo maior eficiência na resposta a emergências. Além disso, a organização e a estruturação desses dados são fundamentais para uma administração pública mais célere. Informações sistematizadas permite respostas rápidas e precisas em situações de crise, além de embasar decisões estratégicas e otimizar a gestão de recursos. Como próximo passo, está sendo criado um mapa único, abrangente e atualizado, que reunirá todas as informações sobre os arquivos estaduais. Esse mapa é ferramenta crucial e agilizará a resposta governamental em eventuais desastres, garantindo a preservação do patrimônio arquivístico do estado e promovendo uma administração preparada para desafios emergenciais.

## **Título: 1080090 - PROJECT BASED LEARNING, GAMIFICATION E STORYTELLING NA DIFUSÃO DE PLANEJAMENTO INTEGRADO NO SETOR PÚBLICO**

Autores: Carla Regina Santos Almeida, Gabriela Borba Flores, Giana Rita Slongo, Thiago Dapper Gomes

Resumo: A falta de integração entre os diferentes níveis hierárquicos no serviço público pode comprometer a efetividade do planejamento e a implementação de políticas inovadoras. Comumente, a formulação estratégica ocorre de forma centralizada, distante dos desafios operacionais. Além disso, metodologias tradicionais de capacitação pouco estimulam a colaboração entre áreas e a aplicação prática do conhecimento, dificultando a aplicabilidade das estratégias de planejamento no cotidiano da administração pública. Diante desse cenário, surge o desafio de desenvolver metodologias que incentivem a aprendizagem ativa, a inovação e um planejamento integrado, ao envolver servidores de diferentes níveis na construção de projetos. O Desenvolve+ foi estruturado como resposta a esse problema. Na ação, as quatro equipes inscritas cumpriram três etapas: elaboração de pré-projeto, participação em mentorias e entrega de projeto final com vídeo de apresentação. Os projetos foram avaliados por uma comissão avaliadora e a equipe vencedora recebeu bolsas de estudo como premiação

e executará o projeto com o acompanhamento da Assessoria de Planejamento. Para avaliar a ação, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem mista, utilizando-se de análises estatísticas e da análise de conteúdo para triangular as percepções dos participantes, dos mentores e das avaliações da comissão avaliadora. Objetivou-se compreender o impacto do uso das metodologias ativas de abordagem de aprendizado por projetos, gamificação e storytelling na difusão de planejamento integrado de projetos em uma instituição do setor público. Os resultados indicam que a aprendizagem por projetos foi o recurso que mais contribuiu para o engajamento dos participantes. Destacaram-se o caráter ativo e a realização de mentorias na potencialização do aprendizado. Os servidores de níveis tático e operacional representaram 89,47% dos participantes. Discutem-se ainda o perfil e as percepções dos participantes e o impacto das mentorias no aperfeiçoamento dos projetos. A ação promoveu o trabalho em equipe e gerou quatro soluções inovadoras para desafios institucionais, ao mesmo tempo que capacitou os servidores para elaboração de projetos e difundiu a cultura de planejamento integrado.

### **Título: 1082344 - Projetar.SE – Inovação e Eficiência na Gestão de Projetos Públicos**

Autores: Shirley Dantas

Resumo: A gestão de projetos públicos enfrenta desafios históricos no Brasil, como falta de planejamento, desperdício de recursos e baixa eficiência na execução de obras. Para enfrentar esse cenário, o Projetar.SE foi concebido como uma metodologia inovadora que integra tecnologia, processos colaborativos e inteligência de dados para qualificar a governança de projetos e obras públicas nos municípios. O programa já atendeu mais de 30 municípios, com projetos totalizando mais de R\$ 40 milhões, promovendo impacto direto no desenvolvimento socioeconômico estadual. O diferencial do Projetar.SE está principalmente na adoção avançada da metodologia BIM (Building Information Modeling), que vai além da simples modelagem tridimensional e se constitui em uma ferramenta de planejamento, gestão e monitoramento de projetos, permitindo integração multidisciplinar desde a concepção até a execução. Através de processos colaborativos e compartilhados, gestores municipais, técnicos e equipes multidisciplinares trabalham em um ambiente digital único, onde decisões são embasadas por dados precisos e simulações inteligentes, minimizando riscos e otimizando investimentos públicos. Além disso, o programa adota um modelo participativo e contextualizado, realizando diagnósticos detalhados que incluem levantamentos históricos, culturais, socioeconômicos e ambientais das localidades atendidas. Esse processo garante que as intervenções respeitem a identidade local e sejam sustentáveis, promovendo desenvolvimento social e econômico aliado à preservação dos territórios trabalhados. O Projetar.SE também se destaca por sua capacidade de reduzir desperdícios, mitigar perdas de recursos e aumentar a transparência na aplicação do orçamento público para obras. O uso da tecnologia e da modelagem de dados permite estimativas mais precisas, diminuição de aditivos contratuais e um maior

controle sobre o ciclo de vida dos projetos.

Essa iniciativa é mais do que um projeto de assessoria técnica para os municípios, o Projetar.SE se consolida como uma tecnologia social para aprimorar as políticas públicas que dependem de projetos e obras públicas, tornando-as mais eficientes, integradas e alinhadas às reais necessidades da população.

### **Título: 1085018 - SEI Municípios [Suprimido]! Mais um revolução digital do serviço público**

Autores: **Ciro Menezes Barreiros, Arthidor Deoclecio Guimaraes Borges, Bruna Volkmann, Lucas De Maman Benz**

Resumo: A implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos municípios do [SUPRIMIDO] representa um esforço significativo para acelerar a transformação digital dos municípios do estado. Este estudo apresenta o processo estruturado pelo estado para adoção do SEI pelos municípios, investigando seus objetivos, benefícios e desafios. Os resultados demonstram que o SEI promove a digitalização e padronização de processos, resultando em modernização e integração da gestão pública, aumento da eficiência e economia de recursos, e melhoria da transparência e acesso à informação. Além disso a iniciativa aproxima e facilita a comunicação entre os níveis municipal, estadual e federal. A liderança da Secretaria [SUPRIMIDO] e a adesão ao Programa Nacional de Processo Eletrônico (ProPEN) foram cruciais para fornecimento da solução para municípios, além disso dado os desafios orçamentários conhecidos dos municípios a disponibilidade do estado em prover um investimento inicial para viabilizar o programa foi imprescindível. Desafios como a capacitação de servidores, os inúmeros cenários de maturidade dos municípios e a adaptação a novas tecnologias exigem atenção contínua para maximizar os benefícios do sistema. Conclui-se que a iniciativa de implantação do SEI nos municípios do estado é um marco na modernização da gestão pública, com impactos positivos, e que a continuidade do processo, com foco na capacitação e adaptação, é essencial para garantir a sustentabilidade e o sucesso da iniciativa.

### **Título: 1082219 - Sistema de Gestão de Compras como instrumento de acompanhamento das licitações e contratações públicas**

Autores: **Felipe Moreira Cruzeiro, Paulo Roberto Sbaraini Lunardi, Renato Coelho Caierão, Scheila Janaina Hunemeier**

Resumo: O Sistema de Gestão de Compras - SGC desempenha um papel essencial no acompanhamento das licitações e contratações públicas, garantindo maior transparência, eficiência e controle sobre os processos administrativos. Este artigo explora a importância do SGC como ferramenta estratégica na

administração pública, analisando seus impactos na gestão dos recursos, na fiscalização dos contratos e na mitigação de riscos relacionados a fraudes e ineficiências.

Os avanços tecnológicos possibilitaram o desenvolvimento de sistemas informatizados que permitem o monitoramento em tempo real das etapas da contratação, desde a sua fase interna, passando pela publicação do edital até a execução dos contratos. O SGC viabiliza a automação de processos, a gestão documental, a análise de indicadores e a auditoria dos procedimentos, contribuindo para uma administração mais ágil e confiável. Além disso, a interoperabilidade entre diferentes plataformas permite a integração com portais de transparência e órgãos de controle externo, fortalecendo a fiscalização e o combate a irregularidades.

Outro aspecto relevante proporcionado pelo Sistema de Gestão de Compras é o aprimoramento do planejamento das contratações públicas. A ferramenta possibilita a análise preditiva de demandas, permitindo que os órgãos governamentais programem aquisições com base em dados históricos, sazonalidade e necessidades específicas. Isso reduz a ocorrência de contratações emergenciais, melhora a alocação de recursos e promove um alinhamento mais eficiente entre planejamento orçamentário e execução contratual. Dessa forma, o sistema contribui para maior racionalização dos gastos públicos e otimização dos processos administrativos.

O estudo apresenta as boas práticas decorrentes da implementação do SGC no ente em questão, demonstrando como a ferramenta contribuiu para aprimorar a tomada de decisão e reduzir custos operacionais. Conclui-se que a adoção do Sistema não apenas modernizou a gestão pública, mas também fortaleceu os mecanismos de governança, promovendo maior accountability e confiança na aplicação dos recursos.

## **Título: 1084903 - Transformação digital na gestão de informações, documentos e processos: implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no Estado e municípios**

**Autores:** Juliano Silva Balbon, Mariane Wagner Albino

**Resumo:** A transformação digital, a gestão documental e a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) estão intimamente ligadas. Envolve a integração desta tecnologia digital ao cotidiano das instituições públicas, mudando a forma como o governo entrega valor informacional ao cidadão, resultando em eficiência processual, principalmente em relação à redução de custos, promoção da transparência e sustentabilidade. A implementação do SEI é um catalisador para a transformação digital na gestão pública, modernizando a gestão de informações, documentos e processos. Neste contexto, a gestão documental é fundamental, assegurando eficiência e conformidade regulatória ao uso do sistema. O processo de implantação do SEI requer a adoção de um contexto de gestão documental abrangente, incluindo planejamento, mapeamento de processos e fluxos. Instrumentos de gestão documental são



essenciais para a parametrização adequada do sistema. Boas práticas de órgãos que já implementaram o SEI destacam a importância de pensar gestão documental em todas as fases da implantação do Sistema e de adaptar seu uso às necessidades específicas de cada instituição, promovendo benefícios significativos como a redução do uso de papel e a melhoria na gestão como um todo. No estado e municípios estão sendo implementadas além da ferramenta, a gestão documental por meio do levantamento das funções e atividades produtoras de documentos e processos, além do mapeamento destes, reformulando a forma que o servidor ou gestor público pensa o processo administrativo em meio digital. As parametrizações e fluxos processuais estão sendo atualizados, tornando a produção documental mais assertiva e racional, diminuindo as burocracias e trâmites que tornam ineficazes os processos, gerando eficiência à conclusão dos atos administrativos. Inicialmente fazendo as parametrizações no SEI estadual, o Arquivo Público pôde reformular toda classificação processual no sistema, realizando a padronização das variáveis sistêmicas no que tange à padronização dos tipos de documentos, dos tipos de acessos e da legislação arquivística. Para os municípios estão sendo oferecidos os mesmos parâmetros, tornando as comunicações processuais entre as instituições públicas eficientes, para que as execuções das funções do estado aos municípios sejam completamente em meio digital.

## **Título: 1081752 - Tratamento de dados públicos com Python e RPA: Experiências com ETL no Setor Público.**

Autores: Davi Severiano Juví de Almeida

Resumo: A transformação digital tem sido um elemento-chave para o aprimoramento da gestão pública nos últimos anos, especialmente com a utilização da análise de dados na estruturação de políticas públicas baseadas em evidências. Nesse contexto, a automação tem se mostrado um recurso essencial para otimizar a análise e o tratamento de grandes volumes de dados públicos. O presente artigo explora o papel instrumental da automação nesse cenário, destacando o uso de Python e Robotic Process Automation (RPA) como ferramentas centrais no processo de ETL (Extração, Transformação e Carga) implementado pelo governo. A metodologia combina uma revisão da literatura com a análise de casos práticos e experiências bem-sucedidas, demonstrando como a integração dessas tecnologias pode auxiliar no enfrentamento dos desafios inerentes ao tratamento de dados na gestão pública. Python, por sua robustez, sintaxe simples e ampla coleção de bibliotecas gratuitas, tem sido amplamente adotado em diversas soluções governamentais. Dentre essas aplicações, destacam-se a automação no processo de anexação de documentos de candidatos na Secretaria de Ressocialização, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), os relatórios do Índice de Qualidade Educacional e a geração automatizada dos atos de férias dos professores. Outras iniciativas incluem a extração, o tratamento e a carga de dados (ETL) oriundos de repositórios governamentais, como o Observatório da Primeira Infância e programas como o Vem que Dá Tempo. Como principais resultados, destacam-se a melhoria na acurácia dos dados,

reduzindo erros humanos e inconsistências; ganhos em escala, uma vez que a automação do processo de ETL permite o processamento de grandes volumes de dados; e ganhos de produtividade, otimizando tempo e recursos e permitindo que os profissionais se concentrem em atividades de maior valor agregado. Concluímos que a combinação de Python e RPA representa uma estratégia sólida para o tratamento de dados públicos. As iniciativas analisadas não apenas aprimoraram a capacidade de resposta dos órgãos governamentais, como também reduziram custos e ampliaram a eficiência dos processos. Essa experiência reforça a importância de adotar tecnologias de automação para potencializar a análise de dados no setor público, contribuindo para uma gestão mais eficiente, transparente e inovadora.

### **Título: 1080147 - Uso de inteligência artificial nos processos do Plano Plurianual: um debate sobre casos de uso e desafios encontrados**

**Autores:** Vitor Vilar Drumond, Raul Loureiro De Bonis Almeida Simões, Rogério Barcelos Alves

**Resumo:** Dentre as atribuições do órgão central de planejamento nos processos relacionados ao Plano Plurianual (PPA), destaca-se a responsabilidade pela definição de metodologias e processos de planejamento, capacitação e orientação dos integrantes dos órgãos setoriais, disseminação de boas práticas e consolidação das informações relacionadas ao planejamento. Em paralelo, há o esforço contínuo de atualização e identificação de soluções tecnológicas que auxiliem e otimizem o cumprimento da sua missão institucional, seja no âmbito dos processos internos, por vezes invisíveis à rede setorial, mas também externos, perceptíveis no diálogo central-setorial.

Nesse contexto, identificou-se que a interação com órgãos setoriais poderia ter ganhos substantivos com a existência de um assistente virtual capaz de compreender perguntas e elaborar respostas relacionadas aos diversos aspectos do PPA, como metodologia, execução e conformidade. O presente trabalho tem como objetivo relatar a trajetória recente de desenvolvimento interno do referido assistente virtual com a utilização de modelos inteligência artificial.

A engenharia de um projeto de inteligência artificial deve considerar pelo menos três camadas: infraestrutura, desenvolvimento do modelo e aplicação do modelo. Quanto à infraestrutura, as restrições de hardware e impossibilidade de contratar modelos em nuvem moldaram a seleção de modelos quantizados que podem ser rodados localmente. Ademais, privilegiou-se os que atingiram melhor desempenho em língua portuguesa em benchmarks reconhecidos. Na camada de aplicação, a técnica escolhida foi RAG (retrieval augmented generation) que possibilitou o envio dos documentos do PPA para o modelo e a restrição de respostas somente baseadas no material. Como etapa final de desenvolvimento, a avaliação das respostas geradas pelo assistente virtual pelos técnicos centrais permite a curadoria dos dados e o recomeço do loop de iteração.

Por fim, entende-se que a pertinência da temática não se encontra em apenas a descrever os eventuais resultados já alcançados, mas sobretudo trazer a discussão acerca dos desafios inerentes ao desenvolvimento da ferramenta, a escolha de alternativas e técnicas aplicadas, aspectos que ocupam um importante papel no avanço da temática no âmbito da gestão pública.

## **Título: 1080799 - PODCAST: ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA GOVERNAMENTAL**

**Autores:** Herlane Suele Alves Martins, Rebeca Rêgo Pedrosa Costa, Gislayne Vieira, Thais Bezerra Patu

**Resumo:** Com a crescente digitalização e diversificação dos canais de comunicação e mídias digitais, os órgãos públicos têm adotado estratégias inovadoras para disseminar informações e conhecimento com o público em geral. Baseada nos resultados de pesquisa e na distribuição demográfica do Brasil, a Associação Brasileira de Podcasters (ABPOD) estima que o país tenha, aproximadamente, 31,94 milhões de ouvintes de podcasts. Pensando nisso, o Instituto de Gestão Pública lançou, em 2022, o POGcast, ferramenta que surgiu para abordar temas relacionados à administração pública, com ênfase especial nos tópicos de Planejamento, Orçamento e Gestão (origem da sigla “POG”). Os vídeos são produzidos mensalmente por uma equipe de servidores da secretaria e parceiros, com duração de, aproximadamente, 60 min, resultando num material audiovisual gravado, editado e disponibilizado em plataformas de streaming: Spotify, Deezer e Youtube. Cerca de 20 entrevistas já foram publicadas nas mais diversas temáticas, como: Criatividade e Inovação, Inteligência Artificial, Equidade Racial, Gestão para Resultados na Educação, dentre outras. Na plataforma Youtube, o canal conta com 173 inscritos e tem um alcance de, em média, 136 visualizações por vídeo. A produção destes materiais é de baixo custo para o setor público, uma vez que são produzidos em parceria com o estúdio de gravação de uma Universidade Pública estadual e editado pelos servidores da secretaria. Com isso, o objetivo principal deste artigo é estimular e modernizar a comunicação pública como uma oportunidade de inovação, fortalecendo a conexão entre governos e cidadãos e promovendo um fluxo de informação mais acessível e inclusivo na disseminação do conhecimento. O estudo adotou o método quantitativo, realizado no período de 2022 à 2024, analisando as seguintes variáveis: entrevistas realizadas por ano, temáticas abordadas, número de visualizações e inscritos nas plataformas. Utilizando ferramentas como Excel e Power BI, os dados foram coletados e tratados, resultando em um dashboard informativo que permite uma visualização clara e organizada das informações, oferecendo uma análise sobre o crescimento e o comportamento da audiência ao longo do período estudado, além de possibilitar identificar tendências e padrões que possam contribuir para a otimização e o desenvolvimento de estratégias na criação e distribuição de conteúdo.

## **Título: 1085216 - Implementação de uma Metodologia para Estruturação de Escritórios de Gerenciamento de Projetos nas Secretarias de Estado e Órgãos do Governo de Santa Catarina**

**Autores:** Pedro Pereira Rangel Sales, Vitor Santos Correa

**Resumo:** O estudo apresenta a implementação de uma metodologia de estruturação de Escritórios de Gerenciamento de Projetos (PMOs) nos órgãos do Governo de Santa Catarina, elaborado pela Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SEPLAN SC) em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), garantindo alinhamento estratégico e eficiência na gestão pública.

A metodologia utilizada é um estudo de casos envolvendo mais de 30 órgãos estaduais. O processo iniciou com um diagnóstico institucional para levantar informações essenciais, como missão, visão, desafios atuais, patrocinadores dos PMOs, perfil de engajamento dos patrocinadores e abordagem de relacionamento. Em seguida, foi conduzido um diagnóstico utilizando templates padronizados para identificar as funções mais adequadas para o PMO de cada órgão / secretarias de Estado e desdobrá-las em processos organizacionais. A metodologia utilizada é uma adaptação do framework PMO Value Ring para o setor público, correlacionando benefícios esperados e serviços conforme a pesquisa internacional de Aubry & Hobbs (2010), realizada com mais de 500 PMOs.

Foi obtido como resultado a identificação dos processos em todas as instituições participantes, resultando em um panorama das melhores práticas atuais de Escritório de Gerenciamento de Projetos (processos “as is”) no Governo de Santa Catarina, bem como a indicação das oportunidades de melhoria (processos “to be”). A próxima fase envolve a modelagem dos processos (notação BPMN) e a definição de indicadores-chave de desempenho (KPIs), permitindo avaliações futuras de desempenho para elevar o nível de maturidade.

Portanto, o trabalho visa nivelar os PMOs dos órgãos do Estado de Santa Catarina. O objetivo final é alcançar o nível de maturidade Otimizado na escala do modelo CMMI (Capability Maturity Model Integration), sendo cada PMO desenhado de forma única em sua estrutura e configuração. Os resultados já demonstram avanços significativos na governança de projetos, elevando a eficiência na gestão pública e contribuindo para a consolidação de uma referência de modelo estruturado de PMO com geração de valor percebido no setor público estadual catarinense.

## **Título: 1079870 - Gestão de emendas parlamentares com uso de RPA**

Autores: Bernardo Chaves da Silva, Marcelo Araújo Dantas, Clarissa Leal Bittencourt Martins, Gilberto Trindade Henriques Nunes

Resumo: A gestão de emendas parlamentares no âmbito da Secretaria de Planejamento envolve um volume expressivo de remanejamentos orçamentários, totalizando aproximadamente 2.500 operações anuais, distribuídas em nove ciclos, conforme previsão da Lei das Diretrizes Orçamentárias. Atualmente, esse processo é conduzido manualmente, exigindo que servidores naveguem por cinco a sete telas do sistema E-Fisco para cada solicitação. Essa metodologia demanda um tempo operacional significativo – variando entre 7 e 15 minutos por operação – e implica um elevado risco de erros humanos, devido à repetitividade do processo. Como consequência, gestores se veem sobrecarregados com atividades burocráticas, desviando-se de suas funções estratégicas e comprometendo a eficiência da administração pública.

Para enfrentar esse desafio e aprimorar a operacionalização das emendas parlamentares, desenvolvemos uma solução baseada em Automação Robótica de Processos (RPA). O objetivo central da iniciativa é reduzir drasticamente a participação humana em tarefas manuais e repetitivas, promovendo maior agilidade, confiabilidade e precisão nas movimentações orçamentárias. A tecnologia empregada permite que o robô execute a navegação no sistema, realize preenchimentos automáticos de formulários e efetue ajustes e remanejamentos de maneira autônoma, minimizando a ocorrência de erros por repetitividade manual e garantindo a integridade dos dados.

A automação gera impactos expressivos: reduz o tempo operacional, melhora a padronização dos processos, evita erros operacionais e permite que gestores focalizem atividades estratégicas. Além disso, resulta em redução de custos, pois minimiza a necessidade de equipes extensas de TI e evita gastos com retrabalho. A interface intuitiva democratiza o acesso à automação, permitindo que usuários não técnicos interajam e adaptem o sistema, sem depender exclusivamente de programadores.

A aplicação do RPA na gestão orçamentária representa um avanço na modernização dos processos administrativos, promovendo fluidez nas entregas, transparência na alocação de recursos e acessibilidade tecnológica. Dessa forma, a automação não apenas aumenta a eficiência operacional, mas também fortalece a capacidade de inovação governamental, contribuindo para uma administração pública mais ágil, responsiva e orientada a resultados.

## **Título: 1080154 - Governo e Cidadão Digitais: experiências e perspectivas para uma democracia mais digital**

Autores: Hiparcio Rafael Stoffel, Danielle Santos de S. Calazans, Ciro Menezes Barreiros, Luiz Fernando Salvadori Zachia

Resumo: Um processo de transformação digital diz mais sobre pessoas que tecnologia, sobretudo para a administração pública. Este artigo aborda a estratégia digital adotada pelo governo estadual e seu objetivo de ressignificar a relação do estado com o cidadão a partir da oferta de mais e melhores serviços digitais e pela aproximação da sociedade às decisões de políticas públicas e investimentos regionais. Aborda as estratégias de liderança, governança e implementação do processo, lançando mão, como metodologia, de pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação e destacando os resultados alcançados, como o índice de 95% de digitalização dos serviços e os volumes de acessos mensais superiores a 5,8 milhões, além do engajamento de todos os órgãos de governo. Fruto do aprendizado desta jornada, este trabalho propõe um framework de implementação da estratégia de transformação digital em governos baseado em 05 dimensões: a) Liderança e Estratégia, b) Engajamento, c) Digitalização, d) Regulamentação, e) Governança e Gestão. Os avanços na gestão pública se caracterizam pelo fortalecimento do posicionamento de estado servidor, pela proximidade com o cidadão, e ainda pela disponibilidade e modernização administrativa.

## **Título: 1081753 - A automação de Processos no Serviço Público com a solução RPA - Robotic process automation.**

Autores: Davi Severiano Juvi de Almeida, Carlos Gabriel de Oliveira Barboza, Cayo Capuxy Amancio

Resumo: A Robotic Process Automation (RPA) é uma tecnologia que automatiza processos corporativos por meio de ferramentas capazes de executar tarefas estruturadas, contribuindo significativamente para a transformação digital. Sua aplicação é ampla, abrangendo desde o processamento de transações e manipulação de dados até a comunicação com sistemas e o envio automatizado de mensagens e e-mails. No contexto governamental, o RPA foi utilizado em diversos projetos estratégicos, mas se destacou no programa Vem que Dá Tempo, do Escola 10, onde possibilitou a emissão de certificados de forma ágil e sem a necessidade de alocação de mão de obra adicional. Entre 2017 e 2019, a certificação de alunos era realizada manualmente, resultando em cerca de 2.500 emissões. Com o novo programa de certificações do Governo de Alagoas, a meta era certificar 80 mil alunos do Ensino Fundamental, um número crucial para a melhoria dos indicadores educacionais e do IDH do estado. Para enfrentar esse desafio, foi implementado o RPA, que permitiu a emissão automatizada de certificados a uma taxa de 110 por hora. No primeiro dia de operação, mais de 8 mil certificados foram gerados, e, ao longo de 11 meses, o programa alcançou a marca de 40 mil certificados emitidos – uma média de 3.322 certificações mensais. Sem automação, essa demanda exigiria proximadamente 75 dias úteis de trabalho contínuo de

funcionários dedicados exclusivamente à tarefa. Além da eficiência operacional, a adoção do RPA trouxe vantagens estratégicas, como a utilização de tecnologias open source, eliminando a necessidade de licenças e reduzindo riscos financeiros. Dessa forma, a solução mantém sua sustentabilidade tecnológica, garantindo segurança, evolução e continuidade, sob a gestão da equipe do projeto. O impacto positivo do RPA no programa Vem que Dá Tempo reforça a importância da automação na modernização dos serviços públicos, ampliando a eficiência, reduzindo custos e acelerando processos essenciais para a sociedade.

### **Título: 1080272 - A utilização de análises geoespaciais para a delimitação de Áreas Diretamente Atingidas (ADA) por eventos climáticos extremos como suporte a Políticas Públicas**

**Autores:** Danielle Santos de S. Calazans, Luciana da Silva Mieres, Mariana Lisboa Pessoa, Laurie Fofonka Cunha

**Resumo:** A ocorrência de eventos climáticos extremos vem, ao longo dos anos e em nível global, resultando em desastres que ocasionam danos socioeconômicos de grande relevância. Nesse sentido, ao considerar a multiplicidade de diferentes fatores socioeconômicos, políticos, de infraestrutura institucional e ambientais, constata-se maior vulnerabilidade associada aos países pobres e emergentes. Uma análise considerando a exposição ao risco e a vulnerabilidade obtida a partir dos múltiplos fatores supracitados, classificou o Brasil com um índice de alto risco. Diante disso, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas e programas voltados a essa temática. No contexto do ciclo de proteção e defesa civil relacionado a desastres naturais, que inclui a prevenção, a mitigação, a preparação, a resposta e a recuperação, compreende-se que a etapa de prevenção é capaz de reduzir danos humanos e prejuízos nas comunidades, contudo, diante da dinamicidade das ocorrências, muitos esforços partem da necessidade de resposta e, a partir de então, podem passar a subsidiar ações de prevenção. Nesse cenário, apresenta-se este estudo, o qual busca demonstrar a aplicação da análise geoespacial para delimitação de Áreas Diretamente Atingidas (ADA) por eventos climáticos extremos que resultaram em desastres de grandes proporções. A necessidade de resposta exigiu um grande esforço coletivo para o desenvolvimento da ADA, obtida a partir da adoção de diferentes técnicas, resultando em uma base cartográfica que, ao ser cruzada com dados sociais, possibilitou a identificação da população atingida e o consequente pagamento de diferentes auxílios emergenciais aos beneficiários. O presente artigo será dedicado à apresentação destas técnicas e do trabalho para consolidação do produto cartográfico, o qual foi sendo desenvolvido ao longo do período de resposta, mas que possibilitou a identificação de potencialidades para serem futuramente exploradas no âmbito da prevenção de desastres.

## **Título: 1079879 - ANÁLISE FATORIAL DO ÍNDICE DE CAPACIDADES DIGITAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS**

Autores: Maria dos Santos Marques, Keuler Hissa Teixeira, Thaís Letícia Silva dos Santos, Pedro Henrique de Souza

Resumo: A transformação digital tem sido um motor fundamental de mudanças na gestão pública, especialmente nas áreas de planejamento e orçamento. O uso de tecnologias digitais, como inteligência artificial, tecnologias da informação e comunicação (TICs), e processos colaborativos, tem se mostrado essencial para melhorar a eficiência, transparência e o impacto das políticas públicas. Este estudo visa explorar as capacidades digitais dos servidores públicos e como essas habilidades influenciam a implementação de processos digitais na administração pública, com um foco especial no uso de tecnologias emergentes para otimizar a gestão pública. A partir de uma pesquisa aplicada, foi desenvolvido um Índice de Capacidade Digital (ICD) utilizando a técnica de Análise Fatorial, com o objetivo de identificar as competências digitais dos servidores. Os resultados indicam que 62,11% dos servidores apresentam capacidades digitais em níveis baixo ou médio, o que aponta para a necessidade urgente de capacitação contínua e aprimoramento das habilidades tecnológicas no setor público. A análise também revelou que a transformação digital não depende apenas da adoção de novas tecnologias, mas também da capacitação dos servidores, da adaptação cultural e da mudança organizacional. Para garantir a implementação bem-sucedida de inovações tecnológicas, é necessário investir no desenvolvimento contínuo de competências digitais. A criação de uma cultura organizacional voltada para a inovação e o uso inteligente das tecnologias emergentes deve ser vista como um pilar estratégico para a modernização da administração pública, com foco no aprimoramento da prestação de serviços à sociedade. Este estudo destaca a importância de integrar tecnologias como inteligência artificial, TICs e processos colaborativos na formulação de políticas públicas e no planejamento orçamentário, com o objetivo de promover uma gestão pública mais eficiente, transparente e inclusiva. O fortalecimento das capacidades digitais dos servidores, aliado ao uso de ferramentas digitais, pode resultar em um setor público mais ágil e preparado para os desafios contemporâneos, além de aumentar a colaboração e o compartilhamento de informações entre as diversas áreas governamentais.

## **Título: 1085160 - Aplicação de machine learning na classificação de municípios para planejamento de políticas públicas**

Autores: Raul Wesley Leal Bonfim, Mickael Guedes Lima de Oliveira, Isadora Lemos Vaz Campos, Bárbara Delfino de Aragão Reis

Resumo: O desafio da alocação eficiente de recursos públicos exige ferramentas analíticas que permitam compreender as principais fragilidades dos municípios e direcionar políticas públicas de forma assertiva. Este trabalho apresenta um modelo de machine learning para classificar municípios de um estado



conforme seus principais gargalos nas áreas de educação e saúde. A hipótese central é que o uso de algoritmos de aprendizado de máquina pode aprimorar a tomada de decisão governamental, otimizando recursos escassos e potencializando o impacto das políticas públicas.

A metodologia emprega o algoritmo K-Means para agrupar municípios com características semelhantes, permitindo a identificação de padrões latentes nos dados. Foram aplicadas transformações logarítmicas e normalização (Log+StandardScaler) para corrigir assimetrias e melhorar a comparabilidade entre variáveis. A definição do número ótimo de clusters foi realizada por meio dos métodos do cotovelo e silhueta, garantindo a robustez da segmentação. Além disso, análises de correlação e remoção de outliers extremos foram conduzidas para preservar a qualidade dos agrupamentos.

Os resultados indicam que a clusterização permite uma classificação mais precisa dos municípios, independentemente de sua localização geográfica, evidenciando perfis distintos de vulnerabilidades. A abordagem proposta oferece subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas mais eficazes, alinhadas às reais necessidades locais, contribuindo para uma gestão governamental mais estratégica e orientada por dados.

## **Título: 1082823 - Aplicação em Python para calcular o Demonstrativo 1 – Metas Anuais do Anexo de Metas Fiscais da LDO de forma automatizada**

Autores: Juliana Cruz, Wallace Thomaz da Silva

Resumo: Este trabalho propõe a criação de uma aplicação em Python para automatizar o cálculo do Demonstrativo 1 – Metas Anuais do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), utilizando dados públicos. O objetivo é facilitar a elaboração deste demonstrativo que é essencial para o planejamento orçamentário, tornando o processo mais eficiente, além de contribuir para a melhoria da administração pública. O planejamento orçamentário no Brasil é regulado por várias legislações, sendo a LDO um dos principais instrumentos do planejamento público. Ela serve de elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo metas e prioridades para a administração pública. A LC nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, exige a inclusão de metas fiscais anuais e projeções de receitas, despesas, resultados fiscais e dívida pública, com base em dados corretos e transparentes. A elaboração do Demonstrativo 1 – Metas Anuais é na maioria das vezes manual, o que torna o processo lento e suscetível a erros. Para resolver isso, a aplicação desenvolvida automatiza os cálculos de projeções de receitas, despesas e folha de pagamento, utilizando métodos estatísticos e fatores econômicos para gerar estimativas mais confiáveis. O primeiro módulo projeta as receitas, considerando fatores como PIB, IPCA, crescimento econômico e legislação fiscal. O segundo módulo trata da folha de pagamento, estimando despesas com pessoal, incluindo variações vegetativas e outros fatores como reajustes e contratações. O terceiro módulo projeta as despesas públicas separando

em despesas obrigatórias das discricionárias. A principal inovação deste projeto é sua abordagem adaptável, permitindo que a ferramenta seja utilizada por diferentes entes federados, pois é uma generalização das informações solicitadas pelo MDF. O projeto foi desenvolvido em Python, uma linguagem de programação amplamente usada para análise de dados. Com a automatização desses cálculos, espera-se reduzir erros, otimizar o tempo dos servidores e melhorar a gestão fiscal, proporcionando maior transparência e eficiência no planejamento orçamentário. O impacto esperado é significativo, pois possibilita a padronização dos processos orçamentários em estados, municípios e o Distrito Federal, alinhando-os às normas do MDF e aprimorando a qualidade das projeções financeiras.

### **Título: 1079943 - Governo orientado a dados: Portal Alagoas em Dados**

Autores: Maria Bernadeth Medeiros de Souza, Juliana Carla da Silva Santos

Resumo: Considerando a importância da formulação de políticas públicas e promoção da Transparência e do Governo Aberto, o Portal Alagoas em Dados e Informações - ADI tem cumprido papel relevante na disseminação e compreensão de informações estratégicas em Alagoas. Os serviços do portal têm contribuído, deste modo, ao oportunizar maior agilidade nos processos decisórios e redução de custos de planejamento e de gestão operacional de ações do governo. O ADI, tem suas funcionalidades baseadas na ferramenta CKAN (Comprehensive Knowledge Archive Network) desenvolvido pela Open Knowledge Foundation. O Portal dispõe de recursos de inteligência geográfica e de negócios oferecendo suporte estratégico para a tomada de decisão dos gestores, a exemplo da gestão da pandemia de COVID-19 e da alocação de recursos em infraestrutura econômica e social que resultam na elevação dos padrões de qualidade de vida dos alagoanos. Entende-se que o ADI tem cumprido a missão de apoiar o ciclo de políticas públicas e a promoção da transparência e do Governo Aberto em Alagoas ao disponibilizar serviços de informação como um ativo estratégico para aumentar a eficiência e melhorar a formulação de políticas baseadas em evidências.

### **Título: 1080180 - AUTOMAÇÃO ROBÓTICA DE PROCESSOS E SUA APLICAÇÃO NA GESTÃO DOCUMENTAL**

Autores: jaqueline mercedes, André Benetti, Vinicius Oliveira Braz Depra, Giovane Alves Fonseca

Resumo: Com o avanço tecnológico, a demanda por automação de processos tem crescido em diversos setores do trabalho. Nesse contexto, as ferramentas de Automação Robótica de Processos (RPA) têm se mostrado grande aliada na redução do tempo de trabalho gasto em atividades repetitivas. Esta pesquisa parte de um estudo de caso em que a RPA foi aplicada no Arquivo Público Estadual, especificamente na

gestão documental. Ao analisar o processo de indexação de imagens de habilitação, percebeu-se que muitas das atividades eram estritamente repetitivas, indicando a possibilidade de otimização dessa atividade por meio das ferramentas de automação. No caso específico em que os robôs foram empregados, a equipe gastava considerável tempo na criação de pastas no servidor de arquivos, etapa preparatória para a indexação de imagens no sistema Administração de Acervos Públicos (AAP). O sistema já faz uso de automação de processos há mais de um ano quando se desenvolveu o sistema TROCADO, que indexa automaticamente as imagens digitalizadas no AAP. Na atividade em questão, a equipe preparava as pastas manualmente, seguindo um formato padrão, o que demandava tempo significativo. Isso evidenciou a viabilidade do uso da automação. Foram desenvolvidos dois robôs pela equipe de gestão documental: um para criar as pastas dos condicionadores e outro para criar pastas com nomes e códigos, com base em uma planilha Excel. Essas aplicações (TROCADO e RPA) resultaram em um ganho extraordinário de produtividade permitindo a alocação de servidores para atividades mais complexas e facilitando a pesquisa dos cidadãos no sistema AAP. A fim de ilustrar: em agosto de 2023, foram indexadas 41.455 imagens, enquanto em setembro do mesmo ano esse número aumentou para 97.169. Comparativamente ao método manual, houve uma redução de 57,34% de tempo dedicado a essas atividades. Podemos inferir a partir do resultado de que as 120 horas de trabalho manual realizadas ao longo de um ano foram concluídas em aproximadamente 2 (duas) horas com a automação por RPA. Essa iniciativa, que combina inovação e transformação digital, demonstrou eficiência no uso da RPA, podendo inclusive ser referência para demais órgãos que atuam na gestão documental, representando uma significativa contribuição ao avanço da gestão pública.

**Título: 1075481 - AUTOMATIZAÇÃO DE TAREFAS OPERACIONAIS NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA CENTRAL NO GOVERNO DE MINAS GERAIS: um estudo de caso na Diretoria Central de Monitoramento da Execução Física Orçamentária (DCMEFO/SPLOR)**

**Autores:** Bruno Henrique de Oliveira Rosa, Felipe Magno Parreiras de Sousa, Guilherme de Melo Ferreira, Lucas José Oliveira

**Resumo:** A integração da automação de processos na administração pública representa um marco crucial na era moderna. O uso da tecnologia da informação não só otimiza a eficiência operacional, mas também promove a inovação e melhora a produtividade. A automação de processos, possibilitada pelas novas tecnologias, visa eliminar tarefas repetitivas e padronizadas, reduzindo erros, aumentando a velocidade de execução e liberando recursos humanos para atividades mais estratégicas e analíticas.

O artigo aborda a implementação da automação em uma unidade central de orçamento público, destacando seu impacto na gestão orçamentária e no papel do Estado. Inicialmente, discute a evolução do orçamento público e sua relação com a modernização dos processos administrativos. Em seguida, são

apresentados os conceitos fundamentais da automação, enfatizando sua importância para a eficiência e a transparência na gestão pública. O estudo detalha o processo de implementação da automação na unidade central de orçamento público, abordando desafios, benefícios e implicações para a administração orçamentária. O objetivo é demonstrar como a adoção de tecnologias automatizadas pode otimizar procedimentos, reduzir custos e aprimorar a tomada de decisões neste estudo de caso. Assim, o artigo contribui para o entendimento da automação como ferramenta essencial para a modernização da administração pública, promovendo maior eficácia e racionalização dos recursos governamentais.

### **Título: 1081437 - Automação de Processos Orçamentários no Setor Governamental: Estudo de Caso sobre a Implementação do Power Automate na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

Autores: Lara Fernandes Soares, Daniel Henrique da Cunha Campos

Resumo: O avanço de tecnologias envolvendo automação de processos possibilita uma significativa mudança no contexto organizacional governamental. Após a popularização de ferramentas e tecnologias, fica claro o potencial do uso de ferramentas informacionais para auxílio de processos institucionais. A utilização do Power Automate, plataforma da Microsoft de automação de tarefas e processos, abarca diversos setores organizacionais e, dentre estes, o setor orçamentário da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. O objetivo do artigo é detalhar a respeito do processo de descentralização de cotas orçamentárias, a construção do processo de automação e a sua utilização. Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, que realizou um estudo de caso do processo de descentralização das cotas orçamentárias. O artigo identificou que a automação apresentou resultados positivos, tais quais a eficiência e a agilidade. A automação permitiu a execução de tarefas repetitivas e complexas de forma mais célere, diminuindo o tempo gasto com processos manuais. Não apenas, possibilita a redução de erros humanos, especialmente no que tange à descentralização de cotas orçamentárias, vez que este processo é constituído de diversas etapas e grande quantidade de dados. Entretanto, os desafios atuais são relativos à personalização do fluxo no Power Automate, que necessita de respeitar a curva de aprendizagem do funcionalismo público, bem como realizar testes para auxiliar na maior eficiência na execução da automação, vez que existem limitações nos sistemas já existentes. Por fim, apesar das limitações a automação tem se mostrado uma ferramenta positiva no auxílio dos processos orçamentários, melhorando a qualidade e eficiência do setor orçamentário governamental.

## **Título: 1082269 - Como a centralização das compras públicas contribui para o planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas**

Autores: Felipe Moreira Cruzeiro, Paulo Roberto Sbaraini Lunardi, Renato Coelho Caierão, Kethy Helen de Souza Bazo

Resumo: A centralização das compras públicas tem se consolidado como uma estratégia eficaz para fortalecer o planejamento, a execução e o monitoramento de políticas públicas. Ao concentrar processos licitatórios em uma estrutura única, a administração pública consegue aprimorar a gestão dos recursos, aumentar a transparência e obter ganhos de escala. O presente artigo analisa os impactos da centralização das aquisições governamentais, utilizando como estudo de caso a experiência de um órgão estadual responsável pela condução das licitações de forma unificada.

O trabalho evidencia que a centralização permite um planejamento mais estratégico das aquisições, garantindo maior previsibilidade orçamentária e alinhamento com as diretrizes governamentais. Além disso, a execução das compras se torna mais eficiente, reduzindo redundâncias, otimizando processos e proporcionando maior competitividade entre fornecedores, o que resulta em economia para os cofres públicos. O monitoramento das políticas públicas também é aprimorado, uma vez que a consolidação das informações em uma única plataforma facilita a fiscalização, a análise de desempenho e a adoção de ajustes necessários para a melhoria contínua dos serviços oferecidos à população.

O estudo demonstra que a centralização das compras públicas pode ser um instrumento fundamental para qualificar a gestão estatal, assegurando maior racionalidade no uso dos recursos e fortalecendo a governança. Os resultados obtidos reforçam a importância de investimentos contínuos em modernização tecnológica e capacitação dos gestores, garantindo que o modelo centralizado atue de forma estratégica e eficiente para atender às necessidades da sociedade.

## **Título: 1080538 - COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE AJUDAR A POPULAÇÃO A INFLUENCIAR A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS?**

Autores: Jailton Nicácio, MARIELZA SANTOS DO NASCIMENTO, JOÃO FELIPE ALVES BORGES, José Gonçalves de Figueiredo Júnior

Resumo: A Inteligência Artificial (IA) tem se consolidado como uma ferramenta essencial para a modernização da administração pública, possibilitando a formulação de políticas baseadas em dados, aumentando a eficiência governamental e fortalecendo a participação cidadã. Este artigo analisa o papel da IA no aprimoramento das políticas públicas, destacando seu potencial para coletar e processar grandes volumes de informações, prever cenários e embasar decisões estratégicas. Por meio de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão de literatura e análise documental, investigamos de que forma a IA pode ampliar a governança democrática, facilitar a interação entre Estado e sociedade e contribuir para a tomada de decisões mais transparentes e inclusivas. A pesquisa também aborda

desafios éticos e técnicos, como a necessidade de regulamentação, a mitigação de vieses algorítmicos e a proteção da privacidade dos cidadãos. Além disso, são apresentados exemplos concretos de uso da IA no Brasil e no mundo, evidenciando como essa tecnologia pode ser integrada às estruturas institucionais de maneira responsável. Por fim, propomos a aplicação da IA no Portal Participa Maceió, demonstrando como a tecnologia pode otimizar a análise e priorização de demandas sociais, tornando o processo de participação popular mais acessível e eficaz. Os achados deste estudo reforçam a importância de investimentos em infraestrutura tecnológica e capacitação de gestores públicos para garantir que os benefícios da IA sejam distribuídos de forma equitativa e que sua implementação respeite princípios éticos e democráticos.

### **Título: 1076933 - Construção de indicadores sintéticos a partir de dados massivos – um caso aplicado ao monitoramento e à avaliação de investimentos públicos em rodovias.**

Autores: Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros, André Leite Wanderley, Diogo de Carvalho Bezerra, Rafael Zimmerle da Nóbrega

**Resumo: INTRODUÇÃO.** Este trabalho apresenta um estudo de caso da construção de indicadores a partir de dados massivos, para o monitoramento e a avaliação de investimentos públicos em rodovias. Essa utilização pode permitir a construção de indicadores sintéticos aproximados (proxy indicators), que, embora possam apresentar menor precisão do que indicadores tradicionais obtidos via questionários (survey) ou coleta direta, oferecem vantagens como o baixo custo e a atualização dinâmica.

**MATERIAIS E MÉTODOS.** Foram utilizados dados do Waze para monitorar a qualidade de rodovias e para estimar o impacto da implementação e recuperação de rodovias sobre eventos de alertas e engarrafamentos relatados por usuários. Para isso, os dados foram extraídos através da API Waze Partner Hub, tratados de acordo com padronização de tempo e localização dos eventos nas rodovias de interesse, e seleção dos dados finais usando os critérios de confiabilidade, confiança e confirmação por usuários. Finalmente, os dados foram analisados tomando por base a literatura disponível sobre integração e utilização de dados massivos não aleatório para realizar inferências e subsidiar a tomada de decisão.

**RESULTADOS.** O principal resultado obtido foi a criação de indicadores de eventos de alertas e engarrafamentos, permitindo, inclusive, estimar as principais vias e fluxos de deslocamentos entre rodovias. Além disso, foi possível criar um painel de acompanhamento em tempo real das rodovias estaduais, com atualização a cada 5 minutos, e informação sobre eventos de alertas. Finalmente, os indicadores de eventos de alertas e engarrafamentos permitiram construir modelos de avaliação do impacto da implementação e recuperação de rodovias sobre os alertas de interesse, como buracos,

tráfego, acidentes, perigo e sinalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS. Espera-se que este artigo possa contribuir com a discussão sobre indicadores sintéticos, monitoramento e avaliação, bem como sobre a utilização de dados massivos como fonte para inferências, ajudando a compreender as potencialidades e limitações do uso deste tipo de dado em relação a conjuntos tradicionais.

### **Título: 1080113 - Desenvolvimento da Estratégia [OMITIDO] Data-Driven**

Autores: Lucas De Maman Benz, Daniel Antonio Karling, Bruno Fernandes da Silva

Resumo: O uso de análise de dados já era reconhecido em 2020 como um fator essencial para impulsionar a transformação digital das organizações, conforme apontado pela Gartner (2020). Negócios digitais dependem fortemente da utilização e interpretação de dados, porém muitas instituições ainda tratam essas atividades como secundárias, o que limita seu potencial estratégico.

Com o objetivo de aproveitar os benefícios da análise e ciência de dados, em 2023 foi estabelecida uma estratégia, de forma transversal, voltada para disseminar a cultura de tomada de decisão orientada a dados nos órgãos e entidades da administração pública estadual. Esta estratégia teve como propósito fomentar o uso inteligente de dados para aprimorar políticas públicas e impulsionar a transformação digital, resultando em serviços públicos mais eficientes, modernos e ágeis para a população.

A metodologia adotada focou na identificação, junto às áreas de negócio, dos principais conjuntos de dados relacionados aos objetivos estratégicos do estado. Esse trabalho foi integrado à formulação do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Além disso, a estratégia incluiu a realização de um diagnóstico do nível de alfabetização em dados dos servidores estaduais. Os resultados desse levantamento foram utilizados para estruturar trilhas de capacitação voltadas a aprimorar a fluência em dados entre os servidores.

Como resultado do mapeamento, foram identificadas 169 entidades de dados que apareceram com recorrência superior a quatro vezes, associadas a diferentes metas do governo. Essas informações permitiram definir quais dados deveriam ter prioridade na disponibilização e na implementação de práticas de governança. No diagnóstico de alfabetização em dados, com base em uma amostra de 300 servidores, observou-se que as principais dificuldades estavam relacionadas à leitura e comunicação de dados.

A identificação dos dados mais relevantes permitida ao estado adotar uma abordagem transversal e otimizada na governança de dados, otimizando recursos financeiros e operacionais e orientando iniciativas como o projeto de interoperabilidade e a obtenção de dados federais. Além disso, o

mapeamento das lacunas de conhecimento dos servidores possibilitou a estruturação de capacitações específicas, maximizando o uso estratégico dos dados na administração pública.

### **Título: 1079450 - Dicionário de Linguagem Simples -**

Autores: Luiz Otavio Ribeiro Monteiro Junior, Gabriela Pinto Rodrigues, Karyak Uzukê

Resumo: Esta proposta apresenta o Dicionário de Linguagem Simples, uma inovação voltada à acessibilidade da informação pública. Trata-se de uma ferramenta digital de acesso público que traduz conceitos técnicos e normativos para uma linguagem simplificada, facilitando a compreensão por diferentes públicos.

O Dicionário opera por meio de uma plataforma online, onde os usuários podem pesquisar termos e conceitos de interesse. Cada termo apresenta três níveis de definição:

Definição Técnica – descrição formal conforme legislações e normativas vigentes.

Definição Simples – versão adaptada com linguagem clara e acessível.

Linguagem Simples – explicação na forma mais básica e direta.

Entre os temas abordados, destacam-se: Orçamento Público, Documentos Públicos, Impostos Municipais (IPTU, ITBI e ISS), Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), Código de Trânsito Brasileiro e Avaliação de Políticas Públicas.

O projeto visa promover transparência, inclusão e democratização do conhecimento, tornando informações complexas mais acessíveis para a população em geral.

### **Título: 1075158 - Digitalizando o relacionamento com o empreendedor: Uma nova perspectiva a partir da Inteligência Artificial**

Autores: Roberta Ramos Tena, Guilherme de Souza Alencar Vieira, Gabriel Sousa Nunes, Daniel Brito da Silva

Resumo: A digitalização dos serviços de apoio ao empreendedorismo tem se mostrado essencial para ampliar o acesso a informações, reduzir burocracias e facilitar o crescimento sustentável dos negócios. Antes disso, empreendedores precisavam deslocar-se até órgãos públicos para esclarecer dúvidas básicas, como a viabilidade de um ponto comercial ou o acesso a crédito. Esse processo gerava barreiras operacionais que dificultavam a formalização e o desenvolvimento de pequenos negócios. Para



transformar esse panorama, vislumbrou-se necessária a criação de uma ferramenta que garantisse capilaridade ao atendimento - proporcionando acesso rápido e direto às informações e, ao mesmo tempo, estruturasse um canal eficiente de suporte e acompanhamento. Além disso, mostrou-se importante a centralização e a organização de serviços em um ambiente digital, evitando a dispersão de informações e otimizando os processos de orientação aos empreendedores. Cada vez mais em evidência, o uso da Inteligência Artificial (IA) também provou ser um importante aliado, contribuindo potencialmente para a melhoria do atendimento ao público empreendedor. Objetivo: Este artigo tem como objetivo descrever e analisar as etapas preliminares do desenvolvimento e planejamento de quatro plataformas digitais interconectadas e uma assistente virtual com inteligência artificial para o atendimento e suporte a empreendedores. Além disso, discute os desafios e avanços na adoção de inteligência artificial para ampliar o acesso a serviços e reduzir desigualdades no ambiente de negócios. Resultados: Serão apresentados os pormenores e os desafios que resultaram na construção do termo de referência (TR) da licitação das plataformas e da assistente virtual, destacando as principais etapas estabelecidas para a realização do processo de contratação da empresa responsável. Metodologia: A pesquisa possui caráter qualitativo e descritivo, uma vez que dedica-se, respectivamente, a analisar as razões pelas quais a criação das plataformas se mostrou necessária e a enumerar os passos percorridos para a elaboração do termo de referência, ou seja, o documento responsável por especificar o objeto da contratação.

## **Título: 1079896 - Estratégias de fortalecimento institucional: a reestruturação do site da rede de planejamento**

Autores: Julia Figueredo, Leandro de Almeida Silva

Resumo: O Plano Plurianual (PPA) é o documento onde as diretrizes, objetivos e metas governamentais estabelecidas no plano de governo ganham concretude, estabelecendo caminhos viáveis para sua execução. No ente federativo em questão, os processos relacionados ao PPA são conduzidos de forma conjunta, sendo coordenados pelo órgão central de planejamento e construídos, revisados e monitorados pelos órgãos setoriais, com a interlocução acontecendo no formato de uma rede, estruturada legalmente. Entre as atribuições do órgão central, destacam-se a definição de metodologias e processos, capacitação, disseminação de boas práticas e consolidação das informações de planejamento. Assim, faz parte de sua responsabilidade o desenvolvimento de ferramentas e estratégias que fortaleçam os processos institucionais e a difusão de metodologias aos órgãos setoriais.

Neste contexto, em 2020 foi criado um meio de comunicação entre o órgão central e o setorial, um portal para a rede de planejamento que abrigava as informações dos processos e atividades do PPA, assim como seus documentos legais em diversos formatos para fortalecimento da transparência. Apesar das mudanças incrementais desenvolvidas ano a ano, em 2024 se concebeu um projeto de reformulação do site, orientado por uma estratégia geral de padronização dos portais para área de planejamento e

orçamento, vinculadas à esta subsecretaria.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o resultado da reestruturação do site da Rede de Planejamento, desenvolvido para ser um repositório centralizado e intuitivo para documentos, painéis interativos, videoaulas e informações sobre o planejamento público do estado, visando garantir maior usabilidade, transparência, acessibilidade e eficiência na gestão dos processos vinculados ao PPA.

## **Título: 1079836 - Gestão arquivística de dados, informações e documentos enquanto ativos da governança pública**

Autores: Juliano Silva Balbon

Resumo: Dados, informações e documentos são ativos essenciais para qualquer governo que preze por eficiência em seus fluxos de trabalho, transparência ativa e passiva, além de exercer a cidadania e democracia em um Estado de Direito. Estes ativos fornecem a base para a tomada de decisões, apóiam a execução de operações diárias e garantem então, a transparência dos processos. Em um mundo sustentado atualmente pela produção e compartilhamento em massa de informações, há de se questionar como esses ativos informacionais poderão ser utilizados da melhor forma possível, mas também como assegurar que a recuperação seja ágil, a organização, criteriosa, o armazenamento, seguro, e que sejam mantidos e preservados no tempo que for necessário, tudo isto de forma autêntica e íntegra. Como Governança pública entende-se todo o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas em âmbito governamental, a forma como o Estado é administrado e como os recursos públicos são gerenciados para atender às necessidades e demandas da sociedade de forma eficiente, transparente, responsável e participativa. Não obstante, a gestão arquivística de dados, informações e documentos sustentam a governança pública de modo estratégico, a partir da gestão, avaliação, disponibilização, favorecendo o acesso irrestrito do contexto político a partir dos procedimentos arquivísticos e tecnológicos. A gestão arquivística refere-se ao conjunto de princípios, diretrizes e práticas que orientam a gestão dos documentos ao longo do tempo, garantindo sua autenticidade, integridade, confiabilidade e acessibilidade, desde a criação até a destinação final da informação. Essa prática é fundamental para organizações de todos os setores, pois os documentos são ativos essenciais que contêm informações críticas para o funcionamento e tomada de decisões. No cerne da gestão arquivística está o reconhecimento da importância dos documentos como evidências das atividades, transações e decisões de uma organização. Esses registros são fundamentais para garantir a prestação de contas e conformidade com regulamentações e políticas internas e externas, visando estabelecer e implementar políticas, procedimentos e práticas que garantam a gestão eficaz e sustentável das informações, alinhada aos objetivos e necessidades da organização.

## **Título: 1079692 - Avalia Gov**

Autores: Maria Tereza Wichocki Monteiro, Sandro Brandão, Patrícia Soares Duarte, Gabrielly Mendes Ferreira

Resumo: O acesso e a compreensão das políticas públicas são desafios para gestores e cidadãos. Em nosso Estado, um relatório detalha a avaliação de 48 programas, 450 ações e 650 produtos, consolidando mais de 200 indicadores em um documento de 3.400 páginas. No entanto, seu uso era limitado à prestação de contas ao legislativo, dificultando a transparência e a tomada de decisão estratégica. E a obtenção de dados sobre as políticas era um processo lento e burocrático, muitas vezes levando dias para se conseguir uma resposta.

O Avalia Gov modernizou esse processo ao transformar o relatório em uma plataforma digital acessível e interativa. A iniciativa centraliza informações em um portal unificado, integrando painéis interativos para visualização dos resultados e um chatbot com inteligência artificial, que fornece respostas instantâneas sobre as políticas públicas. Essa inovação reduz a burocracia e amplia o acesso à informação, fortalecendo a participação social e a governança baseada em dados. O Avalia Gov beneficia diretamente gestores públicos (secretários, diretores, gerentes e técnicos) e a sociedade civil (cidadãos, jornalistas, pesquisadores e entidades).

O desenvolvimento seguiu uma abordagem metodológica estruturada, combinando pesquisa científica, experimentação e implementação gradual. A equipe multidisciplinar trabalhou na estruturação dos dados, no desenvolvimento da interface e na capacitação de mais de 200 gestores públicos. Além disso, o projeto reduziu custos ao reutilizar tecnologias já disponíveis no governo.

A estrutura modular do chatbot e dos painéis permite fácil adaptação a outras áreas do governo.

Os resultados são expressivos: gestores tomam decisões com mais agilidade, cidadãos acompanham as políticas de forma simples e objetiva, e o governo aprimora a transparência e a eficiência administrativa. O modelo da prática já inspira outras áreas a adotarem soluções similares, evidenciando seu impacto e potencial de replicação.

Ao integrar tecnologia e inteligência artificial na avaliação das políticas públicas, o Avalia Gov representa um avanço estratégico no planejamento governamental, alinhado às recomendações dos Tribunais de Contas e às diretrizes da nova administração pública, contribuindo para uma gestão mais transparente, eficiente e orientada a resultados.

## **12. Modernização da Gestão de Investimentos Públicos, governança e ponto de entrada única para projetos, consistência da pré-avaliação, consideração de aspectos fiscais para projetos plurianuais, integração de parâmetros ambientais, sociais e de mudanças climáticas, e avaliação ex-post**

### **Título: 1084269 - Governança e gestão de riscos em meio à calamidade: a experiência com o Fundo do Plano Rio Grande**

Autores: Antonio Simões Branco Junior, Cecília Rutkoski Hoff, Leticia Meneguetti Fontana, Matheus Rosso Martins

Resumo: Ao mesmo tempo em que adotava medidas emergenciais de enfrentamento da calamidade decorrente dos eventos climáticos de 2024, o Rio Grande do Sul foi instado a construir uma nova estrutura de governança para planejar as políticas de médio e longo prazos voltadas para a reconstrução, a preparação e a resiliência frente a eventos climáticos futuros. Neste contexto, foram criados o Plano Rio Grande e o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), composto dos recursos da postergação da dívida do Estado com a União (LC 206). O objetivo do presente artigo é apresentar a governança e gestão de riscos do Funrigs. Dentro do sistema criado, a Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG) é o órgão executivo responsável pelo planejamento dos investimentos e atua na indicação de projetos estruturantes, encarregando-se da articulação e auxílio aos órgãos executores na elaboração dos projetos, além de centralizar a avaliação das demais propostas quanto à aderência ao Plano Rio Grande, complementaridades e eventuais sobreposições com projetos já existentes. A SERG ainda analisa as possibilidades de financiamento total ou parcial dos projetos pelo Funrigs, tendo em vista as vedações ao financiamento de projetos que não guardem nexos causal com a calamidade e de despesas correntes de caráter continuado. Destaca-se que a governança do Funrigs ainda está sendo construída e que, ao longo do processo, novos desafios se impõem: a prestação de contas, o regramento para a devolução de recursos não utilizados, os riscos associados ao prazo exíguo para todo ciclo de elaboração e execução dos projetos, a gestão e o planejamento financeiro para garantir a suficiência de recursos aos projetos mais complexos. Considerando-se que os eventos climáticos extremos tendem a ser cada vez mais frequentes, a experiência pioneira do Rio Grande do Sul na construção de governança para a avaliação centralizada de investimentos com os recursos oriundos da LC 206, bem como os desafios da gestão de riscos do Fundo, constituem-se em conhecimento relevante para novos entes que venham a enfrentar situações similares no futuro.

## **Título: 1081026 - Aprimoramento da Gestão de Investimentos Públicos: Estratégias para Sustentabilidade e Eficiência dos Projetos de Investimentos**

Autores: Sandra Suely do Vale Corrêa, Hayssa Silva de Faria, Lara Martins Rocha Vieira da Silva, Lidiane Jordão de Oliveira Barros

Resumo: O Estado enfrenta desafios econômicos e fiscais significativos, que requerem estratégias inovadoras e diversificadas para garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade de projetos de investimento. Diante de tal cenário, é fundamental explorar terrenos sólidos para viabilizar os investimentos de forma eficiente e duradoura.

Nesse contexto, é essencial promover o equilíbrio e a sustentabilidade das despesas públicas. Para isso, torna-se necessária a implementação de um instrumento detalhado, desenvolvido por meio de um processo padronizado e colaborativo, orientado pelo órgão central e construído pelas Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, com o objetivo de qualificar a gestão dos investimentos estaduais. Esse instrumento adota uma metodologia estruturada para a elaboração de projetos de investimento, alinhados às demandas das Unidades de Planejamento e às ações estratégicas do governo, visando o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Iniciando-se por meio de um sistema institucional, mantido pelo órgão central, que orienta a inclusão dos projetos de forma sistemática, este processo envolve atividades coordenadas com objetivos específicos, delimitadas no tempo, destinadas a melhorar ou ampliar serviços públicos para a população. Após a sua inclusão no sistema, o projeto é analisado e validado por uma equipe interna que retroalimenta este processo.

Em paralelo ao esforço de aprimoramento contínuo do instrumento, promove-se a interação e o intercâmbio com os órgãos setoriais, resultando no incremento da qualidade das bases de dados e, conseqüentemente, no maior nível de consistência da informação prestada ao longo do tempo. Este é um trabalho que deve seguir permanentemente, a fim de sempre aprimorar o instrumento, levando em consideração também as dinâmicas de planejamento e orçamento que ocorrem durante os exercícios financeiros.

## **Título: 1085147 - As mudanças e rupturas na gestão pública na UTN Angra 3**

Autores: Flávia Pedrosa Pereira, Ricardo Dislich, Guilherme dos Santos Floriani, Ismael Damasceno Pavani

Resumo: O estudo visa compreender a influência das mudanças e rupturas na gestão pública sobre o desenvolvimento do projeto da Usina Termo Nuclear de Angra 3, identificando os quatro principais períodos desde a idealização e elaboração do projeto em 1981 até os dias atuais. Destaca-se o segundo período, entre 2010 e 2015, quando 67% das obras civis foram concluídas. Nesse momento, ocorre a criação da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A ENBPar assumiu o controle da operação das usinas nucleares e de outras funções anteriormente atribuídas à Eletrobras, antes de sua privatização. Isso resultou em

mudanças no modelo de autorização e econômico, que não encontraram respaldo adequado no governo para serem plenamente desenvolvidos. A partir de 2023, inicia-se um novo capítulo, com um esforço para retomar as obras, impulsionado pelo governo. Esse ciclo de interrupções e retomadas da gestão do empreendimento foi acompanhado por um aumento significativo nos custos públicos. Além disso, a crise climática emergente ampliou a necessidade de investimentos em fontes alternativas de energia, enquanto o receio da contaminação nuclear persiste, assim como a pressão para que países não alinhados evitem o envolvimento com o poder atômico. Apesar desses desafios, o Brasil avançou significativamente e se consolidou como um dos quatro países que dominam todo o processo de enriquecimento de urânio (ao lado de EUA, Rússia e França), além de deter a oitava maior reserva mundial de urânio. O país também desenvolveu o uso da energia nuclear em diversas áreas, como na medicina e na propulsão de submarinos. Por fim, observa-se que, embora o modelo de grandes usinas nucleares esteja integrado ao robusto setor metalmeccânico nacional, formando um "ecossistema" nuclear predominantemente composto por entidades estatais civis e militares, o projeto Angra 3 não consta no Plano Plurianual 2024-2027 da União. Isso evidencia as lacunas e a persistência das incertezas em torno do empreendimento e do próprio setor de energia nuclear no Brasil.

## **Título: 1081259 - AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTO PÚBLICO EM INFRAESTRUTURA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA E BIBLIOMÉTRICA DOS MÉTODOS ACB, AMC e MEPI.**

Autores: VIVIAN DIAS DINIZ

Resumo: A gestão de investimentos públicos é fundamental para o desenvolvimento econômico e social, mas a falta de metodologias estruturadas de avaliação de investimentos pode comprometer a efetividade das políticas públicas. A formulação de estratégias baseadas em critérios técnicos e a alocação eficiente de recursos são essenciais para garantir que os investimentos, em especial de infraestrutura, gerem externalidades positivas, impulsionem o crescimento sustentável e melhore os indicadores socioeconômicos. Nesse contexto, a avaliação dos investimentos públicos em infraestrutura é uma preocupação central para formuladores de políticas e pesquisadores, dada sua relação com o desenvolvimento regional. Entre as principais abordagens metodológicas aplicadas à avaliação de investimentos públicos, destacam-se a Análise de Custo-Benefício (ACB), a Análise Multicritério de Decisão (AMC) e a Matriz de Enquadramento de Prioridades de Investimento (MEPI). Diante da relevância da temática, este estudo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática e bibliométrica sobre os métodos ACB, AMC e MEPI e sua empregabilidade na literatura científica, na avaliação de investimento público. A pesquisa utiliza protocolo PRISMA, com critérios de inclusão e exclusão baseados na pertinência temática, período de 2014 a 2024. As bases de dados utilizadas são Scopus, com descritores específicos à avaliação de investimentos públicos e ao uso de modelos decisórios. A análise bibliométrica realizada com as ferramentas Bibliometrix, permitindo a identificação de redes de coautoria, mapeamento de tendências temáticas e análise da evolução das publicações na área. Os resultados

mostraram que a análise bibliométrica revelou um crescimento expressivo nas publicações sobre ACB, AMC e MEPI a partir de 2010, com pico entre 2018 e 2023. Os países com maior número de publicações são Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, refletindo a importância dessas metodologias em decisões governamentais, e lacunas identificadas como falta de integração entre os três métodos, necessidade de incluir fatores sociais e ambientais de forma mais abrangente e limitações na aplicação do MEPI devido à disponibilidade de dados. Espera-se que os resultados subsidiem gestores públicos na formulação de diretrizes mais efetivas à priorização de projetos de infraestrutura.

### **Título: 1080666 - Avaliação de Risco em Projetos de Investimento: Uma Ferramenta para Melhor Alocação de Recursos Públicos**

**Autores:** Lara Martins Rocha Vieira da Silva, Lucas Alencar de Mello Mendonça Barbosa, Sandra Suely do Vale Corrêa, Vinicius Milward de Azevedo reis

**Resumo:** A gestão por processos pressupõe a busca contínua por melhorias, o que se aplica diretamente ao gerenciamento de projetos de investimento, especialmente na busca pelo equilíbrio das despesas públicas. Nesse contexto, a mensuração do risco dos projetos desde sua fase inicial de cadastro permite o acompanhamento sistemático de sua evolução, facilitando a mitigação de ameaças, aumentando as chances de sucesso na implementação.

Dado o caráter limitado do orçamento público frente às demandas sociais, a visualização do risco de uma carteira de projetos torna-se essencial para a alocação eficiente de recursos financeiros e humanos. Para apoiar esse processo, foi desenvolvida, em 2019, uma metodologia para calcular a nota de risco de cada projeto de investimento, abrindo possibilidade para um planejamento mais estruturado.

A metodologia é composta por nove blocos de análise, considerando informações como fontes de recursos, necessidade de estudos técnicos prévios, e status de regularização de imóveis. Esses fatores são consolidados em uma nota de risco, que classifica os projetos em cinco faixas de risco (muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo). A avaliação é realizada com base em três eixos: implementação, orçamentário-financeiro e sustentabilidade orçamentária.

Desde sua implementação, a metodologia tem sido continuamente aprimorada, possibilitando um acompanhamento sistemático e suporte técnico às Secretarias de Estado e entidades vinculadas. Dessa forma, busca-se garantir não apenas a viabilidade dos investimentos, mas também a sustentabilidade de suas entregas, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e estratégica.

**Título: 1079600 - PRODEIC: Uma Avaliação dos Impactos nos Incentivos Fiscais de Mato Grosso sobre o emprego, a renda e a arrecadação no período de 2021 a 2023.**

Autores: Paula Luciana, Paulo Henrique Monteiro Guimarães, Josué Ribeiro da Silva Nunes, Kuang Hongyu

Resumo: O presente estudo teve como objetivo avaliar os impactos das mudanças na lei de incentivos fiscais do PRODEIC no Estado de Mato Grosso, introduzidas em 2019, levantando a hipótese de que tais incentivos geram efeitos positivos na geração de emprego, renda do trabalhador e aumento da arrecadação. Os modelos econométricos utilizados, com dados em painel de 141 municípios, obtiveram o melhor ajuste para a hipótese H1, com  $R^2$  de 84%, indicando que a renúncia fiscal possui impacto significativo no emprego. O modelo de efeitos fixos (between) mostrou-se superior, explicando 85,9% da variação nos empregos ativos e destacando a influência das políticas de renúncia fiscal e do desempenho econômico setorial na geração de empregos, no entanto o mesmo não foi observado nas hipóteses que se referem a esses impactos na arrecadação de receitas municipais nem em relação ao rendimento do trabalho no período observado. Para futuras pesquisas, sugere-se aprofundar a análise dos efeitos da renúncia fiscal no contexto da reforma tributária, considerando a representatividade significativa do montante renunciado pelo estado.